

## TERÇA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2008

**PRESIDÊNCIA: WALLIS**

*Vice-presidente*

### **1. Abertura do período de sessões**

*(A sessão tem início às 09H00)*

### **2. Entrega de documentos: ver Acta**

### **3. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta**

### **4. Seguimento dado às resoluções do Parlamento: Ver Acta**

### **5. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Acta**

### **6. Convenção colectiva (debate)**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0370/2008) do deputado Jan Andersson, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre os desafios nas convenções colectivas na União Europeia (2008/2085(INI)).

**Jan Andersson, relator.** - (SV) Senhora Presidente, espero que a Comissão chegue em breve. Ainda não chegou ninguém da Comissão.

Tenciono começar por falar do relatório em termos gerais. No Parlamento Europeu, já discutimos em várias ocasiões qual a política que devemos adoptar numa sociedade globalizada. Não devemos competir por empregos mal remunerados, devemos criar boas condições de trabalho, devemos concentrar-nos no capital humano, nas pessoas e no investimento, e noutras coisas para sermos bem sucedidos. Também já debatemos, em muitas ocasiões, o equilíbrio entre as fronteiras abertas e uma UE com uma forte dimensão social, e concluímos que esse equilíbrio é importante.

Além disso, temos debatido frequentemente a questão - e a importância - da igualdade de tratamento das pessoas, independentemente do género, origem étnica ou nacionalidade, e concluímos que a igualdade de tratamento e a não discriminação devem prevalecer.

O relatório ocupa-se da necessidade de abrirmos as fronteiras. A comissão é a favor da abertura das fronteiras sem restrições nem períodos de transição, mas, ao mesmo tempo, devemos criar uma UE social, em que não compitamos uns com os outros impondo salários mais baixos, condições de trabalho mais insatisfatórias, etc.

O relatório ocupa-se igualmente do princípio da igualdade de tratamento, ou seja, a igualdade de tratamento e a ausência de discriminação entre os trabalhadores, independentemente da sua nacionalidade. Não se pode permitir que pessoas da Letónia, Polónia, Alemanha, Suécia ou Dinamarca sejam tratadas de maneiras diferentes dentro do mesmo mercado de trabalho. É esta também a base em que assentam as propostas do relatório. As propostas mais importantes relacionam-se com a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, já que os três acórdãos dizem respeito a trabalhadores destacados. É extremamente importante não transformarmos a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores numa directiva mínima.

É verdade que a directiva contém dez condições mínimas que é necessário respeitar. Essas condições têm de ser incluídas, mas o princípio fundamental é a igualdade de tratamento. Portanto, há que ser claro. Tem de haver igualdade de tratamento, independentemente da nacionalidade. Em qualquer mercado de trabalho que queiramos considerar, por exemplo, o mercado de trabalho do estado alemão da Baixa Saxónia, as condições aplicadas devem abranger todos os trabalhadores, independentemente do seu país de origem. Trata-se de um princípio importante que é necessário que fique ainda mais claro depois dos acórdãos proferidos.

O segundo aspecto importante é que temos diferentes modelos de mercado de trabalho. Todos esses modelos devem ter o mesmo valor ao aplicar-se a directiva. Há certos outros aspectos da directiva que também devem ser alterados. Além disso, temos de tornar absolutamente claro que o direito à greve é um direito constitucional fundamental que não pode ficar subordinado ao direito de circulação. Isto aplica-se no que se refere ao novo tratado, mas também de uma maneira diferente no que respeita ao direito primário.

Em terceiro lugar, o direito comunitário não pode infringir a Convenção da Organização Internacional do Trabalho. O caso Rüffert relaciona-se com uma Convenção da OIT que se ocupa dos contratos públicos. Nesse caso, aplicar-se-ão as condições de trabalho vigentes no local onde o trabalho é realizado. Foi esta a razão por detrás das propostas apresentadas. Vou ouvir o debate e, ao mesmo tempo, gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que participaram neste processo, como, por exemplo, o relator-sombra, pela cooperação construtiva que mantivemos.

(Aplausos)

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão*. – (CS) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me que comece por pedir desculpa pelo meu ligeiro atraso. Infelizmente, não consegui prever atempadamente a intensidade do trânsito nas estradas.

Senhoras e Senhores Deputados, os acórdãos proferidos recentemente pelo Tribunal de Justiça no caso Viking, Laval e Rüffert desencadearam um amplo debate a nível da UE sobre a protecção dos direitos dos trabalhadores no contexto da crescente globalização e mobilidade laboral. Para que o mercado de trabalho funcione adequadamente, temos de estabelecer regras apropriadas. A Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores constitui um instrumento decisivo para atingir este objectivo. Gostaria de vos lembrar que o objectivo da directiva consiste em encontrar um equilíbrio entre, por um lado, um nível apropriado de protecção dos trabalhadores destacados para outro Estado-Membro e, por outro lado, a livre circulação de serviços no mercado interno.

A Comissão está determinada a garantir que as liberdades fundamentais nos termos do Tratado não entrem em conflito com a protecção dos direitos fundamentais. A Comissão manifestou o desejo de iniciar um debate aberto com todas as partes envolvidas para que possamos analisar em conjunto as consequências dos acórdãos do Tribunal de Justiça. Este debate seria extremamente importante, visto que ele clarificaria a situação legal, permitindo, finalmente, aos Estados-Membros introduzir disposições legais adequadas. A Comissão organizou um fórum sobre este tema, no dia 9 de Outubro de 2008, no qual participaram todas as partes interessadas. Este fórum deveria ser o ponto de partida para o debate, tão necessário.

A Comissão concorda que a maior mobilidade dos trabalhadores na Europa trouxe consigo novos desafios, visto que envolve o funcionamento dos mercados de trabalho e a regulamentação das condições de trabalho. A Comissão acredita que os parceiros sociais são aqueles que estão na melhor posição para enfrentar o desafio e propor melhorias possíveis. Por isso, convidou os parceiros sociais europeus a examinar as consequências da maior mobilidade na Europa e dos acórdãos do Tribunal de Justiça Europeu. Apraz-me que os parceiros sociais europeus tenham assumido o desafio. A Comissão apoiará o seu trabalho, na medida do necessário.

A Comissão gostaria de comunicar que os Estados-Membros mais afectados pelo acórdão do Tribunal de Justiça estão, neste preciso momento, a trabalhar em disposições legais que garantirão a harmonização com a jurisprudência do Tribunal de Justiça. A Comissão não pode concordar com a proposta de a Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores também incluir uma referência à livre circulação. Tal alargamento levaria, necessariamente, a mal-entendidos no que diz respeito ao âmbito de aplicação da directiva, visto que esbateria a diferença entre duas categorias diferentes de trabalhadores, por outras palavras, trabalhadores destacados e trabalhadores migrantes. Gostaria de sublinhar que existe uma diferença óbvia entre trabalhadores destacados e trabalhadores migrantes.

A Comissão concorda com o Parlamento no que diz respeito à necessidade de melhorar a execução e implementação da directiva relativa aos trabalhadores destacados. Permitam-me que vos recorde, neste contexto, que, em Abril de 2008, a Comissão aceitou a recomendação para uma maior cooperação administrativa que exorta os Estados-Membros a corrigir as deficiências actuais. A Comissão também apoia uma maior cooperação, através do seu plano de criação, no futuro, de uma comissão de peritos dos Estados-Membros. A Comissão acredita que, no âmbito do proposto Tratado de Lisboa, haverá um reforço muito significativo dos direitos sociais, através de alterações como, por exemplo, a nova cláusula social, graças à qual todas as outras políticas da União Europeia devem ter em conta questões sociais, bem como através da implementação de uma referência vinculativa do ponto de vista legal à Carta dos Direitos Fundamentais.

**Małgorzata Handzlik**, *relatora do parecer da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores*. – (PL) Senhora Presidente, o relatório que estamos hoje a debater faz da actual directiva relativa ao destacamento de trabalhadores um desafio à contratação colectiva. Compreendo que os acórdãos do Tribunal de Justiça Europeu possam não ter agradado a uma parte dos Estados-Membros. Não obstante, eles asseguram um equilíbrio entre todos os objectivos da directiva, nomeadamente entre a liberdade de prestação de serviços, o respeito pelos direitos dos trabalhadores e a preservação dos princípios da lealdade da concorrência. Gostaria de frisar que a garantia de um tal equilíbrio é essencial para nós.

O principal problema no que toca à aplicação adequada desta directiva é a sua incorrecta interpretação pelos Estados-Membros. Assim, devemos concentrar a nossa atenção na interpretação, e não nas disposições da própria directiva. Em primeiro lugar e acima de tudo, é necessária, portanto, uma análise em profundidade a nível de Estado-Membro. Isso permitirá identificar as dificuldades que derivam dos acórdãos e os desafios que poderemos ter de vir a enfrentar. Consequentemente, considero que, na presente fase, devemos abster-nos de reclamar alterações à directiva. É importante termos em conta que o destacamento de trabalhadores está indissoluvelmente ligado à livre prestação de serviços. Este é um dos princípios capitais do mercado comum europeu. Não deve, em circunstância alguma, ser visto como uma restrição à contratação colectiva.

**Tadeusz Zwiefka**, *relator do parecer da Comissão dos Assuntos Jurídicos*. – (PL) Independentemente das convicções envolvidas, considero inaceitável que se critiquem decisões do Tribunal de Justiça Europeu. Este é uma instituição independente e imparcial, de uma importância vital para o funcionamento da União Europeia. Podemos discordar da lei e temos, naturalmente, a possibilidade de a alterar, mas tenho dificuldade em aceitar que se critique o Tribunal. Ele decide sempre com base na legislação em vigor.

Queria destacar dois pontos importantes relacionados com as questões que estamos a debater hoje. Primeiro, as decisões do Tribunal não têm qualquer impacto sobre a liberdade de celebrar acordos colectivos. Segundo, de acordo com a fundamentação do Tribunal, os Estados-Membros não podem introduzir normas mínimas noutras áreas que não as mencionadas na Directiva 96/71/CE, relativa ao destacamento de trabalhadores. O Tribunal reconhece claramente o direito de acção colectiva como um direito fundamental que faz parte dos princípios gerais do direito comunitário. Por outro lado, a par de outras liberdades próprias do mercado interno, o princípio da livre circulação no sector dos serviços constitui uma base igualmente importante para a integração europeia.

Quanto às implicações do presente relatório, o relator reclama uma revisão da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, alegando que a interpretação do Tribunal vai contra as intenções do legislador. Discordo totalmente dessa opinião.

**Jacek Protasiewicz**, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (PL) Senhora Presidente, todos os anos, no território da União Europeia, há cerca de um milhão de pessoas que se encontram a trabalhar em situação de destacamento num país que não aquele em que se situa a sede da empresa de que são empregadas.

Nos anos mais recentes houve apenas uns quantos casos de problemas de interpretação das disposições da directiva e da legislação da UE que disciplina esta matéria. O Tribunal de Justiça Europeu apreciou esses casos. Em termos gerais, concluiu que o problema radicava não no conteúdo da directiva, mas sim na sua incorrecta aplicação pelos Estados-Membros. Isto indica que a legislação da UE criada para regular o destacamento de trabalhadores é equilibrada e bem concebida. O único problema potencial prende-se com a sua aplicação nos Estados-Membros.

Obviamente, isso não significa que a legislação não pudesse ser melhor. É de notar, contudo, em primeiro lugar, que a presente directiva protege os direitos fundamentais dos trabalhadores prevendo garantias mínimas em matéria de remuneração e de saúde e segurança no trabalho. Em segundo lugar, não impede a estipulação, por meio de instrumentos de contratação colectiva, de condições mais favoráveis que as mínimas estabelecidas. Quero destacar esse facto. Ao mesmo tempo, a directiva logra estabelecer um excelente equilíbrio entre a liberdade de prestação de serviços e a protecção dos direitos dos trabalhadores destacados para outro país para prestar serviços. Foi por isso que, no relatório do senhor deputado Andersson, acordámos em pedir à Comissão que reexaminasse a directiva. Continuamos a ser absolutamente contra a ideia de que se trata de uma má directiva, e de que é urgentemente necessário introduzir alterações radicais na legislação europeia nesta área.

**Stephen Hughes**, *em nome do Grupo PSE*. – (EN) Senhora Presidente, dou os parabéns ao senhor deputado Andersson pelo excelente relatório. Gostaria de começar por citar um excerto do n.º 12 do relatório que reza assim «Considera que a intenção do legislador na DTD e na Directiva Serviços não é compatível com interpretações susceptíveis de convidar à concorrência desleal entre as empresas». Concordo com isso. Fui

legislador dessas duas directivas e nunca esperei que um dia – quando examinadas juntamente com o Tratado – levassem o Tribunal a concluir que as liberdades económicas têm primazia sobre os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Quando acontece este tipo de coisas, impõe-se uma intervenção do legislador para restabelecer a segurança jurídica. Nós somos um co-legislador e esta resolução diz muito claramente o que em nossa opinião deverá ser feito. No entanto, Senhor Comissário, não podemos cumprir o nosso dever de legislador enquanto a Comissão não exercer o seu direito de iniciativa. Sou co-presidente e co-responsável dos delegados sindicais no intergrupo «Sindicatos» aqui no Parlamento. Este intergrupo inclui todos os principais grupos políticos e permite-me contactar com muitos sindicalistas – não só em Bruxelas e Estrasburgo, mas também lá fora, nas regiões, – e posso dizer-lhe que existe uma ansiedade generalizada e crescente por causa do desequilíbrio gerado por estes acórdãos. Senhor Comissário, isto é muito grave na abordagem às eleições europeias do próximo ano. Se os sindicalistas lá fora decidirem que a Europa faz parte do problema, em vez de fazer parte da solução, isso poderá ser muito nefasto para todos os sectores desta Assembleia e para o próprio processo democrático.

Apraz-me ouvi-lo dizer que pensa que a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores carece de melhorias, porque uma das coisas que queremos é a sua revisão dessa directiva que pelo menos esclareça como é possível utilizar os acordos colectivos para aplicar termos e condições mínimas, e diga como se pode utilizar a acção colectiva para proteger esses direitos.

Por isso, Senhor Comissário, preste atenção a esta instituição eleita por sufrágio directo. Nós mantemo-nos ao corrente. Use o seu direito de iniciativa e mostre que vê a necessidade de agir.

**Luigi Cocilovo**, em nome do Grupo ALDE. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria também de agradecer ao senhor deputado Andersson esta iniciativa, assim como o contributo de todos os grupos e relatores para o texto final adoptado em comissão. Penso que a posição assumida pelo Parlamento Europeu é genuinamente importante. Sejam claros, o Parlamento não questiona nem critica as sentenças do Tribunal enquanto tais; elas são sempre legítimas; procura, sim, responder aos problemas de interpretação da Directiva Trabalhadores Destacados, em parte suscitados por essas mesmas sentenças.

É um erro supor que esta iniciativa esconde alguma desconfiança em relação a certas liberdades fundamentais, como é a liberdade de prestação de serviços transfronteiriços; pretendemos salvaguardar plenamente essa liberdade, da mesma forma que pretendemos salvaguardar o princípio de uma concorrência sã e transparente. O que não é aceitável é uma concorrência que se baseie na vantagem ganha através do *dumping*, uma concorrência drogada pela ilusão de que pode ser aceitável infringir certos princípios fundamentais como o da livre circulação das empresas ou da não-discriminação. Por muito que se jogue com a interpretação, este princípio baseia-se numa única verdade: não deve existir qualquer diferença de tratamento entre trabalhadores, em termos do país onde os serviços são prestados, sejam eles trabalhadores móveis ou destacados, e independentemente da sua nacionalidade. As mesmas regras, incluindo o direito à greve, devem também aplicar-se às empresas no país de prestação dos serviços, bem como às empresas que recorrem a um regime de destacamento.

Pensamos que qualquer outro modelo de Europa seria rejeitado e encarado com suspeita. A livre circulação também se aplica aos princípios, e qualquer derrogação dessa rota representaria, acima de tudo, um prejuízo para a Europa, mais do que para a interpretação de uma directiva específica.

**Elisabeth Schroedter**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, o tratamento igual constitui um princípio fundamental da União Europeia. Os Estados-Membros têm de ser capazes de garantir que esta igualdade de tratamento está realmente a ser aplicada no terreno. Neste ponto, o Tribunal de Justiça Europeu (TJE) colocou-nos numa posição extremamente difícil. Não posso escamotear o facto – que, obviamente, é bem conhecido – de, em pelo menos um caso, a Comissão ter dado uma ajuda. O direito à greve e o direito a negociar acordos colectivos não pode simplesmente ser postos em causa. É neste ponto que temos de reagir. A decisão do Tribunal de Justiça evocou uma imagem tão negativa da Europa que muitas pessoas se estão agora a afastar dela: não podemos ficar a olhar e deixar que isto aconteça.

Aqueles que desejam promover uma maior mobilidade na Europa devem garantir que existe igualdade de tratamento no terreno. O Tribunal de Justiça prestou-nos, efectivamente, um mau serviço nesta matéria, e prejudicou a Europa social.

Nós, enquanto legisladores temos de agir perante esta confusão, dado que o Tribunal de Justiça também descobriu uma fraqueza na directiva sobre o destacamento de trabalhadores: demonstrou que surge um problema quando os trabalhadores são prestadores de serviços. Os trabalhadores devem ser novamente tratados como trabalhadores, e é por isso que precisamos de uma revisão da directiva.

O princípio de «salário igual para trabalho igual, no mesmo local» tem de estar garantido. Veio a revelar-se que, segundo a interpretação do TJE, a directiva sobre o destacamento de trabalhadores já não garante este princípio. Precisamos desta revisão, de modo a restaurar a credibilidade da Europa, dado que não podemos conduzir uma campanha eleitoral sem este projecto. Caso contrário, colocar-se-á o problema de a liberdade oferecida pelo mercado interno e o princípio da igualdade de tratamento entrarem em dificuldades no terreno.

Como foi referido pelo senhor deputado Cocilovo, é inaceitável que a concorrência seja baseada, não na qualidade, mas no dumping social. Precisamos de agir. Gostaria de lançar um novo apelo a esta Câmara, no sentido de aprovar o relatório Andersson na sua forma actual. Trata-se de algo imperioso, dado que o relatório oferece uma estratégia altamente específica para actuar também em relação à revisão da directiva sobre o destacamento de trabalhadores. O princípio da igualdade de tratamento é um princípio da Europa social. Restaurar esta Europa social é a razão pela qual fomos eleitos para esta Assembleia, e é por isso que temos de adoptar este relatório.

**Ewa Tomaszewska**, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhora Presidente, registo com pesar que, com excessiva frequência, se dá aos direitos económicos primazia sobre os direitos e liberdades fundamentais. Isto aplica-se particularmente aos acórdãos do Tribunal de Justiça Europeu nos processos Laval, Viking, e outros.

É importante estabelecer uma hierarquização correcta dos direitos em função da sua relevância e ter em conta que os seres humanos são mais importantes que o dinheiro. Os direitos relacionados com liberdades económicas não podem constituir um obstáculo ao direito de associação dos indivíduos e de defesa colectiva dos seus direitos. Os trabalhadores têm, em particular, o direito de criar associações e de negociar as condições de trabalho colectivamente. Os sistemas de contratação colectiva e os acordos colectivos de trabalho deles decorrentes merecem ser reconhecidos e apoiados. Afinal, o consentimento dos parceiros sociais responsáveis é um garante da harmonia social e assegura perspectivas de sucesso aos acordos celebrados. As convenções da OIT são um exemplo desta abordagem.

O principal desafio que enfrentamos no campo dos acordos colectivos prende-se com a necessidade de se garantirem aos trabalhadores migrantes e destacados os mesmos direitos de que gozam os trabalhadores nacionais do seu Estado de acolhimento. Felicitações ao relator.

**Mary Lou McDonald**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (GA) Senhora Presidente, durante anos, trabalhadores e sindicatos confiaram em que a União Europeia melhoraria e protegeria as suas condições de trabalho.

(EN) Todos os trabalhadores na Europa têm direito a um trabalho digno e à igualdade. Têm o direito de se organizarem, de se manifestarem e de lutarem para melhorar as suas condições de trabalho. Têm uma expectativa legítima de que a lei reconheça e faça valer esses direitos.

A série de acórdão do Tribunal de Justiça Europeu que o relatório Andersson pretende abordar representa um ataque audacioso a esses direitos básicos. Estes acórdãos deram luz verde à exploração sistemática dos trabalhadores. Os acórdãos são um reflexo do status quo jurídico, um reflexo do facto de que, quando os direitos dos trabalhadores colidem com as regras da concorrência, são estas que prevalecem. Os acórdãos conferiram legitimidade jurídica àquilo que é designado como «corrida ao fundo do poço».

Estou muito desapontada com este relatório que evita deliberadamente pedir alterações aos Tratados da UE, que, como todos sabemos, são necessárias para proteger os trabalhadores. O pedido de alteração do Tratado foi suprimido deliberada e cinicamente do primeiro projecto do relatório, apesar do número esmagador de pedidos provenientes do movimento sindical de toda a Europa para que se insira nos Tratados uma cláusula relativa ao progresso social.

A vulnerabilidade dos direitos dos trabalhadores foi um dos principais motivos por que o povo irlandês votou contra o Tratado de Lisboa, se bem que os líderes da UE prefiram ignorar comodamente este facto desagradável. Se se pretende que um novo Tratado mereça a aceitação geral em toda Europa, então tem de assegurar uma protecção adequada para os trabalhadores.

Nós, deputados, temos agora uma oportunidade de insistir para que se inclua nos Tratados uma cláusula ou um protocolo vinculativo sobre o progresso social. Se hoje não forem aqui aprovadas as alterações que apontam nesse sentido, então o Parlamento Europeu terá dado mais um passo que o afasta das pessoas que

pretendemos representar, e neste caso não tenho qualquer dúvida de que os trabalhadores irlandeses partilharão a minha decepção em relação ao Parlamento Europeu que os deixou ficar mal.

**Hanne Dahl**, em nome do Grupo IND/DEM. – (DA) Senhora Presidente, a evolução a que assistimos no mercado de trabalho à luz dos abrangentes acórdãos Rüffert, Laval e Waxholm contrastam profundamente com o desejo de introduzir o modelo flexigurança como um modelo económico para a Europa, pois parece estar absolutamente esquecido que este próprio modelo de flexigurança se baseia numa tradição de séculos do mercado de trabalho que lhe permitia negociar acordos robustos e independentes. Não podemos, a seguir, introduzir um modelo de flexibilidade no mercado de trabalho europeu e, ao mesmo tempo, implementar legislação ou aceitar acórdãos que dificultam aos sindicatos a implementação e a manutenção de um sistema baseado em acordos colectivos. Se a flexigurança for introduzida e, simultaneamente, se aceitar que as regras do mercado interno da UE têm precedência sobre as negociações salariais e a segurança em termos de trabalho, o resultado final será a anulação de todas as lutas laborais de um século. O relatório do deputado Andersson é um penso numa ferida infligida pelo Tribunal Europeu de Justiça sobre os resultados de uma centena de anos de lutas laborais e não chega a ir a lado algum.

**Roberto Fiore (NI)**. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este relatório aponta, sem dúvida, na direcção certa, ao considerar que o trabalho está antes da economia e que os direitos sociais estão antes dos direitos da livre empresa. Essencialmente, defende aquilo que é um conceito geral de princípios sociais que fazem parte da tradição europeia.

No entanto, há que dizer que este relatório não aborda uma questão fundamental dos dias de hoje, nomeadamente a do número extremamente elevado de trabalhadores destacados ou estrangeiros que inundam os mercados nacionais. Por isso devemos estar atentos ao «dumping» que, efectivamente, se verifica em países como a Itália, onde um elevado número de pessoas, por exemplo romenos, invadiu o mercado do trabalho. Esse facto irá certamente dar lugar a um «dumping» e terá um efeito positivo para o grande capital mas um impacto negativo para os trabalhadores locais.

**Gunnar Hökmark (PPE-DE)**. – (SV) Senhora Presidente, gostaria de realçar aquilo que o relatório contém e o que não contém. Gostaria de agradecer ao relator, que se mostrou compreensivo em relação às diferentes opiniões expressas na comissão, e isto, Senhor Comissário Špidla, significa que não existe nada no relatório que exija que se rasgue ou se reformule a directiva relativa ao destacamento dos trabalhadores. Para começar, o relatório continha muitas censuras e muitas críticas ao Tribunal, que foram retiradas. É disso que estamos a falar agora.

Para frisar este ponto, gostaria de fazer a seguinte citação em inglês:

(EN) Passo a citar o texto inglês do n.º 27: «Welcomes the Comissão's indication that it is now ready to re-examine the impact of the internal market on labour rights and collective bargaining» (Congratula-se com a indicação pela Comissão de que está agora disposta a reexaminar o impacto do mercado interno nos direitos laborais e na negociação colectiva); e do n.º 28: «Suggests that this re-examination should not exclude a partial review of the PWD» (Sugere que essa reapreciação não exclua uma revisão parcial da DTD) – e sublinho «not exclude» (não exclua).

(SV) Senhora Presidente, isto significa que não é necessária uma alteração. No entanto, congratulamo-nos por estar prevista uma reapreciação da forma como isto funciona na prática, nos vários Estados-Membros. Se essa reapreciação der azo a alterações, não as devemos excluir.

Queria dizer isto porque a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores desempenha um papel muito importante. Um milhão de pessoas têm a oportunidade de trabalhar em países diferentes. Isto também tem a ver com igualdade de tratamento, com igualdade de direitos no que se refere a trabalhar em qualquer sítio da União Europeia, mesmo que uma pessoa esteja abrangida por um acordo colectivo no seu país de origem. É disso que se trata aqui. Desde que as pessoas respeitem as normas da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, têm o direito de trabalhar em qualquer sítio da UE. Foi esta também a conclusão a que chegou o Tribunal no caso Laval, por exemplo.

Senhor Comissário, Senhora Presidente, as críticas dirigidas ao Tribunal já não fazem parte da proposta da comissão, e não há exigência nenhuma no sentido de se acabar com a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores. É importante não esquecermos isso ao prosseguirmos o debate.

**Magda Kósáné Kovács (PSE)**. – (HU) Obrigada, Senhora Presidente. Há um provérbio latino que ilustra o problema do debate de hoje: «Não há ventos propícios para quem não sabe que porto almeja».

Lamentavelmente, também nós não vemos no debate de hoje o porto no qual todos gostariam de deitar a sua âncora. O regulamento sobre a livre circulação dos trabalhadores destacados ficou excluída da Directiva de compromisso relativa aos Serviços, de 2006, embora o problema persista, como se depreende da reacção aos acórdãos do Tribunal, e que agora nos atingiu. De igual modo, o Tratado de Maastricht, o projecto de Tratado Constitucional e o fracassado Tratado de Lisboa não podem ser separados das questões que rodeiam a liberdade de circulação dos serviços, ou seja, do debate recorrente sobre quais dos dois merece uma protecção maior: as quatro liberdades fundamentais ou os direitos sociais, inclusive em detrimento uns dos outros.

É verdade que as regras da União Europeia concedem vantagens competitivas temporárias aos prestadores de serviços nos novos Estados-Membros. Por outro lado, a livre circulação de bens e capitais criou condições de mercado favoráveis aos Estados-Membros mais desenvolvidos. Insisto em que se trata de diferenças temporárias, na medida em que se registará necessariamente uma aproximação entre a qualidade e as condições dos mercados de bens e de capitais e as dos mercados de trabalho e dos serviços. Por conseguinte, a nossa primeira função não é rescrever a legislação e opor-nos a decisões dos tribunais, mas sim aplicar os regulamentos existentes de forma coerente e eficaz. As actuais guerras não se travam fundamentalmente com armas, mas com crises financeiras, como a actual que pode causar tantos danos como uma guerra. Espero que o Parlamento e todos os outros foros comunitários de tomada de decisões, conscientes do nosso desejo do pós-guerra de alcançar uma paz duradoura e cooperação, se debatam por uma solução equitativa para assegurar que somos membros de uma comunidade duradoura, próspera, coesa e que se apoia mutuamente. Entretanto, devemos desistir de um protecçãoismo mesquinho. Obrigada, Senhora Presidente.

**Olle Schmidt (ALDE).** - (SV) Senhora Presidente, agradeço ao senhor deputado Andersson um relatório importante. Há muita coisa que gira em torno do acórdão sobre o caso Laval, em que o sindicato sueco foi demasiado longe. O relatório contém muitas coisas de que não gosto. Adota um tom especial ao interpretar o Tribunal de Justiça Europeu e, em vários sítios, há indícios daquilo que o senhor deputado Andersson pretendia inicialmente, ou seja, acabar com a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores. No entanto, isso não consta do relatório revisto, tal como fez notar tão correctamente a senhora deputada Hökmark. Agora trata-se de não excluir uma revisão parcial da directiva, o que está mais de acordo com o parecer da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, pelo qual fui responsável.

A votação também vai demonstrar, espero, que não é necessário acabar com a directiva relativa ao destacamento dos trabalhadores. Peço que vejam as propostas 14 e 15 do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa.

Senhor Deputado Andersson, é errado pensar que a melhor maneira de preservar o modelo sueco é recorrer a Bruxelas. É precisamente o contrário. Se recorrermos a Bruxelas, podemos comprometer o modelo sueco, que se baseia em partidos responsáveis, e passaremos a ter legislação e salários mínimos na Suécia. Não é razoável pensar que isto possa ser do interesse dos sindicatos suecos.

**Roberts Zīle (UEN).** - (LV) Muito obrigado, Senhora Presidente e Senhor Comissário Špidla. Muitas vezes, o que está por trás de aparentes tentativas de salvaguardar as normas laborais e assegurar a igualdade nas condições de trabalho é, na verdade, o protecçãoismo e uma clara limitação da liberdade e da justiça em matéria de concorrência. A remuneração de um indivíduo devia depender do seu sucesso e da sua produtividade no trabalho, e não daquilo que é acordado pelos parceiros sociais. Em resultado disso, todos os intervenientes no mercado interno da União Europeia estão, neste momento, a perder, visto que a competitividade da UE no mercado mundial está anémica. Não precisamos de alterar a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores para ela ser aplicada aos sistemas de protecção social de alguns Estados-Membros. É dever fundamental da União Europeia garantir que as empresas dos antigos e dos novos Estados-Membros gozem de iguais direitos para operar no mercado interno de serviços. Se não gostarmos das decisões do Tribunal de Justiça, alteramos a lei. Não estou seguro de que esta atitude torne a União Europeia mais compreensível para os seus cidadãos.

**Gabriele Zimmer (GUE/NGL).** - (DE) Senhora Presidente, gostaria de iniciar a minha intervenção opondo-me ao espírito de algo que ouvi há minutos atrás, nomeadamente que o nosso mercado de trabalho estava a ser inundado por trabalhadores estrangeiros.

Em segundo lugar, gostaria que a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais tivesse elaborado um relatório mais claro, mais inequívoco. A confiança na coesão social da União Europeia apenas pode ser alcançada se os direitos sociais fundamentais forem definidos como direito primário europeu. Devemos enviar um sinal mais forte ao Conselho, à Comissão, aos Estados-Membros e ao Tribunal de Justiça Europeu, não nos contentando apenas com a existência de um equilíbrio entre os direitos fundamentais e as liberdades de

circulação no mercado interno. Assim, não conseguimos mudar nada. À semelhança das liberdades, os direitos sociais fundamentais são direitos humanos, e não podem ser cerceados em resultado das liberdades de circulação do mercado interno.

Os pontos importantes, neste contexto, são que temos de defender e melhorar o modelo social europeu e que é mais do que tempo de introduzir uma cláusula de progresso social enquanto protocolo vinculativo aos actuais Tratados da UE. É tempo de a directiva sobre o destacamento de trabalhadores ser alterada, de modo a evitar que os requisitos sobre salários e normas mínimas sejam limitados a requisitos mínimos.

**Hélène Goudin (IND/DEM).** - (SV) Senhora Presidente, uma das principais conclusões do senhor deputado Andersson é que o mercado de trabalho deve ser salvaguardado através da alteração da directiva relativa ao destacamento dos trabalhadores. No que respeita à Suécia, a melhor solução seria antes ficar claramente estipulado no Tratado da UE que os assuntos relacionados com o mercado de trabalho devem ser decididos a nível nacional. Se há alguma lição a extrair do acórdão sobre o caso Laval, essa lição é que o nosso mercado de trabalho não deve ser controlado por legislação intrusiva da UE.

O Lista de Junho defende que a Suécia deve ficar isenta da aplicação da legislação laboral da UE. Seria interessante saber o que o senhor deputado Andersson pensa desta sugestão. Será que a legislação da UE é sempre o rumo a seguir? O acórdão Laval é fruto de os social-democratas da UE e os políticos de centro-direita terem dito «sim» às alterações ao Tratado da UE, conferindo desse modo à UE e ao Tribunal de Justiça Europeu ainda mais poder em relação à política do mercado de trabalho. Iremos, evidentemente, votar contra a homenagem do senhor deputado Andersson ao Tratado de Lisboa.

**Philip Bushill-Matthews (PPE-DE).** - (EN) Senhora Presidente, o Grupo PPE-DE não apoiou o relatório de Jan Andersson na sua versão original. Todavia, em consequência do excelente trabalho realizado pelo nosso relator-sombra, em colaboração com outros relatores-sombra, que reformulou muito consideravelmente o relatório, não tivemos problema em apoiá-lo em sede de comissão. Com efeito, o nosso grupo também se propõe apoiá-lo hoje na sua forma actual. Dito isto, há algumas alterações que também gostaríamos de ver apoiadas. Esperemos que também ele as tenha em consideração.

Vou apenas pegar num ponto muito importante. Stephen Hughes referiu-se ao facto – que sei ser verdade – de que existe uma preocupação generalizada entre os sindicatos relativamente à eventual imposição de limites ao direito à greve. Não vou discutir isso, mas espero que ele não discuta comigo quando digo que há ansiedade generalizada entre os trabalhadores relativamente a potenciais restrições ao direito ao trabalho. Penso que não se falou o suficiente – nem neste debate, nem na comissão – sobre esse importante direito. Claro está que o direito à greve é um direito fundamental: isso não está em discussão. Porém, o direito ao trabalho – a liberdade de trabalhar – é também um direito muito importante, e isso é algo que esta ala da Assembleia gostaria de ver realçado.

**Proinsias De Rossa (PSE).** - (EN) Senhora Presidente, o mercado interno não é um fim em si mesmo. É um instrumento para melhorar as condições de vida e de trabalho de toda a gente, e por isso as deficiências da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores que possam ser utilizadas para facilitar uma corrida ao fundo do poço têm de ser urgentemente eliminadas.

O Grupo Socialista conseguiu que uma maioria esmagadora dos membros da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais apoiasse essas reformas. Os únicos grupos que não participam neste consenso são a extrema-direita e a extrema-esquerda que preferem fazer política partidária em vez de procurarem encontrar uma solução política para os problemas.

Nós, neste Parlamento, temos de dirigir um pedido claro à Comissão e aos governos dos Estados-Membros no sentido de que condições salariais e de trabalho condignas não podem ser sacrificadas no altar do mercado único. A Europa só pode ser verdadeiramente competitiva com base em serviços e bens de alta qualidade, não com base numa diminuição dos níveis de vida.

Congratulo-me com as indicações hoje dadas pela Comissão de que está disponível para examinar de novo a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, que precisa de reforma, mas coloca-se a seguinte questão, Senhor Comissário: quando? Quando tenciona apresentar a esta Assembleia uma iniciativa que exponha claramente quais são as alterações que propõe à directiva relativa ao destacamento de trabalhadores?

Há claramente a necessidade de salvaguardar e reforçar a igualdade de tratamento e a igualdade de remuneração para trabalho igual no mesmo local de trabalho, tal como preconizado pelos artigos 39.º e 12.º do Tratado da Comunidade Europeia. No âmbito da liberdade de prestação de serviços ou da liberdade de estabelecimento,



a nacionalidade do empregador, dos empregados ou dos trabalhadores destacados não pode servir de justificação para desigualdades em matéria de condições de trabalho, de remuneração ou de exercício de direitos fundamentais, como o direito à greve.

**Anne E. Jensen (ALDE).** - (DA) Senhora Presidente, a observação que gostaria de fazer é a seguinte: parem de atacar o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e a directiva relativa ao destacamento dos trabalhadores. Cabe aos Estados-Membros fazer mais esforços. Na sequência do acórdão Laval, nós, na Dinamarca, estamos presentemente a implementar uma mudança na legislação, acordada por ambas as partes da indústria. Nove linhas do texto legislativo asseguram que os sindicatos podem ter o direito a desencadear uma acção laboral para salvaguardar condições de trabalho que são a norma neste domínio em particular. Pelos vistos, também os suecos estão a procurar ver como poderão, na prática, implementar a directiva relativa ao destacamento dos trabalhadores. Não temos de mudar a directiva. Temos, sim, de ter melhor informação de modo a que os empregados estejam cientes dos seus direitos e os empregadores das suas obrigações. Precisamos, sim, de uma melhor implementação da directiva na prática.

**Jan Tadeusz Masiel (UEN).** - (PL) Senhora Presidente; dentro de alguns meses dirigir-nos-emos uma vez mais aos cidadãos da União Europeia, convidando-os a escolher os seus representantes no Parlamento Europeu. Mais uma vez, os cidadãos não compreenderão o motivo por que são chamados a fazê-lo ou a função deste Parlamento. Mais uma vez, por conseguinte, a afluência às urnas será reduzida.

O debate de hoje sobre a directiva relativa aos trabalhadores destacados e a jurisprudência do Tribunal de Justiça Europeu demonstram que uma das funções do Parlamento Europeu é proteger os cidadãos contra certas políticas propugnadas pelos seus próprios governos. Essas políticas são, por vezes, míopes e tendenciosas. Neste caso, são também demasiado liberais. Actualmente, o Parlamento Europeu e o Tribunal de Justiça Europeu estão a dar à defesa dos direitos laborais prioridade sobre a defesa da liberdade de empresa. O princípio da igualdade de tratamento dos trabalhadores de toda a União não pode ser posto em causa. Os preços nas lojas são os mesmos para todos, exigimos salário igual para trabalho igual em toda a União.

**Thomas Mann (PPE-DE).** - (DE) Senhora Presidente, uma das realizações do Parlamento Europeu, que atraiu maior atenção foi a alteração da «Directiva Bolkestein», substituindo o princípio do país de origem pelo princípio da liberdade de prestação de serviços. Os trabalhadores precisam de condições de trabalho justas, e as empresas, especialmente as PME, necessitam de protecção contra a concorrência baseada no corte de preços, pondo em causa a sua sobrevivência. Vamos ter cuidado para que o resultado tenha pés para andar a longo prazo.

Como este debate acaba de revelar, as recentes decisões judiciais sobre os casos Viking, Laval e Rüffert lançam algumas dúvidas a este respeito. É verdade que o Tribunal Europeu de Justiça considera a liberdade de prestação de serviços mais importante do que a protecção dos trabalhadores? Será que consideram o direito à greve subordinado ao direito à liberdade de circulação? Sendo aceitável questionar decisões individuais, é igualmente inaceitável que se ponha em causa a independência ou a legitimidade da instituição.

A obtenção de esclarecimentos não exige modificação da directiva sobre o destacamento de trabalhadores, mas sim a sua aplicação coerente nos Estados-Membros. Este é o necessário equilíbrio entre a salvaguarda da liberdade de circulação e a protecção dos trabalhadores. O princípio do «salário igual para trabalho igual, no mesmo local» não deve ser enfraquecido.

As condições de trabalho que excedem o nível mínimo não prejudicam a concorrência, e as negociações colectivas não podem em circunstância alguma ser limitadas. Temos de dizer um claro «não» a qualquer espécie de dumping social e um claro «não» às tentativas de criar «empresas fictícias» destinadas a evitar normas mínimas de condições de trabalho e de remuneração. Os princípios sociais não devem ser subordinados às liberdades económicas.

Apenas havendo *fair play* na União Europeia, poderemos obter, por parte dos empresários e das PME, a adesão de que necessitamos urgentemente ao conceito de economia social de mercado.

**Zuzana Roithová (PPE-DE).** - (CS) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, uma das características mais valiosas deste Parlamento consiste no facto de conseguir chegar a posições coerentes. Não concordo que a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores seja posta em causa. Pelo contrário, o que é necessário é que seja plenamente cumprida. Os acórdãos do Tribunal de Justiça oferecem uma orientação clara. O relatório sobre os acordos colectivos constitui um golpe nestes acórdãos, bem como no compromisso alcançado no debate sobre a directiva relativa aos serviços no Parlamento Europeu. Não posso apoiá-lo. O dumping funciona através de práticas de emprego ilegais e do incumprimento da directiva. Por

isso, gostaria de pedir, Senhoras e Senhores Deputados, que apoiem as nossas propostas de alteração que fazem referência à legislação em vigor. Os empresários têm o direito a prestar serviços transfronteiriços nas condições definidas pela directiva em vigor e eu concordo que é necessário garantir que as pessoas, isto é, os trabalhadores, estejam cientes disto, em geral.

**Csaba Sándor Tabajdi (PSE).** - (HU) O espectro do «canalizador polaco» foi agora substituído pela sombra ameaçadora do pedreiro letão. O inconveniente debate de novo aceso causou muitos danos a toda a União Europeia. Algumas pessoas fazem soar o alarme do dumping social, de uma invasão interminável de trabalhadores dos novos Estados-Membros. Isto não corresponde à verdade. Sejamos realistas. Não devemos ameaçar os eleitores com este tipo de discurso. Os doze novos Estados-Membros não gozam praticamente de vantagens comparativas. Uma destas vantagens, mão-de-obra relativamente mais barata, só durará alguns anos. Felizmente, também nos nossos países os salários estão a subir. Insto-os a que, quando falarem de igualdade de tratamento – este é outro aspecto desta questão –, permitam que haja igualdade de tratamento para novos e antigos Estados-Membros. Limitar o potencial inerente à concorrência no mercado interno e restringir a liberdade de empreender prejudicará toda a União Europeia. O aspecto social é, no entanto, extremamente importante também para mim. Obrigado.

**Marian Harkin (ALDE).** - (EN) Senhora Presidente, no recente debate realizado na Irlanda sobre o Tratado de Lisboa, as questões suscitadas pelos processos Laval e Viking estiveram em destaque em muitas das discussões e contribuíram para gerar verdadeira insegurança e mal-estar. Esta manhã, ouvi muitos dos meus colegas fazerem aqui eco desses sentimentos e por isso estou satisfeita com os esforços que o Parlamento hoje fez aqui.

Também fico mais tranquila com as palavras do Comissário quando diz que a Comissão concorda com o Parlamento no que respeita à necessidade de melhorar e transpor adequadamente a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores.

A opinião do Parlamento é muito clara. No n.º 33 do relatório, reitera que os direitos sociais fundamentais não se encontram abaixo dos direitos económicos numa hierarquia de liberdades fundamentais, e, num outro ponto, sublinha que a liberdade de prestação de serviços não contradiz nem está acima do direito fundamental à greve. Estas declarações são absolutamente claras e indicam qual é a posição do Parlamento. Aguardamos agora que a Comissão cumpra a sua parte.

Comecei com o Tratado de Lisboa e com ele vou terminar: a ratificação da Carta dos Direitos Fundamentais e a inclusão da cláusula social no Tratado de Lisboa teriam melhorado a situação dos trabalhadores em toda a UE.

**Bairbre de Brún (GUE/NGL).** - (GA) Senhora Presidente, os sindicatos estão a perder os seus direitos para negociar melhores salários e melhores condições para os seus associados. Os governos estão impedidos de legislar para melhorar a vida dos trabalhadores.

Subscribo as palavras dos meus colegas aqui hoje proferidas no sentido de que uma cláusula vinculativa de progresso social introduzida nos Tratados UE é o requisito mínimo necessário para assegurar que isso não se verifique.

Todavia, o relatório do senhor deputado Andersson não incide sobre o cerne da questão. Poderia ser reforçado com algumas alterações. O Tribunal Europeu de Justiça decide em conformidade com os Tratados. Enquanto os Tratados permitirem restrições aos direitos dos trabalhadores e a redução de salários e de condições, o Tribunal de Justiça não pode decidir noutro sentido.

**Luca Romagnoli (NI).** - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apreciei o relatório Andersson porque se concentra nos princípios pelos quais o mercado interno deverá reger-se no que respeita ao equilíbrio entre a liberdade de circulação dos serviços e os direitos inalienáveis dos trabalhadores.

Se, na prática, os problemas irão ser enfrentados a nível nacional, aqui, em contrapartida, é necessário intervir para combater os efeitos sociais e políticos negativos da livre circulação dos trabalhadores. Portanto, devemos rever a Directiva Trabalhadores Destacados, resumir as cláusulas sociais das directivas «Monti» e «Serviços» e aprovar a directiva sobre os trabalhadores temporários, aos quais deverão ser aplicadas as mesmas regras dos trabalhadores permanentes.

Por último, concordo com a urgência de se tomarem medidas apropriadas para combater as empresas fictícias, criadas para oferecer serviços fora do Estado a que pertencem, torneando a aplicação das regras respeitantes

aos salários e às condições de trabalho no Estado em que estão a funcionar. Em conclusão, com algumas excepções, sou a favor do relatório.

**Mairead McGuinness (PPE-DE).** - (EN) Senhora Presidente, como referiram outros oradores, o acórdão Laval e outros geraram de facto alguma controvérsia durante o debate sobre o Tratado de Lisboa na Irlanda e foram usados e abusados nesse contexto.

Este relatório trata principalmente dos princípios do mercado interno, mas pede igualdade de tratamento e igualdade de remuneração para trabalho igual, e deve ser esse o princípio que hoje aqui nos deve orientar. O dumping social é motivo de enorme preocupação, mas se me permitem eu sugeriria que vamos ter uma situação estranha e única na Europa, em que países como a Irlanda que tiveram um influxo de trabalhadores podem ainda ver essa situação alterar-se. É de todo o nosso interesse que os nossos trabalhadores, onde quer que se encontrem na União Europeia, tenham direitos bons e iguais.

Sugeriria ainda que a Europa enfrenta um problema bem maior: a transferência de negócios e empresas inteiras para fora da União Europeia, que obviamente levam o trabalho e a economia das suas actividades para lá das nossas fronteiras, enquanto nós pura e simplesmente importamos os resultados. Esta é uma questão que temos de tratar.

**Costas Botopoulos (PSE).** - (EL) Senhora Presidente, considero que o relatório Andersson representa um passo corajoso da parte do Parlamento Europeu, porque o que está em jogo é um equilíbrio entre princípios jurídicos e percepções políticas que afecta directamente as vidas não só dos trabalhadores mas de todos os cidadãos.

Não é por acaso que os processos que estamos a debater cristalizaram as objecções, quer dos meios jurídicos – acreditem em mim, que sou advogado e sei o que se passa –, quer de todos os cidadãos da União Europeia que acham que a União Europeia não os compreende. Como ouvimos aqui dizer, essa foi uma das principais razões que levaram o povo da Irlanda a dizer «não» ao Tratado de Lisboa.

No entanto, é estranho mas é verdade, justamente o Tratado de Lisboa poderia talvez ser a solução para este caso, porque colocaria a interpretação das disposições correspondentes sob um outro prisma. Muito provavelmente, a cláusula social e as cláusulas especiais da Carta dos Direitos Fundamentais teriam obrigado o Tribunal a adoptar uma perspectiva diferente.

**Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL).** - (DA) Senhora Presidente, o meu colega dinamarquês do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa disse há instantes que o problema que enfrentamos na sequência do acórdão Waxholm foi resolvido na Dinamarca. Bem, sou obrigado a dizer que isso não é verdade. As pessoas podem pensar que resolveram o problema, mas qualquer solução depende efectivamente de uma decisão do Tribunal de Justiça Europeu. É esse precisamente o problema, claro: saber se as pessoas têm, ou não, o direito à greve nos vários Estados-Membros é agora uma questão decidida pelo Tribunal de Justiça. Esse é o motivo por que devemos modificar o Tratado: para que fique claramente estabelecido que essa não é a forma correcta de abordar a situação em causa. O relatório do senhor deputado Andersson, lamentavelmente, não especifica isso. Contém algumas passagens construtivas, mas não tem nada a dizer sobre esse aspecto em particular. O que também está ausente nele é uma exigência clara no sentido de alterar a directiva relativa ao destacamento dos trabalhadores, pelo que vos insto a votarem a favor das alterações que esclarecem essas questões para que possamos obter uma política clara por parte do Parlamento Europeu.

**Elmar Brok (PPE-DE).** - (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me proferir mais algumas palavras sobre o assunto.

A liberdade de circulação é uma das grandes conquistas da União Europeia. No entanto, temos também de deixar claro – e certos países com padrões mais baixos compreendê-lo-ão em breve, dado que os seus padrões subirão – que a liberdade de circulação não pode resultar numa concorrência em que se torna normal pôr de lado padrões socialmente evoluídos. A Europa não pode representar a abolição dos padrões sociais e dos direitos dos trabalhadores, que tanto lutaram por eles. Por este motivo, devemos deixar bem claro que esta nunca foi a nossa política, e que se trata de algo que nunca deveria ter sido posto em prática.

Se um trabalho é feito num país, o mesmo salário deve ser recebido pelo mesmo trabalho. Não pode haver uma sociedade de classes, com trabalhadores estrangeiros a trabalhar por menos dinheiro. Isto é injusto para ambos os lados, e é por isso que devemos deixar este ponto claro.

**Yannick Vaugrenard (PSE).** - (FR) Senhora Presidente, começaria por saudar o trabalho do meu colega, Jan Andersson. O que pretende, afinal, a Europa? Um mercado único entregue à concorrência desenfreada

que esmaga os direitos colectivos ou um mercado único sujeito a regulação, que permite que os cidadãos de toda a Europa tenham um trabalho digno?

As mensagens enviadas pelo Tribunal de Justiça Europeu, tal como acontece frequentemente com as da Comissão e, por vezes, com as da Presidência do Conselho, não são claras e não são sempre coerentes. Uma sociedade só tem valor e só sobrevive por via do contrato que estabelece para si própria. A desregulação, a abordagem «cada um por si», conduz a ainda mais desregulação e, em última análise, à implosão do sistema.

Não é isso que queremos. É certo que queremos um mercado interno, mas queremos que sirva para melhorar as condições de vida e de trabalho dos nossos concidadãos. O Tratado de Lisboa estabelece um conjunto de princípios, entre os quais o direito a negociar acordos colectivos. Façamos tudo para que este princípio seja respeitado pela União Europeia e por todos os Estados-Membros.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** - Senhora Presidente, não basta criticar a inadmissível posição dos acórdãos do Tribunal de Justiça Europeu, que são um atentado grave aos mais elementares direitos dos trabalhadores, é preciso ir muito mais longe, é necessário alterar profundamente os tratados europeus para evitar que estas situações voltem a acontecer.

As rejeições dos projectos da dita Constituição Europeia e do Projecto de Tratado de Lisboa nos referendos são uma clara demonstração do descontentamento popular contra esta União Europeia que desvaloriza os trabalhadores e não respeita a dignidade de quem trabalha. Lamento que o relatório não chegue a estas conclusões, embora critique as posições dos acórdãos do Tribunal de Justiça Europeu na defesa dos direitos dos trabalhadores, mas isso não chega.

**Vladimír Špidla, Membro da Comissão.** - (CS) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer ao relator e aos senhores pelo debate que se iniciou agora, uma vez que se trata de um debate sobre um tema extremamente sensível e profundo. Penso que o debate revelou uma série de opiniões que podem provocar uma discussão acesa, assim como uma série de opiniões contraditórias. Além do mais, este facto sublinha a importância e a natureza exigente deste debate. Gostaria de sublinhar algumas das ideias fundamentais. Em primeiro lugar, as decisões do tribunal no Luxemburgo não enfraqueceram, nem atacaram os direitos fundamentais. Isto não é verdade, pura e simplesmente. Também gostaria de dizer que o tribunal no Luxemburgo, entre outras coisas, foi o primeiro a declarar, através da sua jurisprudência, que o direito à greve é um direito fundamental. Isto nunca tinha sido formulado na jurisprudência ou no nosso sistema jurídico.

Também gostaria de responder à ideia ventilada frequentemente no debate de que a questão dos trabalhadores destacados constitui uma matéria que divide os antigos e os novos Estados-Membros. Posso informar que o país que destaca o maior número de trabalhadores é a República Federal da Alemanha. O país que destaca o segundo maior número de trabalhadores é a Polónia, ocupando a Bélgica o terceiro lugar e Portugal, o quarto. A ideia de que o destacamento implica um movimento do Leste para o Ocidente, dos novos para os antigos Estados-Membros, também não é correcta. Igualmente incorrecta é a ideia de que o destacamento de trabalhadores envolve implicitamente o dumping social. Gostaria de afirmar que constitui uma política fundamental da Comissão rejeitar e opor-se activamente a qualquer forma de dumping, incluindo o dumping social. Também é política da Comissão salvaguardar os padrões sociais que atingimos e não enfraquecê-los, em circunstância alguma.

Gostaria ainda de dizer que, no debate aberto no seminário, a maior parte dos Estados-Membros aos quais se aplicam os acórdãos no caso Laval, Rüffert não era de opinião de que deveríamos alterar a directiva. Uma clara maioria deles procurou encontrar uma solução no âmbito da aplicação da legislação nacional e uma série deles está bem encaminhada neste processo. Gostaria de referir a Dinamarca e o Luxemburgo, assim como de dizer que, de acordo com informações que recebi da Suécia, deverá ser tomada uma decisão muito importante dentro de cerca de quinze dias, uma decisão que foi debatida em grande profundidade e pormenor pelos parceiros sociais e pelo governo.

Também gostaria de dizer, embora se trate de um pormenor, que as chamadas «empresas fantasma» não constituem uma manifestação do destacamento de trabalhadores ou da livre circulação. Os senhores deputados podem encontrar centenas de exemplos destes casos no quadro do mercado interno de cada Estado, tratando-se, na minha opinião, de uma questão em aberto. Uma outra questão muito significativa, que gostaria de sublinhar, é que os acórdãos pronunciados até agora pelo tribunal no Luxemburgo constituem respostas a uma questão colocada anteriormente. Cabe aos tribunais nacionais tomar decisões definitivas, visto que isto recai na alçada dos tribunais nacionais.

Senhoras e Senhores Deputados, penso que é absolutamente necessário sublinhar que esta questão é absolutamente fundamental. A Comissão está a acompanhá-la a partir das perspectivas que assumimos neste debate e está preparada para tomar qualquer medida que seja necessária para resolver a situação e encontrar um consenso à altura, porque – e volto a reiterar – nem sequer neste debate ficou claro por onde passam as linhas de divisão. Ainda há muito trabalho a fazer, mas permitam-me que afirme e sublinhe que a importância dos parceiros sociais nesta área é vital.

**Jan Andersson, relator.** - (SV) Senhora Presidente, gostaria de apresentar algumas breves observações:

Há uma diferença entre as funções do Tribunal e as nossas, como legisladores. O Tribunal já disse o que tinha a dizer. Como legisladores, temos de agir agora se considerarmos que o Tribunal não interpretou a legislação como teríamos desejado. No relatório dizemos que nós e a Comissão devemos agir. Não devemos excluir a possibilidade de alterar a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, um aspecto que também mencionamos. Não há um conflito entre a liberdade de circulação e boas condições sociais. Pelo contrário.

Gostaria de dizer algumas palavras sobre as alterações propostas pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus. Infelizmente, ao procurarem soluções de compromisso, essas propostas contêm numerosas contradições. Por um lado, criticam as opiniões unilaterais do Conselho e, por outro lado, saúdam opiniões. As suas alterações contêm muitas contradições. Digo «não» a isenções para certos países especiais, porque o que está em causa são problemas europeus que temos de resolver juntos. Os vários mercados de trabalho devem funcionar lado a lado.

Dizemos «sim» ao novo Tratado, pois os problemas relacionados com os acordos ocorreram durante a vigência do antigo Tratado. Não estou a dizer «não» a medidas a nível nacional. São necessárias medidas desse tipo na Suécia e na Alemanha, por exemplo, mas também necessitamos de medidas a nível europeu.

Por último, gostaria de dizer que compete agora à Comissão agir. Se a Comissão não der ouvidos ao Parlamento e, especialmente, ao que os cidadãos da Irlanda, Alemanha, Suécia e outros Estados-Membros estão a dizer, o projecto europeu será grandemente prejudicado. Esta é uma das questões mais importantes para os cidadãos da Europa. Liberdade de circulação, sim, mas com boas condições sociais e sem dumping social. Temos de trabalhar nesse sentido, pelo que é necessário ouvir o que o Parlamento está a dizer.

(Aplausos)

## PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

*Presidente*

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, dia 21 de Outubro de 2008.

### **Declarações escritas (Artigo 142.º)**

**Ole Christensen (PSE), por escrito.** – (DA) A mobilidade no mercado de trabalho europeu deve, necessariamente, aumentar. Por conseguinte, impõe-se uma maior concentração na igualdade de tratamento e na não-discriminação.

É mais do que justo que um cidadão que se desloque para outro país por questões de emprego deva trabalhar sob as mesmas condições que são aplicáveis nesse país onde passa agora a trabalhar.

Os países devem atentar na forma como implementem a directiva relativa ao destacamento dos trabalhadores, para que possa haver maior clareza.

No entanto, as soluções europeias também são necessárias.

- O direito à greve não pode estar sujeito às normas que regem o mercado interno.

- A directiva relativa ao destacamento dos trabalhadores tem de ser ajustada às intenções originais que lhe são subjacentes. Os países têm de ter a possibilidade de criar melhores condições para os trabalhadores destacados do que os requisitos mínimos. Dessa forma, favorecemos a mobilidade e a igualdade de tratamento entre empregados, bem como os acordos colectivos incluindo o direito a desencadear uma acção laboral.

**Richard Corbett (PSE), por escrito.** – (EN) O relatório Andersson é um contributo útil para este debate controverso e altamente complexo do ponto de vista jurídico. São particularmente bem-vindos a sua

recomendação aos países da UE para que façam aplicar devidamente a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, e o pedido para que os projectos de propostas legislativas da Comissão colmatem os vazios jurídicos provocados pelos acórdãos e previnam qualquer interpretação contraditória da lei. Temos de assegurar que a directiva relativa ao destacamento de trabalhadores não permita o dumping social e evite que os acordos colectivos sejam minados por trabalhadores de outros países da UE que auferem salários mais baixos e trabalham em piores condições no país de acolhimento.

Não devemos culpar o Tribunal, que se limitou a clarificar o que diz a lei – afinal de contas o Tribunal já pronunciou numerosos acórdãos favoráveis do ponto de vista social –; em vez disso, devemos centrar a nossa atenção na rectificação da situação jurídica subjacente. A própria Comissão declarou, em Abril deste ano, que o direito fundamental à greve e à sindicalização não tem primazia sobre o direito à prestação de serviços.

É vital que este relatório não ponha fim ao debate. Caso seja necessário, devemos usar os nossos poderes para vetar a nova Comissão se não incluir as propostas pertinentes no seu primeiro programa de actividades.

**Gabriela Crețu (PSE), por escrito. – (RO)** Há um esclarecimento que gostaria de fazer. Os trabalhadores da parte oriental da União Europeia não estão envolvidos no dumping social nem o desejam. Não são eles que querem vender o seu trabalho a baixo custo. Infelizmente, os custos de modernização e requalificação da mão-de-obra são comparáveis na Europa Oriental e Ocidental. Alguns custos chegam a ser mais elevados na Roménia do que noutras zonas, e as contas ali também têm de ser pagas.

Não são os trabalhadores os responsáveis pela actual situação precária no mercado de trabalho e pelo agravamento das condições de trabalho na União Europeia, mas sim os que exercem o máximo de pressão para acabar com as garantias existentes ao abrigo do direito do trabalho, com um único fito em mente: maximizar os lucros por todos os meios possíveis, inclusive sacrificando os valores e os princípios que consideramos benefícios partilhados e conquistados pelas sociedades europeias.

É nosso dever, neste caso, proteger o direito fundamental que assiste aos trabalhadores da Europa Oriental de auferirem salário igual por trabalho igual. Os socialistas e os sindicatos, mais do que quaisquer outros, devem evitar criar uma divisão falsa e artificial entre o grupo dos que só alcançarão estes direitos se preservarem a solidariedade. Não possuem qualquer outra arma para além da solidariedade.

**Marianne Mikko (PSE), por escrito. – (ET)** A livre circulação dos trabalhadores é uma das quatro liberdades do mercado interno. Para podermos alcançar mais rapidamente uma Europa integrada torna-se necessário aplacar os receios dos trabalhadores europeus relativamente aos trabalhadores do Leste europeu, sem fecharmos ao mesmo tempo os mercados de trabalho. Infelizmente, o desejo manifestado por várias organizações sindicais na Europa Ocidental no sentido de fechar os mercados aos novos Estados-Membros, não contribui para a unificação da Europa. Trata-se de um caminho errado, em termos económicos, que induz os trabalhadores em erro, é gerador de desconfiança e não se enquadra no espírito de solidariedade internacional.

A movimentação da mão-de-obra constitui uma solução que permite colmatar a falta de mão-de-obra em determinados sectores. Existem áreas onde se regista uma grande procura de motoristas de autocarros e outras onde existe uma falta de médicos diplomados. Tais movimentações não podem ser travadas.

Visto que a igualdade de tratamento é um dos princípios fundamentais da União Europeia, a livre circulação de trabalhadores deverá também ocorrer em condições de igualdade. A ideia generalizada de que os trabalhadores estrangeiros recebem menos do que os cidadãos do país anfitrião não está em conformidade com esse princípio. Concorro com os princípios salientados no relatório: tratamento igual e salário igual para trabalho igual.

Quando se envia trabalhadores para outras partes da União Europeia, é necessário garantir-lhes, pelo menos, o salário mínimo.

Os mecanismos de protecção dos trabalhadores diferem historicamente de uma parte da Europa para outra. No entanto, chegou também o momento de mudarmos as práticas nesta área. Se os trabalhadores agora apenas defendem as suas características distintivas, significa que se renderam voluntariamente. Torna-se muito difícil explicar às pessoas nos novos Estados-Membros a impossibilidade de mudar, considerando que a Estónia, por exemplo, conseguiu implementar o acervo comunitário, na sua totalidade, em menos de seis anos. A protecção dos trabalhadores é um objectivo suficientemente nobre e devemos fazer um esforço para que o consenso seja alcançado.

**Siiri Oviir (ALDE), por escrito.** – (ET) O relatório espontâneo em debate é desequilibrado e revela propensões proteccionistas. Ninguém põe em causa o direito à greve, porém não devemos permitir que possa ir tão longe ao ponto de pôr em perigo a competitividade dos prestadores de serviços.

Hoje foram aqui debatidas decisões específicas proferidas pelo Tribunal de Justiça Europeu, em particular os casos Laval, Rüffert e Viking Line. Gostaria de chamar a atenção para o facto de nenhum dos acórdãos acima referidos dizer respeito ao conteúdo de quaisquer acordos colectivos susceptíveis de serem assinados nos Estados-Membros nem ao direito a celebrar tais acordos. O direito a tomar medidas colectivas insere-se no âmbito da regulamentação prevista no Tratado que Estabelece a Comunidade Europeia, devendo por isso ser justificado com base num interesse público significativo e ser proporcional.

## 7. Reunião do Conselho Europeu (15 e 16 de Outubro de 2008) (debate)

**Presidente.** - Seguem-se na ordem do dia o relatório do Conselho Europeu e declaração da Comissão sobre a reunião do Conselho Europeu (15 e 16 de Outubro de 2008).

Senhor Presidente em exercício do Conselho, Nicolas Sarkozy, Senhor Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, vivemos nas últimas semanas momentos de dificuldade extrema durante os quais a União Europeia, sob a Presidência de V. Ex.<sup>a</sup>, demonstrou a sua capacidade de acção. Se os países da Europa não tivessem chegado a uma solução comum, se não tivesse havido um acordo entre os parceiros europeus, se não existisse o euro, estaríamos hoje, provavelmente, numa situação calamitosa.

As propostas apresentadas há dez dias pelo Eurogrupo, as decisões tomadas na última quarta-feira pelo Conselho Europeu e os compromissos esta semana assumidos na cimeira de Camp David constituem uma sucessão de êxitos e reflectem uma genuína coordenação de actos e de esforços no sentido de levar a cabo as reformas necessárias para reagir com eficácia aos problemas colocados pela economia mundial. Não foram os governos, porém, os únicos a reagir à crise. O Conselho Europeu sob a sua liderança, em plena cooperação com a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, garantiu para a União Europeia um papel central na manutenção do bem-estar dos nossos cidadãos, perante os quais somos responsáveis.

Em tempos de crise a União Europeia mostrou o seu verdadeiro valor graças a si, Senhor Presidente Nicolas Sarkozy, e graças ao Presidente da Comissão, José Manuel Barroso. A acção europeia foi uma acção conjunta. Gostaria, por isso, antes de dar início ao debate desta manhã, de os felicitar, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão.

**Nicolas Sarkozy, Presidente em exercício do Conselho.** – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é para mim uma honra estar de novo perante o Parlamento Europeu, a fim de prestar contas do trabalho realizado pela Presidência do Conselho num momento tão importante para a Europa. Permitam-me que me expresse livremente, como é apanágio desta Assembleia, coração da Europa democrática a que todos aspiramos.

Que objectivos nos propusemos atingir? Antes de mais, a Presidência pretendia que todas as Instituições europeias se unissem para enfrentar as crises que foi necessário gerir. Pessoalmente, quis que o Parlamento Europeu participasse, sempre, nos grandes acontecimentos que vivemos, e aproveito o ensejo para agradecer aos presidentes de grupo, de todas as convicções políticas, que intervieram no diálogo e trabalharam com a Presidência do Conselho.

Pretendi também que trabalhássemos com a Comissão e, em particular, com o seu Presidente; independentemente das divergências ou das diferenças que opõem os que têm assento nesta Câmara, todos estamos cientes de que qualquer divisão entre as Instituições europeias retira força à Europa, e que é dever dos responsáveis políticos trabalharem ombro a ombro. A Europa avançará se o Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho chegarem a consenso nas grandes questões, garantindo assim que a voz da Europa é ouvida.

(Aplausos)

Pretendemos, antes de mais, manter unida a Europa - o que não foi fácil. Pretendemos que pensasse por si, visto o mundo precisar do pensamento da Europa, e que fosse proactiva. Se a Europa tem algo a dizer, queremos que o diga e, mais, que o faça.

Houve primeiro uma guerra, com a reacção absolutamente desproporcionada dos Russos durante o conflito na Geórgia. As palavras têm significado. Quando digo «desproporcionada» é porque considero desproporcionada uma intervenção como a dos Russos na Geórgia.

(Aplausos)

Todavia, utilizo a palavra «reacção» porque, se essa reacção foi desproporcionada, foi porque antes tinha ocorrido um acto absolutamente inapropriado. A Europa deve ser justa e não hesitar em abstrair-se de quadros ideológicos para poder enviar uma mensagem de paz.

A crise começou em 8 de Agosto. Em 12 de Agosto estávamos em Moscovo, com Bernard Kouchner, para obter o cessar-fogo. Não digo que tenhamos conseguido o acordo ideal; apenas afirmo que, num espaço de quatro dias, a Europa conseguiu impor o cessar-fogo. No início de Setembro a Europa obteve um compromisso no sentido de voltar às linhas anteriores à crise de 8 de Agosto. Em dois meses a Europa conseguiu garantir o fim das hostilidades e a retirada das forças de ocupação.

Sobre o assunto havia opiniões diversas. Alguns pensavam - e tinham razões para tal - que era inútil dialogar e que a resposta à agressão militar devia ser, também, militar. Que loucura! A Europa viveu a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, não deve agora ser parte de nova guerra fria nascida de uma mera falta de sangue-frio.

(Aplausos)

Ultrapassámos esse problema com a ajuda dos nossos aliados americanos, que consideravam inoportuna a visita a Moscovo. Apesar de tudo, trabalhamos a par com os EUA, nossos aliados, cuja posição era diferente da nossa. Tentámos trabalhar com eles e não contra eles e, muito francamente, tendo em consideração o estado do mundo em que vivemos, não penso que precisemos de uma crise entre a Europa e a Rússia. Isso seria absolutamente irresponsável. Podemos defender as nossas ideias relativamente ao direito à soberania, ao respeito pela integridade da Geórgia, aos direitos humanos e aos diferendos com os líderes russos, mas seria irresponsável permitir um conflito que dispensamos.

Tiveram início em Genebra conversações sobre o futuro estatuto da Ossétia e da Abcásia, territórios georgianos. Disseram-me que esse início não se fez sem dificuldades, mas seria possível que assim não fosse? O importante é que já começaram. Devo também informar que o Presidente Medvedev manteve as promessas que fez à Comissão e à Presidência do Conselho quando, no início de Setembro, nos deslocámos a Moscovo.

A Europa conseguiu a paz. A Europa garantiu a retirada de um exército de ocupação e deu início a negociações internacionais. Creio que há muito tempo a Europa não desempenhava papel tão importante num conflito como este.

Reconheço, obviamente, as ambiguidades, as falhas, os compromissos que foi necessário aceitar mas, com toda a consciência, creio que conseguimos o que era possível. Creio sobretudo, Senhor Presidente, que se a Europa não tivesse conseguido fazer ouvir a voz do diálogo, a voz da razão, ninguém mais o teria conseguido. Além disso, quando em 12 de Agosto partimos para Moscovo e Tblissi, nós e Bernard Kouchner, todos os meios de comunicação internacionais sabiam que os Russos se encontravam a 40 quilómetros de Tblissi e que pretendiam derrubar o regime de Saakachvili. Era essa a situação. Estivemos perto de uma catástrofe mas, graças à Europa - uma Europa determinada - a catástrofe não chegou a ocorrer. Mesmo assim, Senhor Presidente Pöttering, há ainda muito trabalho a fazer para aliviar as tensões nessa região.

Gostaria agora de falar da crise, uma crise financeira sistémica, inacreditável, improvável, que começou, tenhamos consciência de quando os factos se deram realmente, em 15 de Setembro e não em 7 de Agosto de 2007. Em 7 de Agosto irrompeu uma crise, grave e preocupante mas, se é possível dizê-lo, normal. Em 15 de Agosto de 2008 entrámos noutra crise. O que aconteceu nesse dia? O *Lehman Brothers* foi à falência e o mundo, admirado, descobriu no dia 15 de Agosto de 2008 que um banco pode falir.

Não nos ficaria bem julgar aquilo que o Governo dos EUA fez ou não fez. Posso, porém, afirmar que em 15 de Setembro de 2008 a crise grave passou a crise sistémica, com o colapso do sistema financeiro dos Estados Unidos, seguido do colapso do sistema financeiro europeu e depois do colapso gradual de outras bolsas de valores e outros sistemas financeiros.

Que soluções foram propostas nessa altura? Surgiu o primeiro plano Paulson, que não resultou. Ao dizê-lo, não estou a fazer qualquer crítica, apenas a descrever o que de facto se passou. Nessa altura nós, com o Presidente da Comissão, tentámos esboçar uma resposta conjunta europeia, primeiro na zona euro. Senhor



Presidente, já referiu o assunto; quer sejamos a favor ou contra, a verdade é que, na zona euro, dispomos do mesmo banco e da mesma moeda e, por conseguinte, temos o mesmo dever de nos unirmos.

Não foi fácil chegar a uma posição comum. Começámos por propor uma reunião dos quatro países europeus membros do G8. Não é desprimor para ninguém dizer que a influência do Reino Unido, por exemplo, no sistema financeiro mundial é superior à de outros países entre os 27. Tive oportunidade de dizer que, se num feito extraordinário, conseguíssemos garantir um acordo entre Reino Unido, Alemanha, Itália e França, isso nunca aconteceria em detrimento dos outros países da Europa, antes em seu benefício.

É certo que as posições divergiram - quem poderá apontar-nos o dedo por isso? Nos primeiros dias de crise não sabíamos exactamente como reagir à situação, cujos contornos nunca tinham sido vistos na história económica ou, pelo menos, no século XX. Pensei então: depois de termos conseguido unir os quatro devíamos chamar os países do Eurogrupo e a Eslováquia, que virá juntar-se a nós em breve. Essa semana permitiu-nos chegar a uma solução conjunta que permitisse aos bancos retomarem o seu labor: os empréstimos. Encontrámo-nos, porém, numa situação em que os bancos já não concediam crédito aos outros bancos, pois não dispunham de dinheiro para emprestar, e todo o sistema estava a ruir. Vimos bancos serem nacionalizados no Reino Unido, bancos entrarem em bancarrota na Bélgica, um sistema islandês - fora do espaço europeu mas tão perto - em colapso; da Suíça vinham más notícias e, a pouco e pouco, deu-se um fenómeno de contágio: a Alemanha, a França foram arrastadas por essa vaga. No Eurogrupo conseguimos chegar a um acordo de uma dimensão extraordinária - 1 800 mil milhões de euros - para permitir às nossas instituições financeiras prosseguirem o seu trabalho e tranquilizarem os aforradores e empresas da Europa.

Subimos, depois, ao Conselho Europeu, que adoptou a mesma estratégia e, a partir daí, foi possível acalmar os mercados na Europa. Bela surpresa: foi então lançado o plano Paulson II, que todos perceberam inspirar-se, em grande medida, no plano europeu. Não queremos retirar daqui quaisquer louros, apenas perceber que, sendo a crise global, a resposta tem de ser também global. Estados Unidos e Europa devem estar alinhados.

Senhor Presidente, falamos de gestão de crise, nem mais, nem menos. Se não tivéssemos feito o que fizemos, quais teriam sido as consequências?

Estão ainda por encontrar as respostas certas. Como foi possível que isto acontecesse? Como podemos impedir a ocorrência de situações semelhantes? A Europa tem ideias a defender ou uma política a propor? Foi neste contexto que, em nome da Europa, propus na Assembleia-Geral das Nações Unidas, que decorreu no início de Setembro, a convocação de uma cimeira internacional que lance as bases de um novo Bretton Woods, inspirando-se na reunião realizada após a Segunda Grande Guerra e que estabeleceu um novo sistema financeiro mundial. É uma ideia que está a amadurecer. Qual deve ser o objectivo da Europa no contexto dessa cimeira? Temos de avançar a ideia de uma reforma radical do capitalismo mundial.

O que aconteceu foi uma traição dos valores do capitalismo, mas a economia de mercado não foi posta em causa. Não havia regras e vimos serem recompensados os especuladores em detrimento dos empreendedores. Temos de avançar com a ideia de nova regulação. A Europa pode propor, vai propor ideias. E a primeira, Senhor Presidente, é que nenhum banco que opere com dinheiros públicos poderá trabalhar com paraísos fiscais.

*(Aplausos)*

Nenhuma instituição financeira deve ter autorização para operar sem estar sujeita a regulação financeira; os regimes de remuneração dos operadores devem ser revistos e calculados de forma a não encorajarem esses operadores a correr riscos desnecessários como aqueles a que assistimos; as normas contabilísticas dos nossos bancos não devem exacerbar a gravidade da crise mas antes ajudar-nos a lidar com ela; e o sistema monetário deve ser repensado, de forma a encontrar o equilíbrio algures entre taxas de câmbio fixas e inexistência de taxas de câmbio entre moedas. Tentámos de tudo. Será possível nós, o resto do mundo, continuarmos a arrostar com os défices da maior potência mundial sem nada dizer? A resposta, claramente, é negativa.

*(Aplausos)*

De nada serve procurar culpados; mas há que encontrar formas de garantir que a situação não se repete. Muito haveria ainda a dizer, mas gostaria, acima de tudo, que a Europa pensasse na governação mundial no século XXI. Não nos admiremos por a governação actual não funcionar: vivemos no século XXI mas temos instituições do século XX. O Presidente dos Estados Unidos e a Europa propuseram a realização de diversas cimeiras, a começar em meados de Novembro, para estudar novas formas de regulação, novas formas de governação mundial. Espero que a Europa esteja à altura do debate.

Terei oportunidade de propor aos meus parceiros, Chefes de Estado e/ou de Governo, uma reunião de preparação dessas cimeiras. A questão da reforma radical do nosso sistema capitalista e do nosso sistema internacional assume igual importância para o Parlamento Europeu, que deve debatê-la e apresentar as suas propostas. No entanto, se quer ser ouvida, a Europa tem de falar a uma só voz.

Quem deverá participar nessa cimeira? Há muitas teses. Penso que a formação mais simples é o G8, indispensável - com a Rússia, obviamente -, e que devíamos acrescentar-lhe o G5, também fundamental, e que permitiria à China e à Índia, em particular, participarem num debate tão essencial. A nossa viagem à China com o Presidente Barroso terá como objectivo convencer as potências asiáticas a participarem nessa reforma radical.

Senhor Presidente, durante esta Presidência houve ainda outro assunto fundamental e que se revelou de dificuldade extrema: o futuro do pacote energia e alterações climáticas. Tenho perfeito conhecimento de que o Parlamento e alguns dos grupos políticos estão divididos quanto à forma de avançar. Seja-me permitido afirmar a minha profunda convicção e a política que tenciono propor. O pacote energia e clima, aliás ambicioso, assenta na convicção de que o mundo caminha para o desastre se continuar a produzir dentro dos padrões até agora seguidos. Eis, em linhas gerais, a constatação de que partimos.

*(Aplausos)*

Nada aponta para uma melhoria da situação do nosso mundo, de uma perspectiva ambiental, devido à ocorrência da crise financeira. Quando decidimos lançar o pacote energia e clima fizemo-lo com plena consciência das nossas responsabilidades para com os nossos filhos e o futuro do nosso planeta. Trata-se de uma política estrutural, de uma política histórica, e seria trágico abandonar essa política sob o pretexto de que ocorreu uma crise financeira.

*(Aplausos)*

Seria trágico e seria irresponsável. Irresponsável porquê? Porque, nesse caso, a Europa estaria a enviar a mensagem de que não tenciona fazer os esforços a que se comprometeu nesse âmbito e, se a Europa não fizer esses esforços, não temos qualquer hipótese de convencer o resto do mundo da necessidade de preservar o equilíbrio global. O que está em causa, portanto, não é apenas o facto de a Europa não assumir as suas responsabilidades perante si própria mas também de não assumir as suas responsabilidades perante o mundo no que ao ambiente diz respeito. É que, se a Europa não for exemplar, não será ouvida, respeitada ou sequer notada - e, se a Europa não fizer o seu trabalho, ninguém o fará por ela. Nesse caso, falharemos o nosso encontro com a história.

*(Aplausos)*

O que significa isso, «falhar o encontro com a história»? Em minha opinião, significa duas coisas: primeira, que temos de reconsiderar os objectivos «dos três vinte»; depois, que temos de repensar o calendário, a saber, o final do ano. Não pretendo, de forma alguma, pôr em causa a co-decisão - de resto, não posso nem quero fazê-lo. Seria maldade atribuir-me tais pensamentos - mas, vendo bem, atribuir-me pensamentos é quase um elogio, Dany. Bom, o que acontece é que nesta matéria batemo-nos ao lado do Presidente Barroso no Conselho Europeu para que os nossos objectivos sejam atingidos e o calendário respeitado. Não foi fácil. Dispomos de algumas semanas para convencer os nossos parceiros, cujas reticências compreendo. Não é possível criar condições para um compromisso sem tentar perceber aquilo que dizem os que discordam de nós.

Algumas economias dependem em 95% do carvão. Não podemos exigir-lhes compromissos que as deixariam de rastos, numa altura em que já defrontam enormes problemas. Temos, portanto, de encontrar formas de conseguir flexibilidade, sempre dentro dos limites que propus ao Conselho: respeito dos objectivos e do calendário.

Senhor Presidente, é provável que tenha oportunidade de me explicar mais pormenorizadamente noutros fora, mas não quero abusar da sua paciência. Dir-lhe-ia apenas o seguinte: isto foi o que procurámos fazer, e espero que todos possam apoiar-nos.

Passarei agora ao quarto tema, o pacto sobre a imigração. Esse pacto é um exemplo de democracia e, apesar das diferenças iniciais, todos acabaram por concordar numa política de imigração selectiva que foi, aliás, estabelecida com os países de emigração, e que aproveita alguns aspectos de Schengen, que está em vigor em três quartos dos países da Europa. Além disso, tendo eliminado a exigência de visto entre nós, parece-me

justo que, se aos nossos cidadãos não é exigida autorização suplementar quando se deslocam, o enquadramento seja semelhante no atinente a uma política europeia de imigração.

Gostaria ainda de passar em revista mais dois pontos. Primeiro: a crise financeira trouxe consigo uma crise económica, que se instalou. Não valerá a pena fazer previsões, visto estarmos agora a vivê-la. Numa nota pessoal eu diria, e tenho plena consciência das diferenças de perspectiva entre alguns países, que não concebo que alguém, perante a crise financeira, opine que precisamos de uma resposta europeia unida mas, perante a crise económica, entenda que essa resposta europeia unida é dispensável.

Vejamos o que significa a palavra «unida». «Unida» não significa reagir da mesma forma. Para a crise financeira propusemos uma ferramenta, um roteiro, harmonização e coordenação. A meu ver, o mesmo é necessário para a política económica. Não significa isto que tenhamos todos de fazer o mesmo mas, no mínimo, temos obrigação de falar sobre os assuntos, obrigação de, mutuamente, nos informarmos e, em determinados pontos, obrigação de nos consultarmos. Estão em curso diversas iniciativas. Permitam-me que refira uma ideia: as bolsas de valores atingiram um nível mínimo histórico. Não gostaria que, daqui a uns tempos, os europeus descobrissem que as empresas europeias são então detidas por capital não europeu, que as teria adquirido ao preço de mercado mais baixo, por quase nada. Se isso acontecesse, os Europeus iriam pedir-nos explicações.

Convido a uma reflexão sobre a oportunidade de também nós criarmos fundos soberanos nos nossos países e de, eventualmente, esses fundos soberanos serem regularmente coordenados, para que haja uma resposta industrial à crise. Devo dizer que acompanhei com grande interesse o plano americano para a indústria automóvel: 25 mil milhões de dólares de taxas de juro a preços imbatíveis para salvar da bancarrota os três grandes fabricantes automóveis dos Estados Unidos.

Detenhamo-nos um minuto sobre este problema na Europa. Pedimos aos nossos fabricantes, o que é muito correcto, para construírem carros menos poluentes e para alterarem totalmente os seus sistemas de produção. Assim, e graças ao bónus ambiental, 50% dos automóveis vendidos no meu país serão veículos limpos. Será justo que a indústria automóvel europeia seja colocada numa posição de grave distorção da concorrência com os seus rivais americanos, sem averiguarmos sequer da existência de políticas sectoriais europeias que protejam a nossa indústria europeia?

Não pretendo, com isto, pôr em causa o mercado único, o princípio da concorrência, o princípio dos auxílios estatais. Quero apenas frisar que a Europa precisa de uma resposta unida que não seja ingénua na sua relação com a concorrência proveniente das outras grandes regiões mundiais. Temos o dever de garantir que a Europa continua a fabricar aeronaves, navios, comboios e automóveis, porque necessitamos de uma indústria poderosa. A Presidência defenderá ferozmente essa política!

Reservei para o fim da minha intervenção o tema das Instituições. Não sei se ouvi um suspiro de alívio por estar a chegar ao fim do discurso ou por os outros temas serem menos importantes. As Instituições não são o único tema na Europa e seria errado dedicarmo-nos exclusivamente ao assunto, esquecendo todos os outros. Mas temos de as debater, pois são um assunto candente. Devo afirmar, muito claramente, que penso que a crise requer uma reforma das Instituições europeias. A crise exige que a Europa responda de modo tão firme e rápido como qualquer outra potência mundial, por exemplo os Estados Unidos, perante a tragédia que a crise financeira constituiu.

Creio que seria um grave erro não procedermos a uma reforma das nossas Instituições. Um dos argumentos mínimos é que, para podermos acompanhar assuntos delicados como a situação na Geórgia e na Rússia ou as crises financeira e económica, não é muito aconselhável dispor de nova presidência a cada seis meses. Independentemente dos resultados em eleições recentes, e falo com a maior franqueza, se amamos a Europa, se queremos que a Europa fale a uma só voz, não me parece judicioso que a Presidência do Conselho mude semestralmente. Por conseguinte, e em colaboração com o Presidente Barroso, vamos apresentar em Dezembro um roteiro que permita solucionar a questão irlandesa. Quero propor este roteiro antes de deixar a Presidência e pretendo, numa base consensual, sugerir formas de ultrapassar a situação.

Uma última observação: a zona euro não pode continuar a funcionar sem um governo económico claramente identificado. Não podemos manter a situação actual. Aproveitaria para homenagear o trabalho do BCE. Creio firmemente que o BCE tem de ser independente mas, para que o trabalho dessa instituição seja plenamente explorado, o Banco Central deve ter o poder de negociar com um governo económico. Era esse o espírito do Tratado, um espírito de diálogo, de democracia, de independência de ambas as partes. Acresce que, para mim, o verdadeiro governo económico do Eurogrupo tem de estar ao nível de Chefes de Estado e/ou de

Governo. Fiquei estupefacto ao descobrir, quando convoquei a reunião do Eurogrupo, que era a primeira vez que essa formação se reunia desde a criação do euro.

As verdades devem ser ditas: criámos uma moeda, dotámo-nos de um banco central mas não dispomos de um governo económico digno deste nome. Senhor Comissário Joaquín Almunia, o esforço de eleger um presidente dos Ministros das Finanças compensou. Eu próprio, na altura Ministro das Finanças do meu país, participei nessa decisão. Aproveitaria para prestar homenagem ao trabalho do nosso eleito, Jean-Claude Juncker, bem como ao trabalho do Senhor Comissário. Tenhamos em mente, porém, que numa crise com a dimensão desta a que assistimos não basta reunir os Ministros das Finanças para poder lidar com o assunto. Além disso, perante a necessidade de mobilizar os montantes que acordámos, não só não bastava reunir os Ministros das Finanças, como tivemos de subir ao nível de Chefes de Estado e/ou de Governo, os únicos com legitimidade democrática para tomarem decisões dessa gravidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores, muito mais haveria a dizer. À guisa de conclusão, queria apenas reiterar que o mundo precisa de uma Europa com voz forte. É uma responsabilidade que repousa em nós, repousa na Comissão e no Conselho. Gostaria que todos soubessem que, para a Presidência, foi muito útil sentir, para lá das diferenças, a solidariedade de um Parlamento Europeu que, desde o início, analisou a gravidade da crise e quis - e presto-lhe homenagem por isso - ultrapassar as nossas tendências divergentes para conseguir criar condições para que a Europa se unisse. Quis expressar este reconhecimento, que sinto com convicção.

(Aplausos)

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, minhas Senhoras e meus Senhores, o Conselho Europeu da semana passada marcou o auge de um trabalho de uma intensidade sem precedentes para lidar com a crise económica na Europa. O Conselho evitou o risco de tomar medidas *ad hoc* e descoordenadas e conseguiu chegar a uma posição comum para repor a estabilidade do sistema financeiro europeu. Agradeço ao Presidente Nicolas Sarkozy, cujo dinamismo e inestimável determinação permitiram o fôlego necessário à acção dos 27 em torno de objectivos e princípios comuns.

Queria também expressar o orgulho pelo contributo dado pela Comissão que, como disse o Presidente Sarkozy, trabalhou sempre a par com a Presidência francesa e sempre frisou que apenas uma resposta a nível europeu podia produzir os efeitos desejados.

Deve ser esse fôlego que observámos no Conselho Europeu e que nos permitiu, também, adoptar um importante pacto sobre a imigração, a orientar-nos na gestão de uma agenda europeia tendo em vista o Conselho Europeu de Dezembro.

Em especial, há que desenvolver um roteiro para o Tratado de Lisboa, de forma a preparar adequadamente as eleições de 2009.

Quanto ao pacote «energia e alterações climáticas», será necessário um esforço considerável para assinar um acordo até ao fim do ano. A Comissão vai trabalhar em estreita cooperação com a Presidência com o intuito de encontrar soluções que vão ao encontro das preocupações de todos os Estados-Membros. Contamos com o apoio constante do Parlamento para chegar a acordo.

Gostaria, porém, de centrar a minha intervenção de hoje na que deve ser a nossa preocupação primeira e imediata: a economia europeia. Temos de trabalhar em três frentes: primeiro, a adopção de acções imediatas, a nível europeu, para ultrapassar a crise financeira; depois, a reforma do sistema financeiro internacional; e, em terceiro lugar, o reforço daquilo a que se chama a «economia real» a fim de minimizar as consequências da crise financeira e criar condições para o relançamento do crescimento e do emprego.

Penso sinceramente que a Europa se encontra em posição de, através das suas escolhas, fazer sentir a sua presença na resposta internacional à crise. A Cimeira de Camp David do fim-de-semana passado deu uma indicação inequívoca daquilo de que a Europa é capaz quando trabalha unida. Sejam claros, o resultado não era evidente. Um ou dois meses atrás seria impossível chamar o Presidente dos EUA para o nosso lado. Agora, porém, conseguimos ter connosco os nossos parceiros americanos e creio que criámos condições para uma reforma fundamental do sistema financeiro mundial.

Vivemos tempos sem precedentes, que exigem um nível de coordenação igualmente sem precedentes. Para que haja uma resposta internacional precisamos de uma resposta genuinamente europeia. A Europa deve adaptar a sua resposta internacional aos problemas internacionais. A regra da globalização consiste, justamente, no respeito pelos princípios de abertura e de interdependência. Em vez de ser vítima da

globalização a Europa tem de a moldar aos seus valores, protegendo ao mesmo tempo os seus interesses. Verifiquei com satisfação e orgulho que, nesta crise, a Europa demonstrou estar à altura dos desafios.

(EN) Senhor Presidente, permita-me dar mais alguns pormenores sobre a nossa resposta a esta crise.

A nossa primeira prioridade foi cumprir a nossa parte, enquanto Comissão, no salvamento de instituições financeiras em dificuldades, uma tarefa em que pudemos contar com a excelente cooperação dos Estados-Membros e do BCE.

O passo seguinte era a apresentação de um pacote de medidas bem definidas e especialmente direccionadas para suprir deficiências específicas em matéria de requisitos de capital, garantias de depósitos ou regras contabilísticas. A celeridade foi um factor essencial e, para darmos resposta aos problemas, acelerámos o nosso trabalho. Neste mesmo espírito, fiquei grato pela rapidez com que o Parlamento conseguiu concluir a sua apreciação das alterações às regras contabilísticas. Sei que compreendem perfeitamente que as restantes propostas que estão sobre a mesa merecem a mesma urgência.

Também temos de ver quais as outras propostas que terão de ser actualizadas para colmatar as lacunas que o actual regime regulamentar apresenta.

No próximo mês, teremos a proposta relativa às agências de notação de risco. Apresentaremos uma iniciativa sobre a remuneração dos executivos, baseada numa revisão da nossa recomendação de 2004. Trataremos da regulação dos instrumentos financeiros derivados. Trabalharemos de forma construtiva com o Parlamento Europeu sobre o seguimento das vossas resoluções recentes e analisaremos as suas incidências no programa de trabalho da Comissão para 2009. Nenhuma área dos mercados financeiros ficará de fora desta revisão.

Um contributo importante para uma acção futura serão os resultados do grupo de alto nível que criei para estudar a supervisão financeira transfronteiras na Europa e que é presidido por Jacques de Larosière. Tenho hoje o prazer de informar que compõem esse grupo Leszek Balcerowicz, Otmar Issing, Rainer Masera, Callum McCarthy, Lars Nyberg, José Pérez Fernández e Ono Ruding. Solicitei ao grupo que apresente os primeiros resultados a tempo de serem discutidos no Conselho Europeu da Primavera, e esta tarde vou estudar com a vossa Conferência dos Presidentes uma maneira de garantir o envolvimento do Parlamento nesse trabalho.

No entanto, como referi anteriormente, teremos também de promover a reforma do sistema financeiro global. Nestes últimos meses, ficou comprovado que as instituições de Bretton Woods não acompanharam o ritmo de integração dos mercados financeiros globais.

A cooperação entre a União Europeia e os Estados Unidos é essencial: como sabem, a União Europeia e os Estados Unidos representam quase 80% dos mercados financeiros grossistas. Esta cooperação é importante, não só para nos tirar desta crise, mas sobretudo para evitar a ocorrência de outras. Nesse sentido, as discussões que o Presidente Sarkozy e eu tivemos com o Presidente Bush na semana transacta foram um importante passo em frente.

Porém, isso não basta. Temos de convencer outros actores importantes a trabalharem connosco. Mais para o final desta semana, o Presidente Sarkozy e eu deslocamo-nos à China e vamos abordar esta questão com o Presidente e o Primeiro-Ministro chineses, bem como com outros parceiros asiáticos presentes na Cimeira da ASEAN. Precisamos de uma massa crítica de actores envolvidos.

O objectivo deve ser a concepção de um sistema de governança financeira global adaptado aos desafios do século XXI em termos de eficiência, transparência e representação.

A Europa lidera este processo. Isso é algo de que nos podemos orgulhar colectivamente, e quero trabalhar com este Parlamento para que possamos dar um contributo europeu vigoroso para este debate internacional.

Não podemos, contudo, esquecer aquilo que habitualmente se designa por economia real. Todos sabemos que, dia após dia, se vai tornando cada mais evidente que estamos perante um grave abrandamento da economia. O seu impacto faz-se sentir no emprego, nos rendimentos das famílias e nos livros de encomendas das empresas, tanto grandes como pequenas.

Uma coisa tem de ficar clara: não existe um caminho nacional para sair desta crise – as nossas economias estão demasiado interligadas. Ou nadamos juntos ou vamos juntos para o fundo. Não devemos ceder ao canto de sereia do protecçãoismo; não devemos virar costas à globalização nem colocar em risco o nosso mercado único. Este vai continuar a ser o motor de crescimento da União Europeia.

Também não podemos continuar a agir como de costume. A economia da Europa precisa de um empurrão para recuperar, para continuar a crescer, para criar emprego. Primeiro, dentro da Europa. Teremos de redobrar esforços para tratar de questões a longo prazo e criar melhores condições para enfrentarmos os desafios que se avizinham, fazendo da Europa uma economia do conhecimento, investindo mais em investigação, desenvolvimento e inovação. O Pacto de Estabilidade e Crescimento revisto oferece suficiente flexibilidade para que as políticas orçamentais dos Estados-Membros possam reagir às actuais circunstâncias excepcionais e promover o crescimento e o emprego.

No entanto, precisamos também de olhar para além das nossas fronteiras. O comércio foi fundamental para o crescimento europeu nestes últimos anos. É chegada a hora de sermos pró-activos relativamente ao acesso aos mercados, e de defendermos a ideia de que a criação de barreiras comerciais não ajudará ninguém. Espero que todos tenhamos aprendido que o proteccionismo apenas contribui para tornar a recuperação ainda mais difícil.

A indústria europeia precisa de apoio. As PME precisam de ser livres para se concentrarem nos seus mercados. É por isso que, por exemplo, propusemos recentemente que as nossas empresas mais pequenas sejam isentas de encargos excessivos em termos de regras contabilísticas e de apresentação de relatórios estatísticos.

A grande indústria transformadora também precisa de ajuda. Quero ter a certeza de que estamos a utilizar da melhor forma programas europeus como o nosso programa de competitividade e inovação e o programa-quadro de investigação. Precisamos de reforçar as sinergias entre a nossa Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego e a nossa agenda para o clima e a energia.

A promoção do investimento em tecnologias de baixo carbono e em medidas de eficiência energética contribuirá ao mesmo tempo para a nossa competitividade, a nossa segurança energética e a nossa agenda relativa às alterações climáticas. O Banco Europeu de Investimento será um parceiro valioso neste nosso esforço.

Também os cidadãos da Europa precisam de apoio, sobretudo os mais vulneráveis. É extremamente importante que, numa altura em que o desemprego está a aumentar, continuemos a investir em formação, desenvolvamos novas competências e preparemos as pessoas para aproveitarem as oportunidades quando estas voltarem. Importa mais do que nunca avançar com a nossa Agenda Social que se articula em torno de três eixos: oportunidades, acesso e solidariedade. Vamos analisar o papel que o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização pode aqui desempenhar.

Todas estas áreas exigem que actuemos com inteligência. Precisamos de tirar o máximo partido de cada passo que damos. Actuar com inteligência significa matar dois coelhos com uma cajadada só. Por exemplo, apoiar a indústria da construção, sim, mas promovendo ao mesmo tempo um parque habitacional eficiente do ponto de vista energético. Utilizar auxílios estatais, sim, mas em sintonia com as orientações que direccionam esses auxílios para o apoio ao ambiente e para a investigação e desenvolvimento. Apoiar indústrias fulcrais como a indústria automóvel – por que não? –, mas preparando-as para os mercados de automóveis não poluentes de amanhã. Apoio inteligente: é disso que a nossa indústria precisa, não de proteccionismo. Quero frisar isto muito claramente.

O nosso pacote sobre a Estratégia de Lisboa a apresentar em Dezembro será a oportunidade para juntar estes diferentes fios. Não há nenhuma bala mágica para contornar a economia da União Europeia. O que temos de fazer é pegar em cada opção e explorar todas as potencialidades da política da União Europeia para ajudar os Estados-Membros a aproveitarem todas as oportunidades para colocar a Europa na senda do crescimento. Esta é a nossa tarefa para as próximas semanas. É isso que estamos a preparar e esta é uma tarefa que quero realizar em conjunto com o Parlamento Europeu.

É um facto que estamos a viver um momento histórico, um momento em que a crise abala todas as certezas e em que as mentes estão mais abertas à mudança. Estes momentos são muito especiais e não acontecem todos os dias. Temos de compreender que se trata realmente de um daqueles momentos em que existe um pouco mais de plasticidade, e então, quando podemos fazer uma verdadeira mudança, são momentos em que sabemos que as decisões de hoje vão ter um impacto determinante na realidade de amanhã. É de mudança que agora precisamos. Mudança, não para recuar às soluções do passado, mas para encontrar as soluções do futuro, as soluções do século XXI do mundo globalizado.

Hoje, a Europa pode propor os princípios e as regras que irão dar forma a uma nova ordem global. Temos uma oportunidade de apresentar propostas baseadas nos valores europeus, baseadas em sociedades abertas e em economias abertas. Como afirmei este fim-de-semana em Camp David, sociedades abertas pressupõem

Estado de direito e democracia. As economias abertas também precisam de regras – as regras da transparência, da regulação sensata e da supervisão prudente.

É nos tempos de crise que a Europa mostra o que vale. Na Geórgia, a Europa conseguiu acabar com uma guerra. Na crise financeira, a Europa mostra o caminho para uma solução global. Nas próximas semanas, temos de demonstrar que somos capazes de continuar a liderar o combate às alterações climáticas e de construir uma política energética para o futuro, porque devemos isso aos nossos cidadãos, às nossas economias e aos nossos parceiros em todo o mundo, bem como às futuras gerações de europeus.

(Aplausos)

**Joseph Daul**, em nome do Grupo PPE-DE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, neste Verão, a Europa e o mundo, por duas vezes, enfrentaram crises de profunda gravidade. Por duas vezes a Europa mostrou que com vontade política e através da união, consegue não só adoptar uma posição firme e rápida mas também influenciar e liderar os seus parceiros a nível mundial – veja-se o exemplo da Geórgia.

Em nome do meu grupo gostaria de saudar, nesta Assembleia, o trabalho exemplar da Presidência francesa e do seu Presidente, Nicolas Sarkozy, nessas duas grandes crises. O Presidente Sarkozy foi incansável, esteve sempre ao serviço desde o início da sua Presidência. A actual Presidência da União está a prestar um trabalho inestimável à Europa e aos Europeus. Está a mostrar que a Europa pode ter uma presença no cenário internacional...

(Murmúrios)

Senhor Presidente, gostava que me ouvissem!

A Presidência é a prova de que a Europa merece ser construída e vivida. Acresce que as orientações dos países da zona euro foram unanimemente confirmadas no último Conselho Europeu, em termos de medidas para introduzir mecanismos de regulação, mecanismos de acompanhamento ou normas éticas que ponham termo aos para-queda dourados. Todas estas acções vão na direcção certa.

Obviamente, a crise financeira não está ultrapassada, mas é em situações de crise que podemos e devemos adoptar regras para o futuro. Já ouvi dizer, algumas vezes, que estamos a assistir ao colapso do capitalismo, que a culpa da situação é do mercado livre. Na realidade, embora o mercado livre tenha as suas falhas, deve ser balizado por regras, e a verdade é que não dispúnhamos de regras suficientes, ou as regras existentes não foram aplicadas com a firmeza exigida. É aqui, e também em não sei que desafio ideológico, que temos de trabalhar, com a ajuda dos bancos centrais e de toda a comunidade internacional.

Ainda no mesmo registo, saúdo a iniciativa da Presidência de juntar os nossos parceiros com o objectivo de definir uma nova ordem económica e financeira mundial. Temos de garantir que os pequenos aforradores não vêem os seus esforços desaparecer de um dia para o outro. Temos de garantir que os empresários e, em particular, as pequenas e médias empresas, continuam a poder financiar as suas actividades - fonte de emprego e crescimento - a taxas razoáveis.

O nosso grupo apoiará quaisquer medidas que visem salvaguardar a solidariedade europeia e o modelo de economia social de mercado, cujo grande valor mais apreciamos em tempos de crise. No atinente ao Tratado de Lisboa, instaria os Estados-Membros que ainda não o ratificaram a fazê-lo brevemente, para que possamos ter uma ideia geral da ratificação final.

Se o pedimos é porque pensamos que a Europa terá dificuldades em agir com eficácia com a regra da unanimidade e sem uma Presidência estável. Esperamos que o Conselho Europeu de Dezembro estabeleça um roteiro, assim como um calendário realista mas ao mesmo tempo exigente, para pôr termo à crise. Acrescentaria que, se continuar a aplicar-se o Tratado de Nice nos próximos meses, deve aplicar-se tanto ao Parlamento Europeu como à Comissão Europeia. Exorto, portanto, todos os membros desta Assembleia a assumirem as suas responsabilidades. A Comissão, que entrará em funções no Outono de 2009 e cujo Presidente será investido em 15 de Julho, terá um número de Comissários inferior ao de Estados-Membros. Temos de contar com isso, temos de contar com o Tratado de Nice, com um Parlamento com menos lugares e menos poderes, com uma Comissão com menos Comissários.

O Conselho Europeu adoptou o Pacto Europeu sobre a Imigração. É um sucesso assinalável, mas outros desafios, novos e diversos, nos esperam: clima, energia, defesa, isto para referir apenas alguns. Apenas trabalhando com base no nosso modelo social e consolidando a nossa economia social de mercado poderemos

dar respostas credíveis e sustentáveis para as gerações vindouras. Senhor Presidente Sarkozy, peço que avance no seu trabalho. Faremos o melhor, no Parlamento, para garantir que, no final do ano, também aqui temos uma visão credível para o mundo e para o futuro dos nossos filhos e netos.

**Martin Schulz**, em nome do Grupo PSE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, neste fim-de-semana, vimos o que foi realmente uma imagem histórica. Vimos o pior presidente dos Estados Unidos de que há memória, ladeado por um eficaz Presidente da União Europeia e por um Presidente da Comissão Europeia, que está em vias de ver a razão sobre o tema da política do mercado interno europeu.

Este foi, efectivamente, um momento histórico e, na verdade, uma grande oportunidade para a Europa tomar o seu legítimo lugar na política internacional. As políticas da administração Bush, de desregulamentação total dos mercados mundiais, de total *laissez faire*, onde qualquer pessoa pode tomar qualquer medida, em qualquer lugar, entraram em bancarrota, e a Europa tem agora a oportunidade de preencher o vazio resultante com uma nova ordem económica, mais social, para a Europa e para o mundo. Esta é a tarefa que temos pela frente, e é de facto uma tarefa histórica.

(Aplausos)

Senhor Presidente Sarkozy, os primeiros passos foram positivos. V. Exa. tomou as medidas necessárias na crise e, por isso, o nosso grupo apoia-o a este respeito. Não vou esconder o facto de que estamos impressionados, inclusive com a determinação demonstrada por V. Exa. e – digo-o expressamente – pelo próprio Durão Barroso, embora não pela sua Comissão.

Enquanto estou a abordar o tema de aproveitar oportunidades, temos de passar às acções que agora são necessárias, usando como lema as palavras «nunca mais». O que aconteceu nestes mercados não pode repetir-se nunca mais. É preciso pôr um ponto final no desastre dos mercados financeiros internacionais, e na crise da economia real, por estes desencadeada. Não pode tornar a acontecer.

Para garantir que assim acontece, precisamos de novas regras. Estas novas regras também têm de vir de si, Senhor Presidente Barroso. Daqui a pouco, o meu colega Rasmussen irá descrever em termos específicos, o que esperamos de V. Exa. Esperamos, até ao final do ano, as propostas que acabou de anunciar, dado que temos de agir rapidamente. Não temos muito tempo.

Se agirmos rapidamente, as regras terão de estar no centro: não só as regras para os bancos, mas também as regras necessárias para os fundos de retorno absoluto (*hedgefunds*) e os fundos de investimento em participações privadas (*private equities*). Decidimos isso aqui, há algumas semanas, por grande unanimidade.

Hoje, o que aqui ouvi foram falas de sociais-democratas: Nicolas Sarkozy, dirigente de longa data da UMP, e presidente conservador francês, falou como um verdadeiro socialista europeu.

(Aplausos)

Durão Barroso, num eco retardado do seu passado trotskista e maoista, falou como um verdadeiro esquerdista. Também do senhor deputado Daul, o que ouço, é pura social-democracia. Na entrada, se fazem favor, há impressos para aderir ao Grupo Socialista no Parlamento Europeu.

(Hilaridade geral)

Gostaria, agora, de ler uma citação; queiram ouvir cuidadosamente, meus Senhores.

(Exclamação «e Senhoras»)

«Nas últimas décadas, algumas das nossas nações e a generalidade da União Europeia tornaram-se excessivamente regulamentadas e protectoras [...] Esta sobre-regulamentação [...] prejudica a competitividade ...» Este excerto foi retirado do Manifesto de 2006 do Partido Popular Europeu, subscrito pelos senhores Sarkozy, Barroso e Daul. Meus Senhores, chegaram tarde, mas o que importa é que chegaram.

(Aplausos)

(Exclamação «o Sr. Pöttering também»)

Pergunto a mim próprio, enquanto debato este tema convosco: onde está o cidadão comum da União Europeia nos vossos discursos? Quem fala nos contribuintes que agora estão a ser sobrecarregados com os riscos deste desastre? Quem fala no poder de compra necessário para fazer ressurgir o mercado interno?



Estamos a entrar num período de recessão anunciada, se é que já não estamos em recessão. Precisamos de mais poder de compra. Precisamos, não só de protecção social para os bancos, mas também, sobretudo, protecção contra os riscos em que incorre o cidadão comum, pois, se os nossos planos – e não há alternativa – falharem, serão os co-decisão comuns da União Europeia, os trabalhadores que vão pagar a factura. É por isso que queremos dar a estes cidadãos a mesma protecção que demos aos grandes bancos, por meio de mais regras, mais supervisão, e efectivamente também de protecção do Estado. Este é o requisito mais importante, em especial nos Estados-Membros.

*(Aplausos)*

Gostaria igualmente de parafrasear as palavras de Angela Merkel na conferência da CDU, em 2000: o Estado deve seguir no banco de trás nos domínios da política económica e social. Não concordo: o Estado não deve ter assento no banco de trás, deve intervir mais, deve realizar uma maior supervisão em matéria económica. Agradeço aos senhores Barroso e Sarkozy por afirmarem que temos necessidade de mais regras, e não menos, que precisamos de mais fiscalização, e não menos. V. Exas. estão no caminho certo. Por isso digo que também vão estar no bom caminho se – e terão o nosso apoio para isso – não permitirem que, na actual situação, o pacote climático, que na verdade tem potencial para criar empregos, e que permite uma gestão económica sustentável, seja ensombrado pela crise financeira.

Tal como Jean-Claude Juncker disse justamente, a crise financeira vai passar, mas a crise climática, infelizmente, continuará a existir. Por isso, é um erro jogar uma contra a outra. Mas o Senhor Presidente Sarkozy está certo quando diz que também esta questão deve ser solucionada na base da solidariedade dos mais fortes com os mais fracos e também da cooperação de todos nós, tanto aqui, no Parlamento, como no Conselho.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos – incluindo especificamente o Presidente, por me dar mais um minuto. A posição clara do Grupo PSE é de que, nesta crise, os valores em relação aos quais temos sempre sido impedidos de obter uma maioria nesta Assembleia, estão agora na ordem do dia. Se nos derem agora o vosso apoio, terão finalmente aprendido a vossa lição, mas vão ter de admitir que foi sobretudo graças aos erros que V. Exas. cometeram, que ainda não dispomos das regras de que precisamos.

*(Aplausos da esquerda do hemiciclo, protestos da direita do hemiciclo)*

**Graham Watson**, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, dirijo as minhas observações ao Presidente em exercício do Conselho. Senhor Presidente em exercício, V. Exa. trouxe-nos palavras calorosas e encorajadoras do Conselho da última semana, e disse que Conselho e Parlamento têm de trabalhar de mãos dadas – *«travailler main dans la main»* –, mas faz parte da nossa função ler tudo com atenção.

Por que razão é que as conclusões do Conselho apenas fazem referência à cooperação entre Conselho e Comissão?

*(Aplausos)*

Por que razão em todos os números dedicados às alterações climáticas não é feita qualquer referência ao Parlamento Europeu? No número 16 deste documento, os senhores deviam ter convidado o Parlamento Europeu – não apenas a Comissão – para trabalhar convosco; e deveriam reconhecer que quem toma as decisões são o Conselho e o Parlamento em conjunto, e não o Conselho sozinho. Além disso, Senhor Presidente em exercício, os senhores irão descobrir que precisam do Parlamento Europeu porque alguns Estados-Membros estão a tentar desfazer acordos que foram devidamente firmados. A Europa tem de se manter fiel às suas metas negociadas. É desonesto da parte de alguns governos dizer que a nova conjuntura económica torna esses acordos inatingíveis. Novas metas em matéria de emissões para a indústria automóvel não entrarão em vigor até 2012: as propostas relativas à partilha de emissões aplicam-se apenas depois de 2013, muito depois da recuperação prevista para a economia global. Um adiamento da acção neste momento seria um convite à catástrofe climática e comportaria uma factura ainda maior. É preciso mais do que o acordado pelo Conselho a semana passada.

Senhor Presidente em exercício, V. Exa. reconhece perfeitamente o poder dos mercados. Desde a queda do Muro de Berlim, 50 milhões de europeus deixaram de viver na pobreza porque a livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas é a chave da prosperidade da Europa. Mais do que isso, é vital para a nossa liberdade. Hoje estamos a ver o que acontece quando os mercados não são responsabilizados. Nas últimas semanas, o sistema financeiro global ficou à beira do abismo e precisamos de uma acção concertada para o puxar para trás. Assim, o meu grupo congratula-se com a consolidação, pelo Conselho, das medidas acordadas

pela zona euro, que aliviaram a pressão sobre os mercados interbancários. Precisamos agora de fazer baixar as taxas de juro para atenuar a recessão.

Congratulamo-nos igualmente com a directiva da Comissão relativa aos requisitos de fundos próprios, com as novas normas contabilísticas e com os planos para controlar as agências de notação de crédito. A Europa tem também de desempenhar um papel de liderança na negociação de um sistema global de governança financeira. Embora as regras sejam necessárias, os meios para as pôr em prática também o são. A Cimeira não conseguiu aprovar um regime efectivo para a supervisão do sistema financeiro na Europa. Eu defendi a instituição de uma autoridade europeia para os serviços financeiros e consta que o Presidente em exercício também é favorável a uma supervisão rigorosa a nível europeu. Se quiserem, tentem com os Americanos obter a um acordo global, mas avancem sem eles se eles se recusarem a jogar o jogo. A supervisão da indústria dos serviços financeiros continua a ser a peça que falta do puzzle.

Senhor Presidente em exercício, V. Exa. é um homem de acção. As suas acções reforçam o argumento a favor de um Presidente do Conselho a tempo inteiro. V. Exa. chama a atenção para os êxitos do Conselho. Em Agosto, a Europa manteve os tanques fora de Tbilisi. Este mês, a Europa manteve os bancos a funcionar. Se, em Dezembro, a Europa agir para preservar o planeta, então deveremos convencer até os mais cépticos da necessidade do Tratado de Lisboa.

(Aplausos)

**Daniel Cohn-Bendit**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, eu seria a última pessoa a não reconhecer que a energia e a vontade são indispensáveis em política, e é verdade que a Presidência francesa demonstrou um nível de energia e de vontade que foi benéfico para a Europa.

Acontece que, por vezes, sinto que estou a sonhar. Sinto que estou a sonhar quando discutimos a crise, porque todas as crises - a crise financeira, a crise ambiental, a fome no mundo - estão interligadas e não podemos encontrar solução para uma se não encontrarmos solução para as outras. Assim sendo, não é correcto afirmar que a crise começou em Julho, Agosto ou Setembro! Começou há anos - e um pouco de autocritica por parte de um ex-Ministro das Finanças de França, um pouco de autocritica por parte desta Comissão que, ainda há um ano, rejeitou qualquer regulação europeia dos fluxos financeiros, faria muito pela sua credibilidade futura...

(Aplausos)

É como num sonho! É como se a crise actual fosse uma catástrofe natural impossível de prever. Isso não é verdade - e, se o reconhecerem, será possível dialogar.

A lógica das crises é uma lógica simples: cada vez mais e o mais rápido possível. Foi esta mecânica que serviu de base à crise financeira, é esta mecânica que está a alimentar a crise ambiental e é esta mecânica que está a permitir que a fome aumente em todo o mundo. Deixemos, portanto, de falar de um crescimento descontrolado, ou seja, o que interessa é a essência da mudança. É curioso que todos falaram de uma reforma radical do capitalismo e da economia de mercado mas não ouvi nada sobre as bases em que deve assentar essa mudança radical. Falta uma economia ambiental de mercado e uma economia social de mercado, ou seja, devemos questionar as próprias bases do nosso modo de produção, do nosso modo de vida. Se não colocarmos estas difíceis questões - bastante difíceis, reconheço - estaremos a caminhar de novo para a catástrofe.

Por isso, Senhor Presidente Sarkozy, quando sugere, por exemplo, a necessidade de dar novo fôlego à indústria automóvel, não percebo como é possível que, ao mesmo tempo, os Alemães manifestem vontade de impor reduções às limitações de CO<sub>2</sub>, para a indústria automóvel, o que equivale, na verdade, a uma legislação a preços de saldo, dando dinheiro à indústria ainda por cima. À indústria automóvel! Em especial à indústria automóvel alemã, que nos últimos dez anos obteve maiores lucros! É essa que investe os seus fundos em paraísos fiscais. Vamos, então, dar dinheiro à Mercedes, à BMW e à Audi para colocarem o seu dinheiro em paraísos fiscais! Não posso concordar com essa proposta.

(Aplausos)

É verdade, Senhor Deputado Martin Schulz, enquanto o senhor se dirigiu, ainda agora, aos seus colegas da direita, eu dirijo-me aos colegas da direita e da esquerda, sociais-democratas e democratas-cristãos, que concordaram com os grupos de pressão da indústria automóvel alemã em reduzir os critérios climáticos. É esta a verdade, Senhor Deputado Martin Schulz, é esta a verdade.

(Aplausos)

Partindo deste pressuposto...é verdade, eu tenho razão. Pode tentar esconder o que se passou neste aspecto, senhor social-democrata, mas essa proposta é indigna da sua política.

Gostaria de continuar com este assunto, gostaria de continuar com um assunto da maior importância, refiro-me ao crescimento (*intervenções sem microfone*). Calem-se por favor, agora falo eu! O que quero dizer é que, quando nos referimos a «crescimento», temos de explicitar de que tipo de crescimento falamos e como consegui-lo. Agora que o Estado adquiriu acções dos bancos, através da nacionalização e outros processos, o debate tem de passar também pela forma como vamos investir. Como e porque vamos investir?

É um debate de conteúdos. Se investirmos em danos ambientais estaremos a prosseguir com a mesma política. Por isso, como aqui foi dito e muito bem, temos de discutir um plano de relançamento europeu que seja, ao mesmo tempo, um plano de relançamento ambiental europeu e a que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia chama de *Green Deal*, e não mais do mesmo.

Duas observações finais. No que respeita aos paraísos fiscais, e o Senhor Presidente já foi Ministro das Finanças, a obrigação de apresentar declarações deve ser sujeita a inversão. Quer isto dizer que quando qualquer pessoa, empresa ou banco pretende investir fundos num paraíso fiscal, cabe a esse paraíso fiscal declarar ao país de origem quanto dinheiro foi aí colocado. Reverter aquilo que não...A transparência é apenas um primeiro passo para lidar com empresas que recorrem a paraísos fiscais. Estou a propor uma decisão importante e que nos permitiria avançar.

Queria, para terminar, falar do pacote climático. Senhor Presidente Sarkozy, preparou, como afirmou com toda a razão Graham Watson, um golpe institucional. Fê-lo ao declarar que o Conselho Europeu tomaria uma decisão dessa natureza, quando sabemos que as decisões do Conselho requerem unanimidade. Com os vetos alemão, italiano e polaco abriu uma caixa de Pandora, em vez de deixar a situação como estava, ou seja, com o voto das comissões parlamentares, depois uma posição da Comissão e, finalmente, uma decisão do Conselho dos Ministros do Ambiente. Tivemos a possibilidade de fixar o pacote climático por co-decisão, por votação por maioria qualificada. Ao rejeitar em Dezembro essa possibilidade, eliminou a co-decisão e a votação por maioria qualificada. Terá de pagar caro por isso, e agora está à mercê do veto dos países que mencionei.

Apoio a sua vontade relativamente à Europa, a sua energia relativamente à Europa, relativamente à necessidade de avançarmos, ao facto de a Europa dever ser independente mas, ao mesmo tempo, as nossas opiniões continuam a divergir muito, muitíssimo, relativamente ao «como», relativamente à democracia europeia e ao conteúdo ambiental da necessidade de relançamento.

(Aplausos)

**Cristiana Muscardini**, em nome do Grupo UEN. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaríamos de manifestar o nosso total apoio às declarações do Senhor Presidente. Apreciamos o trabalho realizado pela Presidência nestes meses difíceis e encaramos com satisfação as propostas apresentadas. No entanto, gostaríamos de recordar ao Senhor Presidente da Comissão que, ao proferir certas declarações, com as quais podemos até estar de acordo, ele está a assumir a responsabilidade do rumo seguido por certos comissários, incluindo o Comissário responsável pelas questões da concorrência, cujas observações acerca da questão da parafina não ajudaram, obviamente, a melhorar a segurança nem a trazer a calma aos mercados.

Também gostaríamos que a Comissão tivesse respondido mais prontamente à questão dos produtos derivados, que deixaram de rastros muitos cidadãos, assim como muitas administrações e Estados-Membros da União Europeia. As palavras do Senhor Presidente Sarkozy fizeram vibrar uma corda mais sensível naqueles de nós que desejam ver à frente da Europa não um Presidente que mude de seis em seis meses, mas sim um Presidente que possa funcionar como representante de uma Europa verdadeiramente unida – não homogênea, mas unida – capaz de trabalhar como uma única entidade para identificar problemas e formular estratégias que os combatam e, principalmente, que os resolvam. Esta crise é indubitavelmente sistémica mas, para combater uma crise sistémica, precisamos de definir um novo sistema e – com todo o respeito, Senhor Presidente Sarkozy – realicercar o capitalismo global.

Talvez haja mais alguma coisa que deva ser dita. Há que dizer que o mercado livre não significa um liberalismo exacerbado e que, no mundo actual, um sistema que pretenda basear-se no capital deve ser capaz de conjugar as considerações de ordem social e liberal. Temos bancos falidos e bancos à beira da falência. Quanto não poderia ter feito mais o nosso Banco Central Europeu se tivéssemos posto em prática a sugestão apresentada pelo senhor mesmo, Senhor Presidente, ainda antes do início do seu mandato, de se construir uma relação

mais estreita entre a direcção política e as forças motrizes económicas. É impossível gerir a economia sem uma visão política que indique quais as metas a alcançar.

Esperamos que, no futuro, o BCE possa ter maior controlo da qualidade do sistema financeiro, mas não queremos vê-lo fechado num esplêndido isolamento. Gostaria de terminar, Senhor Presidente, dizendo como estou satisfeita por o Pacto Europeu de Imigração e Asilo ter sido adoptado. Finalmente, temos regras comuns num sector que nos afecta a todos e que deve ver-nos particularmente unidos. Fazemos votos de que possa haver uma harmonização das sanções penais e civis relativamente a certas questões mais prementes, para combater os especuladores, bem como aqueles que põem em risco a segurança dos consumidores e, portanto, a estabilidade da economia. Obrigada, Senhor Presidente, e felicidades para o seu trabalho.

**Francis Wurtz**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, nunca na história do Parlamento Europeu tivemos de reagir a uma crise tão profunda e tão grave, e só podemos temer que o pior ainda esteja para vir.

Em primeiro lugar, alguns países do Sul, em princípio parceiros da União Europeia, estão à beira do abismo: à crise alimentar, ambiental e energética veio ainda juntar-se a crise financeira. Estes países não têm qualquer responsabilidade pela crise, mas ela está a atingi-los rudemente. Uma queda das receitas, uma queda dos investimentos, uma queda do crescimento: estes países são os mais ignorados pelo esforço internacional, ao ponto de o Director-Geral da FAO, Jacques Diouf, se ter sido obrigado a sublinhar que até agora só foram atribuídos 10% dos fundos de emergência que as grandes potências prometeram em Junho. Aqueles que procuram limpar o capitalismo terão certamente muito trabalho pela frente.

Por seu turno, os países emergentes estão a ser afectados pela crise, mas ainda não é possível avaliar as consequências sociais que isto implica. Mesmo aqui ao nosso lado, um Estado que ainda não há muito tempo se apresentava como um modelo de sucesso, a Islândia, está em risco de entrar em bancarrota. No interior da União, novos Estados-Membros como a Hungria – que já não pode sequer investir as suas obrigações do tesouro – estão a braços com problemas extremamente graves que irão traduzir-se em sacrifícios sem precedentes para as suas populações. A reviravolta foi igualmente espectacular em países como o Reino Unido, a Irlanda e a Espanha, ainda há pouco citados como exemplo. O choque foi considerável em todo o lado. É provável o mesmo venha a acontecer em França se a recessão exacerbar ainda mais o tenso clima social, com enormes cortes no emprego, uma queda da despesa pública, autoridades locais financeiramente asfixiadas e projectos de privatização de serviços públicos.

Essa é outra questão, poderão dizer. Mas não é, pois se todos os nossos países se vêem ameaçados por uma crise social de dimensões inimagináveis, isso fica a dever-se a um modelo de desenvolvimento pelo qual os nossos cidadãos estão hoje a pagar bem caro. Este modelo teve origem nos Estados Unidos e no Reino Unido, mas a União Europeia abraçou-o por completo em benefício das oscilações de poder internacionais há perto de 20 anos. Desde então, foi este o modelo que a Comissão nos serviu, mês após mês, e é este modelo que impregna os nossos Tratados, a jurisprudência do Tribunal e algumas das nossas políticas.

É por isso, Senhor Presidente Sarkozy, que eu não partilho do seu diagnóstico do terrível mal que hoje está a corroer as nossas sociedades. A faísca que desencadeou o incêndio foi certamente produzida em Nova Iorque, mas o combustível que se inflamou está tanto na Europa como nos Estados Unidos, e todos os dirigentes políticos que trabalharam na mudança de rumo da Europa ao longo dos últimos 20 anos devem uma explicação aos nossos concidadãos. Não podem pensar que ficam desobrigados pelo facto de agora tomarem medidas – medidas que de qualquer forma eram necessárias – em matéria de normas de contabilidade, supervisão financeira, agências de notação ou pára-quadras dourados.

No entanto, para além disso, é o próprio cerne do sistema que tem de ser alterado: dinheiro para lucro, e lucro para o dinheiro, essa diabólica espiral que conduz à desvalorização do trabalho, à deflação salarial, ao racionamento das despesas sociais e à dissipação dos recursos do planeta, assim como à marginalização de uma enorme percentagem da população mundial. Os números não mentem: actualmente, só 2% das transacções monetárias estão relacionadas com a produção de bens e serviços; 98% estão relacionadas com a finança. Atacar o mal pela raiz significa, doravante, atacar os critérios de retorno cada vez mais drásticos, que são totalmente incompatíveis com a promoção não discriminatória das capacidades humanas e com um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

De igual modo, um Bretton Woods II digno desse nome deveria procurar instaurar um controlo colectivo da criação monetária em todo o mundo, isto é, substituir a falsa moeda comum mundial, que é o dólar, por uma verdadeira moeda comum mundial destinada a servir de alavanca para corrigir as intoleráveis desigualdades que destabilizam o mundo e contribuir para um desenvolvimento equilibrado da Humanidade

e do planeta. Estamos tão longe disso que, nesta fase, será melhor evitar um excesso de superlativos no que se refere a reformas radicais no trabalho, a menos que a súbita propensão dos dirigentes europeus para mudarem o mundo se inspire na divisa do príncipe Salina em «O Leopardo»: «mudar tudo para que tudo fique na mesma». No entanto, há o risco de, a breve trecho, eles terem um doloroso despertar.

(Aplausos)

**Nigel Farage**, em nome do Grupo IND/DEM. – (EN) Senhor Presidente, dirijo as minhas observações ao Presidente em exercício do Conselho. Senhor Presidente Sarkozy, pela energia, dinamismo e iniciativa pessoais que o levaram até à Geórgia e à Rússia para tentar negociar um acordo. V. Exa. fez isso por sua alta recreação. Não agiu em nome União Europeia. É uma ilusão alguém aqui pensar que sim. Não tinha havido nenhuma reunião do Conselho, não havia nenhuma resolução e não havia nenhum mandato. V. Exa. agiu enquanto Presidente francês e fez muito bem!

Todavia, se está a propor que este é o modelo com base no qual devemos decidir os nossos assuntos externos no futuro – um presidente permanente ou um ministro dos Negócios Estrangeiros permanente que decide no imediato qual deve ser a política externa de todos nós, sem consultar os governos nacionais e os parlamentos nacionais – a resposta tem de ser: Muito obrigado, mas não!

No que respeita à crise financeira, apraz-me que o seu plano original de que todos deveriam reunir o seu dinheiro não tenha vingado. Foi uma coisa boa os irlandeses, gregos e alemães terem saído e agido de acordo com os seus próprios interesses nacionais. O que aconteceu na Cimeira foi mais uma situação em que Estados-nação chegaram a acordo uns com os outros – isso é ótimo e deixa-me satisfeito.

Hoje não ouvi ninguém admitir que esta crise financeira é como tudo o resto um fracasso da regulamentação. Não temos tido falta de regulamentação: devido ao plano de acção para os serviços financeiros, nos últimos 10 anos tivemos uma avalanche de regulamentação! Esse excesso prejudicou a competitividade de cidades como Londres e não protegeu um único investidor. Por isso, mais regulamentação não é a resposta. Precisamos de repensar o que temos andado a fazer.

Penso que precisamos de começar a agir no nosso próprio interesse nacional. O facto de os nossos bancos não poderem pagar dividendos nos próximos cinco anos, enquanto os bancos suíços podem fazê-lo, demonstra que, quando se possui a flexibilidade e a adaptabilidade de quem está fora da União Europeia, pode-se escapar às crises financeiras muito mais facilmente do que quando se está preso no meio.

**Bruno Gollnisch (NI)**. – (FR) Senhor Presidente em exercício do Conselho e da República Francesa, estamos a discutir os cuidados paliativos a prestar ao doente, mas somos particularmente discretos no que respeita às causas da doença. Como é que nenhuma das Instituições da UE viu esta crise aproximar-se? Nem o Conselho, nem a Comissão, nem o Banco Central, nem mesmo, Senhoras e Senhores Deputados, o nosso Parlamento ou nenhum dos governos dos Estados-Membros. A crise foi prognosticada, é verdade, por uma escassa mão-cheia de economistas, entre os quais laureado com o Prémio Nobel Maurice Allais e alguns representantes políticos, a maioria dos quais pertencentes à nossa família ideológica, incluindo, mais uma vez, Jean-Marie Le Pen. Infelizmente, tratou-se da «voz de quem clama no deserto».

Porém, esta crise é a crise do sistema euro-internacionalista, do comércio livre desenfreado e da terrível separação entre a ficção financeira e as realidades das nossas economias e indústrias em declínio, que futuramente poderiam ser alvo de fundos soberanos de países terceiros que lucram com a presente situação. Até mesmo o seu trabalho, Sr. Nicolas Sarkozy, revela o desajustamento da União: uma reunião a 4, não a 27, no sábado, dia 4 de Outubro; uma reunião bilateral só com a Alemanha, em 11 de Outubro; uma reunião de apenas 15 membros do Eurogrupo; uma reunião com o Presidente dos Estados Unidos para o convencer a organizar mais uma reunião teoricamente destinada a reformar radicalmente todo o sistema, para a qual, se bem compreendemos, só foram convidados 6 dos 27 Estados-Membros da UE, os Estados Unidos, o Japão a Rússia a Índia e a China.

Não estou a julgar antecipadamente a utilidade dessas reuniões. Estou a dizer que isto é um regresso à diplomacia bilateral ou multilateral, o que demonstra claramente que, devido à sua falta de reacção, ao seu emaranhamento em regras burocráticas e ao seu desejo compulsivo de poderes que é incapaz de exercer, a União, enquanto quadro, já teve a sua época. Se o soubermos lê-lo nas entrelinhas, o relato do Conselho Europeu confirma isso mesmo. Ratifica as nossas iniciativas, implora indirectamente ao Banco Central que alivie um pouco o espantilho dos critérios de Maastricht, mas não decide coisa alguma.

O senhor fez referência à situação na Geórgia e aos esforços que envidou, mas como pode não ver que o reconhecimento unilateral do Kosovo preparou o caminho para a independência da Abcásia e da Ossétia do Sul? Como pode justificar o alargamento indefinido da NATO, quando o próprio Pacto de Varsóvia desapareceu?

Senhor Presidente Sarkozy, o caminho a seguir é outro; implica uma ruptura radical com o sistema internacionalista e a completa questionação dos pretensos benefícios da mistura universal de pessoas, bens e capitais. Defender inequivocamente a nossa independência não significa isolarmo-nos; bem pelo contrário, é um pré-requisito para recuperarmos a nossa influência no mundo.

**Nicolas Sarkozy**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Deputado Daul, obrigado pelo seu apoio. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus sempre acreditou numa Europa que protege, e o senhor mesmo esteve envolvido no diálogo com os nossos vizinhos russos. Foi uma posição visionária: a Rússia possui a energia, a Europa possui a tecnologia. A Rússia enfrenta um grave problema demográfico – está a perder aproximadamente 700 000 habitantes por ano, num território com o dobro da superfície dos Estados Unidos da América. Não vejo a Rússia como o adversário implacável da Europa; bem pelo contrário, creio que no futuro será necessário implantar as bases para um espaço económico comum entre a Rússia e a União Europeia, que poderia ser também a melhor forma de convencer os russos a virem ao encontro dos valores do respeito dos direitos humanos e da democracia que nos são caros na Europa.

Acrescentaria, Senhor Deputado Daul, o motivo por que quisemos apoiar os bancos foi a protecção dos aforradores. Houve diversas estratégias. Alguns países – e voltarei mais tarde a esta questão – quiseram proteger e garantir os produtos dos bancos. Bati-me pela protecção e garantia dos próprios bancos, para que depois pudéssemos deixá-los fazer o seu trabalho, e o apoio do seu grupo foi decisivo para nós.

Gostaria de terminar dizendo que o seu apelo à ratificação do Tratado de Lisboa foi precisamente o correcto, e, além disso, não é propriamente ser agressivo pedir às pessoas para serem coerentes: não pode dizer que não votou porque teve medo de perder um Comissário, se, recusando-se a votar, estiver a forçar a manutenção de um Tratado que prevê uma redução do tamanho da Comissão. Eu respeito as opiniões de todos, mas não posso concordar com incoerências. Não se pode estar entre os mais firmes defensores do alargamento da Europa e, ao mesmo tempo, impedir a Europa de se dotar de instituições para o alargamento. Vimos o quanto custou à Europa o alargamento sem pensar no aprofundamento; não podemos voltar a cometer os mesmos erros.

Senhor Deputado Schulz, o senhor diz que eu estou a falar como um socialista europeu. É possível que sim, mas V. Exa. terá de reconhecer que não está a falar como um verdadeiro socialista francês.

(Aplausos)

Muito francamente, na divisão socialista, eu escolheria o senhor deputado Schulz, sem mágoas nem remorsos. Contudo, gostaria de dizer mais uma coisa a esse respeito: todo o objectivo Europa consiste precisamente em obrigar-nos a fazer compromissos. É isso que o senhor deputado Schulz e eu estamos a fazer agora. A Europa, as suas Instituições e as suas políticas serão um dia adoptadas e aplicadas à esquerda e à direita; essa é a lei da alternância. O ideal da Europa não pode – e é isso que o engrandece – ser resumido a uma mera questão de esquerda e de direita.

Ainda bem, Senhor Deputado Schulz, que homens como o senhor sabem reconhecer que outros que não pertencem à sua família política não estão necessariamente enganados pelo facto de não estarem do seu lado. E gostaria também de lhe dizer, Senhor Deputado, a si e ao seu grupo, que, apesar de eu ser leal ao PPE, na minha qualidade de Presidente em exercício do Conselho apreciei particularmente o sentido de responsabilidade demonstrado pelo Grupo Socialista quando dispôs a enveredar por certos caminhos. Reduzir simplesmente a Europa a um debate entre esquerda e direita, mesmo que esse debate exista, é um atentado contra o compromisso europeu, contra o ideal europeu. Por isso mesmo, não penso que V. Exa. esteja a renunciar aos seus princípios quando apoia a Presidência, nem que eu esteja a renunciar aos meus quando aprecio o apoio do Grupo Socialista no Parlamento Europeu.

Iria mesmo mais longe. O senhor deputado Schulz diz que esta é uma tarefa histórica, e tem toda a razão. Diz, tal como o senhor deputado Daul, que a crise pode oferecer uma oportunidade. Tem toda a razão. E quando diz «Nunca mais!», V. Exa. tem mais uma vez toda a razão. Isto não é uma questão de se ser democrata-cristão ou social-democrata; é uma questão de bom senso. O que nos conduziu a esta situação? Por outro lado, o ponto em que eu discordaria é o da ideia segundo a qual, nos últimos 30 anos, só os

governos de direita cometeram erros e os governos de esquerda agiram sempre bem: isso seria reescrever uma penosa história de ambos os lados.

Relativamente aos seus comentários a respeito da Sra. Angela Merkel, acrescentaria que o meu entendimento foi o de que havia eleições na Alemanha, pelo que encararia as suas palavras como uma plataforma eleitoral. Pela minha parte, fui agraciado com a solidariedade e a amizade da Sra. Angela Merkel, e gostaria uma vez mais de prestar homenagem à sua acção quando exercia a Presidência. As Presidências semestrais são parte de um ciclo contínuo, e eu beneficiei grandemente dos esforços dos meus antecessores, em especial os da Sra. Angela Merkel.

Senhor Deputado Watson, tenho o maior respeito pela sua pessoa e pelas suas ideias, mas mesmo que V. Exa. consiga ler as letras pequeninas, aparentemente sem óculos, parece que hoje não conseguiu fazê-lo, pois o que diz o texto? O texto remete explicitamente para as conclusões dos Conselhos Europeus de Março de 2007 e de Março de 2008. E o que dizem essas duas decisões? Dizem que o pacote relativo ao clima será aprovado em co-decisão com o Parlamento Europeu. Há uma continuidade nos textos, Senhor Deputado Watson.

Então, o que estava eu a tentar fazer? Talvez fosse um erro. Eu queria que os Conselhos europeus deixassem de publicar comunicados com 50 páginas que ninguém lê, e por isso propus um comunicado de oito páginas. E se quiser cingir-se a um comunicado mais curto, nesse caso é melhor não seguir a prática habitual de sumariar as conclusões dos anteriores Conselhos para camuflar a falta de novas decisões por parte do actual Conselho. Penso, pois, que a co-decisão estava coberta pelas referências a esses dois anteriores Conselhos. O senhor deputado quer que eu a confirme, e eu faço-o com todo o gosto, mas posso ir ainda mais longe, Senhor Deputado Watson.

No que se refere ao pacote energia-clima, eu sei, eu reitero e acredito que vamos precisar de um forte empenhamento por parte do Parlamento para o fazer passar. Há apenas uma coisa que seu gostaria de fazer em Outubro: tentar preservar o consenso no seio do Conselho Europeu, pois, como reconhecerá, se eu chegasse ao Parlamento Europeu com uma decisão do Conselho Europeu que dissesse que, de qualquer dos modos, não iríamos chegar a acordo antes de Dezembro, os senhores ter-me-iam dito, e com muita razão: «O senhor não respeitou as decisões que os Conselhos tomaram em 2007 e 2008». Bem ao invés de questionar o pacote energia-clima, eu bati-me em sua defesa, e bem ao invés de questionar a co-decisão, eu exijo-a – e foi isto mesmo que tanto eu como o Presidente Barroso dissemos aos nossos colegas no Conselho Europeu.

Senhor Deputado Cohn-Bendit, o senhor está de facto em excelente forma. Disse-me cinco vezes que «sim» e apenas duas vezes que «não». Estou habituado a uma pontuação menos favorável. Para ser franco, o seu apoio no que respeita à determinação da Presidência e a algumas das suas acções é útil. Dir-lhe-ia também, Senhor Deputado Cohn-Bendit, que penso que uma Presidência da Comissão e uma Presidência do Conselho, que estão empenhadas, como estão, em defender o pacote energia-clima, merecem o apoio dos Verdes. Podemos não concordar em tudo, mas certamente os senhores, os Verdes, não vão combater uma Presidência da Comissão e uma Presidência do Conselho que estão inteiramente empenhadas na adopção do pacote energia-clima. Podemos certamente percorrer juntos uma parte do caminho. O senhor é um representante eleito, eu sou um representante eleito, e não é vergonha nenhuma admitir que, se eu preciso de si, o senhor também precisa de mim; esta realidade será talvez mais penosa para si do que para mim, mas as coisas são assim mesmo. O senhor instou-me a exercer alguma auto-crítica. Tem toda a razão, eu tenho certamente de o fazer, e não sou o único.

*(Risos e aplausos)*

Por último, no que se refere ao *putsch* institucional, dar-lhe-ia a mesma resposta que dei ao senhor deputado Watson. O senhor deputado Cohn-Bendit não me levará a mal. Por outro lado, poderão esta crise e a defesa do ambiente constituir uma oportunidade para o crescimento? Penso que tem toda a razão; o senhor chama-lhe «crescimento verde», eu chamo-lhe «crescimento sustentável», mas isso é incontestável. Dir-lhe-ia também que o bónus ambiental assim o demonstrou. A França é um dos únicos sítios onde o sector automóvel não está em contracção. E porquê? Porque o bónus ambiental o ajudou a vender mais veículos limpos do que veículos poluidores. Talvez os Verdes achem que o termo «veículos limpos» é chocante, mas, para nós, isto é extraordinariamente importante. A «Grenelle» do ambiente, que, segundo espero, será aprovada por unanimidade em França, mostra que a França está fortemente empenhada neste nesse trajecto. Penso realmente que seria um erro histórico se a Europa perdesse a oportunidade do pacote energia-clima.

Senhora Deputada Muscardini, obrigado pelo seu apoio. A senhora falou no pacto para a imigração, e alegra-me que o tenha feito, pois ninguém fala de comboios que chegam a horas, mas é efectivamente uma

inovação extraordinária para a Europa o facto de termos conseguido pôr 27 Estados-Membros de acordo sobre um pacto. Claro está que ainda existem algumas ambiguidades, e é óbvio, também, que gostaríamos de ter ido mais longe, mas, apesar de tudo, este é um desenvolvimento positivo. Quem ousaria dizer que todos vós, aqui, iriam ter a sensatez de, com os Estados, concordar com um pacto europeu para a imigração poucos meses de uma eleição europeia? Acreditem que esta é a única maneira de impedir que forças extremistas, em cada um dos nossos países, se apropriem de um assunto que merece inteligência, humanidade e firmeza. Por isso estou-lhe grato, Senhora Deputada Muscardini, por ter evocado esta questão.

Senhor Deputado Wurtz, o senhor disse que não partilhamos o mesmo diagnóstico, e isso é certamente verdade. Contudo, o seu discurso foi, como sempre, muito comedido nas palavras, mas muito excessivo na emoção. As coisas não se tornam menos chocantes, Senhor Deputado Wurtz, por serem ditas com brandura: o que importa não são tanto as palavras, mas o que está por trás delas. Certo como estou de que o capitalismo tem de ser reformado, dir-lhe-ia, Senhor Deputado Wurtz, que o capitalismo nunca causou tantos danos sociais, democráticos ou ambientais como o sistema colectivista que V. Exa. apoiou durante tantos anos. As grandes catástrofes ecológicas, Senhor Deputado Wurtz – e ouça o senhor deputado Cohn-Bendit quando fala de auto-crítica –, não foram uma característica da economia de mercado, mas sim do sistema colectivista. As tragédias sociais, Senhor Deputado Wurtz, foram características de um sistema colectivista, e o sistema colectivista sustentou o Muro de Berlim, milhões de pessoas sofreram fisicamente com a perda de liberdade. É por isso que permaneço fiel à economia de mercado, ao comércio livre e aos valores do capitalismo, mas não à traição do capitalismo.

(Aplausos)

O senhor e eu podemos fazer o balanço o século XX, e pode crer que o veredicto não será favorável às ideias que o V. Exa. seguiu lealmente durante décadas. O senhor deputado diz-me para eu acordar, mas, com toda a amizade, Senhor Deputado Wurtz, aconselhá-lo-ia a não reflectir demasiado sobre o que aconteceu no século XX, pois pessoas sinceras como V. Exa. reconheceriam que têm apoiado sistemas que estão muitos distantes dos ideais da sua juventude.

Senhor Deputado Farage, eu não tinha mandato – isso é incontestável –, mas, muito honestamente, as tropas russas também não o tinham quando entram na Geórgia.

(Aplausos)

O senhor é uma daquelas pessoas que, durante anos, acusaram a Europa de não ter vontade política. A minha opção era: pedir a opinião de todos os outros e não agir, ou agir e depois verificar se os outros concordavam comigo. Eu preferi a acção. Por último, Senhor Deputado Farage, uma Europa que se assemelha à que o senhor desejaria. É verdade, sou eu, ela é menos boa, mas, no fundo, continua a ser a Europa pela qual tem esperado e rezado. Acrescentaria que, democraticamente, eu zelei, em conjunto com Bernard Kouchner, por que o Conselho Europeu validasse as decisões que tínhamos tomado.

Um último ponto: quando os irlandeses – e não estou a emitir julgamentos, tendo em conta a enorme gravidade da crise – tomaram a decisão de garantir todos os produtos dos seus bancos, excluindo os bancos europeus e as suas filiais, foi bom que a Comissão lá tenha estado para recompor as coisas. O que aconteceu? No espaço de 24 horas, toda a City viu-se sem liquidez, porque, muito naturalmente, essa liquidez deixou a City para ir para os bancos garantidos pelo Estado irlandês, que, de modo próprio, resolveu garantir 200% do seu PIB. Como pode ver claramente, nós precisamos uns dos outros: se não tivéssemos coordenado a nossa resposta, cada país ter-se-ia lançado numa espiral de «quem pode dar mais garantias», e o dinheiro dos aforradores teriam ido parar ao país que dava mais garantias, em detrimento dos outros. O senhor deputado é um defensor tão firme do Reino Unido; pois bem, foi a Europa que tornou possível restabelecer o equilíbrio da City; não foi o Reino Unido sozinho.

(Aplausos)

Por fim, Senhor Deputado Gollnisch, o senhor é a única pessoa no mundo que pensa que a Europa é inútil. Das duas uma: ou o mundo está enganado, e o senhor tem razão, ou vice-versa. Receio que, mais uma vez, seja o mundo que tem razão.

(Vivos aplausos)

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, já assistimos a alguns debates ideológicos, que foram sem dúvida muito interessantes, mas pela minha parte, penso que este não é o



momento de me envolver neste debate. Creio que haverá tempo para isso mais tarde, mas, por ora, estou mais concentrado nas respostas imediatas e urgentes à crise.

Em todo o caso, gostaria de dizer o seguinte: a nossa análise das causas desta crise mostra claramente que houve falhas de regulação, sobretudo nos Estados Unidos. Certos sectores deste mercado não eram regulados, e foi isso que desencadeou a crise. Contudo, a nossa análise mostra também que a causa profunda da crise está indubitavelmente associada a certos desequilíbrios fundamentais que existem tanto na economia dos Estados Unidos como na economia global.

A verdade é que – como muitos economistas já realçaram e continuam a realçar – seria difícil sustentar um nível de dívida pública como o que vimos nos Estados Unidos, e que são os países com maiores dívidas que mais consomem, ao passo que os que possuem as maiores reservas são os que menos consomem.

Há aqui problemas fundamentais em termos de desequilíbrio da dívida pública, do défice público. Para o formular de forma simples, diria que é possível que esta crise não tivesse ocorrido se os Estados Unidos tivessem um pacto de estabilidade e crescimento: quando os alicerces macroeconómicos são sólidos, a nossa hipótese de resistir a estes problemas de lapsos, de falhas de regulação, é muito maior.

É verdade que também houve problemas de regulação. Não pelo facto de o mercado financeiro não estar regulado – bem pelo contrário, este é provavelmente o sector mais fortemente regulado da economia, inclusive nos Estados Unidos. Não pelo facto de não termos regulação na Europa – pelo contrário, nós temos uma grande quantidade de regulamentação neste sector. Porém, é certo que houve falhas nos mecanismos de supervisão, que são, convém não esquecer, essencialmente sistemas nacionais.

Este é um domínio em que a União Europeia e o Banco Central Europeu não possuem verdadeiras competências – os mecanismos de supervisão são essencialmente de âmbito nacional. É verdade, também, que temos de ver o que podemos fazer do ponto de vista legislativo, e neste tocante saúdo os esforços desenvolvidos pelo Parlamento Europeu. É verdade que já há muitos anos que Parlamento Europeu vem apresentando excelentes relatórios sobre algumas destas questões, e estamos prontos a trabalhar convosco.

Vale a pena assinalar, contudo, que do mesmo modo que «ninguém é uma ilha», também nenhuma instituição é uma ilha, e a Comissão está a trabalhar tanto com o Parlamento como com o Conselho nestas matérias. Sejam muito claros: há algumas semanas a esta parte – não anos, não meses, mas há algumas semanas – não teria sido possível alterar algumas destas regras, pois, como V. Exas. muito bem sabem, alguns dos Estados-Membros opor-se-iam fundamentalmente a isso. A verdade é esta.

É por isso que temos de compreender que agora estão reunidas as condições para operarmos algumas mudanças – mudanças consensuais, espero –, não só para a reforma na Europa, mas também para que a Europa possa propor reformas globais do sistema financeiro.

A segunda questão prende-se com o «pacote das alterações climáticas», e gostaria de vos agradecer, Senhoras e Senhores Deputados, pelos vossos comentários e o vosso apoio. Em primeiro lugar, no que respeita à questão institucional – penso que o Presidente Nicolas Sarkozy já o explicou muito claramente, mas permitam-me que o diga também em nome da Comissão Europeia –, não confundimos o respeito pelos processos de tomada de decisão bem estabelecidos, em particular a co-decisão e o papel central do Parlamento, com a necessidade de um forte consenso entre os Estados-Membros sobre um pacote tão importante como o pacote energia-clima. Estes dois aspectos não são incompatíveis nem contraditórios, são complementares. Posso assegurar-vos que, juntamente com a Presidência, estamos a trabalhar activa e incansavelmente no sentido de encontrar um compromisso ambicioso, porém equilibrado, com o Parlamento.

Neste ponto tenho de ser muito franco convosco, e posso dizer-vos que, se não fosse o papel de liderança do Presidente Sarkozy, e também – julgo que posso dizê-lo – a contribuição da Comissão, não teríamos alcançado um consenso neste Conselho Europeu para manter os objectivos que adoptámos há um ano.

A verdade é que, perante uma situação financeira como a que vivemos actualmente, os governos estão – naturalmente, diria eu – a adoptar uma posição mais defensiva, mais prudente. Talvez queiram voltar a algumas posições menos ambiciosas. E esse é um desafio que temos de enfrentar em conjunto, pois penso efectivamente que seria desastroso que a Europa abandonasse as suas ambições no que respeita à luta contra as alterações climáticas.

Seria desastroso porque a principal objecção que algumas pessoas têm em relação ao pacote é a de que iríamos fazer um sacrifício sem que outros o fizessem também. Mas a verdade é que se nós quisermos que outros nos sigam, não podemos, nesta altura, dar qualquer sinal de que estamos a afrouxar as nossas ambições.

É justamente numa altura como esta que temos de permanecer fiéis aos objectivos «três vezes vinte» que estabelecemos no ano passado, e é por isso que a mensagem tem de ser muito forte. Gostaria de saudar o papel do Presidente Sarkozy, assim como o do Conselho Europeu, e quero expressar também a minha gratidão à Chanceler Angela Merkel. Foi sob a sua Presidência, há um ano, que adoptámos estes objectivos, e espero que agora não diluamos as nossas ambições.

Posso dizê-lo também, como sabe; é interessante, Senhor Deputado Schulz. Neste ponto posso apenas subscrever aquilo que acabou de ser dito. Julgo realmente que podemos ter diferenças políticas e diferentes ideologias, mas que – sobretudo numa situação como a estamos a viver – temos de nos unir, não de nos separar.

Julgo que nenhuma força política nesta Câmara pode reivindicar o monopólio das ideias europeias. Ao longo de toda a história da Europa, foram os contributos dos democratas-cristãos, dos socialistas, dos liberais e de outros grupos à direita, à esquerda e ao centro que criaram a Europa política.

Compreendo bem o debate político, e não quero de modo algum depreciar a importância do debate ideológico, mas, ainda assim, penso que numa situação como esta seria útil que todos os que acreditam nos ideais da Europa, e que pensam que a Europa deve desempenhar um papel cada vez mais relevante no mundo, pudessem estabelecer uma plataforma de consenso. Afinal, o mundo – não só os europeus, mas todo o mundo – está a olhar para a Europa na expectativa de que ela apresente certas soluções.

Pela minha parte, podem estar certos de que é neste espírito de consenso – no respeito pelas diferentes forças políticas, claro, mas, se assim posso dizer, para além das diferentes posições dos grupos – que nós, as três Instituições, a Comissão, o Parlamento e o Conselho, poderemos trabalhar em conjunto para dar mais força à nossa Europa.

**Hartmut Nassauer (PPE-DE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esta manhã, afirmou-se justamente que a União Europeia demonstrou a sua capacidade de acção em duas grandes crises. Este facto inspirou confiança ao resto do mundo e também no papel da União Europeia e permitiu a esta reconquistar a confiança dos seus cidadãos. Tal se deveu, principalmente, ao Presidente em exercício do Conselho. Senhor Presidente Sarkozy, este é um êxito de que pode ter justificado orgulho.

Evidentemente, não é difícil imaginar que o Presidente Sarkozy teria tido uma abordagem dinâmica e imaginativa, mesmo que não fosse presidente do Conselho. No entanto, o facto é que ele é o Presidente do Conselho e, por conseguinte, suas acções beneficiaram a União Europeia. É assim que deve ser.

Há que reconhecer e ter em conta que é um golpe de sorte o facto de ele ser, actualmente, o presidente em exercício do Conselho. No entanto, a capacidade da União Europeia para gerir crises não pode estar dependente da sorte. Significa isto que precisamos do Tratado de Lisboa. Este é outro argumento a favor de colocar o tratado em vigor, e estou convencido de que há uma ampla maioria a favor do tratado neste Parlamento.

Por razões de contenção, ainda não declaramos isto alto e bom som, mas creio que é tempo de se explicar que este Parlamento está com o Tratado de Lisboa, e que seria muito positivo, se o Parlamento conseguisse que este entrasse em vigor antes das eleições europeias. Este aspecto não está dentro da nossa competência, mas penso que é a nossa posição.

O senhor deputado Schulz analisou a crise financeira, descobriu as suas causas no sistema e, sem mais delongas, lançou a culpa firmemente à porta dos conservadores, liberais e democratas-cristãos. Senhor Deputado Schulz, a imagem que apresenta do mundo é demasiado simplista, sem dúvida por causa das eleições. O senhor sabe perfeitamente que o grau de prosperidade, aqui na Europa, é inexistente em muitas partes do mundo, que os elevados níveis de segurança social, os níveis sem precedentes de protecção ambiental e os avanços tecnológicos com ela relacionados e, não menos importante, o nível de liberdade pessoal associado a todas estas conquistas, que tudo é baseado na economia social de mercado e não nas ideias socialistas. Temos de ter isto presente. O sistema em si não falhou, mas alguns dos intervenientes no sistema falharam e devem ser chamados a prestar contas. Para tal, precisamos de novas regulamentações.

Gostaria de fazer um comentário sobre as alterações climáticas e o pacote energético. Gostaria igualmente de referir, em nome do grupo, que os objectivos são incontestáveis, mas que precisamos de falar sobre os métodos. Numa altura em que o comércio de emissões, de acordo com os cálculos da Comissão, custará 70 a 90 mil milhões de euros por ano, a custear pelos que foram afectados, não podemos acreditar seriamente que toda esta estrutura não será afectada pela crise financeira e pela crise da economia real. Por este motivo, gostaríamos de afirmar que vamos prosseguir os objectivos com firme empenhamento. No entanto, penso que é conveniente examinar e debater o processo cuidadosa e metodicamente, de modo a garantir que não

cometemos quaisquer erros legislativos e, acima de tudo, que as pessoas afectadas estão envolvidos. Para o fazer, precisamos de tempo, e temos de nos assegurar de que dispomos do tempo necessário.

**Robert Goebbels (PSE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vivemos na era dos canalizadores: primeiro tivemos o canalizador polaco para influenciar o «não» francês ao Tratado Constitucional; depois tivemos Joe, o canalizador americano, para decidir entre Barack Obama e John McCain. Até mesmo os nossos Chefes de Estado ou de Governo têm de dedicar-se à canalização para tapar as fugas contínuas de um sistema financeiro internacional que se encontra em estado de completa ruptura. Os nossos governos muniram-se de um *kit* ao estilo IKEA, de uma caixa de ferramentas que deveria permitir a cada Estado arranjar uma solução específica para cada situação específica. Porém, como qualquer adepto da bricolage sabe, os esquemas da IKEA são terrivelmente rudimentares: o método IKEA aplicado à finança internacional corre o risco de ser inadequado. A Presidência fez o que pôde, ou seja, fez a gestão da crise, como o Presidente Sarkozy aqui assinalou. Os nossos governos conseguiram vedar as sucessivas fugas de um sistema financeiro internacional de tal forma interligado que as disfunções se tornaram globais.

Mas a canalização tem limites: temos de intervir na arquitectura financeira internacional. Se quisermos redesenhar o mundo financeiro para servir a economia real, não é necessário criar mais um grupo de alto nível; um grupo de baixo nível responsável por registar as propostas do Fórum de Estabilidade Financeira seria perfeitamente adequado. Assim, o Fórum já em 2001 tinha preconizado uma melhor cobertura dos riscos assumidos pelos bancos. O Parlamento Europeu já assinalara, em diversas ocasiões, as patentes extravagâncias da finança internacional, mas não foi ouvido. A cimeira europeia declarou-se determinada a aprender as lições da crise e a obrigar os agentes envolvidos no sistema internacional a agirem de forma mais responsável, inclusive no respeito às remunerações e a outros prémios dourados. Vai haver uma conferência internacional para discutir tudo isto. Será que vamos acabar com um novo Bretton Woods? Isso é duvidoso. Já estão a erguer-se vozes, inclusive no seio da Presidência, que alertam contra o excesso de regulação. O Comissário McCreevy assume uma atitude cada vez mais provocadora: não quer legislar sobre os limites máximos de alavancagem para os fundos de investimento. Enquanto o Conselho Europeu quer regular os prémios mirabolantes pagos aos *golden boys*, o Comissário McCreevy está apostado na auto-regulação que vimos em acção nos últimos anos. Enquanto o Sr. Henry Paulson apela a uma melhor regulação dos mercados, o Comissário McCreevy considera – e passo a citar – que «há um perigo real de que os desejos bem intencionados de corrigir as falhas do mercado se traduzam numa regulação precipitada, ingénua e contraproducente». Os Charlie McCreevy deste mundo estão já a preparar-nos para a próxima bolha especulativa que eu prevejo que irá formar-me em torno do mercado secundário do sistema de comércio de direitos de emissão. Entretanto, Senhor Presidente Sarkozy, a economia real está a entrar em recessão. Agora não é altura de afrouxar o nível das nossas ambições ambientais, nem tão-pouco de mudar unilateralmente o único sector industrial europeu que está aberto à concorrência internacional.

**Marielle De Sarnez (ALDE).** – (FR) Senhor Presidente, neste momento de crise financeira mundial, a Europa está a dar os seus primeiros passos enquanto actor político; e sob a sua Presidência, a Presidência francesa, os Chefes de Estado e de Governo tomaram as decisões acertadas. Penso também que o plano europeu está mais bem concebido do que o plano Paulson, e espero que possa limitar os danos.

Claro está que agora temos de ir mais longe. A reforma do sistema financeiro mundial, pela qual todos esperamos e rezemos, só será possível – estou profundamente convencida disso – se a Europa for capaz de fazer sentir a sua presença, e, para tanto, precisaremos de encontrar novos recursos. Teremos de criar uma autoridade europeia para os mercados financeiros e um comité europeu de supervisão bancária. Precisamos de um regulador europeu que possa então falar com as entidades reguladoras dos Estados Unidos, e, se quisermos que os nossos esforços para defender esta ideia a nível mundial sejam credíveis, temos de conseguir pôr fim aos paraísos fiscais que existem no nosso próprio continente.

De igual modo, para fazer face à crise económica e social, vamos precisar de uma resposta europeia. Precisamos de um plano de acção comum para ajudar os nossos concidadãos, para que amanhã estejamos em condições de investir em actividades não deslocalizáveis – e estou a pensar, por exemplo, em infra-estruturas pesadas ou num plano para conformar os edifícios com as normas ambientais. Mas mais ainda, no futuro vamos ter de apoiar e inspirar um modelo de desenvolvimento europeu que seja ético, humano, socialmente responsável e sustentável no sentido mais lato do termo.

**Konrad Szymański (UEN).** – (PL) Senhor Presidente; estou contente pelo facto de nos termos concedido mais tempo para adoptarmos uma decisão mais equilibrada em matéria de redução das emissões de dióxido de carbono. O sistema proposto pela Comissão rateia o custo da introdução de restrições de modo muito desigual. Isso faria com que os países cuja produção de energia se baseia no carvão tivessem de incorrer em

custos da ordem dos milhares de milhões de euros anuais. Esses países são, tendencialmente, os mais pobres da União. Isto é uma coisa que os Polacos, por exemplo, que teriam de pagar um preço muito elevado, simplesmente não conseguem entender. É importante ter presente que não estamos, propriamente, a dar um bom exemplo ao sermos os únicos a introduzir um sistema desta natureza, e ao minarmos assim os alicerces da nossa própria economia.

Por outro lado, a crise financeira não pode servir de pretexto para pôr de lado a questão da situação na Geórgia. Devemos recordar-nos de que a Rússia mantém nas áreas disputadas forças mais de três vezes superiores às que lá se achavam em 7 de Agosto. A Rússia está a seguir uma política de facto consumado em relação ao estatuto internacional da Ossétia, e não está a cumprir o acordo de paz. Como tal, renunciou ao direito a ser parceiro da União Europeia.

Em tom mais ligeiro e para concluir: quanto mais V. Ex.<sup>a</sup> participa em sessões do Parlamento Europeu, senhor Sarkozy, mais dificuldade tenho em dizer se prefiro escutá-lo a si ou à sua mulher. Embora discorde por vezes daquilo que diz nas suas intervenções, não posso deixar de admitir que elas têm o condão de animar a Câmara. As minhas congratulações.

**Philippe de Villiers (IND/DEM).** – (FR) Senhor Presidente, tenho apenas um minuto, mas gostaria de dizer, Senhor Presidente em exercício do Conselho, que durante esta crise financeira, o senhor mesmo conseguiu derrubar os dogmas institucionais: Bruxelas, Francoforte, a concorrência, os critérios de Maastricht, o sistema mundial de comércio livre, a proibição dos auxílios de Estado às empresas, e especialmente aos bancos, etc.

Há instantes, V. Exa. mencionou a questão dos fundos soberanos, uma questão que é extremamente importante para o futuro, para salvar as nossas empresas quando estas estiverem, como estão agora, a bater no fundo. No entanto, Senhor Presidente Sarkozy, hoje, o Tratado de Lisboa – que os líderes da Europa, e especialmente o senhor, procuram manter vivo de forma artificial –, tê-lo-ia impedido de fazer aquilo que acabou de fazer. O Tratado de Lisboa proíbe todas as restrições aos movimentos de capital, proíbe todas as intervenções e influências políticas sobre o Banco Central e proíbe, acima de tudo, todos auxílios de Estado a todas as empresas.

A questão é simples: que opção vai tomar, Senhor Presidente Sarkozy? Ter as mãos atadas ou ter as mãos livres? Para ter as mãos livres, não precisa do Tratado de Lisboa, mas antes de um tratado que tenha em conta as lições que, em conjunto, estamos agora a aprender.

**Sergej Kozlík (NI).** – (SK) Concordo com as conclusões do Conselho Europeu de que a União Europeia se deve esforçar, juntamente com os seus parceiros internacionais, para realizar uma reforma completa do sistema financeiro. Esta situação vai arrastar-se pelo menos durante 10 anos e são as pessoas comuns que vão pagar por todos os erros. É necessário tomar decisões rapidamente sobre transparência, padrões de regulamentação globais relacionados com a supervisão transfronteiriça e gestão de crises.

Não deve ser permitido que a ajuda estatal a nível de cada Estado distorça a concorrência económica, por exemplo, através da discriminação em prol das filiais dos bancos que são propriedade de um banco central num outro Estado da União. Mas também não deveriam existir fluxos desproporcionados de liquidez das filiais para os respectivos bancos-mãe. Sou a favor de um reforço rápido das regras que regem as actividades de agências de notação de risco, bem como a sua supervisão. Também necessitamos de uma decisão rápida sobre as regras relativas à segurança dos depósitos, com o objectivo de proporcionar maior protecção dos consumidores.

**José Manuel García-Margallo y Marfil (PPE-DE).** – (ES) Senhor Presidente, vou indicar os pontos em que concordo com a Presidência e em que discordo e, também, assinalar o que, em minha opinião, falta no discurso da Presidência.

Concordo quando diz que a origem da crise não se circunscreve à crise dos créditos hipotecários de alto risco, ou *subprime*, nos Estados Unidos. Concordo com o princípio do que Alan Greenspan designa agora a fase da «exuberância irracional». Concordo que os mercados fracassaram porque a regulação falhou e os governos tiveram de ser chamados a intervir para os salvar. Concordo quando diz que esta é uma crise global e, portanto, concordo com a necessidade de um Bretton Woods, que alguns chamam Mark II e outros Mark III. A referência feita pelo Presidente Sarkozy ao sistema actual lembra-me muito, sem dúvida, o que o General de Gaulle fez antes de o primeiro Bretton Woods falhar, antes da «rendição» de Fort Knox, quando o Presidente Nixon decidiu desvincular o dólar do ouro.

Por isso, é necessário pôr em marcha uma diplomacia europeia, uma diplomacia do euro, em que a Europa fale a uma só voz e tenha de «arrumar a casa». No entanto, «arrumar a casa» significa continuar a desenvolver os mercados financeiros – neste caso, os mercados retalhistas, para que atinjam uma dimensão adequada – e reflectir sobre o quadro regulamentar.

Quanto ao Banco Central Europeu, concordo que agiu bem. Agiu com rapidez, mas também de forma errática. Alterou três vezes as regras sobre prazos de vencimento e garantias, quando os bancos precisam de certeza no seu financiamento.

Em segundo lugar, a política monetária – o mutuante em última instância – continua a ser uma política centralizada. No entanto, a supervisão bancária permanece descentralizada.

Senhor Presidente, não terá chegado o momento de decidir se queremos desenvolver o artigo 105.º do Tratado, que confere maiores poderes de supervisão ao Banco Central Europeu?

Concordo plenamente com a questão da governação económica. Embora estejamos envolvidos nesta dança ideológica, devemos recordar que Marx dizia que, quando as estruturas económicas mudam, as superestruturas políticas têm de mudar também.

Fizemos Maastricht, mas não resolvemos a questão da arquitectura institucional.

Antes de Lisboa, temos de determinar que fórmulas nos permitem avançar nesta questão.

Em terceiro lugar – e isto é muito importante –, tenho um pedido muito concreto. É preciso opor a economia financeira à economia real. Não se despeça da Presidência, Senhor Presidente, sem antes confiar à Comissão a tarefa concreta de estabelecer uma Agenda de Lisboa+, que deve entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2011 e deve implicar uma revisão dos quadros financeiros.

E, para concluir, uma citação. A propósito desta temática ideológica, um filósofo espanhol – Miguel de Unamuno – disse uma vez que era anticlerical em defesa da Igreja. Sou contra a desregulamentação total do mercado. Creio que, neste ponto, a Presidência e eu estamos de acordo.

**Poul Nyrup Rasmussen (PSE).** - (EN) Senhor Presidente, esta crise podia ter sido evitada: não é uma lei da natureza inevitável. É uma longa história, que não tenho tempo para contar, mas para já uma coisa é certa: temos de aprender com a nossa experiência e temos de trabalhar em conjunto. Temos manter a dinâmica.

Senhor Presidente Sarkozy, V. Exa. está cheio de energia e deve mantê-la, porque, assim como era urgente evitar o colapso dos nossos bancos, agora é igualmente urgente regular melhor e evitar que a recessão se instale. Peço-lhe hoje, e ao Presidente da Comissão também, que assuma os seguintes compromissos.

Primeiro: dê-nos um presente de Natal antecipado, Senhor Presidente Barroso – propostas concretas de novos e melhores regulamentos. Tenho a certeza de que o Presidente em exercício do Conselho, o Presidente Sarkozy, concordava comigo quando lhe pedi que se comprometesse hoje a responder a este relatório do Parlamento Europeu com a seguinte proposta concreta: não regulamentar apenas os bancos, regulamentar também os fundos de retorno absoluto e os fundos de investimento em participações privadas. Este é o primeiro compromisso.

Senhor Presidente Sarkozy, fiquei muito contente quando ouvi V. Exa. referir logo de início, em Camp David, este simples facto, porque os fundos de retorno absoluto e os fundos de investimento em participações privadas estão agora a tentar convencer-nos de que não têm nada a ver com a crise financeira. Ora isso não é de todo verdade. Há muitos anos que esses fundos têm vindo a funcionar com dívidas e ganância excessivas. Por isso, peço-lhe que hoje me prometa que todos os actores terão de ser regulamentados; caso contrário, não estamos a aprender com a nossa experiência.

Segundo: poderia mencionar uma série de pormenores, mas quero apenas obter uma resposta do Presidente da Comissão, José Manuel Barroso – por favor, prometa que irá agir em conformidade com as propostas deste Parlamento relativas à regulação do mercado.

A última observação é dirigida ao Presidente Sarkozy. V. Exa. e eu – e todos nós – pensamos que este é um momento do destino da União Europeia. Não se deve dar ao cidadão comum a impressão de que a União Europeia é incapaz de evitar uma recessão que irá atingir milhões e milhões de trabalhadores inocentes. É por essa razão que quero repetir o que V. Exa. disse: vamos trabalhar em conjunto. Senhor Presidente Sarkozy, segundo os meus cálculos – e penso que devíamos pedir à Comissão que os confirme –, se trabalharmos em conjunto e investirmos anualmente apenas mais 1% em infra-estruturas, na educação, na política do mercado

de trabalho e na indústria privada durante os próximos quatro anos, criaremos mais 10 milhões de empregos. Penso que esta é uma meta que vale a pena perseguir, e espero sinceramente que o Presidente Sarkozy se empenhe em concretizá-la em Dezembro ou antes. É agora ou nunca.

**Annemie Neyts-Uyttebroeck (ALDE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhor Presidente Sarkozy, já tive ocasião de dizer duas vezes na Comissão dos Assuntos Externos o quanto admiro a acção que V. Exas. desenvolveram durante a crise entre a Rússia e a Geórgia, e volto a dizê-lo hoje. Tenho igual admiração pela vossa acção no âmbito da crise financeira e das consequências económicas que ela nos traz.

Porém, no que se refere à Rússia, permitam-me dizer-vos que não fico totalmente tranquila quando leio, nas conclusões do Conselho, que aparentemente ficou decidido que as negociações sobre um novo pacto ou aliança estratégica com a Rússia irão prosseguir independentemente dos acontecimentos, mesmo que as conclusões do Conselho e da Comissão sejam tomadas em consideração. Isso não me tranquiliza em absoluto, se bem que, por um lado, eu esteja convencida, tal como V. Exa., Senhor Presidente, da necessidade de continuar consolidar as relações com os russos, mas, por outro lado, não pense que devamos suscitar-lhes a impressão – e estou certo de que V. Exa. não o fará – de que nada aconteceu, de que tudo irá voltar a ser como antes.

Estou certo de que quando for a Moscovo para a cimeira – e agora peço-lhe isto em nome do meu grupo –, V. Exa. fará questão de dizer claramente à Rússia que as coisas não voltarão a ser como antes e que vamos estar extremamente vigilantes nesta matéria.

**Bernard Wojciechowski (IND/DEM).** – (PL) Senhor Presidente; Robert Gwiazdowski, um perito do Instituto Adam Smith, terá escrito, segundo foi noticiado, que o «Circo Voador de Monty Kaczyński» já deixou Bruxelas, mas o que lá foi fazer não está nada claro ainda. O custo para os contribuintes polacos da deslocação a Bruxelas do seu Presidente rondou os 45 000 euros. Gostava de lhe fazer a seguinte pergunta, Senhor Presidente. Porque consentiu que um político que não era membro da delegação do governo polaco participasse nos debates? Ninguém sabe, realmente, o que essa pessoa lá foi fazer. Acresce que o senhor Kaczyński granjeou um apoio considerável por parte de agrupamentos extremistas na Polónia. Os agrupamentos em questão podem mesmo ser descritos como fanáticos. Além disso, tanto quanto sei, o senhor Kaczyński só fala Polaco. É incapaz de exprimir as suas ideias em qualquer língua estrangeira. Assim, gostaria imenso de saber como conseguiu conversar com ele, Senhor Presidente. Pode ter a bondade de explicar ao Parlamento o que foi fazer o senhor Lech Kaczyński à Cimeira do Conselho Europeu e o que foi que V. Ex.<sup>a</sup> discutiu com ele, pessoalmente?

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhor Presidente, há mais de doze anos que discutimos a «armadilha da mundialização», *le piège de la mondialisation*, e agora caímos nela. Senhor Presidente em exercício do Conselho, gostaria de lhe fazer uma proposta de carácter prático. Sugiro que crie uma cadeira universitária de história dos mercados financeiros. Poder-se-ia assim investigar pormenorizadamente a forma como chegámos à posição em que nos encontramos neste momento. No espírito do que foi referido pelo colega Martin Schulz: «Never more» (Nunca mais), embora provavelmente quisesse dizer «Never again» (Jamais), a verdade é que situações destas não podem tornar a acontecer. «Nunca mais» seria equivalente a dizer que podemos voltar a fazer o mesmo, o que não pode ter lugar, em caso algum.

Tal cadeira universitária permitir-nos-ia determinar até que ponto a culpa é dos conservadores, orientados por excessivo neo-liberalismo, como os EUA, e até que ponto é dos sociais-democratas, que não impuseram com suficiente firmeza o equilíbrio social. Aproveitemos a oportunidade para aprender com a história, de modo a podermos consolidar uma social-democracia europeia intrépida, não nos contentando com os benefícios insignificantes que o Tratado de Lisboa nos teria alegadamente trazido, apesar do facto de nem sequer estar correcto.

**Margie Sudre (PPE-DE).** – (FR) Senhor Presidente, o conflito entre a Geórgia e a Rússia e a crise financeira constituíram oportunidades para a União Europeia se afirmar no palco mundial enquanto actor político de primeira ordem e de pleno direito.

Graças à sua determinação, Senhor Presidente Sarkozy, a União Europeia conseguiu unir-se para encontrar respostas coordenadas, eficazes e rápidas. Perante as crises, a União Europeia deu provas de que realmente existe e demonstrou o seu valor acrescentado.

No que respeita à imigração, por exemplo, o princípio do «cada um por si» deixou de estar ordem do dia. A adopção pelo Conselho Europeu do pacto sobre imigração e asilo, iniciado pela Presidência francesa, representa um avanço considerável.

Relativamente à luta contra as alterações climáticas, a União Europeia tem de estabelecer a si própria objectivos concretos e de indicar o caminho aos seus parceiros mundiais. O senhor já se pronunciou a este respeito, Senhor Presidente Sarkozy, mas esperamos que este acordo seja o mais equilibrado possível, pois deve ter em linha de conta a situação económica dos nossos países, que é actualmente muito instável. No entanto, termos também de nos debruçar sobre a questão do tipo de crescimento que vamos escolher para o futuro.

Para enfrentar os desafios que a esperam, a União Europeia precisa agora, mais do que nunca, do Tratado de Lisboa. Compreendemos as preocupações dos irlandeses, mas o *status quo* não é uma opção. A Irlanda deverá propor-nos uma solução durante do Conselho Europeu de Dezembro. Muitos de nós exigem-no.

Nestas últimas semanas observámos com orgulho uma Europa política forte, unida na adversidade, determinada face aos seus parceiros, escutada no palco internacional. Esperamos que esta nova mentalidade europeia se torne a regra e que perdure. O Tratado de Lisboa é a melhor solução de que dispomos para o conseguir.

**Martin Schulz (PSE).** – (FR) Senhor Presidente, não sei qual é o artigo do Regimento que me confere o direito de usar da palavra, mas agradeço-lhe muito o facto de me ter dado.

Senhor Presidente Sarkozy, tive a impressão de que V. Exa. interveio aqui na qualidade de Presidente do Conselho Europeu. Eu respondi na minha qualidade de presidente de um grupo político do Parlamento Europeu. Não tive a impressão de que estava a falar com o Presidente da República Francesa, pois, se assim fosse, posso assegurar-lhe que o meu discurso teria sido totalmente diferente, pois não há diferenças entre mim e os meus colegas socialistas franceses.

**Nicolas Sarkozy, Presidente em exercício do Conselho.** – (FR) Senhor Presidente, antes mais, é perfeitamente natural que o senhor deputado Schulz tenha respondido. Se bem compreendi, ele fê-lo a título pessoal. Meu caro Martin, lamento se o magoei ao compará-lo a um socialista francês.

(Aplausos)

Do meu ponto de vista, isso não era um insulto, mas admito sem reservas que o que importa é aquilo que o destinatário pensa. Assim sendo, Senhor Presidente Pötering, retiro o meu comentário. O senhor deputado Schulz também é capaz de falar como um socialista francês.

Senhor Deputado Nassauer, obrigado pelo seu apoio. Sim, nós precisamos do Tratado de Lisboa e, para falar com franqueza, bater-me-ei até ao último minuto da Presidência francesa para convencer as pessoas da necessidade de a União Europeia se dotar de instituições para o século XXI. Um político é alguém que assume as suas responsabilidades. Apoiei o Tratado de Lisboa e lutarei para que o processo de Lisboa seja levado até ao fim; e reiteraria uma coisa: se não tivermos Lisboa, teremos Nice, e, se tivermos Nice, isso significa que não haverá novos alargamentos, o que seria profundamente lamentável. Esperemos, pois, que todos assumam as suas responsabilidades.

Senhor Deputado Nassauer, concordo consigo quando diz que há muito trabalho a fazer no pacote climático. Estou bem ciente disso, mas não devemos renunciar às nossas ambições, pois estou convencido de que é mais fácil chegar a um compromisso sobre uma grande ambição do que sobre uma pequena ambição. Será mais fácil alcançar um compromisso sobre uma proposta verdadeiramente ambiciosa do que sobre uma proposta mais limitada, e seria um erro se, ao tentarmos agradar a gregos e troianos, acabássemos por adoptar uma política europeia totalmente ilegível. Temos de estar cientes desse risco.

Senhor Deputado Goebbels, o senhor falou-nos de canalização e de arquitectura, e estou realmente a contar com o apoio do Luxemburgo para que a arquitectura financeira seja profundamente repensada, tanto dentro como fora do nosso continente.

No entanto, Senhor Deputado Goebbels, isto não é uma crítica, e muito menos um ataque; é uma simples observação.

Como a senhora deputada De Sarnez disse, e muito bem, não podemos combater determinadas práticas fora do nosso continente, e menos ainda tolerá-las dentro dele. É tudo. Que aqueles que se sentem visados o assumam. Pessoalmente, não estou a visar ninguém em especial, nem me permitiria tal coisa.

Senhora Deputada De Sarnez, obrigado por dizer que tomámos as decisões correctas. A título pessoal, posso dizer-lhe que apoio a sua proposta de um regulador europeu. Faz todo o sentido. Por que razão não conseguimos fazê-lo de imediato? Porque alguns países pensam que, ao defenderem os seus próprios sistemas de regulação, estão a defender a sua identidade nacional. Isto não é uma censura. A minha opinião é, portanto, a de que vamos acabar por precisar de um regulador europeu e que, entretanto, precisamos pelo menos de estabelecer uma coordenação entre os reguladores europeus. É esse caminho que propomos em conjunto com a Comissão, e penso que esse é o único caminho realista, pois, de contrário, chegaremos a um impasse.

A senhora deputada falou também da necessidade de uma governação económica europeia e de um plano económico europeu. E com razão. Porém, a propósito da sua intervenção, gostaria de contestar o que foi dito – não por si – sobre a associação de qualquer iniciativa económica europeia com um aumento do défice. Basta! Nós temos o direito de falar livremente. Podemos ser favoráveis a uma política económica europeia sem sermos favoráveis ao aumento do défice, e não seremos capazes de coordenar políticas europeias através de uma simples recuperação da procura.

Nós – e não estou a dizer «vós» – não podemos pôr palavras na boca uns dos outros, como fizemos inicialmente aos que ousavam exprimir uma opinião a respeito da política monetária. Era possível defender uma política monetária diferente sem pôr em causa a independência do BCE. Pois bem, di-lo-ei: é possível ser-se a favor de uma política económica europeia estrutural e não se ser a favor do aumento do défice. Deixemos de dizer que uns estão certos e outros estão errados. Não! O debate europeu tem de ser um debate verdadeiro, e ninguém detém o monopólio da verdade.

De quando em quando precisamos de afastar-nos – e este é talvez o único ponto em que convirjo com o senhor deputado de Villiers. De vez em quando precisamos, talvez, de distanciar-nos dos dogmas que tanto lesaram a ideia europeia, dos dogmas que são ainda menos legítimos porque, frequentemente, não decorrem de decisões tomadas por organismos democráticos e, portanto, legítimos. O meu próprio ideal europeu é suficientemente forte para que a democracia europeia seja uma verdadeira democracia. O pensamento único, os dogmas, os hábitos e o conservadorismo causaram muitos danos, e aproveitarei o ensejo para dizer um pouco mais a este propósito em relação a outro tema.

Senhor Deputado Szymański, gostaria de lhe dizer que compreendo perfeitamente os problemas da Polónia, em especial no que respeita à sua dependência económica do carvão, que atinge os 95%. Contudo, penso que a Polónia precisa da Europa para modernizar a sua indústria mineira e que podemos perfeitamente chegar a acordos com a Polónia sobre carvão limpo. Acresce que, para modernizar a sua indústria mineira, a Polónia precisará de toda a Europa. Nós precisamos da Polónia e a Polónia precisa de nós. É com base nisto que, em conjunto com o Presidente Barroso, vamos tentar chegar a um compromisso com os nossos amigos polacos e húngaros e com alguns dos que estão preocupados com o seu crescimento.

Senhor Deputado de Villiers, como V. Exa. disse, eu derrubei dogmas, pois acredito no pragmatismo, mas, com toda franqueza, não impute a Lisboa, ao Tratado de Lisboa, defeitos que ele não tem. Estou em boa posição para saber que o Tratado de Lisboa não é um milagre, não é perfeito. Porém, Senhor Deputado de Villiers, perfeição é algo que não existe – salvo na Vendée, claro –, especialmente quando procuramos unir 27 países com governos diferentes e histórias diferentes. O senhor tem de desistir da ideia do tratado ideal, pois isso é algo que jamais existirá. Os europeus são pragmáticos, são pessoas sensatas que preferem ter um tratado imperfeito que melhore a situação do que um tratado perfeito que nunca existirá, pois nunca haverá acordo sobre esta ideia intangível.

A Europa é isso mesmo: progredir todos os dias, porque nós quisemos pôr fim à guerra, porque quisemos criar um espaço de democracia, e eu penso, Senhor Deputado de Villiers, que V. Exa. deveria concentrar-se numa luta diferente, pois a que está a travar agora parece consistir na criação de um inimigo imaginário, quando na presente crise é muito claro que os cidadãos da Europa compreendem que trabalhar em conjunto é uma força, não uma fraqueza. Nem mesmo alguém tão forte e talentoso como V. Exa. conseguiria enfrentar sozinho esta crise financeira. É melhor encontrar um bom compromisso com toda a Europa do que ficar só, a um canto, sabendo que tem razão.

Quanto à questão de eu ter uma «mão livre», Senhor Deputado de Villiers, a minha resposta aplica-se a si, é uma resposta de um homem livre, inclusive no debate político francês. E eu penso que o mais importante para nós é deixarmo-nos de tagarelar, e que pessoas sinceras, que levam as suas ideias até ao fim, podem alcançar bons compromissos, e que o debate político europeu enferma de uma ausência de ideias que nos afectou a todos, a todos os grupos políticos, como se estivéssemos obcecados pela ideia de inventar algo completamente novo. Se a Europa avançou foi porque, em dada altura, homens e mulheres desbravaram novos territórios; e a auto-crítica para que o senhor deputado apela é um exercício que todos deveríamos



fazer. Durante muito tempo, nós, na Europa, agimos como objectos estáticos. Seguimos os pais fundadores, mas não o seu exemplo: não desbravámos novos caminhos, não descobrimos novas ideias. Estou profundamente convencido de que temos de mostrar alguma imaginação, pois o maior perigo reside, afinal, em nada fazermos, hoje, e em não sermos audaciosos quando confrontados com uma situação totalmente nova.

Senhor Deputado Kozlík, a transparência é absolutamente vital. No que se refere às agências de notação, penso que a conduta dessas agências foi a parte mais escandalosa desta crise. Estas agências atribuíam uma notação «triplo A» a um produto na sexta-feira, para depois o desclassificarem para «triplo B» na segunda-feira. Não podemos continuar com este monopólio de três agências de notação - na sua maioria americanas. A questão das agências de notação, da sua independência face a certos grupos e da existência de uma agência de notação europeia será certamente uma das questões mais cruciais da agenda da primeira cimeira sobre a futura regulação. Quanto ao tema da concorrência, gostaria de dizer a todos os oradores que falaram sobre esta matéria que eu acredito na concorrência, mas que já estou cansado de ouvir aqueles que fazem dela um fim em si, quando na realidade a concorrência é apenas um meio para atingir um fim. A concorrência é um meio para atingir o crescimento; não é um fim em si, e farei tudo o que estiver ao meu alcance para reintroduzir este conceito na nova política europeia.

Acredito na liberdade, acredito no comércio livre, e acredito que devemos rejeitar o proteccionismo, mas a concorrência tem de ser um meio para alcançar o crescimento. A concorrência enquanto objectivo, enquanto fim em si, é um erro. Pensava assim antes da crise, e continuarei a pensar assim depois da crise.

Senhor Deputado García-Margallo, o senhor tem razão em dizer que precisamos de um novo Bretton Woods. Como o senhor deputado Daul e o senhor deputado Schulz acabaram de dizer, de nada serve realizar uma cimeira internacional se tudo o que formos fazer é aplicar pensos rápidos. Se for para alterarmos apenas metade do sistema, não merece a pena.

O senhor deputado falou de normas de contabilidade, mas repare nos nossos bancos. Para começar, a ditadura das normas de contabilidade dos Estados Unidos tornou-se intolerável. Em segundo lugar, o montante que os bancos podem emprestar depende dos fundos e dos activos de que dispõem. Se olharmos para a utilização de activos avaliados ao preço de mercado, em função de um mercado que já não existe porque foi totalmente desestabilizado, iremos empobrecer os bancos, o que os tornará ainda menos aptos a fazer o seu trabalho. A questão da alteração das normas de contabilidade, que foi levantada pelo Presidente da Comissão, teve todo o nosso apoio - era urgente. Gostaria também, Senhor Presidente, de prestar homenagem à reactividade do Parlamento Europeu, que foi capaz de votar a favor dessa alteração, porque conseguimos unanimidade no processo de co-decisão com uma rapidez surpreendente, o que o Conselho Europeu saudou.

Senhor Deputado Rasmussen, teríamos podido evitar a crise? Antes de podermos responder a esta questão, teremos de concordar sobre o que a causou. O que aconteceu? Há três décadas que os Estados Unidos da América, nossos aliados e amigos, vivem acima das suas possibilidades. O *Federal Reserve Bank* prosseguiu uma política monetária que consistia em manter as taxas de juro a um nível extraordinariamente baixo e concederam empréstimos a quem quer que fosse. Durante os últimos 20 ou 30 anos, nós acartámos com as espantosas dívidas da maior potência do mundo, e agora cabe a todo o mundo liquidar essas dívidas.

Nessas circunstâncias, os americanos vão ter de assumir as suas responsabilidades e de aceitar as consequências connosco, mas não vejo como é que nós, sozinhos, poderíamos ter-lhes dito para pararem com essa estratégia. Acrescentaria que alguns dos nossos bancos já não estão a fazer o seu trabalho: o trabalho de um banco consiste em emprestar a particulares e a empresas e em apoiar os particulares no crescimento das suas famílias, em apoiar as empresas no crescimento dos seus projectos e em ganhar dinheiro ao fim de um determinado período. Os nossos bancos desenvolveram-se naquilo a que chamam de salas de negociação, que são lugares de especulação, e, durante anos, consideraram que era mais fácil ganhar dinheiro através da especulação do que através do investimento.

Acrescentaria que a mutualização dos riscos permitiu que todos os nossos bancos se agentassem. Na Europa há 8 000 bancos, 44 dos quais operam à escala internacional. Se tivéssemos assumido a responsabilidade de permitir que um banco abrisse falência, como aconteceu nos Estados Unidos com o *Lehman Brothers*, todo o sistema teria desabado. Não sei se teríamos conseguido evitar a crise, Senhor Deputado Rasmussen, mas, se não tivéssemos reagido como reagimos, a crise ter-nos-ia soterrado. Estou firmemente convicto disso.

O senhor diz que precisamos de propostas antes do Natal, mas, na realidade, precisamos delas antes de meados de Novembro. Tenciono efectivamente tomar iniciativas, em conjunto com o Presidente Barroso, para assegurar que nós, europeus, vamos a esta cimeira com uma só voz e tentar mais fazer uma coisa, Senhor

Deputado Rasmussen: pormo-nos de acordo não sobre o menor denominador comum, mas sobre o maior denominador comum, pois qualquer consenso implica o risco de, ao tentarmos forçar um acordo artificial, podermos afrouxar as nossas ambições. O perigo é esse. Espero que permaneçamos ambiciosos e que não enfraqueçamos o grau das nossas ambições, não deixando porém de falar em uníssono.

Não voltarei ao tema dos fundos de retorno absoluto; já tive ocasião de dizer que estes precisam de ser regulados. Nenhuma instituição financeira, seja ela pública ou privada, deverá escapar à regulação.

Senhora Deputada Neyts-Uyttebroeck, a senhora perguntou se as discussões com a Rússia iriam prosseguir independentemente dos eventos. É evidente que não; mas ponha-se no nosso lugar: os russos pararam os seus tanques a 40 km de Tbilisi, conforme nós – a Europa – lhes tínhamos pedido. A Rússia retirou as suas tropas para trás da linha fronteiriça de antes da crise de 8 de Agosto. A Rússia autorizou o envio de observadores, especialmente europeus, e, embora de muito má vontade, a Rússia vai às discussões de Genebra. Se, considerando tudo isso, suspendermos a cimeira UE-Rússia, quem conseguirá compreender a política da Europa? Ninguém!

Diria ainda que, em conjunto com o Presidente Barroso, tomámos o cuidado de não suspender, mas adiar a cimeira. Qual é a diferença? Se tivéssemos decidido suspender a cimeira, teríamos precisado de uma decisão unânime do Conselho Europeu para a retomar, o que, em minha opinião, seria politicamente embaraçoso. A decisão de adiar a cimeira permite que a retomemos sem darmos satisfações imerecidas. Por isso mesmo, penso que esta é uma estratégia racional, uma estratégia serena e lúcida. Creio que não poderíamos ter feito outra coisa, e continuo convencido de que a Rússia será um parceiro com quem podemos dialogar, com quem podemos ser francos, mas só podemos encorajá-los se falarmos com eles. Se não o fizermos, a Rússia sentir-se-á cercada e as nossas ideias serão menos influentes. É essa a minha convicção, mas é claro que acontecimentos futuros poderão provar que estou enganado. Trata-se aqui, portanto, de assumirmos as nossas responsabilidades.

Senhor Deputado Wojciechowski, não cabe ao Presidente em exercício do Conselho decidir quem deve representar a Polónia. A Polónia teve dois assentos no Conselho Europeu, e coube à Polónia decidir quem os deveria ocupar. Imagine V. Exa. uma Europa em que o Presidente do Conselho Europeu dizia: «Não, o senhor não pode entrar, o senhor sim». Que Europa seria essa? A Polónia tem um Presidente – que o senhor manifestamente não apoia – e tem um Primeiro-Ministro; é a eles que compete agir como estadistas, como cidadãos europeus, para decidir quem deve representar a Polónia. Conseguimos finalmente resolver esta questão, e no início de Dezembro terei oportunidade de ir à Polónia, onde direi ao Presidente polaco: «Tem de cumprir a sua promessa. Prometeu assinar o Tratado de Lisboa, que o seu parlamento ratificou, e tem de honrar essa promessa». É essa a credibilidade de um estadista e de um político.

(Aplausos)

Estou suficientemente convencido da importância da Polónia na Europa para o dizer sem que ninguém se ofenda.

Senhor Deputado Martin, nós precisamos de uma democracia europeia forte. Conheço a sua campanha, a luta que trava contra a corrupção e em prol de uma democracia que funcione em pleno. O senhor tem toda a razão, mas posso dizer-lhe que, em conjunto com o Presidente Barroso, mostrámos que podemos ser fortes. Além disso, há até pessoas nesta Câmara que entenderam que eu estava a avançar sem mandato. Se eu tivesse tido de esperar até ter um mandato para avançar, avançaria por certo com menos frequência.

Senhora Deputada Sudre, obrigado, também, pelo seu apoio. A Europa existe agora realmente, e V. Exa. tem muita razão em dizer que o *status quo* não é uma opção. Penso que isto é algo em que todos podemos concordar. O pior seria se, depois de a tempestade passar, nós prosseguíssemos como se nada tivesse acontecido. Isso significaria o fim do ideal europeu, e nós não temos o direito de deixar passar esta oportunidade.

Por conseguinte, alguns estarão surpreendidos: porquê uma cimeira tão depressa? Por isso mesmo. Porque dissemos a nós próprios que, se esperássemos demasiado, e especialmente se esperássemos até o novo Presidente dos Estados Unidos ser eleito, a situação poderia continuar a agravar-se sem que nós tivéssemos resposta. Ou então a situação melhoraria e, na próxima Primavera, todos a teriam esquecido e tudo ficaria na mesma. Por conseguinte, precisávamos de uma cimeira, ou pelo menos da primeira, em Novembro, independentemente do calendário americano.

Senhoras e Senhores Deputados, penso ter respondido a todos os oradores. Estou também vinculado pela agenda da Presidência e da conferência de imprensa que deverei dar com o Presidente da Comissão e o

Presidente do Parlamento Europeu. Gostaria de pedir desculpa aos outros oradores a quem eu possa não ter não respondido. Claro está que isso não se deve ao facto de eu não o querer, mas pediram-me para respeitar a ordem de trabalhos do dia de hoje. Procurei fazer o meu melhor, e claro está que terei oportunidade de voltar ao vosso Parlamento em Dezembro para responder mais detidamente às perguntas de todos os oradores.

**Presidente.** – Senhor Presidente em exercício do Conselho, ficou claro, pelas intervenções e, agora, pelos aplausos, que V. Exa. tem o apoio do Parlamento Europeu.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Gostaria apenas de responder muito resumidamente à pergunta que o senhor deputado Rasmussen me dirigiu. Devo também pedir que me desculpem, porque tenho de sair para uma conferência de imprensa. A Comissão será representada pelo Comissário Almunia.

Conforme referi nas minhas observações anteriores, nenhuma área dos mercados financeiros ficará de fora da nossa revisão. Quero realmente agradecer o seu contributo pessoal – e o de muitos membros do Parlamento Europeu – para o relatório apresentado. Irei analisar todas as opções que sugerem. Como o Presidente Sarkozy acaba de dizer, queremos liderar este esforço global. Acreditamos que podemos pôr em prática algumas destas propostas antes do Natal, conforme nos pedem, mas algumas delas são muito sensíveis do ponto de vista técnico. Vamos tomar uma decisão e contribuir para o debate internacional sobre todas essas matérias, mas penso que é igualmente importante ter propostas tecnicamente sólidas. Certamente verificaram que colocámos à vossa disposição tudo o que foi acordado com o Ecofin – o roteiro financeiro. Não é correcto dizer que não legislámos sobre os serviços financeiros durante o mandato desta Comissão. Desde que esta Comissão assumiu funções, foram adoptadas trinta e duas medidas legislativas na área dos serviços financeiros, no âmbito do processo de co-decisão ou de comitologia. Mais especificamente, 19 dessas medidas foram adoptadas no âmbito da co-decisão. Nas próximas semanas e meses, ainda apresentaremos outras propostas, a primeira das quais incidirá sobre as agências de notação e será entregue no início do próximo mês.

Permitam-me dar um exemplo sobre as agências de notação. Temos de ser francos sobre esta questão. Em diversas ocasiões falei pessoalmente com vários governos sobre a necessidade de regulamentar as agências de notação. A resposta foi um «não» categórico. Isto é a pura verdade. É por isso que peço aos senhores deputados, sobretudo aos que criticam a Comissão, que vejam se podem usar um pouco da vossa influência junto dos vossos governos ou dos vossos partidos que estão nos vossos governos. Isso seria extremamente útil porque, de facto, há alguns meses, quando discutimos esta matéria – e o Comissário McCreevy defendeu a adopção de um regulamento sobre as agências de notação – a proposta mais ambiciosa que alguns governos se dispunham a ponderar era um código de conduta.

Poderão dizer que isto está tudo muito bem e que a Comissão tem o direito de fazer isto. Isso é verdade, mas, como sabem, quando toca a questões dos serviços financeiros, as coisas não avançam como quando se trata de em muitas outras matérias. De facto, quando entrámos na crise – e o pico da crise foi em Setembro deste ano (mas já tínhamos este roteiro desde Agosto do ano passado) – fomos vivamente aconselhados por muitos dos nossos governos a não apresentarmos propostas susceptíveis de aumentar o nível de alarme ou de gerar algum tipo de reflexo de alarme. Penso que esta é uma questão relativamente à qual a Comissão tem de usar de prudência. Nas questões muito sensíveis relacionadas com os mercados financeiros não podemos ter efeitos de anúncios vazios. Não podemos fazer só proclamações. Nesta matéria, é muito importante manter a coordenação entre Parlamento, Comissão e Conselho. Eu diria que na Comissão Europeia somos, por definição, a favor de uma dimensão europeia na regulação e na supervisão. Digo isto com toda a sinceridade. Se muitas das vezes a Comissão não apresentou propostas como as que os senhores deputados pediram, e muito bem, nem sempre foi por andarmos a dormir ou por causa de algum desvio ideológico. Foi porque a análise da situação nos mostrou que a possibilidade de as concretizar era nula, ou quase nula. Quero dizer-lhes isto com toda a franqueza. Havemos de ter tempo para analisar todas as causas e todas as fases deste processo, mas penso que é importante que saibam isto no debate.

Muito sinceramente, ainda há duas semanas, alguns dos nossos governos diziam que não era necessária uma resposta europeia. Como devem saber, publiquei um artigo na imprensa europeia em que pedia – implorava – uma resposta europeia, mas alguns dos nossos governos diziam que não, que podiam fazer isso a nível nacional, que não precisávamos de uma dimensão europeia. Vamos então tentar agir colectivamente. Vamos olhar para nós com olhar crítico, como todos precisamos fazer, mas procuremos evitar uma resposta simplista para uma questão muito complexa. Estamos disponíveis para trabalhar de forma construtiva com o Parlamento Europeu e com o Conselho na busca de boas soluções para a Europa e, se possível, para o resto do mundo.

(Aplausos)

**PRESIDÊNCIA: ROURE***Vice-presidente*

**Gilles Savary (PSE).** – (FR) Senhora Presidente, lamento muitíssimo que o senhor Presidente Pöttering não me tenha concedido palavra quando a solicitei, posto que estava simplesmente a pedir-lhe o direito de resposta, e eu teria preferido intervir quando o Presidente do Conselho estava presente.

Estou indignado com o ostracismo a que os socialistas franceses foram aqui votados. Nunca, em momento algum, vi um Presidente em exercício do Conselho pôr em causa um partido político. Nunca vi um Presidente da República Francesa ridicularizar os seus compatriotas numa instância internacional como esta. Considero pois que se trata de uma ofensa, pelo que gostaria de ter ouvido um pedido formal de desculpas por parte do Governo francês.

*(A Presidente retira a palavra ao orador)*

**Robert Atkins (PPE-DE).** – (EN) Senhora Presidente, um ponto de ordem. Temos aqui mais um exemplo da forma ridícula como os assuntos desta Câmara são mal geridos. A Presidência tem de compreender que, quando está prevista uma votação, esta deve realizar-se na hora marcada, e nada é mais importante do que o exercício dos nossos direitos democráticos durante a votação. Peço-lhe que coloque à Presidência a questão do modo como os nossos assuntos são geridos para que possa ser melhorado, para que possamos votar na hora certa e para que as intervenções respeitem o tempo previsto.

*(Aplausos)*

**Presidente.** – Senhor Deputado Atkins, vamos prosseguir agora o debate, se me permitir.

Senhoras e Senhores Deputados, peço-vos que respeitem escrupulosamente o vosso tempo de palavra. Não se surpreendam se tiver de os interromper.

**Linda McAvan (PSE).** – (EN) Senhora Presidente, é uma pena que o Presidente em exercício do Conselho se tenha ido embora, porque eu tinha uma mensagem para ele, mas espero que o Senhor Ministro Jouyet lha transmita.

O que ele disse esta manhã a respeito das alterações climáticas é extremamente importante, e teve razão em lembrar ao senhor deputado Nassauer que este não é o momento de abandonarmos as nossas ambições relativamente às alterações climáticas e de enfraquecermos as propostas que temos diante de nós.

*(Aplausos)*

Houve um lóbi imenso neste Parlamento e no Conselho, que começou muito antes de a crise financeira rebentar este Verão, mais precisamente no ano passado. A tinta mal tinha secado em Berlim quando as pessoas começaram a tentar enfraquecê-lo.

O Presidente Sarkozy pediu o *engagement* do Parlamento. Ele vai ter mais do que o *engagement*: vai ter de contar connosco na co-decisão. Nem sei por que razão estamos sequer a discutir a importância da co-decisão: sem a co-decisão deste Parlamento, não haverá pacote das alterações climáticas.

Queremos um acordo até ao Natal. O Grupo Socialista pode assumir esse compromisso com os senhores. Não sei ao certo o que se passa com a outra parte – pode ser que o Presidente Sarkozy peça à sua gente. O Grupo Socialista quer um compromisso até ao Natal, mas não quer um acordo *qualquer*. Queremos um acordo credível; queremos um acordo que mantenha um equilíbrio entre ambiente, empregos e competitividade.

Não queremos, contudo, um acordo baseado no menor denominador comum. O Presidente Sarkozy acabou de nos lembrar o que acontece quando se opta pelo menor denominador comum. Sabemos que países individuais têm problemas – e podemos falar sobre eles – mas precisamos de dispor de um pacote que seja credível para as conversações internacionais. Esse pacote não deve basear-se em compensações noutros países, porque não seria credível, e também não deve acabar com o regime de comércio de emissões nem destruir o preço do carbono. Senhor Presidente em exercício, espero que transmita estas mensagens ao Presidente Sarkozy.

O senhor deputado Nassauer falou do custo do pacote das alterações climáticas. Actualmente, estamos a gastar milhares e milhares de milhões para combater a crise financeira que os nossos bancos enfrentam. Obviamente, há um custo que a Comissão para o pacote, mas não quero, daqui a uns anos, voltar junto dos

nossos cidadãos e dizer-lhes que vai ser preciso arranjar mais milhares de milhões porque não fomos capazes de agir atempadamente na questão das alterações climáticas. Pior do que o dinheiro envolvido, serão as vidas destruídas por todo o planeta. Haja alguma coragem política da parte de todos os quadrantes desta Assembleia; vamos avançar e fazer acordo com o Conselho, e vamos fazer isso antes do Natal, a tempo das conversações internacionais.

(Aplausos)

**Margarita Starkevičiūtė (ALDE).** - (LT) Gostaria apenas de fazer uma observação. O Presidente da Comissão afirmou que a resposta da União Europeia à crise era insuficiente. Na verdade, a resposta foi vigorosa, os Estados-Membros responderam, mas as instituições europeias foram lentas a reagir. Isso ficou hoje perfeitamente demonstrado nesta Câmara: quando o Presidente Sarkozy saiu, os jornalistas saíram também. Ninguém se interessa por nós. Isto deve-se, acima de tudo, à nossa incapacidade para reformar a maneira como funcionamos. Há muita gente cheia de capacidade na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu, mas o sistema burocrático inibe quaisquer iniciativas. Reagimos ao *tsunami* na Ásia mas, amanhã, vamos discutir um orçamento que foi elaborado sem ter em conta que estamos a ser atingidos por um *tsunami* económico na Europa. Podíamos fazer alguma coisa, como mudar as prioridades do nosso orçamento. Podíamos também definir prioridades no seio das nossas comissões parlamentares, o que nos ajudaria a sobreviver a esta crise e a ir de encontro às expectativas das pessoas. A Comissão Europeia deve ser alvo de uma reforma. Gostaria de sublinhar que as funções estratégicas da Comissão deviam ser separadas das funções de natureza técnica. O trabalho da Comissão teria mais eficácia.

**John Bowis (PPE-DE).** - (EN) Senhora Presidente, embora o Presidente em exercício já não esteja presente, gostaria de lhe dizer o seguinte: esta manhã, V. Exa. falou com eloquência sobre o desafio para o nosso futuro económico, que com toda a razão está no topo da nossa agenda, mas com igual razão e igual eloquência afirmou claramente na Cimeira, e hoje aqui também, que é sua intenção manter o calendário e os objectivos definidos para o combate às alterações climáticas. As suas palavras são fundamentais e acertadas. Como disse V. Exa., o pacote das alterações climáticas é tão importante que não podemos simplesmente perdê-lo a pretexto de uma crise financeira.

Foi muito significativo o facto de a Chanceler Merkel, não obstante as preocupações reais que o seu país e outros países enfrentam, dizer claramente que a Alemanha se pronunciou a favor da implementação das metas das alterações climáticas e da busca de soluções antes da cimeira de Dezembro. Se esse é o repto que nos faz, penso que o Parlamento lhe responderá efectivamente e em tempo oportuno.

No entanto, devo dizê-lo, as atenções estão agora viradas para o Conselho. Para conseguir o nosso objectivo, vamos precisar de garantias para os países que se debatem com problemas reais, como é o caso da Polónia com o carvão. Vamos ter de fixar critérios claros para a abordagem mais leve que sabemos irá ser prevista para uma série limitada de indústrias e sectores que enfrentam desafios de perdas reais. Temos também de deixar bem claro que o nosso apoio aos biocombustíveis nos transportes está dependente do desenvolvimento de combustíveis a partir de fontes sustentáveis. Sem essa condição, poderíamos causar danos irreparáveis no nosso ambiente e nos habitats de pessoas, animais e plantas.

Estabelecemos para nós próprios um enorme desafio, mas um desafio que não nos podemos dar ao luxo de perder. Uma catástrofe ambiental tornaria os nossos actuais problemas económicos quase insignificantes.

Como disse o Presidente Sarkozy, as duas políticas têm de andar de mão dada. Só temos é de garantir – e o Presidente tem de garantir – que o Parlamento não fica bloqueado pela incapacidade do Conselho de seguir o seu exemplo.

**Bernard Poignant (PSE).** – (FR) Senhora Presidente, sou o primeiro socialista francês inscrito neste debate. Lamento que o Presidente em exercício do Conselho Europeu já tenha saído, tendo achado por bem gracejar sobre um grande partido do seu grande país. Tem todo o direito de o fazer, mas também tem o dever de ficar para ouvir a resposta: é isso que lhe censuro. Do mesmo modo, não creio que seja bom que o Presidente em exercício do Conselho Europeu tente criar divisões num dos grandes grupos do Parlamento. O senhor deputado Schulz respondeu-lhe. Quando está a escarnecer do socialismo francês, basta pensar um pouco no alvo dos seus escárnios. Está a esquecer que o socialismo francês deu à Europa François Mitterrand, está a esquecer que nos deu Jacques Delors...

(Aplausos)

... e está a esquecer que, para dar a si próprio credibilidade na Europa, pediu mesmo emprestados dois socialistas, Bernard Kouchner e Jean Pierre Jouyet.

**Lena Ek (ALDE).** - (SV) Senhora Presidente, há duas coisas importantes. A primeira é a crise financeira. É importante que a Europa fale a uma só vez. A última vez que participámos na resolução de uma crise com os Estados Unidos foi quando se tratou de discutir o problema do terrorismo. Importámos muitas regras que agora parecem muito pouco compatíveis com a maneira de pensar europeia no que respeita à privacidade pessoal. Temos de definir uma abordagem europeia para esta crise e isso significa que necessitamos de ter regras e normas comuns sobre assuntos como a transparência, a solidariedade e os instrumentos financeiros que devem ser utilizados no mercado europeu. O Pacto de Crescimento e Estabilidade será um excelente instrumento para esse efeito.

A segunda é o pacote de medidas relativas às alterações climáticas. Votámos o pacote relativo às alterações climáticas nas duas comissões principais e decidimos, por uma grande maioria, adoptar uma linha de acção favorável à proposta da Comissão. Não tencionamos fazer marcha atrás no que respeita aos objectivos nem ao calendário. Se a Presidência tenciona verdadeiramente dar destaque aos objectivos e ao calendário, ficaremos a aguardar que nos avise quando poderemos sentar-nos e debater o assunto em termos concretos. No que respeita ao Parlamento, usaremos o nosso poder de co-decisão e o procedimento de co-decisão com base no princípio do equilíbrio institucional.

(Aplausos)

**Alexander Radwan (PPE-DE).** - (DE) Senhora Presidente, também teria preferido dirigir-me directamente ao Senhor Presidente Sarkozy e ao Senhor Presidente Barroso, em especial porque queria abordar o Presidente da Comissão, dado que, nos últimos anos, tivemos pouco êxito com alguns dos Comissários.

Os cidadãos esperam que a Europa se preocupe com assuntos importantes e não com banalidades. O senhor deputado Schulz, que acabou de abandonar o Hemiciclo, juntou «no mesmo saco» todos os conservadores. As pessoas não esperam para ser tuteladas em pequenas questões. Em vez disso, o que querem é mais liberdade de regulação para as pequenas e médias empresas e para os cidadãos, e mais acção relativamente às principais questões. Gostaria de salientar que o Parlamento Europeu já solicitou à Comissão, em 2003, a apresentação de uma proposta sobre as agências de notação. Surpreendentemente, a Comissão tomou, entretanto, conhecimento do termo *hedge fund* (fundo de retorno absoluto), embora, sem dúvida, esta constatação não se aplique a todos os comissários. O Presidente da Comissão encontra-se agora a abordar este domínio.

O senhor deputado Schulz simplificou muito as coisas para si próprio, afirmando que apenas os conservadores tinham a culpa. Na verdade, foi o Conselho que, durante muitos anos, impediu que qualquer progresso fosse feito na área da supervisão. Foram os ministros alemães das finanças, Sr. Eichel e Sr. Steinbrück. Gostaria de recordar ao Parlamento que a pessoa que foi realmente responsável pela desaceleração a nível europeu – e peço aos socialistas que digam isto ao seu presidente – foi o Sr. Koch-Weser, que agora é detentor de uma boa posição no Deutsche Bank.

No futuro, esperamos que a Europa introduza os seus valores morais e prioridades na regulação dos mercados financeiros. Esta atitude significa sustentabilidade, não apenas maximizar os riscos com a finalidade de maximizar os rendimentos. Significa, também, fazer incidir a nossa atenção sobre aquilo que é essencial, tal como uma média empresa faria. Trata-se de algo que temos de introduzir no contexto internacional. Não basta realizar simplesmente conferências internacionais. A Europa deve estar unida, de modo a assegurar a nível internacional que algo deste género não torna a acontecer.

**Pervenche Berès (PSE).** - (FR) Senhora Presidente, quando olho para as conclusões do Conselho, há algo que me chama a atenção. Menciona-se a questão da remuneração, e muito justamente, pois é uma questão importante que precisamos de tratar em conjunto, com toda a responsabilidade. Mas há também a questão dos paraísos fiscais e, sobre esse assunto, tenho a impressão – mas talvez tenha lido mal – de que, mesmo nas entrelinhas, o texto é omissivo.

O Presidente em exercício do Conselho afirmou que temos de ser ambiciosos e não seguir simplesmente o menor denominador comum; convido-o a prosseguir a mesma linha em relação à questão dos paraísos fiscais. E convido também o Presidente Barroso a, talvez, alargar o seu grupo de trabalho para fazer face a esta crise, incluindo o Comissário Kovács, se efectivamente quiser abordar estas questões.

Por fim, convido a Comissão a solicitar aos Estados-Membros que revejam os seus planos de acção nacionais. Para que serve coordenarmos as políticas económicas com base em programas nacionais que nem sequer

têm em conta as previsões de recessão a que teremos de fazer face? Se leva a sério a governação económica, a Comissão deve exigir que os Estados-Membros revejam os seus planos em função da realidade da situação económica a que terão de fazer face.

Todos tiveram uma palavra a dizer e, finalmente, temos um pouco de cooperação europeia, mas não é suficiente. Temos uma oportunidade histórica de proporcionar aos Estados os instrumentos para influenciar a realidade das políticas económicas e as estratégias económicas e industriais dos Estados-Membros. Tiremos, então, o máximo partido dessas possibilidades. E, em nome da Comissão, é preciso tomar uma iniciativa para enquadrar a forma como os Estados-Membros vão utilizar a nacionalização dos bancos para os converter em instrumentos ao serviço do financiamento, a longo prazo, dos investimentos de que necessitamos...

*(A Presidente retira a palavra à oradora)*

**Jacek Saryusz-Wolski (PPE-DE).** - (FR) Senhora Presidente, Senhor Ministro Jouyet, o Conselho Europeu consagrou uma parte das suas conclusões à segurança energética, mas esta questão passou despercebida e foi negligenciada nos debates. É agora mais importante do que nunca. Subscrevo as conclusões do Conselho, mas o diabo está nos detalhes e são precisamente esses detalhes e especificidades que faltam. Gostaria de referir dois deles.

Em primeiro lugar, há a questão-chave das relações da UE com os países produtores e de trânsito. A ideia de intensificar a nossa diplomacia energética é plenamente justificada, mas o que falta sempre é a vontade, por parte dos Estados-Membros, de chegar a acordo sobre a mensagem a enviar aos países terceiros e a coerência das nossas políticas a nível nacional em relação ao interesse comum da União. Em suma, falta-nos uma política externa e comum de segurança energética. O denominador comum mínimo, ou seja, a coordenação das nossas posições em relação aos nossos fornecedores e aos países de trânsito, está longe de ter sido alcançado e aplicado. Assim, em vez de falarmos a uma só voz, a política em vigor é a de «cada um por si», como fica ilustrado por uma série de acordos bilaterais que enfraquecem a nossa posição negocial e mancham a imagem da nossa unidade perante o exterior.

O segundo problema é a ausência de projectos europeus. Nenhuma menção é feita a projectos de oleodutos e de gasodutos, que são vitais para assegurar a nossa segurança energética, e o destino de Nabucco parece agora incerto, apesar da sua designação como projecto de interesse prioritário.

Precisamos também de retirar ensinamentos da crise na Geórgia no que se refere à segurança energética, criando um sistema eficaz para proteger as infra-estruturas existentes nos países de trânsito durante períodos de guerra ou de instabilidade política.

Em conclusão, recorro às palavras de ordem do Conselho: responsabilidade e solidariedade. Resta-nos agora ter uma maior intervenção, caso contrário existe o risco de a política externa europeia no domínio da segurança energética nunca chegar a sair do papel.

**Dariusz Rosati (PSE).** - (PL) Senhora Presidente; tomo a palavra no debate sobre as conclusões do Conselho Europeu para abordar duas questões.

A primeira prende-se com a crise financeira. Esta demonstrou de forma que não consente quaisquer dúvidas que o sistema de supervisão e regulação dos bancos carece de uma revisão radical. As mudanças devem incidir na melhoria da avaliação do risco dos activos e na adaptação das medidas prudenciais aos novos instrumentos financeiros. Alterações que conduzam à neutralização do carácter procíclico das decisões relativas a hipotecas são também necessárias. No entanto, as hipotecas disparam quando o preço dos imóveis aumenta e caem quando ele cai. É esse mecanismo, precisamente, que contribui para o surgimento de «bolhas» especulativas.

A segunda questão que quero aflorar diz respeito ao «pacote» do clima. Saúdo a decisão do Conselho de procurar um compromisso no que toca ao sistema de venda de licenças de emissão de CO<sub>2</sub>. Há Estados-Membros em que 90% da energia é produzida a partir do carvão. Se esses países fossem forçados a comprar 100% das suas licenças já a partir de 2013, as repercussões sobre as suas economias seriam desastrosas. O bom senso e o princípio da igualdade de tratamento exigem a introdução de períodos de transição.

**Avril Doyle (PPE-DE).** - (EN) Senhora Presidente, em Março de 2007, sob Presidência alemã, e de novo, em Março de 2008, sob Presidência eslovena, os líderes da Europa comprometeram-se a atingir uma meta de redução da emissão de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 20% até 2020, uma ambição já de si limitada. Não nos iludamos: para conseguirmos um acordo internacional pós-2012 em matéria de alterações

climáticas em Copenhaga, é preciso que toda a nossa legislação transmita uma posição clara e sem ambiguidades.

A actual crise internacional de liquidez e o abrandamento económico permitiram que muitos se tornassem cautelosos quanto à fixação de metas de longo prazo para a redução das emissões de CO<sub>2</sub>, ou à imposição às empresas da obrigação de cumprirem as necessárias reduções de emissões de gases com efeito de estufa e, dessa forma, à transformação da economia europeia numa economia sustentável de baixo carbono, de que tanto necessitamos e que, concordo, desencadeará uma terceira revolução industrial da qual a Europa retirará a vantagem de ser pioneira em todo o domínio das novas tecnologias.

No entanto, as metas da UE para o período pós-2012 não deverão ser vistas à luz da actual crise económica. Confio que os nossos governos terão a capacidade de resolver essa questão a curto prazo, e é preciso que consigamos resultados de imediato para que as futuras gerações não paguem a factura – incluindo a económica – de qualquer atraso no que respeita ao pacote energia-clima. Não poderemos, no futuro, pagar um preço mais elevado pela nossa incapacidade de agir de imediato, ou a História não será benevolente connosco – ou, como o Presidente Sarkozy afirmou, falharemos o nosso encontro com a História.

O Parlamento Europeu conferiu-me, na qualidade de relatora de um dos relatórios sobre o pacote relativo ao clima, um forte mandato para conduzir as negociações com o Conselho no trólogo, e levo a sério essa responsabilidade. É preciso que mantenhamos as metas e o calendário e, como o referiu o Senhor Presidente Sarkozy, estará na ordem do dia uma grande ambição com alguma capacidade de compromisso. Aguardo com expectativa uma cooperação muito estreita com a Comissão e com o Conselho sob Presidência francesa. Considero que, em conjunto, conseguiremos chegar a um acordo eficaz e exequível no que respeita ao pacote energia-clima até ao próximo mês de Dezembro...

*(O Presidente retira a palavra à oradora.)*

**Ieke van den Burg (PSE).** - (EN) Senhora Presidente, é interessante ver que a supervisão dos mercados financeiros se tornou um tema tratado ao mais alto nível no Conselho. Congratulo-me com a instituição de um grupo de alto nível com o a participação de Jacques de Larosière, como há muitos anos temos vindo a solicitar ao PE.

Gostaria de deixar esta mensagem muito clara: coordenação só não basta. É efectivamente preciso que encontremos soluções institucionais. A cooperação voluntária entre os supervisores nacionais com base nos sistemas «cumprir ou explicar», tal como constam da Directiva Solvência II ou nas propostas relativas à adequação dos fundos próprios, é insuficiente, e o Fórum para a Estabilidade Financeira, cuja responsabilização é bastante escassa e que apenas conta com representantes dos países de maior dimensão, cujos interesses nacionais defendem, não é suficiente. Não transmite uma voz clara da Europa. Precisamos de uma arquitectura unificada semelhante à do Sistema Europeu de Bancos Centrais, que está extremamente bem posicionado para ser um árbitro a nível interno e uma voz firme a nível internacional.

**Paul Rübzig (PPE-DE).** - (DE) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Conselho pelo seu acordo sobre a terceira via para as alterações climáticas e o pacote energético. Esta é uma solução sensata, que nos permite evitar a aquisição forçada de empresas energéticas, mas, mesmo assim, assegura uma concorrência coerente.

O segundo aspecto que quero referir é de que o tema das emissões de CO<sub>2</sub> tem, naturalmente, uma particular importância no contexto da crise financeira, pois com o leilão, corremos o risco de, mais uma vez, ignorar a economia real e criar um novo instrumento financeiro especulativo que irá levar a indústria com consumo intensivo de energia para fora da Europa. Peço, portanto, mais uma vez, que reconsideremos cuidadosamente se a atribuição gratuita de certificados CO<sub>2</sub> com um claro subsídio de 20% não faria mais sentido do que retirar o dinheiro fora das empresas que dele necessitam para investir em inovação e investigação, de modo a alcançarem a redução de 20%.

Precisamos de impulsionar o investimento, sobretudo para as pequenas e médias empresas. Por isso apelo também no sentido de as redes transeuropeias, em particular na área da energia, serem significativamente desenvolvidas e de haver um desenvolvimento de estratégias com vista a mais eficazes medidas de eficiência energética, porque este aspecto é particularmente importante para as nossas pequenas empresas, para o emprego na Europa e para os salários líquidos na Europa.

Por último, gostaria de exortar o Comissário Kovács a reflectir sobre o modo como poderíamos pôr a economia de novo em movimento usando a política fiscal e, em particular, utilizando novas e mais curtas



possibilidades de depreciação, bem como subsídios adequados. Aplicando novas políticas e incentivos fiscais, pode ser possível estimular a economia europeia.

**Giles Chichester (PPE-DE).** - (EN) Senhora Presidente, não seria demasiado exagerado comparar a crise nos mercados financeiros a um furacão: assim que o vento abate gera-se uma ilusão de acalmia, mas recuperar da devastação que fica para trás leva vários anos, e o mesmo acontecerá no que respeita às consequências económicas e sociais dos tumultos por que passámos.

Temos de encontrar um equilíbrio entre a continuidade e a adaptação, à luz da mudança das circunstâncias. No que respeita à política da energia, isso significa ater-nos a objectivos estratégicos em matéria de segurança dos abastecimentos, sustentabilidade e competitividade, enquanto, ao mesmo tempo, nos questionamos sobre a necessidade de alterar a tática e os meios. A energia é vital para o nosso estilo de vida e para o nosso nível de vida. Trata-se de um sector de longo prazo, no qual a construção de novas capacidades leva 5, 10 ou 15 anos e que, obviamente, não pode constituir uma resposta de curto prazo para os desafios de curto prazo do género daqueles que enfrentamos. Na mesma linha, fazer face às alterações climáticas é uma questão de longo prazo, e não existe qualquer método infalível ou solução simples.

No que se refere à tática, há quem tenha reservas acerca do nível e do calendário das metas do pacote energia-clima. Há quem estivesse ansioso no que respeita à fuga de carbono ou à deslocalização dos empregos europeus bem antes da crise financeira. Talvez tenhamos de analisar novamente os pormenores, se não mesmo o princípio envolvido.

No entanto, a minha principal preocupação neste momento é com o que devemos evitar fazer, a saber, cair na armadilha da sobre-regulamentação, porque esta poderá precipitar algo bem pior: uma reedição do colapso de 1930. Conheço bem a importância da boa regulamentação para o bom funcionamento dos mercados e para a transparência, mas não matem os ovos de ouro.

**Ryszard Czarnecki (UEN).** - (PL) Graças aos esforços do Presidente e do Primeiro-Ministro do meu país, a Polónia, na cimeira de Bruxelas prevaleceu o bom senso e foi emitida uma mensagem adequada sobre o «pacote» do clima. Nos termos dos acordos estabelecidos na cimeira, pelos quais os líderes europeus são credores de agradecimentos, a ameaça de restrições ambientais excessivamente onerosas que atingiriam em especial os novos Estados-Membros cedeu. Mas não desapareceu de todo.

A cimeira debruçou-se ainda sobre a crise financeira. Curiosamente, alguns dias antes realizara-se uma cimeira mais restrita que reunira os maiores países da União Europeia. Essa cimeira mais restrita fez lembrar o Politburo do Partido Comunista da União Soviética. Não está certo que os Estados-Membros mais poderosos da União imponham as suas soluções aos outros países. Além disso, a dualidade de critérios é irritante. Refiro-me ao facto de se considerar aceitável financiar bancos nos Estados-Membros, mas já não se aceite que se ajudem os estaleiros navais polacos. Nesse aspecto, a União Europeia não difere muito da quinta de *O Triunfo dos Porcos* de George Orwell, onde todos os animais eram iguais, mas outros eram mais iguais que outros.

**Zuzana Roithová (PPE-DE).** - (CS) Considero o debate sobre a extensão e o ritmo de aperfeiçoamento dos padrões ambientais, sociais e outros, juntamente com a revisão das regulamentações europeias, uma questão decisiva para a solução da recessão económica que a economia europeia enfrenta actualmente. O senhor deputado Schulz citou aqui com ironia os compromissos da Comissão e do Conselho, mas o Parlamento também pode reduzir a regulamentação excessiva da União. É precisamente o valor acrescentado negativo que enfraquece a competitividade da UE a nível global. As indústrias automóvel, electrónica, vidreira, têxtil e outras não necessitam de uma injeção de fundos, mas sim de níveis de regulamentação sensatos. A crise financeira não resulta de uma falta de regulamentação, mas da falha de mecanismos de controlo, que não conseguiu proteger os investimentos e que ameaça os empregos. O mesmo se diga das regulamentações a nível global. A crise e a recessão económica global oferecem uma oportunidade para o desenvolvimento de um conjunto mais cuidado de regulamentações para os mercados globais e não só para os europeus, com o objectivo de atingir um desenvolvimento que seja sustentável a longo prazo, bem como aceitável em termos ambientais e sociais. Este é o ambiente que temos de criar para os europeus e também a nível global. De resto, congratulo-me com o acordo do Conselho sobre o pacote energético.

**Stavros Lambrinidis (PSE).** - (EL) Senhora Presidente, do que precisamos aqui e agora é de um novo acordo económico e social, um «new deal». Se a UE não conseguir alcançá-lo, então a ganância do mercado continuará a incentivar investimentos contraproducentes que hipotecam o seu futuro e o futuro dos seus trabalhadores e cidadãos.

O que é para nós um «new deal»? Precisamos de um novo sistema de governança económica, de um novo papel para o Banco Central Europeu, de uma nova concepção do Estado social, não como a cauda do mercado livre mas como a chave para o desenvolvimento. Precisamos de novos fundos europeus, de um fundo para o desenvolvimento ecológico, de um fundo sério para a globalização, e, naturalmente, de um orçamento maior para a Europa, e precisamos de um novo Maastricht social de emprego e crescimento.

**Marios Matsakis (ALDE).** - (EN) Senhora Presidente, muitos cidadãos europeus – incluindo alguns dos que represento – gostariam de perguntar aos Senhores Presidentes José Manuel Barroso e Nicolas Sarkozy se consideram justo que o custo desta crise financeira seja suportado pelo cidadão europeu comum, em vez de pelos executivos dos bancos dos Estados Unidos ou da Europa que fizeram milhões ao agirem de forma negligente – ou mesmo criminosa, nalguns casos – e que gozam agora os seus milhões, colocados em paraísos fiscais ou sem contas de poupança seguras. Gostariam igualmente de perguntar aos Senhores Presidentes José Manuel Barroso e Nicolas Sarkozy se é justo que, quando a economia americana se constipa ou adocece com cancro, sejam os Europeus a sujeitar-se à quimioterapia. «Sim» à cooperação com os americanos, mas «não» à dependência.

**Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE).** - (FR) Senhora Presidente, Senhor Ministro Jouyet, estava em Tbilisi quando o Presidente veio negociar o plano de paz e, naturalmente, quero prestar-lhe homenagem pela sua acção rápida para pôr fim a esta guerra. No entanto, esta guerra foi, em parte, um fracasso nosso: durante 14 anos, mostrámo-nos excessivamente cautelosos, assistindo em silêncio à escalada das provocações nas regiões separatistas. É verdade que esta guerra constituiu um grito de alerta para a Europa, confrontando-a com as suas responsabilidades. Mas o fogo continua latente na região do Cáucaso e temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para pôr um fim definitivo nos conflitos endémicos, em prol da segurança de toda a Europa.

Sei também, Senhor Ministro Jouyet, que os países europeus estão divididos no que diz respeito à entrada da Geórgia na NATO; pessoalmente, sou contra. Apresento uma proposta: solicito à União Europeia que proponha o estatuto de neutralidade para estes países do Cáucaso. Apenas o estatuto de neutralidade poderá apaziguar as tensões com a Rússia e proteger definitivamente esta região de novos conflitos. A neutralidade garantirá a segurança destas jovens democracias e contribuirá para garantir a nossa própria segurança.

**Mirosław Mariusz Piotrowski (UEN).** - (PL) Uma das principais questões que foram levantadas no decurso da cimeira foi a da crise financeira global, em conjugação com o «pacote» das alterações climáticas. O Conselho fez bem em focar este problema. O que é preocupante, todavia, é que as grandes decisões foram tomadas antecipadamente, numa reunião dos representantes de quatro países apenas. A linha definida foi depois consolidada no chamado Eurogrupo e, ulteriormente, levada então ao Conselho Europeu. Tal procedimento gera graves dúvidas de que o Conselho seja levado a sério, e não encarado apenas como um mero fórum que carimba as decisões de um pequeno núcleo de dirigentes. Deveremos concluir que, para todos os efeitos e propósitos, acaba de emergir uma Europa «a três velocidades»?

À luz da crise global, vale a pena também reconsiderar decisões anteriores em matéria de limitação das emissões de dióxido de carbono. A sua aplicação imediata pode agravar mais ainda a recessão, especialmente nos países da Europa Central e Oriental, como a Polónia, com consequências negativas para toda a economia europeia. Urge, pois, adoptar um «pacote» separado para esses países, cuja principal fonte de energia é o carvão.

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Senhora Presidente, vou ser breve tendo em conta as respostas que já foram dadas.

Queria dizer à senhora deputada McAvan que estamos totalmente de acordo com as suas palavras, quando diz que o pacote deve ser ambicioso, e que desejamos, se possível com o apoio do Parlamento, poder chegar a um acordo antes do Natal, concordando também que este não deve ser um acordo qualquer. Por isso, partilhamos inteiramente a sua perspectiva e esperamos poder alcançar um bom equilíbrio entre competitividade e desenvolvimento sustentável.

Respondendo à senhora deputada Starkevičiūtė, queria dizer-lhe que é evidente que a crise financeira já teve um impacto importante. Temos, e digo-o também a outros oradores, de manter o rumo, razão por que insistimos no pacote energia-clima. Em relação à questão do orçamento da UE, vamos debatê-lo em conjunto amanhã, no âmbito da vossa primeira leitura. Creio que a proposta da Comissão se centra no crescimento e no desenvolvimento sustentável e que não devemos afastar-nos desse tema, mas voltaremos a esta questão durante o debate de amanhã.

Em relação às observações do senhor deputado Bowis, é evidente que não podemos limitar as nossas ambições ao pacote energia-clima, tendo em conta a crise financeira – o que já foi sublinhado. Temos, contudo, de ter em conta as diferentes fontes de energia nacionais e os equilíbrios sectoriais.

Aos senhores deputados Poignant e Savary queria dizer, em primeiro lugar, que reconheço a importância do contributo dado pelos socialistas franceses para os debates no Parlamento Europeu e a importância do seu contributo no seio do Grupo Socialista no Parlamento Europeu e, em segundo lugar, que creio figurar entre os que melhor sabem o quanto a Europa deve a Jacques Delors e a François Mitterrand. Creio também que o Partido Socialista francês deveria, por vezes, afirmá-lo mais claramente, o que evitaria algumas ambiguidades: «A Europa não é uma causa de direita ou de esquerda, é uma causa europeia». Essa é a lição que aprendi com Jacques Delors e sei que os senhores deputados Savary e Poignant partilham este ponto de vista.

Relativamente ao que disse a senhora deputada Ek, é evidente que somos sinceros no que diz respeito aos objectivos e ao calendário. Temos de velar por que o pacote esteja pronto para os desafios internacionais que a Europa terá de enfrentar.

Respondendo às observações do senhor deputado Radwan e de outros oradores sobre a crise financeira, estamos evidentemente a tomar medidas para proteger os cidadãos, para proteger os aforradores e para garantir que os responsáveis pela crise nas várias instituições tenham de pagar por esse facto. Já afirmámos que é o princípio da responsabilização que deve ser aqui aplicado. O dinheiro que foi injectado deve servir para proteger os cidadãos e os aforradores; não se destina a ser oferecido como presente àqueles que são os principais responsáveis pela crise financeira, seja nos Estados Unidos ou na Europa, por terem apostado demasiado na especulação.

A senhora deputada Berès tem toda a razão em colocar a tónica – e isso já foi dito – na luta contra os paraísos fiscais, tanto no interior como no exterior da UE. Esta questão não foi tratada adequadamente no âmbito das conclusões do Conselho Europeu, mas, como o Presidente em exercício do Conselho referiu, haverá outros encontros europeus – e «europeu» é a palavra certa. Não é uma Europa a duas, três ou quatro velocidades: são encontros europeus destinados a preparar, em conjunto, a regulamentação financeira internacional – uma nova regulamentação financeira internacional – que preparará o caminho para um melhor financiamento da economia a longo prazo. Subscrevo o que foi dito sobre a necessidade de diversidade no grupo de reflexão criado pela Comissão.

O senhor deputado Saryusz-Wolski tem toda a razão em assinalar um ponto muito importante: não demos suficiente ênfase às conclusões do Conselho, nomeadamente no que se refere à segurança energética. O que foi feito durante o último Conselho Europeu sobre a segurança energética é um ponto extremamente importante. Ao mesmo tempo, temos de concretizar aquilo que foi dito sobre as relações com os países produtores e de trânsito. Somos muito claros quanto às mensagens que devemos enviar aos países terceiros e temos, evidentemente, de ter em conta o contexto do diálogo com a Rússia. Temos também de concretizar estas conclusões apoiando os projectos de diversificação das fontes de aprovisionamento, como as que foram mencionadas, nomeadamente Nabucco. Evidentemente, foi, deste modo, uma Europa da energia que nasceu no último Conselho Europeu.

Respondendo às observações do senhor deputado Rosati, e como a Comissão já indicou, temos de ter em conta as especificidades da situação energética polaca, nomeadamente no que se refere ao carvão, mas é evidente que a Polónia terá igualmente uma responsabilidade a assumir no contexto dos preparativos da cimeira de Poznań no final do ano.

Por fim, estou totalmente de acordo com o que disse a senhora deputada Doyle. Temos de ter um sentido das responsabilidades. A crise financeira não deve fazer-nos esquecer a resposta que precisamos de dar à crise ambiental e não devemos escudar-nos com a crise financeira.

Relativamente aos pedidos expressos pela senhora deputada van den Burg, precisamos efectivamente de uma maior coordenação institucional ao nível dos supervisores. Temos de distinguir entre supervisão e regulação e, em termos de supervisores, precisamos de uma melhor coordenação a nível institucional.

Tal como o senhor deputado Rübig, congratulo-me com o acordo alcançado sobre a proposta da «terceira via» energética. É, em minha opinião, um compromisso bastante satisfatório. É isto, creio, o que lhe posso dizer. De igual modo, é importante dispor de incentivos fiscais às economias de energia: aqui, partilho o seu ponto de vista.

Passando às observações do senhor deputado Chichester, é verdade que precisamos de soluções estruturais, tanto para a crise financeira – que será o desafio das próximas cimeiras internacionais –, como para as alterações climáticas e devemos, sobretudo, dispor de uma boa regulamentação, mas não um excesso de regulamentação.

Finalmente, em relação às observações do senhor deputado Czarnecki, é evidente que, face a um certo número de problemas industriais, temos de analisar as possibilidades de adaptação de alguns países. É o caso da Polónia e dos seus estaleiros navais. Conhecemos bem o problema.

Finalmente, em relação ao que disse a senhora deputada Isler Béguin, sabemos que a resolução dos problemas no Cáucaso será um processo longo e que a Europa deve, ao mesmo tempo, empreender uma acção preventiva. Concordo com a senhora deputada quando diz que devemos igualmente ser mais prospectivos sobre o estatuto destas regiões e dos países vizinhos da Rússia.

**Joaquín Almunia, Membro da Comissão.** – (FR) Senhora Presidente, tenho quatro pontos a abordar em cinco minutos. Em primeiro lugar, a Europa reagiu, finalmente unida. Não começámos «unidos», mas reagimos em uníssono nas reuniões do Eurogrupo e do Conselho Europeu, e é isso que devemos continuar a fazer. Essa é a mensagem que, creio, todos nós subscrevemos. Uma união que vai desde a coordenação dos pacotes de ajuda aos sistemas bancários. É absolutamente necessário coordenar estes sistemas a nível europeu, a fim de não criar problemas em alguns países. Uma união da Europa concebida para a governação global do sistema monetário e financeiro. Isso é algo que tem sido repetido diversas vezes, muitas vezes mesmo, ao nível do Conselho. E a nível de alguns Estados-Membros, é uma mensagem nova que não deve ser esquecida na próxima semana.

Em segundo lugar, estou totalmente de acordo com a noção – como já o disseram o Presidente da Comissão e o Presidente em exercício do Conselho – de que, para abordar uma nova fase de melhor regulamentação do sistema financeiro a nível europeu, a Europa deve, nos próximos anos, desempenhar um papel de liderança nesta regulamentação a nível global. E concordo plenamente com todos aqueles que, entre vós, apoiaram resolutamente uma supervisão institucionalizada, e não apenas coordenada, a nível europeu.

Em terceiro lugar, estou inteiramente de acordo com todos os que falaram da necessidade de adaptar os programas nacionais de reformas, as estratégias de Lisboa, aos desafios da economia real de hoje e de amanhã. De resto, este é um trabalho que está em curso e que a Comissão apresentará em Dezembro a esta Assembleia e ao Conselho. Além disso, é necessário, nesta nova dimensão e nesta adaptação da estratégia de Lisboa, ter em conta o tecido industrial e, em particular, as pequenas e médias empresas, que são as principais vítimas da falta de crédito provocada pela crise no sistema bancário.

Por fim, o orçamento. É necessário, evidentemente, utilizar o orçamento, os orçamentos nacionais, sem criar problemas de sustentabilidade para o futuro, mas utilizando as margens de manobra da política orçamental e fiscal no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento revisto em 2005. Há uma grande margem de flexibilidade, mas há também a necessidade – e o Parlamento é a autoridade orçamental, juntamente com o Conselho – de começar a conceber o orçamento europeu. Também isso, aliás, é tema de um verdadeiro debate.

(Aplausos)

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

Nos termos do artigo 103.º, n.º 2, do Regimento, declaro que recebi seis propostas de resolução<sup>(1)</sup> para encerrar o debate.

A votação terá lugar amanhã, quarta-feira, dia 22 de Outubro de 2008.

#### **Declarações escritas (Artigo 142.º)**

**Roberta Alma Anastase (PPE-DE), por escrito.** – (RO) As decisões tomadas no âmbito do Conselho Europeu de 15 e 16 de Outubro de 2008 são de importância estratégica para o futuro da Europa. Saúdo, em primeiro lugar, os debates em torno da ratificação do Tratado de Lisboa. A União Europeia tem de dar cumprimento às reformas institucionais estipuladas no Tratado para, desse modo, garantir uma organização eficiente e coerente no seu funcionamento, dotada de maior transparência aos olhos dos cidadãos europeus. Como tal,

---

(1) Ver Acta.

a continuação e a conclusão, tão rapidamente quanto possível, do processo de ratificação do Tratado de Lisboa nos 27 Estados-Membros é uma prioridade absoluta.

Em segundo lugar, na minha qualidade de relatora para a cooperação regional na zona do Mar Negro e de membro da Comissão dos Assuntos Externos, cumpre-me realçar a importância dos aspectos de política externa. Gostaria de reiterar que é urgente desenvolver uma política europeia comum no domínio da energia, destinada a promover a segurança energética e a unidade europeia, bem como diversificar as fontes de aprovisionamento de energia através de um apoio energético a projectos estratégicos como o oleoduto Nabucco.

Por último, mas não menos importante, acolho com satisfação a decisão de fortalecer as relações da UE com os seus vizinhos a leste, neste caso a República da Moldávia, através da celebração de um novo acordo de cooperação de grande alcance. Cumpre ainda acrescentar que a UE deve continuar activamente envolvida na questão da Geórgia bem como na resolução de todos os conflitos na região do Mar Negro.

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE), por escrito.** – (FR) Gostaria de começar por dirigir à Presidência francesa da União Europeia, exercida por Nicolas Sarkozy, Presidente da República Francesa, as minhas felicitações pela energia, paixão e visão com que assume o seu mandato. Trate-se da guerra no Cáucaso, que foi evitada, ou das medidas tomadas para resolver a crise financeira e económica, a Presidência demonstrou o quanto precisamos de uma União Europeia forte e unida e de uma Presidência estável para defender os nossos valores num mundo que evolui rapidamente e que se tornou muito mais complexo. No que se refere à crise financeira e à necessária continuidade do bom funcionamento da economia, sou a favor de que os Estados-Membros intervenham, utilizando a sua capacidade financeira, para restabelecer a confiança. Os Estados-Membros utilizam aquilo que, na esfera privada, denominamos elementos extrapatrimoniais, ou seja, as garantias. É neste contexto que lanço a ideia de se estudar a criação de um instrumento público mundial para fazer a avaliação dos Estados, que seria estabelecido junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e cuja governação seria indiscutível e independente. Essa agência pública mundial de avaliação dos Estados seria de grande utilidade para o bom funcionamento das finanças e da economia mundiais e, consequentemente, do progresso social.

**Katerina Batzeli (PSE), por escrito.** – (EL) O acordo expresso pelo Conselho Europeu em 15 e 16 de Outubro é um começo, mas não é suficiente.

Precisamos de reequilibrar a União Monetária Europeia, em conjugação com políticas sociais e de desenvolvimento. Precisamos de uma política comunitária única e de uma nova governança institucional e económica que restabeleça o equilíbrio básico da economia da zona euro.

A criação de um fundo europeu comum tem de ser basicamente reexaminada em consequência das medidas directas adoptadas para combater a crise do crédito, e tem de ficar bem claro que os contribuintes não podem ser sobrecarregados a longo prazo. A filosofia seguida até este momento a nível nacional, no sentido de deixar que a crise de crédito se auto-regule, encerra os perigos da nacionalização das políticas económicas e sociais e da emergência de uma economia europeia a várias velocidades. Esta fragmentação do perfil institucional da UE deve ser evitada.

A Europa tem uma oportunidade histórica e única de ter de propor o seu novo modelo de desenvolvimento económico e social, como tinha começado a fazer através das políticas das alterações climáticas, da segurança energética, da estabilidade social e da economia sustentável. Quando a crise económica encerrar o seu ciclo, deverá encontrar a UE muito mais forte a nível político e institucional, mais social e a liderar a política das alterações climáticas.

**Titus Corlăţean (PSE), por escrito.** – (RO) Gostaria de saudar as conclusões do Conselho Europeu de 15 e 16 de Outubro de 2008 no que respeita à necessidade de a União Europeia redefinir a sua política em relação aos seus vizinhos a leste, nomeadamente a República da Moldávia. A União Europeia deve, aliás, incluir a região do Mar Negro e, obviamente, a República da Moldávia na sua lista de prioridades políticas.

Temos de definir claramente um mandato para negociar um novo acordo que preveja o reforço da cooperação com este país, mas na condição inabalável de se registarem progressos visíveis e de o Governo comunista em Chişinău aderir escrupulosamente aos padrões democráticos e às normas estatutárias do direito europeu, respeitando a independência do sistema judicial e o direito da imprensa à liberdade de expressão. A supressão dos abusos e excessos antidemocráticos das autoridades comunistas, a alteração da legislação por forma a anular as disposições que impedem os cidadãos com dupla ou múltipla nacionalidade de ocupar cargos públicos e exercer funções oficiais, e a modificação do código eleitoral por forma a alinhá-lo com as normas

dos Estados-Membros da União Europeia e com as recomendações do Conselho Europeu são as condições impostas para a assinatura deste acordo.

A Roménia tem sido e será o principal proponente da futura integração da República da Moldávia na União Europeia, e espero que as autoridades moldavas tomem medidas específicas nesse sentido.

**Daniel Dăianu (ALDE)**, *por escrito*. – (EN) Um novo Bretton Woods terá de ser bem preparado.

Um crescente coro de líderes políticos manifesta-se a favor da organização de uma conferência mundial para fazer face às falhas estruturais das actuais finanças mundiais e reformar a arquitectura internacional neste domínio. Escusado será dizer que uma reunião das antigas e novas potências económicas é absolutamente necessária para uma tarefa histórica deste porte. Porém, uma conferência mundial (um novo Bretton Woods!) terá de ser bem preparada. Em primeiro lugar, é preciso definir os fundamentos analíticos da reconstrução das finanças mundiais. John Maynard Keynes e Harry Dexter White orientaram os seus especialistas durante um período de tempo significativo, apesar dos tempos serem de guerra, a fim de produzirem um projecto viável. Temos de nos certificar de que disporemos de um projecto a tempo de serem tomadas decisões. A equipa liderada por Jacques de Larosière poderá ajudar bastante neste domínio. Em segundo lugar, é preciso que as principais potências económicas cheguem a acordo quanto a questões fundamentais. E aqui tudo se torna mais complicado. Espero sinceramente que a UE possa assumir um papel de liderança na reunião de esforços com vista à reforma do sistema financeiro internacional e à renovação dos quadros de regulação e supervisão para que as finanças possam efectivamente servir a economia.

**Proinsias De Rossa (PSE)**, *por escrito*. – (EN) A Europa, incluindo a Irlanda, precisa do Tratado de Lisboa se quiser desenvolver políticas coerentes e eficazes para fazer face às crises mundiais decorrentes da deterioração do sistema financeiro, das alterações climáticas e do subdesenvolvimento de grande parte do mundo.

O nacionalismo económico não poderá resolver estes desafios mundiais. Da mesma forma, de nada servirá passar às instituições financeiras ou às empresas transnacionais um cheque em branco para fazerem o que quiserem, enquanto se aguarda que o contribuinte as salve quando a crise as atingir.

Precisamos de um sistema de governança global que inclua a regulação transnacional dos mercados financeiros e, inclusivamente, a capacidade de tributar essas instituições de forma a evitar prejudiquem um país em benefício de outro.

É necessário um sistema de tributação das operações de câmbio que permita estabilizar os mercados e que proporcione igualmente um recurso valioso, a fim de colmatar a falta de financiamento para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Um sistema desse género é habitualmente conhecido por «Taxa Tobin». James Tobin propô-lo pela primeira vez na sequência da destruição do sistema de Bretton Woods pelos EUA. Teria um efeito triplo; em primeiro lugar, ajudaria a estabilizar os mercados cambiais; em segundo lugar, proporcionaria fundos substanciais para a realização dos ODM; em terceiro lugar, recuperaria o espaço democrático concedido até à data aos mercados financeiros.

**Elisa Ferreira (PSE)**, *por escrito*. – A moeda única europeia foi uma trincheira que resguardou a UE de males maiores durante a presente crise; o Euro é, neste registo, indiscutivelmente um sucesso europeu.

Perante a desregulação e crise instalada nos mercados, desencadeou-se a sequência de acções nacionais em mútua contradição. Precipitou-se um acordo que finalmente saudamos, mas não esqueçamos a excessiva passividade da Comissão quando se exigia um mínimo de visão prudencial e prospectiva.

Este Parlamento discutiu e aprovou nos últimos anos – não meses – propostas substanciadas de reforma, nomeadamente em matéria da regulação e supervisão dos mercados. É na base desta credibilidade que exigimos da Presidência do Conselho e da Comissão um envolvimento activo desta câmara nas soluções de reforma, as quais deverão cobrir três objectivos:

Numa Europa integrada os riscos sistémicos não podem continuar a ser regulados ao nível nacional. Importa intervir a nível estrutural com regras claras e estáveis que garantam a robustez do sistema;

Num mundo globalizado, cabe à Europa ser um parceiro activo na criação de um novo quadro internacional onde participem os principais parceiros;

Num momento em que a recessão económica é já uma certeza, importa implementar, de forma coordenada, um pacote de relançamento económico, que garanta o crescimento e o emprego e permita a recuperação da confiança de famílias e empresas.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito.** – Neste debate, mais uma vez, esteve omissa o que é essencial: uma ruptura com as políticas existentes e que são a principal causa das crises que estamos a viver. Embora seja interessante ouvir os grandes defensores, ontem, do neoliberalismo, agora admitir que é necessário mudar alguma coisa, mas apenas para «refundar o capitalismo», como acrescentou o Presidente Sarkozy. Daí que uma das suas prioridades seja o aprofundamento da política de imigração, onde se destaca a directiva do retorno, que não respeita direitos humanos fundamentais e trata os imigrantes clandestinos como criminosos e não como pessoas que fugiram à fome nos seus países, em busca de um futuro melhor para si e as suas famílias.

A desvalorização da área social continua a ser uma das principais vertentes das políticas que apontam. Para a crise financeira mobilizaram meios e vontades incalculáveis. Mas para a situação social, para a crise da baixa do poder de compra, da pobreza, do desemprego e do trabalho precário e mal pago continuam a faltar os meios e as vontades políticas indispensáveis. Aliás, o que propõem tenderá a agravar a situação social e as desigualdades na distribuição do rendimento.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito.** – O Conselho Europeu reafirma as medidas anteriormente adoptadas que vão em socorro do capital financeiro, alicerce do sistema capitalista, e «a prossecução das reformas estruturais».

A dita «refundação do capitalismo» apenas significa mais capitalismo - com as suas insanáveis contradições -, mais exploração dos trabalhadores, mais liberalização e privatização dos serviços públicos, maior transferência dos ganhos do trabalho para o capital, política que o Governo do PS tão fielmente executa em Portugal.

Mas nem uma palavra tem para:

- As crescentes dificuldades com que se confrontam os trabalhadores e as populações, para o aumento dos salários e das prestações sociais, para a diminuição dos preços de bens e serviços essenciais, para a efectiva contenção do aumento do custo dos empréstimos à habitação;
- A promoção do investimento produtivo, dos direitos laborais, dos serviços públicos e de um forte sector empresarial público - como na banca -, por uma justa distribuição da riqueza criada;
- O fim da actual política monetária da UE e do seu Pacto de Estabilidade, para o fim dos «paraísos fiscais» e para o reforço e uma utilização dos fundos estruturais ao serviço do efectivo desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Isto é para a ruptura com as políticas capitalistas...

**Gábor Harangozó (PSE), por escrito.** – (EN) Tendo em conta as actuais circunstâncias excepcionais dos mercados, há necessidade de medidas concretas para assegurar flexibilidade suficiente na execução do Pacto de Estabilidade. Os acontecimentos sem precedentes que ocorreram expuseram os limites do sistema europeu de integração financeira quando confrontado com uma crise destas proporções. Quando o Pacto de Estabilidade foi reformado, ninguém esperaria um tal abalo financeiro, e a flexibilidade conferida ao Pacto de Estabilidade em caso de abrandamento económico parece ser insuficiente à luz dos recentes acontecimentos. Deveríamos manter a disciplina orçamental, mas deverá ser proporcionada maior flexibilidade para permitir que os novos membros adiram à zona euro o mais rapidamente possível. Com as regras actuais, a crise financeira poderá, com efeito, impedir os novos membros de aderirem à zona euro dentro dos prazos previstos. A fundamentação económica subjacente à construção do Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio deverá ser bem readaptada às actuais circunstâncias financeiras, de molde a criar as condições para a existência de mercados financeiros sustentáveis nos países que adiram à zona euro. Acelerar o processo, permitindo percursos individuais para a adopção do euro em cada um dos países em vias de adesão, consoante as respectivas condições económicas, poderá ser uma solução, pois a crise financeira expôs a necessidade de os países em vias de adesão serem ancorados na zona euro.

**Mieczysław Edmund Janowski (UEN), por escrito.** – (PL) A presente crise reveste a forma de um colapso financeiro, mas envolve também a energia e a alimentação. Trata-se da ponta do icebergue, sendo em parte fruto do colapso de princípios morais fundamentais, por um lado, e da ingenuidade das pessoas, por outro. Isto é evidenciado pela especulação e pelos investimentos insensatos.

Na física como na economia, não existe movimento perpétuo. Que é que norteava os indivíduos cujos expedientes conduziram o sistema financeiro mundial ao colapso? Deixámo-nos ludibriar por pessoas que construíram fortunas com base em embustes. Agora, espera-se que os contribuintes salvem o sistema bancário. Isto vai ter, provavelmente, custos superiores ao montante global do orçamento da União Europeia. O embate financeiro fez-se sentir primeiro nos Estados Unidos, mas as suas repercussões atingiram o mundo inteiro. Alguns países, como a Islândia, viram-se à beira da catástrofe. Vai haver, forçosamente, ondas de choque, que causarão mais perdas. Será que algo de positivo pode emergir de tudo isto? Talvez possa. Talvez venhamos a compreender que não é acertado construir na areia da ilusão, com base em falsas premissas, e que são necessários alicerces firmes de fiabilidade e solidariedade. Não se trata de assegurar que a expressão «*safe as a bank*» (seguro como um banco) recupere o sentido. O que está em causa é o nosso futuro e o dos nossos filhos. A economia de mercado, ou, dito de outro modo, o capitalismo, tem de se fundar em princípios sólidos e duradouros, e a honestidade é um dos mais importantes.

**Eija-Riitta Korhola (PPE-DE), por escrito.** – (FI) Senhora Presidente, em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Presidente em exercício do Conselho por aquilo que, em meu entender, constitui um raciocínio correcto: deve ser atribuída elevada prioridade aos interesses ambientais, tanto nos bons como nos maus momentos. As respostas que deu ao senhor deputado Wurtz, ao senhor deputado Cohn-Bendit e ao senhor deputado Schultz foram igualmente pertinentes.

Gostaria de manifestar a minha preocupação, particularmente em relação ao futuro do comércio das emissões. Tomando em consideração o que se passou nesta Câmara este Outono, a posição do Parlamento não pode ser vista como o resultado de um processo democrático. Apresenta laivos de pressa desproporcionada e as comissões competentes quanto à matéria de fundo não sabiam, efectivamente, o que é que estavam a votar. As propostas que foram apresentadas são uma espécie de *bluff* e fomos manipulados e induzidos em erro. O nosso relator e o coordenador do nosso grupo traíram-nos, a todos, ao não seguirem a decisão que foi votada no grupo. Isto é uma situação absolutamente inédita no Parlamento.

A Comissão tem uma quota-parte da culpa. Entregou, com atraso, um enorme pacote de legislação, advertindo em seguida contra a alteração dessa legislação, em nome da harmonização internacional das questões relativas ao clima. O resultado é um modelo de má qualidade aplicável ao comércio das emissões que, a concretizar-se, aumentará os custos e colocará em risco os empregos na Europa. Qualquer leilão aplicado unilateralmente não passa de uma carga fiscal adicional. Não vejo que possa resultar qualquer benefício para o ambiente se os produtos europeus, que em todo o mundo são os produtos fabricados através dos processos mais limpos, assumirem este fardo em nome da luta contra as alterações climáticas.

Um leilão irá somente retirar a poluição da Europa e largá-la num outro ponto qualquer do globo, com consequências em termos de desemprego. Trata-se de uma política ambiental que não é positiva nem responsável. Precisamos de uma política climática mais eficaz.

As emissões devem ser reduzidas de acordo com os compromissos que assumimos. A nossa alternativa também merece ser devidamente analisada pelo Parlamento. Muitos dos Estados-Membros são a favor, tal como a Confederação das Industrias Europeias e todo o movimento sindical europeu. Uma nova leitura eliminaria o deficit democrático que foi agora estabelecido aqui, nesta Câmara.

**Marian-Jean Marinescu (PPE-DE), por escrito.** – (RO) A crise que sobreveio entre a Geórgia e a Rússia mais a actual crise financeira são a prova, não apenas teórica mas também prática, da necessidade de reforma das instituições europeias. A unidade europeia, expressa a uma voz, é a única resposta em situações desta natureza. A implementação do Tratado de Lisboa é uma necessidade real. A partir de Dezembro, o Conselho terá de apresentar uma solução que aponte nesse sentido, quaisquer que sejam as eventuais consequências. A segurança financeira, energética e política, bem como a consolidação dos valores fundamentais do projecto europeu, só poderão ser garantidos através de uma parceria estreita com os nossos vizinhos.

A iniciativa da «Parceria Oriental» vem trazer uma nova dimensão política às relações com os nossos vizinhos, complementando e impulsionando os projectos já em curso na região do Mar Negro através da promoção de um quadro institucionalizado que contribui para actualizar os acordos em matéria de liberalização dos controlos de vistos, criar uma zona de comércio livre e estabelecer parcerias estratégicas com os nossos vizinhos de leste.

Existe visivelmente um sentimento de «cansaço» em relação à expansão da União Europeia, mas não nos podemos permitir deixar de fora da União Europeia, por muito mais tempo, países como a Moldávia e a Ucrânia. A «Parceria Oriental» deve incluir um sinal inequívoco, um roteiro, para estes países que lhes abra a possibilidade de aderirem à UE, contanto, já se vê, que atinjam em todos os domínios o nível exigido.



**Esko Seppänen (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FI) A Cimeira da UE debateu o modo como o «Síndrome da China» que afecta a economia dos Estados Unidos da América, isto é a fusão do núcleo da economia financeira de Wall Street, também contaminou os mercados europeus com a sua radioactividade. Em consequência disso, o mundo está a entrar numa era pós-EUA. A sua autoridade ruiu quando o seu navio, denominado «Capitalismo», encalhou na ideologia dos hiper-liberais.

Esperemos que a nova pobreza do país e as dificuldades na obtenção de empréstimo, acelerem o fim das acções militares americanas nos países que actualmente ocupam. Tendo em conta o tipo de potência ocupadora que os Estados Unidos representam, a exagerada operação militar Russa na Ossétia do Sul foi, sem dúvida, alvo de muita atenção. Devemos dar-nos por satisfeitos com os resultados da cimeira, tanto mais que os países extremistas na UE e os fundamentalistas americanos não tiveram apoio no apelo que fizeram com vista ao isolamento da Rússia.

**Csaba Sándor Tabajdi (PSE)**, *por escrito*. – (HU) Não devemos permitir que seja a Europa a pagar o preço da crise financeira e da especulação que tiveram origem nos Estados Unidos. Os cidadãos não devem sofrer as consequências da falta de visão dos bancos e da avareza dos especuladores.

Esperemos que o pacote adoptado pelo Conselho Europeu possa deter o curso deste tsunami financeiro. A tarefa primordial da União Europeia conjuntamente com os Governos dos Estados-Membros deve ser fazer todos os possíveis para mitigar os efeitos sociais e económicos da crise, evitar uma recessão prolongada e proteger o investimento.

Precisamos de criar reservas a fim de proteger os nossos cidadãos. Para prosseguir este objectivo, os países na Europa são obrigados a introduzir medidas de emergência, a reduzir as despesas orçamentais, a suspender temporariamente as reduções de impostos previstas e, inclusivamente, a aumentar os impostos. É o que está a acontecer da França à Grã-Bretanha, da Itália à Letónia. Todavia, a única forma de o conseguir eficazmente é mediante um consenso nacional; quem vá contra esse consenso compromete a estabilidade financeira nacional.

Os fundamentos da economia de mercado devem ser reconsiderados. O controlo social dos processos de mercados é imprescindível, não para frustrar a concorrência mas para a submeter a uma supervisão regulamentar. O Parlamento Europeu apoia a ideia de uma autoridade de supervisão do mercado financeiro e de capitais a nível europeu, já sugerido pelo Primeiro-Ministro húngaro, Ferenc Gyurcsány.

É inadmissível que os culpados fiquem impunes e não sejam responsabilizados. Congelar os seus salários multimilionários não é um castigo. As medidas punitivas não devem ser contornadas, incluindo confiscar e congelar os bens daqueles que são os culpados por provocar uma crise financeira internacional.

## 8. Período de votação

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

\*  
\* \*

**Jan Andersson, relator.** – (SV) Senhora Presidente, já estamos atrasados. Temos muitos relatórios a debater e o relatório pelo qual sou responsável é o último da lista de votações. Dado que é possível que muitos deputados deixem a Assembleia, gostaria que adiássemos a votação do relatório Andersson para amanhã. Gostaria igualmente de saber se os outros grupos políticos o apoiam.

(Aplausos)

**Presidente.** - Parece-me razoável.

Há alguma observação?

Está decidido, então.

(A votação do relatório Andersson (A6-0370/2008) é adiada para 22 de Outubro de 2008)

\*

\* \*

- 8.1. Enfrentar o desafio da subida dos preços do petróleo (votação)**
- 8.2. Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica CE-Nova Zelândia (A6-0367/2008, Angelika Niebler) (votação)**
- 8.3. Memorando de cooperação entre a OACI e a CE sobre auditorias/inspecções de segurança e assuntos afins (A6-0374/2008, Paolo Costa) (votação)**
- 8.4. Responsabilidade civil - veículos automóveis (versão codificada) (A6-0380/2008, Diana Wallis) (votação)**
- 8.5. Recipientes sob pressão simples (versão codificada) (A6-0381/2008, Diana Wallis) (votação)**
- 8.6. Certificado complementar de protecção para os medicamentos (versão codificada) (A6-0385/2008, Diana Wallis) (votação)**
- 8.7. Protocolo sobre défices excessivos (versão codificada) (A6-0386/2008, Diana Wallis) (votação)**
- 8.8. Acordos e práticas concertadas nos transportes aéreos (versão codificada) (A6-0379/2008, Diana Wallis) (votação)**
- 8.9. Sistema de recursos próprios das Comunidades (A6-0342/2008, Alain Lamassoure) (votação)**
- 8.10. Mandado europeu de obtenção de provas em processo penal (A6-0408/2008, Gérard Deprez) (votação)**
- 8.11. Recuperação das unidades populacionais de bacalhau (A6-0340/2008, Niels Busk) (votação)**
- 8.12. Mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia (Lituânia e Espanha) (A6-0399/2008, Reimer Böge) (votação)**
- 8.13. Projecto de orçamento rectificativo n.º 7/2008 (A6-0412/2008, Kyösti Virrankoski) (votação)**
- 8.14. Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (A6-0405/2008, Reimer Böge) (votação)**
- 8.15. Aliança Global contra as Alterações Climáticas (A6-0366/2008, Anders Wijkman) (votação)**
- 8.16. Política regional (A6-0356/2008, Jean Marie Beaupuy) (votação)**
- 8.17. Legislar melhor 2006 (A6-0355/2008, Manuel Medina Ortega) (votação)**

**8.18. Controlo da aplicação do Direito Comunitário (A6-0363/2008, Lidia Joanna Geringer de Oedenberg) (votação)**

**8.19. Aspectos institucionais das agências de regulamentação (A6-0354/2008, Georgios Papastamkos) (votação)**

**8.20. Mandado de captura contra Joseph Kony no âmbito de um processo no Tribunal Penal Internacional (B6-0536/2008) (votação)**

**8.21. Programa Erasmus Mundus (2009-2013) (A6-0294/2008, Marielle De Sarnez) (votação)**

**8.22. Regras e normas de segurança para os navios de passageiros (reformulação) (A6-0300/2008, József Szájer) (votação)**

**8.23. Microrganismos geneticamente modificados (reformulação) (A6-0297/2008, József Szájer) (votação)**

**8.24. Transportes marítimos de mercadorias e passageiros (reformulação) (A6-0288/2008, József Szájer) (votação)**

**8.25. Estatísticas comunitárias sobre as trocas de bens entre Estados-Membros (A6-0348/2008, Eoin Ryan) (votação)**

**8.26. Lei aplicável em matéria matrimonial (A6-0361/2008, Evelyne Gebhardt) (votação)**

*- Antes da votação:*

**Panayiotis Demetriou**, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhora Presidente, a alteração oral que pretendo propor é a seguinte: «Os cônjuges poderão aceitar escolher a lei aplicável ao divórcio e à separação legal desde que essa legislação esteja em conformidade com os direitos fundamentais definidos nos Tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e com o princípio da ordem pública.»

Esta alteração oral limita o direito dos cônjuges à escolha da lei aplicável, tal como estipulado no artigo 20º. Entendo que corresponde à política do Grupo PPE-DE, que pretende limitar a escolha da lei aplicável para que esta esteja em conformidade, como aqui dizemos, com os direitos fundamentais e também com a ordem pública. Assim, um juiz, diante do pedido de um casal de aplicação de legislação estrangeira, deliberará e justificará a não aceitação da lei por esta ser contrária à ordem pública ou aos direitos fundamentais.

**Evelyne Gebhardt**, relatora. – (DE) Senhora Presidente, posso aceitar esta alteração, pois é perfeitamente óbvia. Claro que a legislação aplicável tem de estar em conformidade com os princípios dos nossos Tratados e da Carta dos Direitos Fundamentais. Não tenho qualquer problema com esta alteração.

**Presidente.** – Há alguma objecção à inclusão desta alteração oral?

Não vejo qualquer objecção.

*(O Parlamento aprova a alteração oral)*

**Carlo Casini (PPE-DE).** – (IT) Senhora Presidente, evidentemente, não sou contra o facto de os direitos humanos e os direitos fundamentais da União deverem ser respeitados na escolha da lei. A questão não é essa. A questão é, podendo os cônjuges escolher a lei – lembro que a escolha da lei constitui uma excepção em todos os sistemas jurídicos –, se essa lei tem de ser a lei de um dos 27 Estados da União ou de qualquer país do mundo.

Por conseguinte, não sou contra esta alteração, mas penso que ela não pode impedir a votação das alterações seguintes do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, que estabelecem que só se pode escolher a lei de um dos 27 países da União.

**Bruno Gollnisch (NI).** - (FR) Senhora Presidente, este debate prova claramente que há ainda um caminho a percorrer no que respeita a este dossiê. Estas questões deveriam, evidentemente, ter sido debatidas na comissão. É por isso que, em aplicação do nosso Regimento, tenho o prazer de solicitar o reenvio deste relatório à comissão.

*(O Parlamento rejeita o pedido de reenvio em comissão)*

- Após a votação da alteração 32:

**Evelyn Gebhardt, relatora.** - (DE) Senhora Presidente, o acordo entre o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu, o Grupo dos Verdes/ Aliança Livre Europeia e o Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa foi o seguinte: se nós aceitarmos esta alteração oral do PPE-DE, todas as restantes alterações do PPE-DE serão retiradas. Espero que o PPE-DE retire estas alterações.

**Panayiotis Demetriou, em nome do Grupo PPE-DE.** - (EL) Senhora Presidente, é verdade que o acordo também incluía esta condição. O senhor deputado Casini tem outra opinião. Penso que as alterações do PPE-DE estão contempladas na alteração oral que apresentei e que foi aprovada, pelo que não há necessidade de votar essas alterações que foram apresentadas precisamente para apoiar o pedido de limitação do direito.

**Presidente.** - Por conseguinte, as alterações 32 a 37, inclusive, caducaram.

Vamos então prosseguir. Os grupos tinham algo a dizer.

- Antes da votação da resolução legislativa:

**Cristiana Muscardini (UEN).** - (FR) Senhora Presidente, por vezes é preciso pôr os óculos para ver se há um deputado que solicita, nos termos do Regimento, para falar com a Presidência.

Como sabe, um grupo pode assumir as alterações que um outro grupo tenha rejeitado. Quanto ao que foi dito pelo senhor deputado Casini, não estamos satisfeitos. Vamos votar a alteração que o Grupo União para a Europa das Nações assumiu.

**Presidente.** - Senhora Deputada Muscardini, acabei de dizer que as alterações caducaram. A partir do momento em que caducam, não posso colocá-las à votação.

## **8.27. Gestão das frotas de pesca das regiões ultraperiféricas (A6-0388/2008, Pedro Guerreiro) (votação)**

### **9. Declarações de voto**

#### **Declarações de voto orais**

##### **- Relatório Anders Wijkman (A6-0366/2008)**

**Zuzana Roithová (PPE-DE).** - (CS) Congratulo-me com a proposta de criação de uma aliança global contra as alterações climáticas entre a União Europeia, os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Pode dizer-se que a adaptação a alterações climáticas exige custos de 80 mil milhões de dólares, porque o decisivo seria pôr cobro à desflorestação nas florestas tropicais húmidas. Os 60 milhões de euros que reservámos para este fim, e que são menos de 1% do montante referido, constituem, apesar disso, um montante significativo para os países mais ameaçados, desde que sejam utilizados de forma eficaz. A aliança oferece uma oportunidade, se funcionar como ponto de referência e centro metodológico para a gestão preventiva de riscos relacionados com catástrofes naturais que as alterações climáticas vão provocar nos países mais pobres. O principal ponto fraco consiste na falta de coordenação do número elevadíssimo de actividades. A aliança não deveria substituir a ajuda humanitária, mas sim ajudar a minimizar a extensão das catástrofes esperadas, proporcionando assistência, através de programas inovadores, do reforço das estruturas administrativas a nível nacional e local e ainda da educação dos habitantes dos Estados insulares em risco.

**Bogdan Pęk (UEN).** – (PL) Senhora Presidente; votei contra, por entender que o conceito de limitação drástica das emissões de dióxido de carbono advogado por Comissão, Parlamento Europeu e Conselho Europeu é fundamentalmente errado e não tem uma base jurídica adequada. Acresce que, se esta política fosse aplicada na Polónia, o meu país perderia mais do que já recebeu até à data sob a forma de pagamentos directos e subsídios e subvenções indirectos, e ainda haveria mais a pagar. Isto significa que seria uma política ruinosa para as economias de muitos países em desenvolvimento. Não seria um bom exemplo para o resto do planeta, que supostamente deveria adoptar este princípio à escala global com base nos resultados alcançados na Europa. Se, porém, a política em causa fosse aplicada apenas na Europa, representaria o desperdício perfeitamente escusado de 500 mil milhões de euros.

**- Relatório Jean-Marie Beaupuy (A6-0356/2008)**

**Victor Boştinaru,** em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhora Presidente, o relatório refere-se ao futuro da política de coesão. Foi difícil encontrar respostas pragmáticas válidas para os 27 Estados-Membros e os seus diferentes sistemas de governança e parceria. O relator conseguiu apresentar propostas muito concretas. A respeito da governança, gostaria de salientar dois aspectos. É preciso dotar as autoridades regionais e locais de uma forma melhor e mais eficaz de partilha de responsabilidades. É igualmente da máxima importância que abordemos a falta de competências e de capacidade administrativa para lidar com os fundos e os projectos a nível regional e local. A respeito da parceria, o relatório insiste, e com razão, na centralidade dos processos inclusivos e da plena apropriação. É preciso que reunamos o maior número possível de agentes interessados em todos os níveis políticos e níveis de aplicação, e, para isso, são necessárias normas mínimas obrigatórias.

Estou extremamente satisfeito com a forma como o relator tratou todos os nossos contributos e preocupações, pelo que o felicito uma vez mais pelo seu excelente trabalho.

**Zita Pleštinšá (PPE-DE).** – (SK) Tenho experiência num governo local, pelo que, tal como o relator, senhor deputado Jean Marie Beaupuy, considero o princípio de parceria um elemento decisivo na política de coesão da UE. Como tal, votei a favor do relatório.

Para que uma parceria seja bem sucedida é necessário um determinado investimento no início do processo, embora, mais tarde, venham a existir poupanças em termos de tempo, dinheiro e eficácia. A criação de um programa Erasmus para representantes locais eleitos contribuiria para o intercâmbio de abordagens experimentadas e testadas na área da administração dos assuntos públicos no quadro da UE.

Apelo às instituições responsáveis, em especial à Europa dos 12, na qual se inclui também o meu país, a Eslováquia, para que apliquem o princípio de parceria de forma consequente no período de programação 2007-2013 e aproveitem uma oportunidade única para eliminar as desigualdades entre regiões. Os políticos locais conhecem muito bem as suas regiões e são capazes de encontrar as soluções mais eficazes para os problemas das suas próprias cidades e localidades, pelo que apelo aos Estados-Membros para que descentalizem o poder de implementação da política de coesão da UE, transferindo-o do nível central para o regional.

**- Relatório Marielle De Sarnez (A6-0294/2008)**

**Czesław Adam Siekierski (PPE-DE).** – (PL) Como todo o sector do ensino superior, saudei calorosamente a segunda fase do programa Erasmus Mundus. Estou certo que ninguém tem dúvidas de que a integração das jovens cabeças das diversas partes do mundo é a chave para a construção e manutenção da paz, não apenas no nosso continente, mas em todo o mundo. Ela alarga os horizontes dos estudantes, que aprendem a ver as coisas de novas perspectivas. Tudo isso sucede por obra dos contactos directos, das aulas em línguas estrangeiras e da familiarização com culturas diferentes. Os estudantes tornam-se mais abertos e tolerantes. É por esses motivos que sou fortemente favorável ao novo conceito implícito no documento sobre o programa Erasmus Mundus.

**Philip Claeys (NI).** – (NL) Senhor Presidente, votei contra o relatório da senhora deputada De Sarnez, pois considero inaceitável que o programa seja alargado sem que tenham sido introduzidas quaisquer alterações fundamentais no que respeita à discriminação contra os estudantes europeus face aos seus homólogos não europeus que desejam utilizar bolsas de estudo. Um estudante não europeu recebe uma bolsa anual de 21 000 euros, ao passo que os estudantes europeus que querem estudar fora da União Europeia ao abrigo do programa Erasmus Mundus só podem contar com 3 100 euros. Considerando que uma discrepância desta magnitude não pode ser explicada nem defendida de forma objectiva, esta discriminação não deve, nem pode, aliás, prolongar-se.

**- Relatório Jozsef Szajer (A6-0297/2008)**

**Gyula Hegyi (PSE).** - (HU) Na qualidade de relator ou, neste caso, de relator de parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar para o relatório sobre a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados, desejo salientar mais uma vez que o Parlamento Europeu deve ser dotado de mais competências em matéria de supervisão da experimentação. Os cidadãos da Europa receiam a utilização não transparente dos OGM, e a supervisão do Parlamento significa abertura e transparência. A falta de confiança só pode ser mitigada mediante uma divulgação total. Também no caso dos microrganismos geneticamente modificados, o objectivo deve ser a participação obrigatória do Parlamento Europeu nas questões relativas à segurança da saúde e do ambiente. Congratulo-me pelo facto de as minhas alterações que vão neste sentido, apoiadas por unanimidade pela Comissão do Ambiente, terem agora também sido aprovadas pelo Parlamento Europeu.

**- Relatório Evelynne Gebhardt (A6-0361/2008)**

**Carlo Casini (PPE-DE).** - (IT) Senhora Presidente, acho que tenho de explicar mais claramente por que razão não concordo e considero injusto declarar que as alterações apresentadas pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus no relatório Gebhardt caducaram em consequência de uma votação sobre um assunto completamente diferente.

Uma coisa é dizer que se pode escolher a lei de qualquer país do mundo, desde que não seja contrária aos direitos humanos; outra coisa é dizer que se pode escolher de entre as leis dos Estados-Membros da União Europeia. São duas coisas diferentes e, portanto, penso que é injusto retirar as alterações respeitantes à segunda questão.

Em contrapartida, considero justos – e espero que, no decorrer do debate sobre este regulamento, o meu argumento possa ser aceite – os esforços com vista a criar um espaço jurídico europeu, com uma harmonização europeia. Não faz sentido aplicar a lei chinesa ou de qualquer outro país remoto do Pacífico, por exemplo, numa matéria tão delicada como é a que envolve as relações matrimoniais, quando, pelo contrário, o que é urgente é unir entre si os 27 países da União.

**Zuzana Roithová (PPE-DE).** - (CS) Infelizmente, os divórcios fazem parte do lado negro da civilização europeia e o número dos chamados divórcios «internacionais» está a aumentar. Os filhos são sempre quem mais sofrem. Os divórcios «internacionais» também dão origem a discussões sobre qual será o país no qual se realizará o processo que decidirá o futuro dos filhos. Apoiei a medida que oferece regras mais claras para os «casais internacionais» que querem divorciar-se, visto que será possível para ambas as partes escolher um tribunal competente, com base num acordo, e, portanto, a lei de um Estado-Membro com o qual têm alguma ligação. Isto é importante, especialmente na situação em que um casal esteja a viver num país cuja cidadania nenhuma das partes possui. As normas legais variam consideravelmente entre os Estados-Membros e, portanto, o facto de o Parlamento Europeu ter integrado na medida a tarefa, a ser levada a cabo pela Comissão, de desenvolver um sistema público de informação com base na Internet que cobre todos os diversos pormenores, constitui uma outra melhoria. Deveria referir-se que, hoje em dia, os divórcios «internacionais» afectam anualmente cento e setenta mil casais e respectivos filhos.

**David Sumberg (PPE-DE).** - (EN) Senhora Presidente, obrigado por me dar a palavra. Eu e a delegação dos Conservadores no Parlamento votámos contra o relatório Gebhardt. Antes de vir para o Parlamento, exerci advocacia no Reino Unido, incluindo, de tempos a tempos, casos de divórcio. Penso que este passo constitui um retrocesso. Cabe a cada Estado-nação determinar a legislação aplicável a essas questões.

Não há qualquer necessidade de a Comissão Europeia ou de qualquer outro órgão europeu interferir. Todos os nossos países dispõem de tradições diferentes, diferentes visões do divórcio, diferentes crenças, diferentes religiões, diferentes contextos, sendo correcto e adequado que cada país reflecta individualmente essa realidade. Não deveremos aceitar a imposição por parte de qualquer organismo superior que venha ditar-nos o que fazer.

Obrigado por esta oportunidade e por ter conseguido este momento memorável da minha carreira política em que posso dizer com toda a verdade que, descontando a Senhora Presidente, falei para um hemiciclo totalmente vazio!

**Declarações de voto escritas**

**- Relatório Angelika Niebler (A6-0367/2008)**

**Alessandro Battilocchio (PSE)**, *por escrito.* – (IT) Votei a favor do relatório (A6-0367/2008) da senhora deputada Niebler sobre a proposta de decisão do Conselho relativa à conclusão, em nome da Comunidade Europeia, do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Comunidade Europeia e o Governo da Nova Zelândia, que é o único país industrializado não europeu com o qual a Comunidade Europeia ainda não estabeleceu um acordo sobre ciência e tecnologia.

Actualmente, a cooperação entre a Comunidade e a Nova Zelândia baseia-se num acordo informal de cooperação científica e tecnológica entre a Comissão e o Governo da Nova Zelândia, que foi assinado e entrou em vigor em 17 de Maio de 1991. No entanto, esse acordo não prevê uma coordenação institucionalizada das actividades de cooperação, nem contém normas específicas respeitantes ao tratamento e à protecção dos direitos de propriedade intelectual. Graças à minha recente deslocação à Nova Zelândia, tive oportunidade de falar com algumas das personalidades mais importantes desse país, as quais confirmaram o interesse em reforçar essa colaboração através do programa-quadro sobre alimentação, agricultura e biotecnologias, tecnologias da informação e da comunicação, saúde, ambiente e mobilidade dos investigadores.

Esses sectores correspondem perfeitamente àqueles que a Comissão considera serem os mais interessantes e prometedores para a UE, tendo em vista uma futura colaboração que lhe permitirá tirar pleno partido do potencial de cooperação com esse país industrializado.

**Charlotte Cederschiöld, Christofer Fjellner, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE-DE)**, *por escrito.* – (SV) Os conservadores suecos apoiam a proposta da Comissão de criar um programa especial para ajudar os países em desenvolvimento pobres a prepararem-se para as consequências das alterações climáticas e adaptarem-se às mesmas. Subscrevemos igualmente o conteúdo geral do relatório do Parlamento sobre a proposta da Comissão e decidimos, portanto, votar a favor do referido relatório.

Contudo, somos contra o pedido de aumentar o orçamento dos actuais 60 milhões de euros para 2 mil milhões de euros em 2010, a fim de financiar a Aliança Global contra as Alterações Climáticas. Opomo-nos igualmente à proposta de afectar pelo menos 25% das futuras receitas dos leilões de direitos de emissão para financiar o aumento do orçamento.

**Duarte Freitas (PPE-DE)**, *por escrito.* – O Regulamento (CE) n.º 639/2004 estabelece derrogações do regime de entrada/saída previsto no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 2371/2002 relativo à conservação e à exploração sustentável dos recursos haliêuticos no âmbito da política comum das pescas.

Contudo, a adopção tardia do instrumento jurídico da Comissão que permite aos Estados-Membros em causa conceder ajudas estatais e a capacidade limitada dos estaleiros impossibilitaram o cumprimento do prazo relativo à entrada na frota dos navios de pesca que beneficiam de auxílios estatais à renovação até 31 de Dezembro de 2008, como determina o Regulamento (CE) n.º 639/2004.

O Parlamento Europeu, em concreto a Comissão das Pescas, defendeu no seu relatório, o alargamento dos prazos para as ajudas públicas à renovação e para o registo de embarcações, quer em relação ao regulamento actualmente em vigor, quer em relação à proposta apresentada pela Comissão Europeia, segundo a qual o prazo devia ser prorrogado apenas por um ano, ou seja, até 31 de Dezembro de 2009.

A prorrogação das ajudas públicas à renovação das frotas das regiões ultraperiféricas até 31 de Dezembro de 2009 e a possibilidade do registo dessas embarcações até 31 de Dezembro de 2011 são uma ajuda preciosa tendo em conta os constrangimentos referidos acima.

Este documento merece, portanto, o meu voto favorável.

**Zita Pleštinšá (PPE-DE)**, *por escrito.* – (SK) Nos dias 19 a 27 de Julho, visitei a Nova Zelândia, fazendo parte de uma delegação do Parlamento Europeu constituída por 11 membros. Este país avançado e rico, com um espírito europeu, situa-se a mais de 27 000 km da Eslováquia. Os nossos encontros com os estudantes do Instituto Europeu na Universidade de Auckland e na Universidade de Canterbury, em Christchurch, foram muito inspiradores. Falámos sobre o Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração e sobre as oportunidades de cooperação entre a UE e a Nova Zelândia nos domínios da ciência e da investigação. É por esta razão que, no quadro do processo de consulta, apoio a assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Comunidade Europeia, por um lado, e o Governo da Nova Zelândia, por outro, o que me levou a votar a favor do relatório da relatora Angelika Niebler.

A Nova Zelândia é um dos países menos poluídos no mundo, um facto do qual se orgulha justificadamente. Os neozelandeses orientam-se pela máxima: «Verde, limpo e seguro». As centrais hidroeléctricas produzem dois terços da energia eléctrica do país. Também são utilizadas enormes reservas de água quente para produzir electricidade. Não existem centrais nucleares.

Acredito firmemente que a cooperação mútua na luta contra as alterações climáticas, bem como a procura de uma abordagem comum nos domínios da ciência, da investigação e da inovação, se revelarão benéficas para ambas as partes.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório da senhora deputada Niebler, respeitante à conclusão do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Comunidade Europeia e o Governo da Nova Zelândia. Como se verifica pela leitura da proposta de decisão do Conselho, a Nova Zelândia é o único país industrializado não europeu com o qual a Comunidade ainda não estabeleceu um acordo formal sobre ciência e tecnologia. Por essa razão, e tendo em vista a crescente complexidade da inovação tecnológica e a rapidez do progresso científico, penso que é mais do que nunca oportuno que a Comunidade formalize o acordo de cooperação existente a fim de reforçar a colaboração, especialmente em sectores mais do que nunca relevantes, como a saúde, as biotecnologias e as tecnologias da informação e da comunicação.

Penso que isso permitirá à Comunidade tirar pleno partido do potencial de cooperação com a Nova Zelândia com base nos princípios de protecção eficaz da propriedade intelectual e de divisão equitativa dos direitos de propriedade intelectual.

#### **- Relatório Paolo Costa (A6-0374/2008)**

**Bogusław Liberadzki (PSE)**, *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente; votei a favor do relatório de parecer sobre a proposta de decisão do Conselho relativa à celebração de um memorando de cooperação entre a Organização da Aviação Civil Internacional e a Comunidade Europeia em matéria de auditorias/inspecções de segurança e assuntos afins (COM(2008)0335 – C6-0320/2008 – 2008/0111(CNS)).

O relator, senhor deputado Costa, frisou acertadamente que, de harmonia com o objectivo da política comunitária no campo da aviação civil, o memorando de cooperação reforçará as relações entre a Comunidade e a OACI. É particularmente importante ter em mente que a aplicação do memorando negociado facilitará uma melhor utilização dos recursos, sempre limitados, em matéria de controlo da aplicação das normas. A implementação da decisão deve trazer benefícios consideráveis aos Estados-Membros.

**Luís Queiró (PPE-DE)**, *por escrito*. – O projecto de memorando de cooperação de que trata este relatório visa reduzir significativamente as auditorias individuais da OACI nos Estados-Membros. Para tal, a OACI procederá à avaliação do sistema de inspecção da segurança da aviação da Comissão Europeia.

Assim, e de acordo com os objectivos da política comunitária da aviação civil, o memorando de cooperação reforçará as relações entre a Comunidade e a OACI e proporcionará uma melhor utilização dos recursos limitados dos Estados-Membros em matéria de controlo da aplicação.

Até agora, os Estados-Membros viam-se confrontados com dois sistemas de controlo da aplicação com o mesmo objectivo e, de forma geral, com o mesmo âmbito. Mais uma vez, o objectivo relevante desta acção será a utilização mais racional dos recursos disponíveis.

Finalmente, e para garantir o devido tratamento das informações restritas da UE, a OACI está obrigada a respeitar as regras da Comunidade e a Comissão está autorizada a verificar «in situ» as medidas de protecção adoptadas pela OACI.

Votei assim, favoravelmente, o relatório Costa.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do senhor deputado Costa relativo à celebração de um memorando de cooperação entre a Organização da Aviação Civil Internacional e a Comunidade Europeia em matéria de auditorias/inspecções de segurança. Na minha opinião, estar sujeito a dois sistemas de controlo de aplicação com o mesmo objectivo e, em grande medida, com o mesmo campo de aplicação, constitui não só uma distribuição pouco eficiente de recursos por parte dos organismos competentes mas também, e principalmente, um peso para os Estados-Membros em termos de custos e da utilização dos recursos limitados de que dispõem. Por conseguinte, encaro favoravelmente a proposta de cooperação entre a OACI e a Comissão Europeia sobre essa matéria.



**- Relatório Diana Wallis (A6-0380/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução legislativa que aprova a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis e à fiscalização do cumprimento da obrigação de segurar esta responsabilidade, e fi-lo com base no relatório da minha colega britânica Diana Wallis. Esta proposta resulta do desejo de consolidação da legislação comunitária, denominada – em minha opinião inapropriadamente – de codificação. É um desejo louvável, mas lamento que, tendo em conta a evolução e a complexidade dos textos, a Comissão não tenha revisto a sua posição, que data de 1 de Abril de 1987 e que consiste em instruir os seus serviços para que procedam à codificação dos actos legislativos o mais tardar após a sua décima modificação, sublinhando ao mesmo tempo que se trata de uma regra mínima e que, no interesse da clareza e da boa compreensão da legislação comunitária, os serviços devem esforçar-se por codificar os textos pelos quais são responsáveis a intervalos ainda mais breves. Neste caso particular, codificamos diversas directivas que datam de 1972, 1983, 1990, 2000, 2005 e os textos que as modificaram. Considero que a política de consolidação do direito comunitário deve ser uma das prioridades da Comissão Europeia.

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) Temos de pugnar por uma simplificação e clarificação do direito comunitário, de modo a torná-lo mais compreensível e acessível para todos os cidadãos, que teriam assim novas oportunidades e a possibilidade de exercer os direitos específicos que lhes assistem.

Este objectivo será inatingível com a alteração recorrente, parcial e, não raro, fundamental, de muitas normas, que permanecem dispersas por diversos actos e, com isso, constam umas vezes do acto original e outras de actos alterados *a posteriori*. Deste modo, quem quiser encontrar as normas em vigor num determinado momento tem de levar a cabo uma aturada pesquisa, comparando vários actos legislativos.

Assim sendo, importa que o nosso esforço de clarificação e transparência do direito comunitário proceda à codificação de normas que tenham sido sujeitas a muitas alterações.

**- Relatório Diana Wallis (A6-381/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução legislativa que aprova a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos recipientes sob pressão simples, e fi-lo com base no relatório da minha colega britânica Diana Wallis. Esta proposta resulta do desejo de consolidação da legislação comunitária, denominada – em minha opinião inapropriadamente – de codificação. É um desejo louvável, mas lamento que, tendo em conta a evolução e a complexidade dos textos, a Comissão não tenha revisto a sua posição, que data de 1 de Abril de 1987 e que consiste em instruir os seus serviços para que procedam à codificação dos actos legislativos o mais tardar após a sua décima modificação, sublinhando ao mesmo tempo que se trata de uma regra mínima e que, no interesse da clareza e da boa compreensão da legislação comunitária, os serviços devem esforçar-se por codificar os textos pelos quais são responsáveis a intervalos ainda mais breves. Neste caso particular, codificamos diversas directivas que datam de 1987, 1990 e 1993 e os textos que as modificaram. Considero que a política de consolidação do direito comunitário deve ser uma das prioridades da Comissão Europeia e que a situação actual não é normal, nomeadamente em relação aos Estados-Membros e aos cidadãos europeus.

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) Os Estados-Membros têm de empregar todos os meios necessários para garantir que os recipientes sob pressão só sejam colocados no mercado e disponibilizados para utilização se forem seguros para seres humanos, animais ou bens, e se forem devidamente instalados, mantidos e utilizados de acordo com o fim a que se destinam. Os fabricantes têm de assegurar a conformidade dos recipientes com o tipo indicado no certificado de exame CE de tipo e na descrição do processo de fabrico, rotular os recipientes com a marcação «CE» e redigir uma declaração de conformidade. Esta Directiva aplica-se aos recipientes sob pressão simples fabricados em série, excluindo recipientes concebidos especificamente para utilização nuclear, recipientes destinados à propulsão de barcos e aeronaves e extintores de incêndio.

A presente proposta visa codificar a Directiva 87/404/CEE do Conselho, de 25 de Junho de 1987, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos recipientes sob pressão simples. A nova directiva irá alterar diversos actos, cujas normas foram nela incorporadas. A presente proposta não modifica o conteúdo dos actos legislativos codificados; apenas os agrega, na sequência das alterações necessárias para proceder à codificação.

**- Relatório Diana Wallis (A6-385/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução legislativa que aprova a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao certificado complementar de protecção para os medicamentos, e fi-lo com base no relatório da minha colega britânica Diana Wallis. Esta proposta resulta do desejo de consolidação da legislação comunitária, denominada – em minha opinião inapropriadamente – de codificação. Lamento que, tendo em conta a evolução e a complexidade dos textos, a Comissão não tenha revisto a sua posição, que data de 1 de Abril de 1987 e que consiste em instruir os seus serviços para que procedam à codificação dos actos legislativos o mais tardar após a sua décima modificação, sublinhando ao mesmo tempo que se trata de uma regra mínima e que, no interesse da clareza e da boa compreensão da legislação comunitária, os serviços devem esforçar-se por codificar os textos pelos quais são responsáveis a intervalos ainda mais breves. Neste caso particular, codificamos o regulamento do Conselho de 1992 e os quatro textos que o modificaram em, respectivamente, 1994, 2003, 2005 e 2006. Considero que a política de consolidação do direito comunitário deve ser uma das prioridades da Comissão Europeia e que a situação actual não é normal, nomeadamente em relação aos Estados-Membros e aos cidadãos europeus.

**- Relatório Diana Wallis (A6-386/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, – (FR) Votei a favor da resolução legislativa que aprova, na sequência do processo de consulta, a proposta de regulamento do Conselho relativo à aplicação do artigo 81.º do Tratado no sector dos transportes aéreos, e fi-lo com base no relatório da minha colega britânica Diana Wallis. Lamento que, tendo em conta a evolução e a complexidade dos textos, a Comissão não tenha revisto a sua posição, que data de 1 de Abril de 1987 e que consiste em instruir os seus serviços para que procedam à codificação dos actos legislativos o mais tardar após a sua décima modificação, sublinhando ao mesmo tempo que se trata de uma regra mínima e que, no interesse da clareza e da boa compreensão da legislação comunitária, os serviços devem esforçar-se por codificar os textos pelos quais são responsáveis a intervalos ainda mais breves. Neste caso particular, codificamos o regulamento do Conselho de 1987 e os cinco textos que o modificaram em, respectivamente, 1990, 1992, 1994, 2003 e 2004. Considero que a política de consolidação do direito comunitário deve ser uma das prioridades da Comissão Europeia e que a situação actual não é normal, nomeadamente em relação aos Estados-Membros e aos cidadãos europeus.

**- Relatório Diana Wallis (A6-379/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução legislativa que aprova, na sequência do processo de consulta, a proposta de regulamento do Conselho relativo à aplicação do artigo 81.º do Tratado no sector dos transportes aéreos, e fi-lo com base no relatório da minha colega britânica Diana Wallis. Lamento que, tendo em conta a evolução e a complexidade dos textos, a Comissão não tenha revisto a sua posição, que data de 1 de Abril de 1987 e que consiste em instruir os seus serviços para que procedam à codificação dos actos legislativos o mais tardar após a sua décima modificação, sublinhando ao mesmo tempo que se trata de uma regra mínima e que, no interesse da clareza e da boa compreensão da legislação comunitária, os serviços devem esforçar-se por codificar os textos pelos quais são responsáveis a intervalos ainda mais breves. Neste caso particular, codificamos o regulamento do Conselho de 1987 e os cinco textos que o modificaram em, respectivamente, 1990, 1992, 1994, 2003 e 2004. Considero que a política de consolidação do direito comunitário deve ser uma das prioridades da Comissão Europeia e que a situação actual não é normal, nomeadamente em relação aos Estados-Membros e aos cidadãos europeus.

**- Relatório Alain Lamassoure (A6-0342/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução legislativa que aprova, sujeita a alterações, a proposta de regulamento do Conselho que altera o regulamento de 2000 respeitante à aplicação da decisão relativa ao sistema de recursos próprios das Comunidades, e fi-lo com base no relatório do meu estimado colega francês, o ex-ministro Alain Lamassoure. Como a grande maioria dos meus colegas, penso que é bom recordar que o Conselho convidou a Comissão a efectuar uma análise completa e aprofundada de todos os aspectos das despesas e dos recursos da União Europeia e a enviar-lhe um relatório em 2008/2009. Em conformidade com o acordo interinstitucional de 17 de Maio de 2006 relativo à disciplina orçamental e à boa gestão financeira, apoio o facto de o Parlamento ser devidamente associado a todas as fases da análise. Neste contexto, todos deverão estar recordados que as actuais perspectivas financeiras para 2007/2013 foram aprovadas no âmbito de um compromisso político que visa rever a correcção da contribuição britânica.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) O relatório do senhor deputado Lamassoure sobre o sistema de recursos próprios da União Europeia pretende claramente ser de carácter ideológico. Há uma recusa em envolver-se, e cito, «nos pormenores [de]... um sistema desactualizado, injusto e opaco», cujo principal defeito, aos olhos do relator, reside no facto de não ser o Parlamento Europeu que decide sobre o assunto.

Ainda bem que assim é, aliás, porque, a julgar por aquilo que foi dito nesta Assembleia, não faltaria muito para que os contribuintes europeus fossem sujeitos a um imposto adicional cobrado directamente por Bruxelas. O livre consentimento à tributação (pelos cidadãos ou seus representantes) é um princípio fundamental do Estado de direito, tal como a capacidade de cobrar impostos é uma prerrogativa do Estado.

E é aí que reside o problema. A União Europeia não é um Estado e não pode em caso algum invocar a competência de cobrar impostos. Além disso, ao ignorar a rejeição da Constituição Europeia pelos Franceses, Neerlandeses e Irlandeses, demonstra claramente que pouco lhe importa o livre consentimento das nações individuais. Infelizmente, prefere a mentira, a manipulação ou mesmo a coerção.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do senhor deputado Lamassoure sobre a proposta de regulamento do Conselho relativa a alterações ao sistema de recursos próprios da Comunidade. Concordo com as razões que estão na sua origem e partilho o ponto de vista expresso pelo relator quando admite que a mais recente decisão da Comissão, que pretende actualizar o regulamento de aplicação do sistema de recursos próprios em conformidade com a decisão do Conselho de 7 de Junho de 2007, iria, na sua actual formulação, complicar mais o processo, prevendo constantes excepções e condições especiais para certos Estados-Membros.

Poderei, portanto, argumentar que uma necessária revisão geral do funcionamento do sistema de recursos próprios deverá ter em linha de conta a participação activa do Parlamento Europeu através da proposta de medidas adequadas destinadas a conseguir maior transparência.

#### - Relatório Gérard Deprez (A6-0408/2008)

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Com base no relatório do meu colega belga Gérard Deprez, votei a favor da resolução legislativa que altera o projecto de decisão-quadro do Conselho relativa a um mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objectos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais. Como um grande número dos meus colegas, saúdo o projecto de decisão-quadro do Conselho que prevê a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo a um mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objectos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais. Este mandado europeu, aqui designado «mandado europeu de obtenção de provas», permitirá uma cooperação judiciária mais rápida e mais eficaz em matéria penal e substituirá o actual regime de auxílio judiciário mútuo neste domínio, em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Para além da análise de aspectos contemplados no relatório do PE que nos colocam as maiores reservas, discordamos da harmonização das leis judiciais e da adopção de procedimentos comuns, nomeadamente no que respeita ao «mandado europeu de obtenção de provas», iniciativa que se inscreve na criação de um «espaço penal europeu».

Aliás, a Comissão Europeia tem-se notabilizado pela apresentação de inúmeras propostas para a supranacionalização da Justiça ao nível da UE, colocando em causa aspectos centrais da soberania dos Estados e o seu dever de salvaguardar os direitos dos seus cidadãos.

No actual processo de consulta, o PE defende a recolha transfronteiriça de provas à semelhança do funcionamento do mandado de detenção europeu. A maioria do PE pretende suprimir a «cláusula de territorialidade» acordada ao nível do Conselho (que permitiria a um Estado-Membro recusar um mandado europeu de obtenção das provas em determinadas condições), agredindo a soberania dos Estados-Membros.

No fundo, o PE, «sempre mais papista que o papa», tem como objectivo concretizar o conteúdo de uma proposta de Tratado já três vezes rejeitada, nomeadamente, na área da Justiça e dos Assuntos Internos, criando o dito «espaço penal europeu», evitando, como o relator refere, «conceder espaço aos direitos de veto nacionais».

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, o senhor

deputado Deprez, sobre a decisão-quadro do Conselho relativa ao mandado europeu de obtenção de provas. Concordo com o objectivo do relatório e com a posição que nele se assume.

A facilitação da recolha transfronteiriça de provas constitui, sem dúvida, um passo importante para a realização do princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais. Esse princípio constitui a base da cooperação judiciária, cujo objectivo final é prestar uma assistência judiciária mais rápida e eficaz a todos os Estados-Membros. Gostaria de salientar que, a fim de garantir um espaço penal europeu coerente e de assegurar que a cooperação judiciária em matéria penal possa produzir os efeitos desejados, o quadro legislativo deverá ser implementado por todos os Estados-Membros e os instrumentos legais deverão simplificar a assistência entre as diversas autoridades judiciárias nacionais, sem esquecer, obviamente, a protecção dos dados pessoais.

**Bernard Wojciechowski (IND/DEM)**, *por escrito*. – (PL) Garantir a segurança dos cidadãos dos Estados-Membros e a celeridade e eficiência do sistema judicial deve ser uma prioridade da Comunidade. Isto é importante no actual contexto de crescimento dramático do crime organizado, e especialmente da criminalidade internacional. Deve dar-se especial atenção a todos os instrumentos legais susceptíveis de facilitar a prossecução criminal e ajudar a obter a condenação dos autores dos crimes.

O Mandado Europeu de Obtenção de Provas assegura o reconhecimento automático das decisões judiciais proferidas noutro Estado-Membro. Isto é bastante problemático, pois obriga a alterações de vulto no processo penal dos Estados-Membros. A introdução do mandado europeu de obtenção de provas é uma tarefa muito espinhosa, por via da enorme variedade de procedimentos criminais e das grandes discrepâncias existentes no plano da legislação em matéria de mandados. Em minha opinião, em vez de interferirem em áreas tão melindrosas como as do processo criminal de um dado país, a Comissão e o Parlamento Europeu deviam apostar em potenciar ao máximo a cooperação entre as forças policiais dos Estados-Membros. Isto poderia ser feito através de órgãos como a Eurojust e a Academia Europeia de Polícia.

#### **- Relatório Niels Busk (A6-0340/2008)**

**Lena Ek (ALDE)**, *por escrito*. – (SV) A política de pesca adoptada pela UE não assenta, nem nunca assentou, em decisões conjuntas bem ponderadas. As unidades populacionais da Europa têm vindo a diminuir dramaticamente nos últimos anos, e muito pouco se tem feito para modificar esta situação. A política de pesca que a UE deve preconizar é uma política permeada de ideias preventivas e objectivos a longo prazo.

No entanto, o relatório do senhor deputado Busk representa efectivamente, em muitos aspectos, uma mudança positiva. Na exposição de motivos afirma-se, entre outras coisas, que a recuperação das unidades populacionais de bacalhau é extremamente importante e que o melhor método de recuperação consiste em proibir completamente a pesca do bacalhau, mesmo que esta medida seja posteriormente rejeitada. Infelizmente, as alterações ao relatório não reflectem a preocupação expressa pelo senhor deputado Busk na exposição de motivos.

As alterações propostas são demasiado tímidas para serem verdadeiramente significativas. É extremamente lamentável que se esteja já a preparar o caminho para uma revisão do sistema de regulação do esforço de pesca quando as unidades populacionais de bacalhau «tiverem melhorado substancialmente». É razoável sugerir que deveríamos antes concentrar-nos em salvaguardar um maior grau de recuperação do que acontece neste momento. Só então deveríamos começar a falar sobre uma eventual revisão. O relatório envia, portanto, sinais completamente errados, dando a entender que o problema em breve estará resolvido e que então poderemos começar a rever o sistema. É exactamente o contrário. Por conseguinte, votei contra o relatório.

**Glyn Ford (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Não apoiei o relatório Busk. Todos sabemos que é importante que se registre uma recuperação das unidades populacionais de bacalhau. É evidente que o bacalhau pode ser uma captura acessória quando se visam outras espécies. No entanto, a proposta actual que pretende reduzir a intensidade global da pesca na zona da Cornualha até ao estuário de Severn é drástica e dramática. Na qualidade de eurodeputado da região em causa, ainda não estou convicto – precisava de mais provas – da necessidade de ir tão longe e tão rapidamente.

**Duarte Freitas (PPE-DE)**, *por escrito*. – O presente relatório tem como objectivo «limar arestas» no que diz respeito à estratégia europeia de preservação dos stocks de bacalhau.

Desde o início do século que o Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM) chamou a atenção para o grave risco de ruptura das populações de bacalhau no Mar do Norte e no Oeste da Escócia e na reunião do

Conselho de Dezembro de 2000 os ministros das pescas e a Comissão manifestaram a sua inquietação quanto ao estado crítico dos recursos.

Dadas as diferentes realidades existentes nos diferentes pesqueiros pretende-se com este relatório do Parlamento Europeu conferir uma maior flexibilidade de acção que tenha em consideração as diferentes especificidades da pesca e do recurso nas diferentes zonas em que os planos de recuperação desta espécie se aplicam.

Garantir um maior envolvimento dos Conselhos Consultivos Regionais e dos Estados-Membros pertinentes sobre a eficácia da gestão das unidades populacionais de bacalhau é uma das prioridades deste relatório. Uma referência expressa aos CCR e aos Estados-Membros na legislação a este respeito dará um sinal forte de que as instituições da UE levam a sério a implicação dessas partes interessadas no desenvolvimento futuro dos sistemas de gestão da pesca.

Este relatório merece o meu voto favorável.

**Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. – (SV) O estado das unidades populacionais do bacalhau é extremamente grave e exige medidas imediatas e vigorosas. Contudo, as propostas da Comissão são inadequadas e apresentam deficiências em muitas áreas.

É também interessante constatar que o Parlamento decidiu subitamente que a questão deve ser tratada a nível nacional. É nítido que está a tentar enfraquecer a proposta da Comissão de modo a beneficiar o sector. Está simplesmente a tentar conjugar coisas incompatíveis.

Votámos contra o relatório pelas razões que acabamos de referir.

**Bogusław Liberadzki (PSE)**, *por escrito*. – (PL) Votei a favor do relatório sobre a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 423/2004 no respeitante à recuperação das unidades populacionais de bacalhau e o Regulamento (CEE) n.º 2847/93.

Segundo o Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas, as unidades populacionais de bacalhau do Mar do Norte encontram-se em situação crítica. Captura-se demasiado peixe, e em particular, demasiados juvenis. Isto reduz as possibilidades de recuperação da espécie.

O relator, senhor deputado Busk, realçou a necessidade de monitorização e controlo da observância das normas. E inclina-se também ele para posição da Comissão de que é necessário rever os limites de capturas, para simplificar o sistema de gestão e reduzir as devoluções. Não podemos interditar a pesca, por causa das consequências sociais e económicas que tal medida acarretaria, mas é necessário actuar de imediato no sentido da aplicação do plano de recuperação das unidades populacionais de bacalhau.

**James Nicholson (PPE-DE)**, *por escrito*. – (EN) Congratulo-me com este esforço para abordar os problemas relacionados com o Plano de Recuperação do Bacalhau de 2004, que provou claramente ser ineficaz. Apesar de várias medidas, as unidades populacionais de bacalhau mostraram poucos sinais de recuperação.

O aspecto mais importante desta proposta prende-se com a redução das devoluções. No actual clima de escassez de alimentos e de extrema exigência para os pescadores, esta prática só pode ser descrita como totalmente ilógica e como um desperdício.

Actualmente a quota para os Totais Admissíveis de Captura é baixa, e os pescadores vêem-se forçados a devolver grandes quantidades de peixe ao mar, apesar de esta prática em nada contribuir para o esforço de recuperação das unidades populacionais.

Evidentemente, é preciso que continuemos a tomar medidas que protejam as nossas unidades populacionais de bacalhau. No entanto, deveremos ter igualmente em mente o panorama mais alargado. As alterações climáticas e o impacto do aquecimento global poderão ter mais a ver com a deterioração das unidades populacionais do que os pescadores, que simplesmente tentam ganhar a vida trabalhando neste sector.

#### **- Relatório Kyösti Virrankoski (A6-0412/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Com base no relatório do meu colega finlandês Kyösti Virrankoski, votei a favor de uma resolução que visa aprovar, sem alterações, o projecto de orçamento rectificativo n.º 7/2008 da União Europeia, relativo à utilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia num montante de 12,8 milhões de euros em dotações de autorização e de pagamento. Esta verba destina-se a ajudar as populações dos departamentos ultramarinos franceses de Guadalupe e da Martinica, que sofreram

graves prejuízos na sequência da passagem do furacão «Dean» em Agosto de 2007. Este projecto de orçamento rectificativo é totalmente neutro do ponto de vista orçamental, uma vez que prevê uma redução correspondente das dotações de pagamento na rubrica 13.04.02 relativa ao Fundo de Coesão. É importante notar que este projecto de orçamento é o primeiro a ser exclusivamente consagrado ao Fundo de Solidariedade da UE, tal como solicitado pelo Parlamento Europeu.

**- Relatório Reimer Böge (A6-0399/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Com base no relatório do meu estimado colega alemão Reimer Böge, votei a favor da resolução que aprova, sem alterações, a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) tendo em vista auxiliar a França, cujos departamentos ultramarinos da Martinica e de Guadalupe foram afectados em 2007 pelo furacão «Dean». Um montante de 12,8 milhões de euros em dotações de autorização e de pagamento será, assim, mobilizado a título do Fundo de Solidariedade para este país, por via de um orçamento rectificativo aprovado paralelamente em 2008. Esta verba representa 2,5% de um montante de prejuízos directos estimados em 511,2 milhões de euros.

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) O Fundo de Solidariedade e outras medidas específicas não representam um montante avultado em comparação com o orçamento da União Europeia, servindo, em última análise, para auxiliar zonas de catástrofe e as pessoas que nelas habitam, na sequência de catástrofes naturais. Apoio, pois, a decisão de afectar à França meios de auxílio do Fundo de Solidariedade para auxiliar Martinica e Guadalupe, atingidas pelo furacão Dean, em Agosto de 2007. É em situações como esta que temos de ser solidários.

**Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. – (SV) França apresentou um pedido de mobilização do Fundo na sequência do furacão Dean, que afectou a Martinica e Guadalupe em Agosto de 2007. A Comissão propôs, portanto, que fosse mobilizado um montante total de 12 780 000 euros do Fundo para ajudar França.

O Lista de Junho saúda as acções de solidariedade e socorro, tanto nacionais como internacionais, quando um país é afectado por uma catástrofe.

No entanto, consideramos que, em primeiro lugar, a experiência do passado mostra que a UE não sabe gerir eficazmente a ajuda de emergência com fundos comunitários. Em segundo lugar, estamos a falar de uma contribuição que corresponde a uma fracção de uma percentagem do PIB de França. Não é razoável pensar que a UE deve intervir e co-financiar projectos cujos custos um Estado-Membro rico poderia suportar sozinho.

Por conseguinte, decidimos votar contra o relatório no seu conjunto.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL)**, *por escrito*. – A Comissão propõe a mobilização do Fundo de Solidariedade a favor da França.

O Acordo Interinstitucional prevê a mobilização deste Fundo dentro de um limite máximo anual de mil milhões de euros/ano. Durante 2008 foram mobilizados 260 411 197 euros a favor do Reino Unido (162 387 985 euros), da Grécia (89 769 009 euros) e da Eslovénia (8 254 203 euros).

A França solicitou o apoio do Fundo na sequência do furacão Dean, que atingiu a Martinica e a Guadalupe em Agosto de 2007. A Comissão propõe a mobilização do Fundo de Solidariedade num montante de 12 780 000 euros, a afectar no âmbito de verbas não utilizadas no Fundo de Coesão.

No entanto, à semelhança dos casos anteriores, há pelo menos uma questão que se coloca à evidência: como é possível que só agora, passado mais de um ano das catástrofes que atingiram as populações, é que as verbas da UE sejam disponibilizadas? Sem dúvida que algo está mal...

Recordamos que apresentámos propostas no sentido de acelerar os procedimentos de mobilização deste fundo e assegurar a manutenção da elegibilidade das catástrofes de índole regional, bem como de reconhecer a especificidade das catástrofes naturais de índole mediterrânica, como a seca e os incêndios, neste Fundo.

**Mary Lou McDonald (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) Alteração 134.

Opomo-nos veementemente ao aborto coercivo, à esterilização forçada e ao infanticídio, e concordamos que estes constituem violações dos direitos humanos.

Abstivemo-nos relativamente a esta alteração, uma vez que os fundos da UE nunca foram usados desta forma e que a alteração não clarifica a importância do trabalho de organizações credíveis no âmbito do desenvolvimento a nível internacional no apoio às mulheres em matéria de gestão da fertilidade e, especificamente, de educação sexual, serviços de saúde reprodutiva e planeamento familiar, bem como na campanha pelo direito da mulher a cuidados de saúde.

Alterações 130, 131, 132 e 133

Embora votemos a favor destas alterações devido à importância destas questões, consideramos que seria mais adequado criar uma rubrica orçamental separada dedicada aos direitos das crianças, que abrangeria as questões cobertas por estas alterações.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Senhor Presidente, os efeitos dos desastres naturais são vários e devastadores. Juntamente com o sofrimento humano que causam, são sobretudo os efeitos económicos que fazem o desenvolvimento destes países retroceder muitos anos, como no caso vertente. Infra-estruturas essenciais são destruídas e apenas podem ser reconstruídas com grandes dificuldades e utilizando os recursos próprios dos países.

A criação do Fundo de Solidariedade, que tem sido defendida, deve acelerar o trabalho de reconstrução deste tipo, fornecendo apoio financeiro selectivo, o que também irá exigir um acompanhamento atento em cada local. É verdade que as regiões afectadas necessitam de assistência rápida, mas também é importante um acompanhamento fiável dos investimentos nesses projectos. Na minha opinião, deveria ser dada maior atenção a esta área, razão pela qual me vou abster na votação deste relatório.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do senhor deputado Böge sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da UE, pedida pela França, para fazer face à situação de emergência causada pelo furacão Dean na Martinica e em Guadalupe, em Agosto de 2007. Concorro com o relator e partilho o parecer da Comissão do Desenvolvimento Regional, considerando que, neste caso, a utilização do fundo está perfeitamente em conformidade com as disposições do Acordo Interinstitucional de 17 de Maio de 2006.

**Margie Sudre (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) O nosso Parlamento acaba de aprovar uma ajuda no montante de 12,78 milhões euros, proposta pela Comissão Europeia, a favor da Martinica e de Guadalupe e destinada a cobrir uma parte das despesas de emergência, incorridas no Verão passado, na sequência da passagem do furacão «Dean».

Esta ajuda financeira será bem-vinda, tanto mais que a Martinica e Guadalupe continuam a sentir os efeitos dos danos causados pelo furacão «Dean», sobretudo no domínio da habitação e das indústrias da banana e da cana-de-açúcar.

O Fundo de Solidariedade, que é utilizado neste caso em aplicação de uma excepção às regras gerais, é particularmente importante para as regiões ultraperiféricas, tendo em conta a multiplicidade das ameaças que pesam regularmente sobre as suas populações, numa altura em que as Caraíbas foram novamente atingidas na semana passada pelo furacão «Omar».

Desde que este fundo foi criado em 2002, tenho-me empenhado intensamente em garantir que os departamentos ultramarinos possam beneficiar deste tipo de apoio. A experiência adquirida pelo Governo francês na apresentação dos seus pedidos, e a compreensão de que a Comissão, o Parlamento Europeu e o Conselho têm dado provas tranquilizam-nos quanto à capacidade da Europa de estar ao lado das populações ultramarinas confrontadas com crises graves.

#### - Relatório Reimer Böge (A6-0405/2008)

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Com base no relatório do senhor deputado Böge, votei a favor da resolução que aprova a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização, no quadro do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2008, de um montante de 10,8 milhões de euros em dotações de autorização e de pagamento a título do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, com vista a ajudar o sector automóvel em Espanha e o sector têxtil na Lituânia. No caso de Espanha (país para o qual se propõe a concessão de 10,5 milhões de euros), o pedido diz respeito a 1 589 despedimentos, dos quais 1 521 ocorreram na Delphi Automotive Systems España, em Puerto Real, província de Cádiz, Andaluzia, um fabricante de componentes para a indústria automóvel que pertence à Delphi

Automotive Systems Holding Inc., com sede em Troy, Michigan, nos Estados Unidos. No caso da Lituânia (país para o qual se propõe a concessão de 0,3 milhões de euros), o pedido diz respeito a 1 089 despedimentos devido ao encerramento da Alytaus Tekstilė, uma empresa têxtil, durante um período de referência de quatro meses.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL)**, *por escrito*. – A Espanha apresentou uma candidatura relativamente a 1 589 despedimentos, dos quais 1 521 ocorreram na Delphi Automotive Systems España e 68 despedimentos ocorreram nos seus fornecedores, solicitando uma contribuição de 10 471 778 euros para cobrir uma parte do custo das medidas de assistência, cerca de 20,94 milhões de euros.

A Lituânia apresentou uma candidatura relativamente a 1 089 despedimentos devido ao encerramento da Alytaus Tekstile, uma fábrica de confecção de têxteis, solicitando 298 994 euros, dos cerca de 0,06 milhões de euros de custos totais.

Como temos referido, a existência deste fundo não pode servir como «almofada» momentânea para os inaceitáveis custos socio-económicos da deslocalização de empresas e seus despedimentos e para a não modificação das políticas que estão na causa da exploração, precariedade e desemprego dos trabalhadores. O que se impõe é evitar e penalizar as deslocalizações de empresas e o fim da política de liberalização do comércio mundial, instigada pela UE.

A concessão de ajudas públicas deve estar condicionada a compromissos de longo prazo em termos de emprego e desenvolvimento regional, não devendo ser concedida qualquer ajuda susceptível de ser utilizada para promover deslocalizações.

É fundamental reforçar o papel dos representantes dos trabalhadores no conselho de administração das empresas e na tomada de decisões de gestão de carácter estrutural.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do senhor deputado Böge sobre a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização em resposta aos pedidos apresentados pela Espanha e pela Lituânia em Fevereiro e Maio de 2008. Entendo que o Fundo deve ser mobilizado, uma vez que esses países incorreram em grandes despesas sob a forma de medidas de apoio aos trabalhadores. Dado que o Fundo existe precisamente para providenciar um apoio suplementar aos trabalhadores que se vêem ameaçados pelas novas condições da concorrência e pelas práticas comerciais no actual mundo do comércio, penso que, neste caso, o pedido de mobilização do fundo pode ser aprovado sem problemas.

**Silvia-Adriana Țicău (PSE)**, *por escrito*. – (RO) Votei favoravelmente a proposta de resolução que se opõe à introdução de *scanners* corporais como meio de reforçar a segurança da aviação civil. A segurança dos passageiros é de importância vital, mas as medidas tomadas para a proteger não devem resultar na violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. A introdução do *scanner* corporal, sob a forma actualmente proposta, não garante o respeito do direito à privacidade.

Creio que haverá que realizar estudos para determinar os efeitos que a introdução desta medida terá na saúde humana, bem como uma avaliação de impacto para determinar até que ponto estas medidas se afiguram convenientes. Extremamente importantes, também, em minha opinião, são os procedimentos a adoptar para o tratamento das imagens «scanerizadas». Em vista disso, a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados deveria formular e emitir um parecer no sentido de quaisquer medidas que visam a segurança dos passageiros deverem ser aplicadas no respeito das disposições legais em matéria de dados pessoais.

Aguardamos com interesse informações adicionais da Comissão Europeia em relação às medidas previstas para melhorar a segurança da aviação civil. Votei a favor da adopção desta resolução, hoje, pois os direitos fundamentais dos cidadãos da União Europeia têm de ser salvaguardados.

**Bernard Wojciechowski (IND/DEM)**, *por escrito*. – (PL) A globalização tem efeitos positivos nos planos do crescimento económico e do emprego. Pode ter também consequências negativas sobre os trabalhadores mais vulneráveis e menos qualificados de determinados sectores. Essas consequências negativas podem afectar todos os Estados-Membros sem excepção, grandes ou pequenos, de longa data ou recentes.

Os fundos estruturais da União Europeia concedem apoios a acções de reconversão e à respectiva gestão em terrenos como o de esquemas de aprendizagem a longo prazo. Em contrapartida, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização presta apoio personalizado com carácter pontual por um período limitado. Tem por objectivo apoiar trabalhadores dispensados em resultado da evolução do mercado. A União Europeia deve dar particular atenção a este fundo.



**- Relatório Anders Wijkman (A6-0366/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução elaborada no seguimento da Comunicação da Comissão de 18 de Setembro de 2007, intitulada «Criar uma Aliança Global contra as Alterações Climáticas entre a União Europeia e os países em desenvolvimento pobres e mais vulneráveis às alterações climáticas», e fi-lo com base no relatório de iniciativa do meu colega sueco Anders Wijkman. É hoje um dado adquirido que os Países Menos Desenvolvidos (PMD) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) serão atingidos mais cedo e mais duramente pelos efeitos das alterações climáticas. Estes países são os que dispõem de menos recursos para se prepararem para estas transformações e para mudarem o seu modo de vida. As alterações climáticas podem, portanto, atrasar ainda mais a realização dos objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM) num grande número destes países, razão por que me congratulo com a Aliança Global contra as Alterações Climáticas (AGAC) proposta pela Comissão Europeia entre a UE e os países em desenvolvimento pobres e mais vulneráveis às alterações climáticas, nomeadamente os PMD, os PEID e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico). Tal como a grande maioria dos meus colegas, considero que o orçamento de 60 milhões de euros atribuído a esta iniciativa não é de modo algum suficiente.

**Alessandro Battilocchio (PSE)**, *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado Wijkman sobre a criação de uma Aliança Global contra as Alterações Climáticas entre a União Europeia, os Países Menos Desenvolvidos (PMD) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID); penso que é inadiável que se assuma uma acção mais firme fora da UE relativamente aos desafios comuns das alterações climáticas e da redução da pobreza. Essa acção representará um passo no sentido da implementação do Plano de Acção da UE em Matéria de Alterações Climáticas e Desenvolvimento (2004), baseado no facto de compreendermos melhor que as alterações climáticas devem transformar a maneira como concebemos a ajuda ao desenvolvimento.

Como membro da Comissão do Desenvolvimento sou particularmente sensível a essa decisão, que tem potencial para integrar as negociações internacionais sobre as alterações climáticas de Poznań, em 2008, e de Copenhaga, em 2009. Há que vencer a desconfiança entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, que constituiu um dos principais obstáculos a um acordo sobre as alterações climáticas para o período posterior a 2012.

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) Os países em desenvolvimento foram os que menos contribuíram para as alterações climáticas, mas são os que mais sofrem as suas consequências e os menos dotados para lidar com elas. As nações industrializadas são historicamente responsáveis pelas alterações climáticas e têm o dever moral de contribuir para os esforços que os países em desenvolvimento estão a envidar para se adaptar às consequências das alterações climáticas.

A análise do Plano de Acção da UE, de 2007, em matéria de Alterações Climáticas no Contexto da Cooperação para o Desenvolvimento revela que não estamos a fazer o suficiente para integrar as alterações climáticas na Política de Desenvolvimento da UE e que o trabalho é extremamente moroso. Sou favorável à iniciativa da Comissão de criar a Aliança Global contra as Alterações Climáticas. Porém, os 60 milhões de euros afectados à Aliança Global contra as Alterações Climáticas são globalmente insuficientes, pelo que importa que a Comissão estabeleça um financiamento a longo prazo e atribua pelo menos 2 mil milhões de euros até 2010 e 5 mil milhões de euros até 2020. Presentemente, os países em desenvolvimento carecem desesperadamente dos fundos necessários para se adaptar às alterações climáticas. Ao ajudarmos os países em desenvolvimento, estaremos também a ajudar-nos a nós próprios.

**Marie-Arlette Carlotti (PSE)**, *por escrito*. – (FR) Sim, temos o dever de ajudar os países em desenvolvimento e, nomeadamente, os Países Menos Desenvolvidos (PMD) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) a limitar os efeitos do aquecimento global, pois estes países serão as suas primeiras vítimas, sem que sejam responsáveis por ele.

Actualmente, África é o «continente esquecido» das negociações sobre as alterações climáticas.

Esta ambição deve, no entanto, traduzir-se num compromisso financeiro consentâneo com aquilo que está em jogo.

É aí que reside o problema.

O orçamento de 60 milhões de euros previsto pela Comissão Europeia não é suficiente.

O objectivo de financiamento a longo prazo deveria ser de, pelo menos, 2 mil milhões de euros por ano até 2010 e de 5 mil milhões de euros por ano até 2020.

Para financiar este aumento, a Comissão e os Estados-Membros devem utilizar pelo menos 25% das receitas provenientes do regime de comércio de licenças de emissão da UE.

Solicitamos igualmente a adopção de medidas em matéria de ajuda financeira, de assistência técnica e de transferência de tecnologia, a fim de facilitar a utilização de tecnologias de baixas emissões de gases com efeito de estufa.

Finalmente, é necessário desbloquear novos métodos de financiamento.

Se, uma vez mais, forem as dotações de desenvolvimento e o Fundo Europeu de Desenvolvimento que são mobilizados, a aliança em causa não passará de uma farsa.

**Konstantinos Droutsas (GUE/NGL), por escrito. – (EL)** A UE está a exagerar os perigos actuais decorrentes das alterações climáticas causadas pela exploração irresponsável dos recursos naturais pelo grande capital, não para promover medidas substanciais para os combater, mas para atemorizar as pessoas, para melhorar a sua posição na concorrência com outros imperialistas e para encontrar uma solução em termos de acumulação excessiva de capital, assegurando lucros ainda maiores para os monopólios.

O relatório do PE sobre a criação de uma aliança global contra as alterações climáticas entre a UE e os países em desenvolvimento constitui uma ingerência clara nos assuntos internos desses países, na organização da sua economia, da sua sociedade e dos seus mecanismos administrativos, oferecendo uma magra compensação financeira à plutocracia desses países ou ameaçando com intervenções militares no âmbito da sua política preventiva para combater as ameaças à segurança e os conflitos relacionados com o clima, em conformidade com o relatório Solana que trata destes temas.

O relatório propõe um papel ainda mais activo para as empresas através de parcerias público-privadas, especialmente em sectores como a água, a saúde pública, o aprovisionamento energético e a introdução de ecotaxas, e aplaude o regime de comércio de emissões que beneficia as empresas e é pago pelos trabalhadores e pelo ambiente, bem como a adaptação dos países em desenvolvimento às reestruturações capitalistas nos sectores do comércio, da agricultura e da segurança.

Os povos irão rejeitar os planos imperialistas da UE e reivindicar um ambiente melhor e saudável.

**Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), por escrito. – (SV)** O relatório ocupa-se da proposta da Comissão no sentido de se criar uma Aliança Global contra as Alterações Climáticas. Infelizmente, as intenções de base do relatório estão salpicadas de afirmações que o Lista de Junho não pode apoiar, nomeadamente a sugestão de que o empenhamento da UE nas questões ambientais seja articulado com a política externa e de segurança comum e as propostas pormenorizadas no sentido de a UE começar a fazer investimentos relacionados com o ambiente em países terceiros.

Segundo algumas das afirmações contidas no relatório, a Aliança Global contra as Alterações Climáticas também pode ser vista como uma tentativa da UE de alargar as suas competências no que respeita às questões relacionadas com a silvicultura e o ambiente marinho. Este método de usar determinadas questões para reforçar o Estado da UE é algo a que nos opomos muito vigorosamente.

O Lista de Junho é inteiramente a favor de a UE desenvolver a cooperação tendo em vista a resolução de problemas ambientais transfronteiriços. No entanto, a luta contra a pobreza e os esforços para resolver os problemas ambientais a nível mundial devem ser conduzidos no âmbito das Nações Unidas. Após uma análise atenta, o Lista de Junho decidiu, portanto, votar contra o relatório.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. –** As alterações climáticas no planeta devem-se, para além do seu natural desenvolvimento, a uma política de intensificação da exploração dos recursos naturais pelos países industrializados, que as acentuou a um nível que confronta a humanidade perante graves problemas.

Uma acção responsável para fazer face às consequências da brutal delapidação dos recursos naturais, exige a ruptura com as políticas capitalistas que estão na sua origem.

No entanto, a visão que se quer sedimentar, com a UE à cabeça, é a de uma responsabilidade conjunta de todos os países, procurando impor aos países em «desenvolvimento» limitações quanto à utilização soberana dos seus recursos naturais, obviamente em função das ambições da sua exploração pelas grandes transnacionais.

Ora o texto aprovado pelo PE, contendo contradições e para além de outros aspectos, escamoteia por completo estas questões centrais, chegando, pelo contrário, a advogar uma «política de segurança preventiva

ou em resposta a riscos de segurança ou conflitos ligados ao clima», securizando e militarizando as relações internacionais utilizando as «alterações climáticas».

O relatório, na linha do consumidor-pagador, advoga ainda a criação de impostos ditos ecológicos (contrários a um sistema fiscal com base no rendimento), que abrem campo à privatização dos serviços públicos e exploração privada de recursos tão elementares como a água.

**Luís Queiró (PPE-DE)**, *por escrito*. – As alterações climáticas são um facto cuja discussão interessa quando se situa no território das respostas. Aí, aquilo que nos deve nortear é a recusa dos dogmas e da inconsciência.

Ao contrário de um discurso fatalista que identifica o crescimento da população mundial, o aumento do consumo e, inevitavelmente, a melhoria das condições de vida de milhões de seres humanos com uma potencial tragédia ambiental, devemos apostar na capacidade científica moderna e no enorme progresso de que somos beneficiários para encontrar respostas adequadas que evitem o risco de conterem em si efeitos não desejados (como tantas vezes acontece em decisões precipitadas pela vontade de bem agir no imediato mas sem conhecer com rigor a realidade a que respondem).

No entanto, seja qual for o caminho seguido - ou caminhos, já que as respostas devem ser múltiplas - é obrigatório reconhecer que há países menos preparados para reagir, países em fases de desenvolvimento que os impedem de dispor dos meios necessários e que os colocam numa situação de enorme fragilidade. Pensar nesses países e nessas populações, com vista a minorar o impacto negativo das alterações climáticas e com vista a adaptá-los, deve ser um eixo central desta nossa política.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do senhor deputado Wijkman sobre a criação de uma Aliança Global contra as Alterações Climáticas. A questão das alterações climáticas está na ordem do dia há bastantes anos; já muito se fez mas ainda não chega. O objectivo é reforçar a acção relativamente às alterações climáticas fora da UE. Portanto, é preciso promover o diálogo político entre a UE e os países em desenvolvimento, a fim de incentivar a integração de factores relacionados com as alterações climáticas nos planos de redução da pobreza a nível local e nacional.

Subscrevo essa iniciativa; antes de ganhar terreno, ela terá de fazer face a diversos desafios, como a falta de coordenação a nível mundial, a carência de financiamentos, etc. Também concordo com o relator quando ele fala de se investir no desenvolvimento de modelos inovadores de parceria público-privado (PPP), em que a Europa deposita grandes esperanças. Eles representam o futuro da UE a nível nacional, regional e local.

**Bart Staes (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (NL) Já há algum tempo que se tornou evidente que os países menos desenvolvidos (PMD) são os mais duramente atingidos pelas consequências do aquecimento global, embora tenham sido precisamente eles os que menos contribuíram para esse fenómeno. A sua vulnerabilidade irá arrastá-los ainda mais para o abismo da pobreza, e saúdo o facto de o senhor deputado Wijkman assinalar enfaticamente esta realidade.

A ideia consiste em criar uma aliança para fazer frente às alterações climáticas, mas a Comissão não está a reservar fundos suficientes para esse efeito. Os custos das alterações climáticas poderão ascender facilmente aos 80 mil milhões de euros por ano. Porém, o orçamento que a Comissão previu para este fim é de 60 milhões de euros, o que não é simplesmente suficiente para que os PMD se preparem para as alterações climáticas. Cabe agora à Aliança encontrar, ou libertar, mais fundos. Significa isto que cada um dos Estados-Membros da União Europeia terá de assumir as suas responsabilidades. Os Estados-Membros terão de reservar montantes mais elevados do que neste momento.

O Parlamento Europeu propõe também utilizar pelo menos 25% das receitas da UE derivadas do regime de comércio de licenças de emissão em favor da Aliança.

Parece que, à luz das alterações climáticas, a União começa a pensar de uma forma diferente sobre a cooperação para o desenvolvimento, o que é de saudar. Essa a razão por que apoiarei o relatório.

**Silvia-Adriana Țicău (PSE)**, *por escrito*. – (RO) Votei favoravelmente o relatório sobre «Criar uma Aliança Global contra as Alterações Climáticas entre a União Europeia e os países em desenvolvimento pobres», pois estes países são os mais vulneráveis às alterações climáticas.

A referida análise de 2007 do Plano de Acção da UE em Matéria de Alterações Climáticas no Contexto da Cooperação para o Desenvolvimento demonstra que os progressos alcançados no domínio da integração das alterações climáticas nas políticas de desenvolvimento da UE têm sido insuficientes e demasiado lentos.

Apesar de a UE se ter fixado como meta tornar-se líder no combate às alterações climáticas, o seu orçamento não reflecte a prioridade atribuída às políticas nessa matéria. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) tem-se revelado, até à data, pouco apto a satisfazer as necessidades dos países mais pobres em matéria de investimento em tecnologias limpas.

O relatório insta a UE a atribuir às alterações climáticas um lugar central na sua política de cooperação para o desenvolvimento, e convida a Comissão a fornecer informações pormenorizadas sobre os mecanismos financeiros existentes em matéria de alterações climáticas e de desenvolvimento, a nível nacional e internacional. A Comissão deve propor com urgência as medidas necessárias para intensificar a ajuda financeira da UE ao combate às alterações climáticas no contexto do desenvolvimento, assegurando a melhor coordenação e complementaridade possíveis com as iniciativas existentes.

**Bernard Wojciechowski (IND/DEM), por escrito. – (PL)** A protecção do ambiente natural deve, indubitavelmente, ser uma prioridade para todos os Estados-Membros e para a Comunidade como um todo. Quanto à iniciativa de constituir uma Aliança Global contra as Alterações Climáticas, contudo, o melhor que se pode dizer é que não faz sentido. Gastar o dinheiro dos contribuintes em mais um órgão político dispendioso não contribuirá, definitivamente, em nada para melhorar o estado do ambiente natural. Limitar-se-á a criar mais postos lucrativos a preencher por burocratas de Bruxelas. Os países em desenvolvimento produzem muito menos poluição e as suas emissões de dióxido de carbono são insignificantes em comparação com as dos gigantes económicos.

Gostaria de frisar que os Estados Unidos da América ocupam há muitos anos um lugar cimeiro na lista dos países produtores de substâncias tóxicas. E ainda não ratificaram o Protocolo de Quioto. Estou convencido de que a criação de uma aliança que congregue a UE e os países em desenvolvimento não produzirá qualquer efeito em termos de redução do nível de poluição. Por outro lado, medidas como a promoção de conversações com os líderes políticos dos países supramencionados, por exemplo, podem ser cruciais. Isto, porque são eles quem mais degrada o ambiente natural.

#### **- Relatório Jean-Marie Beaupuy (A6-0356/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE), por escrito. – (FR)** Votei a favor da resolução sobre a governança e a parceria a nível nacional e regional, e como base para projectos, no domínio da política regional, apresentada com base no relatório de iniciativa do meu colega francês Jean Marie Beaupuy. Partilho inteiramente a ideia de que, numa preocupação de simplificação e eficiência, seja estudada a viabilidade da fusão dos vários fundos comunitários na futura política de coesão para o período posterior a 2013.

**Petru Filip (PPE-DE), por escrito. – (RO)** Gostaria de saudar a iniciativa de compilar um relatório sobre o tema da boa governança a nível local e regional, bem como sobre a importância do conceito de parceria entre os quatro ou mais níveis de poder: local, regional, nacional e europeu. Nos encontros com representantes das autoridades locais directamente eleitas pela população sobressaem, as mais das vezes, diferenças na forma como as políticas da UE são tratadas entre estes níveis de autoridade.

Se não se estabelecer entre todos estes órgãos da autoridade uma política de verdadeira parceria, imune a partidarismos políticos que nada têm a ver com subsidiariedade, os esforços realizados tanto pelo Parlamento Europeu como pelas outras instituições europeias não surtirão nem os resultados concretos nem a eficácia que se pretende. Conhecemos bem demais os conflitos e as rivalidades mal entendidas entre os representantes dos diferentes partidos políticos no poder, a diferentes níveis da administração, cujo resultado na maioria das vezes é privar os cidadãos europeus dos benefícios dos projectos europeus decididos aqui, neste fórum do Parlamento Europeu. Daí o meu voto a favor do relatório, na expectativa de que às políticas regionais seja atribuída a importância que merecem.

**Bruno Gollnisch (NI), por escrito. – (FR)** O relatório do senhor deputado Beaupuy é particularmente instrutivo. Neste relatório fala-se de governação da política estrutural e nele aprendemos que, para lá de um reequilíbrio dos níveis de desenvolvimento de todas as regiões da União Europeia, o verdadeiro objectivo da política regional conduzida por Bruxelas é o de alterar radicalmente a organização territorial dos Estados-Membros e, desse modo, as suas estruturas administrativas e políticas.

Em boa verdade, isto não é realmente uma surpresa. Tudo está a ser feito na Europa para contornar ou destruir os Estados-nação: a partir do topo, confiando as suas competências ao super-Estado europeu; e a partir da base, promovendo, contra as tradições de alguns Estados-Membros e contra as fronteiras naturais ou de identidade das províncias – e à custa de milhares de milhões de euros –, a «região» como nível privilegiado de organização infra-nacional ou a constituição de espaços infra-nacionais transfronteiras. A «abordagem

integrada» da legislação europeia, saudada pelo relator, e que consiste em ter em conta este nível em todas as políticas europeias que apresentem um impacto territorial, económico e social, contribui para esta evolução.

Para lá das manipulações eleitorais, é sem dúvida neste quadro de análise que a reforma administrativa proposta pelo Sr. Sarkozy deve ser analisada.

**Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. – (SV) O relatório defende o reforço da cooperação entre as administrações nacionais. No entanto, é importante recordar que é graças à competição institucional que as melhores formas de governança são postas à prova e se distinguem das formas menos adequadas. A diversidade de formas de administração que existe na Europa e a troca de experiências entre essas administrações é talvez um bom exemplo.

O relatório está cheio de afirmações bem intencionadas, mas, essencialmente, não contém propostas concretas sobre a forma de melhorar a administração das políticas estruturais com vista a corrigir as enormes deficiências que existem no que respeita ao controlo dos aspectos económicos dessas políticas. Vale a pena lembrar que as políticas estruturais da UE representam só por si a maior rubrica de despesa da União Europeia no período de 2007 a 2013 e que, no seu relatório relativo ao exercício de 2006, o Tribunal de Contas Europeu afirma que pelo menos 12% dos fundos desembolsados a título das políticas estruturais não deviam ter sido pagos.

O relatório contém igualmente referências ao Tratado de Lisboa. Este Tratado foi, porém, rejeitado mediante processos democráticos. Invocar o Tratado de Lisboa constitui, portanto, uma expressão inaceitável de arrogância. Nesta altura, o futuro do Tratado é tão incerto que se deve evitar invocar o seu conteúdo. Pelas razões supracitadas, o Lista de Junho decidiu votar contra o relatório na sua totalidade.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Obviamente não está em causa o nosso apoio à necessária participação das autoridades regionais e locais ou outras autoridades públicas, de organizações sociais e económicas e das populações na definição dos objectivos e programas e na concretização e controlo da utilização dos fundos estruturais comunitários ao nível de cada Estado-Membro, questão que temos colocado desde sempre.

No entanto, não podemos admitir que, a coberto desta legítima aspiração, se pretendam atingir outros objectivos, como por exemplo a fusão na «futura política de coesão após 2013» dos diferentes fundos comunitários (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu, Fundo de Coesão e Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural). Trata-se de uma proposta que poderá colocar em causa o que devia ser o objectivo central do orçamento comunitário, isto é, a sua função redistributiva entre os países denominados da «coesão» e os países denominados de «ricos», nomeadamente pela supressão de fundos que apenas são destinados aos primeiros (para além da colocação em causa do financiamento comunitário de «políticas comuns», como a agricultura e as pescas).

Não podemos ainda concordar com a promoção que faz das denominadas «parcerias público-privadas», instrumento utilizado para a privatização de serviços públicos essenciais e estratégicos para as populações e o desenvolvimento socio-económico de cada Estado-Membro.

**Ramona Nicole Mănescu (ALDE)**, *por escrito*. – (RO) O relatório do senhor deputado Beaupuy identifica a boa governança a nível de dois sistemas complementares: por um lado, o sistema institucional, que prevê a repartição das competências e dos orçamentos entre o Estado e as autoridades regionais e locais, e, por outro lado, o sistema de parceria, que reúne diferentes actores públicos e privados interessados no mesmo tema num determinado território.

A parceria pode trazer mais-valia à aplicação da política de coesão através de uma legitimidade reforçada, de uma coordenação sustentada, de uma transparência garantida e de uma melhor absorção dos fundos. A participação dos diferentes parceiros pode contribuir para desenvolver instrumentos institucionais a nível sectorial e territorial. Não devemos descurar o facto de que os parceiros possuem as competências e os recursos necessários para aumentar a eficácia do programa ao tornar mais eficiente o processo de selecção dos projectos.

A fim de legitimar o processo de tomada de decisão e contrabalançar qualquer influência política, é extremamente importante a participação das autoridades locais e regionais, bem como da sociedade civil, no âmbito das consultas públicas durante a fase preparatória dos programas operacionais. Isto facilita a utilização de amplos conhecimentos e experiência, e contribui para melhorar o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação do programa.

Devemos estar cientes de que os novos Estados-Membros ainda não estão preparados para o princípio da parceria e que, por conseguinte, isto poderá ser gradualmente reforçado por via de pressão supranacional e subnacional.

Com base nos argumentos já expressos através das alterações por nós apresentadas e que foram aceites e incorporadas pelo senhor deputado Beaupuy no documento final, manifestei o meu apoio ao relatório em apreço.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do senhor deputado Beaupuy sobre a governança e a parceria a nível nacional e regional, e como base para projectos, no domínio da política regional. É evidente que o sucesso de qualquer desenvolvimento regional não depende apenas dos resultados que se obtêm, mas também da forma como esses resultados são conseguidos, ou seja, da governança. Portanto, é necessário desenvolver mecanismos que melhorem os sistemas de governança sem obstáculos por parte das diferentes políticas.

Partilho o entusiasmo do relator pelo princípio da parceria: os novos métodos de governança não devem substituir as instituições públicas, mas sim cooperar com elas. Aprovo igualmente o projecto de reorganizar a forma como a governança se relaciona com os fundos comunitários, com as diferentes dimensões territoriais, bem como, obviamente, com a União Europeia. A capacidade de gestão de projectos, adquirida no mundo da indústria, poderá constituir um excelente instrumento para a realização de novas formas de governança susceptíveis de levar por diante o desenvolvimento específico do sistema europeu.

#### **- Relatório Manuel Medina Ortega (A6-0355/2008)**

**Ole Christensen, Dan Jørgensen, Poul Nyrup Rasmussen, Christel Schaldemose e Britta Thomsen (PSE)**, *por escrito*. – (DA) Os deputados dinamarqueses do Grupo Socialista no Parlamento Europeu votaram a favor do relatório de iniciativa sobre «Legislar Melhor 2006», mas gostariam de salientar que a redução dos encargos administrativos pode ser um processo extremamente político. Apoiamos o objectivo de eliminar os encargos administrativos desnecessários. Todavia, há alguns cargos administrativos que podem ser, do ponto de vista social, extremamente necessários, ainda que possam ser considerados como um impedimento ao crescimento e inovação das empresas. Em nossa opinião, é necessária uma abordagem equilibrada com vista à redução dos encargos administrativos.

**Luís Queiró (PPE-DE)**, *por escrito*. – Se pretendemos debater a necessidade de «legislar melhor» antes de emprendermos um debate sobre o conteúdo da legislação europeia devemos ponderar sobre a real necessidade de muita dessa legislação. É verdade que a criação de um mercado comum, o estabelecimento de uma uniformidade entre países com histórias e tradições distintas, frequentemente visíveis nos detalhes da sua legislação, suscita uma necessidade de harmonia que impõe uma actividade legislativa eventualmente mais pró-activa.

Todavia, dizê-lo não equivale a reconhecer que sobretudo se deve legislar e que se deve fazê-lo a nível europeu. Sem prejuízo para a convicção de que a UE é, frequentemente, o patamar correcto para agir, impõe-se também afirmar que o princípio da subsidiariedade é fundamental, demasiadas vezes obliterado em nome de uma eficiência que não é real e de um resultado que não é necessário.

Se queremos que a UE seja capaz de responder às necessidades para as quais se impõe um nível europeu de decisão devíamos, coerente e sabiamente, evitar inundar a «Europa» de projectos e poderes legislativos que podem ser eficazmente realizados a nível nacional. Esta preocupação, frequente nos Tratados, está, infelizmente, pouco presente em «Bruxelas», com as inevitáveis consequências também no plano da tentação burocrática.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do senhor deputado Medina Ortega, sobre o protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. A União Europeia deve nortear-se por critérios de clareza e eficácia, nos termos do quadro regulamentar. Considerando que a melhoria dos procedimentos legislativos pode ajudar-nos a alcançar esses objectivos, e tendo em conta que os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade são duas pedras basilares sobre as quais assenta a Comunidade, principalmente quando não tem competência legislativa exclusiva numa determinada matéria, louvo a Comissão dos Assuntos Jurídicos pelos seus esforços incansáveis no sentido de assegurar que a legislação comunitária se baseia na qualidade, simplificando o acervo comunitário, e não na quantidade.

Além disso, também tenho as minhas dúvidas no que toca aos procedimentos de auto-regulamentação e co-regulamentação; a actual crise financeira dos mercados pode, em parte, ser-lhes atribuída. A regulamentação continua a ser a maneira mais simples de conseguir os objectivos da União e de trazer certeza jurídica às empresas e aos cidadãos.

**- Relatório Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A6-0363/2008)**

**Carl Lang e Fernand Le Rachinel (NI)**, *por escrito*. – (FR) A Comissão acaba de publicar o seu 24.º relatório anual sobre o controlo da aplicação do direito comunitário pelos Estados-Membros. A questão absolutamente legítima que se pode colocar é a seguinte: existem diferenças ou progressos em relação ao relatório anterior? Parece que não. Como sempre, os maus alunos da Europa são os Estados-Membros. Qual é a solução proposta pela relatora? Maior firmeza em relação aos Estados-Membros, maior número de processos instaurados junto do Tribunal de Justiça, se necessário, e maior firmeza na execução dos acórdãos pronunciados por este último. Em resumo: mais poderes de coerção e de repressão para as instituições europeias sobre os Estados-Membros.

A ordem jurídica comunitária, já estabelecida pelos Tratados como ordem com precedência sobre os direitos nacionais, pretende agora ser cada vez mais opressora e destruidora dos referidos direitos dos Estados-Membros. Somos decididamente hostis a este desenvolvimento, pois o enfeudamento dos direitos nacionais e das especificidades jurídicas conduzirá indubitavelmente ao enfeudamento dos próprios Estados-Membros num projecto europeísta e federalista.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório da senhora deputada Geringer de Oedenberg sobre o controlo da aplicação do Direito comunitário. Os números são objectivos; eles podem ser interpretados mas não discutidos: o considerável aumento dos casos de infracção e desrespeito dos acórdãos do Tribunal de Justiça ou de ausência de transposição das directivas nos prazos estabelecidos mostram a necessidade de um maior controlo dos diferentes Estados-Membros por parte da Comissão.

Além disso, estou convicto de que deveria existir mais cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, a fim de promover e reforçar, precisamente, a aplicação do Direito comunitário a nível nacional, regional e local. Aprovo igualmente a inclusão no texto do problema da gestão dos Fundos Estruturais: há que recordar aos Estados-Membros que, se pretendem usufruir dos Fundos no âmbito do quadro financeiro 2007-2013, devem adaptar a respectiva legislação às leis europeias, sobretudo no que respeita à protecção do ambiente, a fim de promoverem de forma adequada o desenvolvimento económico e social a nível regional.

**Andrzej Jan Szejna (PSE)**, *por escrito*. – (PL) Na sessão de hoje do Parlamento votei a favor do relatório anual da Comissão dos Assuntos Jurídicos sobre o controlo da aplicação do direito comunitário em 2006.

O documento da autoria da senhora deputada Geringer de Oedenberg contém referências a incumprimento dos prazos de transposição de directivas e cooperação insatisfatória entre os sistemas judiciais dos Estados-Membros e o Tribunal de Justiça Europeu, e também críticas aos métodos utilizados no tratamento das queixas.

Um fenómeno assaz preocupante é o da relutância dos tribunais nacionais em aplicar o princípio do primado do direito comunitário e em recorrer à figura do pedido de decisão prejudicial.

O relatório aponta também o crescimento do número de processos por infracção decorrentes de não execução sistemática pelos Estados-Membros de decisões do Tribunal de Justiça e de incumprimento do prazo de transposição de directivas.

À luz do exposto, é urgentemente necessário reforçar a cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais e intensificar o controlo da aplicação do direito comunitário aos níveis nacional e regional. Isso aproximará a União Europeia dos cidadãos e consolidará a sua legitimidade democrática.

**- Relatório Georgios Papastamkos (A6-0354/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução sobre uma estratégia para a resolução dos aspectos institucionais das agências de regulação, e fi-lo com base no relatório de iniciativa do meu estimado colega e amigo, o ex-ministro grego Georgios Papastamkos. É lamentável que os esforços desenvolvidos pelo Parlamento e pela Comissão com vista à definição de um enquadramento juridicamente vinculativo das Agências Europeias de Regulação não tenham produzido um resultado significativo. Partilho

a opinião da grande maioria dos meus colegas, que lamentam a ausência de uma estratégia geral para a criação das agências da União Europeia. Torna-se urgente e necessário que o Conselho e a Comissão trabalhem, em conjunto com o Parlamento, para o estabelecimento de um enquadramento claro, comum e coerente relativo ao lugar que caberá no futuro às agências no âmbito da governação europeia, sendo necessário instaurar um controlo parlamentar sobre a constituição e o funcionamento das agências de regulação.

**Šarūnas Birutis (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) Nos últimos tempos, registou-se um crescimento apreciável do número de agências de regulação, tanto a nível da UE como nacional. Existem semelhanças e diferenças entre estes dois níveis. A variedade destas agências, em termos de estrutura e de função, a nível quer da UE quer nacional, suscita diversas questões no que respeita à regulamentação, à boa gestão e à proximidade das instituições no sentido da centralização e da descentralização.

Na sua maioria, as agências de regulação europeias são serviços descentralizados ou independentes. Onde a necessidade de exigir uma grande transparência e o seu controlo democrático quando se discute os seus financiamento e actividades, porquanto, sem instituições de regulação e executivas com direitos exclusivos, o seu crescimento quantitativo nos domínios mais importantes da actividade social pode lesar o nome das instituições que representam a União Europeia, aliená-las e aumentar grandemente a burocracia.

A aplicação do controlo parlamentar à estrutura e actividades das agências de regulação deve conformar-se com o princípio clássico da democracia, que exige um acréscimo da responsabilidade política de todas as instituições com poderes executivos.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) A União Europeia conta com 29 agências, verdadeiros micro-instituições europeias, cujo custo se eleva a mais de mil milhões de euros e cuja utilidade é questionável. O relator tem razão, portanto, em exigir mais transparência e mais responsabilidade na gestão destas inúmeras agências, um verdadeiro controlo político sobre a sua actividade, uma avaliação das que já existem, uma moratória sobre a criação de novas agências e uma análise da relação «custo-benefício» antes da tomada de qualquer decisão.

No entanto, o verdadeiro problema é a própria existência destas agências, camadas adicionais da burocracia europeia, algumas das quais têm um poder regulamentar e outras funções executivas que interferem no trabalho das autoridades nacionais, quando não o complicam. O verdadeiro problema é a sua proliferação e o facto de estarem a alastrar por toda a Europa, sendo as suas sedes distribuídas como presentes clientelistas. O verdadeiro problema é que 40% de entre elas são fundadas ao abrigo do artigo 308.º do Tratado, esse famoso artigo que permite aumentar as competências de Bruxelas quando estas não estão expressamente previstas pelas leis e regulamentos.

Dado que este relatório não resolve nada, não podemos aprová-lo. No entanto, uma vez que, apesar de tudo, é uma tentativa de pôr um pouco de ordem nesta trapalhada, não podemos rejeitá-lo. Daí a nossa abstenção.

**Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. – (SV) É interessante constatar que, no ponto 5 da proposta de resolução, se menciona agora a ausência de uma estratégia geral para a criação de agências da UE. Estão a ser criadas novas agências numa base caso a caso, o que está a produzir a uma manta de retalhos pouco transparente de agências de regulação, agências de execução e outros organismos comunitários.

É mais interessante ainda observar que a maioria do Parlamento Europeu sempre promover a criação de novas agências e só agora se apercebe de que se perdeu de vista o panorama geral.

O Lista de Junho apoia as ideias principais do relatório, mas criticamos a forma como o Parlamento Europeu está agora a tentar penetrar novo território, obrigando as agências de regulação a apresentar relatórios anuais ao Parlamento e os seus directores, possivelmente, a comparecerem perante a comissão parlamentar competente antes de serem nomeados. Estamos cépticos quanto a estas propostas. Em primeiro lugar, é correcto que a Comissão seja responsável pela governança destas agências e, em segundo lugar, a nomeação dos directores das agências pode ser influenciada por disputas partidárias, quando esses directores deviam ser simples funcionários.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório apresentado pelo senhor deputado Papastamkos sobre uma estratégia para a futura resolução dos aspectos institucionais das agências de regulação. Concorro com o projecto da Comissão de criar um grupo de trabalho interinstitucional encarregado de definir as funções das agências de regulação, bem como as respectivas competências de cada órgão da União Europeia em relação às referidas agências.



No entanto, essa proposta deve ser um ponto de partida e não de chegada, uma vez que os objectivos vão muito para além da criação de um grupo interinstitucional. Com efeito, a proposta de uma abordagem, tanto quanto possível, comum à estrutura e funcionamento dessas agências visa reduzir as morosidades burocráticas, de forma a permitir que esses órgãos possam desempenhar a sua função legislativa de uma forma correcta e eficaz. Isso permitirá a sua supervisão, bem como satisfazer, pelo menos em parte, as necessidades de auditoria e promover o sentido de responsabilidade exigido por uma função dessa importância.

**- Proposta de resolução sobre a acusação e o julgamento de Joseph Kony no Tribunal Penal Internacional (B6-0536/2008)**

**Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. – (SV) Joseph Kony e o Exército de Resistência do Senhor são responsáveis por atrocidades terríveis cometidas ao longo dos últimos 20 anos, e é por essa razão que o Tribunal Penal Internacional deseja agora submetê-lo a julgamento.

O conflito na Região dos Grandes Lagos, no Uganda e no Sudão prossegue e continua a causar vítimas entre os civis. É nítido que a comunidade internacional tem a responsabilidade de pôr termo a esta terrível tragédia.

O Lista de Junho tem geralmente uma opinião negativa sobre as resoluções relacionadas com política externa. Esta, porém, diz respeito a uma organização e ao seu líder, que o Tribunal Penal Internacional acusa de crimes contra a humanidade. Decidimos, portanto, dar o nosso apoio à resolução.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de informar esta Assembleia de que votei a favor da proposta de resolução sobre a acusação e o julgamento de Joseph Kony no Tribunal Penal Internacional. É absolutamente inaceitável que há mais de três anos se ande a tentar, em vão, prender um criminoso internacional como Kony, autor e instigador de crimes que incluem homicídios, genocídios, estupro, pilhagens e instigações ao estupro. Todas essas tentativas têm falhado devido à constante relutância do Governo do Uganda em cooperar na captura desse criminoso, para o qual o TPI emitiu um mandato de captura internacional.

Chamo a atenção para o facto de o Uganda ter assinado o Estatuto de Roma, segundo o qual todos os membros se comprometem a pôr fim à impunidade para os crimes mais graves, fonte de maior preocupação para a comunidade internacional, bem como a contribuir para a prevenção desses mesmos crimes. Gostaria igualmente de manifestar a minha preocupação perante a total ausência de um compromisso claro visando evitar o desvio das ajudas internacionais (principalmente do Governo do Sudão) para o Exército de Resistência do Senhor (LRA), o exército comandado por Kony, que dessa forma pode facilmente financiar-se.

**- Relatório Marielle De Sarnez (A6-0294/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução legislativa que altera a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um programa de acção para o reforço da qualidade do ensino superior e a promoção da compreensão intercultural, através da cooperação com países terceiros (Erasmus Mundus) (2009-2013), e fi-lo com base no relatório da senhora deputada de Sarnez. Apoio as alterações de compromisso que visam a excelência académica, a equidade ligada à cobertura geográfica, a informação do público sobre este programa e a necessidade de levantar todos os obstáculos jurídicos e administrativos ligados aos programas de intercâmbio entre os países europeus e os países terceiros (problema dos vistos). Defendo também que é necessário adoptar medidas, no âmbito do programa, para garantir que os estudantes, doutorandos, investigadores, investigadores em pós-doutoramento e académicos provenientes de países terceiros menos desenvolvidos (nomeadamente os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)) possam regressar aos seus países de origem uma vez terminado o prazo de estadia e evitar deste modo o fenómeno da «fuga de cérebros». E o meu aplauso, por fim, aos requisitos da aprendizagem de pelo menos duas línguas europeias, da luta contra a discriminação e da promoção do respeito da igualdade dos géneros.

**Ole Christensen, Dan Jørgensen, Poul Nyrup Rasmussen, Christel Schaldemose e Britta Thomsen (PSE)**, *por escrito*. – (DA) Os deputados dinamarqueses do Grupo Socialista no Parlamento Europeu votaram contra o relatório sobre o programa Erasmus Mundus II. Não porque sejamos contra o programa, mas porque a redacção do texto relativo a questões de financiamento incorre no risco de criar uma situação em que os estudantes dinamarqueses têm de pagar para beneficiar do programa. Em termos gerais, apoiamos o objectivo dos programas Erasmus Mundus.

Os deputados dinamarqueses do Grupo Socialista no Parlamento Europeu votaram a favor do relatório de iniciativa sobre «Legislar Melhor 2006», mas gostariam de salientar que a redução dos encargos administrativos

pode ser um processo extremamente político. Apoiamos o objectivo de eliminar os encargos administrativos desnecessários. Todavia, há alguns cargos administrativos que podem ser, do ponto de vista social, extremamente necessários, ainda que possam ser considerados como um impedimento ao crescimento e inovação das empresas. Em nossa opinião, é necessária uma abordagem equilibrada com vista à redução dos encargos administrativos.

**Konstantinos Droutsas (GUE/NGL), por escrito. – (EL)** Como parte da política antipopular da Estratégia de Lisboa, a UE está a utilizar o programa Erasmus Mundus (2009-2013) para a modernização burguesa das universidades dos Estados-Membros, em conformidade com as exigências do capital, para provocar uma «fuga de cérebros» de países terceiros e para intensificar a exploração dos trabalhadores, aumentando assim a rentabilidade dos monopólios europeus.

O programa reforça os critérios económicos do sector privado para avaliação das universidades e centros de investigação e coloca os estabelecimentos de ensino públicos e privados em pé de igualdade. Cria «consórcios» educativos com base no «objectivo de excelência» e exige aos estudantes o pagamento de propinas que basicamente excluem os filhos das famílias das classes trabalhadoras do ensino superior e dos estudos de pós-graduação.

As declarações demagógicas da UE sobre a prevenção de uma fuga de cérebros dos países menos desenvolvidos não conseguem esconder o verdadeiro objectivo, que é justamente a exploração abominável da mão-de-obra desses países e a limitação drástica do direito dos jovens a um ensino público gratuito e de elevada qualidade para todos os filhos das famílias das classes populares e trabalhadoras.

Pelos motivos expostos, o grupo parlamentar do Partido Comunista da Grécia votou contra esta iniciativa legislativa.

**Edite Estrela (PSE), por escrito. –** Votei favoravelmente o relatório Marielle De Sarnez sobre o programa Erasmus Mundus (2009-2013), pois considero que este novo programa é fundamental para promover a União Europeia enquanto centro de excelência da aprendizagem a nível mundial.

Através da cooperação entre as várias instituições de ensino da UE, o Erasmus Mundus II permitirá melhorar a resposta à procura crescente de mobilidade estudantil e promover a qualidade do ensino superior na UE e o diálogo entre as diferentes culturas. Destaco também as importantes inovações propostas no relatório, tais como a extensão do programa ao doutoramento, a contemplação de bolsas de estudo e a promoção da participação activa das empresas e dos centros de investigação.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. –** Este é um programa interessante que visa apoiar estudantes de países terceiros que queiram vir estudar para a União Europeia, embora limitado nos financiamentos, o que pode criar dificuldades a quem tenha de pagar propinas nas universidades e não tenha condições para o fazer. Por isso, embora tenhamos votado favoravelmente o relatório, lamentamos que tenham sido rejeitadas as propostas apresentadas pelo nosso Grupo, que visavam contribuir para a resolução deste problema.

Mas sublinhamos positivamente que tenham sido aprovadas propostas visando facilitar a mobilidade destes estudantes e as chamadas de atenção para que o programa não se transforme numa atracção de pessoas com condições especiais, vindas de países terceiros para a União Europeia, com prejuízo dos países de origem, insistindo-se na necessidade de a Comissão Europeia, na avaliação do programa, ter em conta as potenciais consequências da «fuga de cérebros» e a situação socioeconómica das pessoas em causa.

É preciso assegurar que estudantes, doutorandos, investigadores e académicos provenientes de países terceiros menos desenvolvidos possam regressar aos seus locais de origem uma vez terminado o prazo de estadia e evitar, deste modo, a chamada «fuga de cérebros».

**Neena Gill (PSE), por escrito. – (EN)** Senhora Presidente, votei a favor do presente relatório, e espero que a prorrogação do Programa Erasmus Mundus para 2013 continue a proporcionar uma importante ponte entre diferentes culturas.

Os benefícios deste programa educativo são evidentes – não só a UE beneficiará, graças à atracção de estudantes inteligentes e altamente promissores de países terceiros, que melhorarão a inovação e a investigação da UE, como beneficiarão também os nossos próprios estudantes, graças ao aumento das suas competências linguísticas e da sua empregabilidade, quer a nível interno, quer externo.

Acima de tudo, considero este programa particularmente pertinente tendo em conta que estamos no Ano do Diálogo Intercultural. O estabelecimento de elos com os países terceiros através da educação promove a

compreensão e a comunicação entre diferentes culturas, línguas e crenças. É precisamente esse o tipo de programas que o Parlamento Europeu deverá apoiar e com os quais me congratulo vivamente.

**Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. – (SV) Decidimos votar contra este relatório da Comissão da Cultura e da Educação. Não estamos a votar contra a ideia do programa Erasmus Mundus em si mesma, mas sim contra algumas das propostas específicas apresentadas pela Comissão da Cultura e da Educação e algumas das que foram apresentadas pela Comissão Europeia.

Não concordamos com a ideia de um visto especial para beneficiários do programa Erasmus Mundus nos termos brevemente descritos na proposta. Todos os Estados-Membros têm o direito de emitir vistos, e esperamos que tenham uma atitude generosa quando se tratar de emitirem vistos para estudantes que estejam a participar no programa Erasmus Mundus. Somos da opinião de que não é possível regulamentar este tipo de visto a nível da UE.

Rejeitamos igualmente a ideia de a UE prestar apoio financeiro a associações de estudantes diplomados que tenham participado nos vários cursos do programa Erasmus Mundus. As associações de estudantes devem nascer das necessidades e esforços pessoais de indivíduos. Não podem ser criadas de cima para baixo, por instituições da UE.

**Małgorzata Handzlik (PPE-DE)**, *por escrito*. – (PL) O programa Erasmus Mundus prende-se com a cooperação e a mobilidade no sector do ensino superior, dirigidas a promover a União Europeia como um centro de excelência no campo do ensino, no plano mundial. Ele alarga as oportunidades disponíveis até aqui no quadro do programa Erasmus, abrindo a cooperação no domínio do ensino a países que não são membros da União.

O ensino desempenha um papel vital na vida dos jovens. A experiência internacional é cada vez mais valorizada pelos próprios estudantes e pelos seus futuros empregadores. Conhecimento de línguas, de culturas e das especificidades de cada país e a capacidade de operar num meio internacional são apenas alguns dos muitos benefícios advenientes da participação no programa. A promoção da mobilidade é outro objectivo proeminente do programa. A sua relevância avulta particularmente na era da globalização, com o crescimento da importância dos contactos com terceiros países. Devemos saudar o facto de os estudantes europeus e de países terceiros irem continuar a ter oportunidade de adquirir esse tipo de experiência.

Regozijo-me pelo facto de o programa que votámos conter também propostas tendentes à resolução das questões ligadas aos vistos. Estes complicam desnecessariamente a preparação das deslocações. A fórmula de facilitação proposta deve contemplar igualmente o leque de informação disponível. Os estudantes devem poder obter toda a informação necessária para poderem preparar a sua permanência com grande antecedência. Nesse aspecto, o apoio das representações da Comissão Europeia em países terceiros pode ser especialmente útil.

**Ona Juknevičienė (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) Votámos hoje a nova geração do programa Erasmus Mundus (2009-2013). O actual programa Erasmus Mundus foi introduzido em 2004, tendo servido com sucesso mais de 4000 cidadãos da União Europeia e de países terceiros. O programa Erasmus Mundus revelou ser uma medida fiável no domínio do ensino superior, nomeadamente na área dos cursos de mestrado. O novo programa visa estimular o ensino superior na Europa, ajudar a oferecer mais e melhores oportunidades de carreira aos jovens e estabelecer uma cooperação internacional mais estruturada entre as instituições de ensino superior, garantindo uma maior mobilidade aos estudantes da União Europeia e de países terceiros. Nos próximos 5 anos, universidades da Europa e de países terceiros receberão mais de 950 milhões de euros para aderirem ao programa e oferecerem bolsas. Passará a haver mais um programa para estudos de pós-graduação e será atribuído um maior apoio financeiro aos estudantes. Durante a votação, apoiei as alterações apresentadas pela comissão responsável, que conferem ao documento um conteúdo regulador mais claro, salvaguardam a escolha e os direitos dos estudantes e permitem o reforço da cooperação entre as universidades.

**Carl Lang e Fernand Le Rachinel (NI)**, *por escrito*. – (FR) Perante este relatório, o objectivo do incentivo à imigração económica em grande escala, já definido em 11 de Janeiro de 2005 pela Comissão Europeia no seu «Livro Verde sobre uma abordagem da União Europeia em matéria de gestão da migração económica» é mais actual do que nunca.

Nada menos que 950 milhões de euros foram atribuídos ao programa Erasmus Mundus II para o período 2009-2013. Este programa destina-se a atrair estudantes e professores para o território da União Europeia.

Estamos perante um acréscimo de cerca de 6 54 milhões de euros em relação ao montante atribuído à primeira versão do programa.

Sob o pretexto – louvável em si – de incentivar os estudantes de países terceiros a virem estudar na Europa, oferecendo-lhes mestrados ou doutoramento de alto nível, está-se na realidade a abrir as comportas a um novo canal de imigração legal. De facto, será concedido aos estrangeiros provenientes de países terceiros um acesso mais fácil à Europa através, nomeadamente, de procedimentos simplificados de obtenção de vistos e de bolsas de estudo e propinas adaptadas.

Longe de favorecer os seus próprios nacionais e de incentivar a investigação e a excelência europeias de que necessita, a União Europeia está de novo a favorecer nacionais de países terceiros e a demonstrar a sua propensão para a imigração em grande escala.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) O programa Erasmus Mundus II é semelhante ao programa Erasmus de intercâmbio de estudantes europeus, mas o seu objectivo primordial é o intercâmbio com países terceiros. A sua finalidade é atrair estudantes estrangeiros qualificados para a Europa.

Sou, no essencial, favorável ao intercâmbio cultural, particularmente ao nível científico. Tenho, no entanto, dúvidas acerca da eficácia e, sobretudo, da utilidade deste programa para os Estados-Membros. Numa altura em que a população residente de alguns Estados-Membros vê as vagas nas universidades serem restringidas em muitas áreas temáticas, deveríamos ter cautela com as qualificações mais elevadas.

A passagem de todo o sistema universitário da Europa para o modelo de Bolonha trouxe dificuldades acrescidas aos estudantes com o mestrado que pretendam encontrar uma vaga para frequentar o doutoramento. Aumentar a competição para os estudantes residentes parece-me ser algo de contraproducentes. No que se refere a este programa, será igualmente difícil controlar a não observação das disposições em matéria de imigração. Daí ter votado contra o relatório.

**Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN)**, *por escrito*. – (PL) O programa Erasmus Mundus já desempenhou um papel de relevo na educação contemporânea de jovens e adultos. A experiência acumulada indica que os desafios devem ser encarados com alguma prudência, no entanto. Mudanças excessivamente radicais, como a introdução de um novo regime de propinas, podem afectar o equilíbrio deste sistema educacional com provas dadas no mercado. Tais mudanças podem também infringir certos princípios atinentes à autonomia das instituições académicas. É, pois, necessário ponderar o que é melhor: deixar as decisões a cargo do consórcio Erasmus Mundus ou definir um modelo de gestão a partir de cima.

Nas situações em que há uma prática estabelecida e órgãos locais aptos a decidir, considero que se deve respeitá-los, não impondo nada por decreto. Isto é particularmente importante pela circunstância de vivermos em regiões muito diversas. Algumas são mais desenvolvidas, outras menos, e todas têm tradições distintas e condições económicas diferentes.

Gostaria de aproveitar este ensejo para observar que o Parlamento tem o hábito descabido de invocar documentos que não dispõem ainda de força vinculativa, como a Constituição Europeia, que foi rejeitada em referendo, o Tratado de Lisboa e a conexas Carta dos Direitos Fundamentais. A legislação não pode basear-se em instrumentos sem força de lei.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório da senhora deputada De Sarnez sobre o programa Erasmus Mundus (2009-2013). Os jovens são o nosso futuro e não digo isto por ser apenas uma frase feita: o programa Erasmus Mundus está concebido tendo em vista uma lógica de excelência e a promoção da integração intercultural, através da cooperação com países terceiros, a fim de que as novas gerações possam trabalhar para um futuro melhor. Mais concretamente, o novo programa Erasmus Mundus põe a sua tónica na possibilidade de frequentar mestrados e doutoramentos, na criação de parcerias com estabelecimentos de educação em países terceiros e na procura de actividades específicas de comunicação e informação.

Aplaudo essa iniciativa e gostaria ainda de chamar a atenção para a proposta da senhora deputada De Sarnez, segundo a qual a aprendizagem de pelo menos duas línguas estrangeiras deve ser uma prioridade: na verdade, as línguas são o primeiro veículo de integração cultural.

**Bart Staes (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (NL) De um modo geral, o programa Eurasmus Mundus II está à altura do seu antecessor, embora tenham sido operados alguns ajustamentos importantes, de entre os quais se destacam uma representação geográfica mais equilibrada e garantida nos programas Erasmus Mundus que

podem ser oferecidos por consórcios de universidades de pelo menos três países, e uma atenção acrescida às populações vulneráveis.

Os critérios de selecção para os cursos de formação têm de assentar na qualidade. Ao mesmo tempo, a igualdade de género tem de ser respeitada e o acesso para os grupos mais desfavorecidos tem de ser melhorado.

Quando são atribuídas bolsas a estudantes europeus e a estudantes de países terceiros, as instituições que oferecem os cursos têm de observar o princípio da igualdade de oportunidades e de não discriminação.

Ao mesmo tempo, o Erasmus Mundus II deverá contribuir para o desenvolvimento sustentável do ensino superior na Europa e em países terceiros, devendo a Comissão envidar todos esforços para evitar a fuga de cérebros.

Os Verdes velarão pela implementação efectiva destes ajustamentos. A avaliação do Erasmus Mundus deverá demonstrar também que o acesso aos cursos Erasmus Mundus melhorou para os grupos vulneráveis.

O Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia no Parlamento Europeu apoiou o presente relatório sob estas condições.

#### **- Relatório József Szájer (A6-0300/2008)**

**Bogusław Liberadzki (PSE)**, *por escrito*. – (PL) Votei a favor do relatório sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às regras e normas de segurança para os navios de passageiros (reformulação) (COM(2007)0737 – C6-0442/2007 – 2007/0257(COD)).

À semelhança do senhor deputado Szájer, inclino-me para reconhecer os princípios e directrizes avançados pela Conferência dos Presidentes. Eles estão plenamente de acordo com o que a lei prevê. Também subscrevo inteiramente a sugestão de que a decisão da Conferência dos Presidentes requer ajustamentos técnicos.

#### **- Relatório József Szájer (A6-0297/2008)**

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos microrganismos geneticamente modificados (reformulação), e fi-lo com base no relatório do deputado Szájer. Lamento que, tendo em conta a evolução e a complexidade das leis e regulamentos, a Comissão não tenha revisto a sua posição, que data de 1 de Abril de 1987 e que consiste em instruir os seus serviços para que procedam à codificação dos actos legislativos o mais tardar após a sua décima modificação, sublinhando ao mesmo tempo que se trata de uma regra mínima e que os serviços devem esforçar-se por codificar os textos pelos quais são responsáveis a intervalos ainda mais breves. Neste caso particular, procedemos à reformulação da directiva de 1990 e das leis e regulamentos que foram alterados quatro vezes, em 1994, 1998, 2001 e 2003. Inicialmente prevista para ser objecto de uma codificação, a Directiva 90/219/CEE é, finalmente, reformulada a fim de introduzir as alterações necessárias à adaptação ao procedimento de regulamentação com controlo instituído em 2006. Considero que a política de consolidação do direito comunitário deve ser uma prioridade da Comissão Europeia e que a situação actual não é normal, nomeadamente em relação aos Estados-Membros e aos cidadãos.

**Dumitru Oprea (PPE-DE)**, *por escrito*. – (RO) Ainda que os progressos realizados e a eficiência alcançada a nível da produção agrícola, vegetal e animal sejam inimagináveis sem as grandes descobertas efectuadas no campo da genética, temos forçosamente de conceber as melhores medidas possíveis de bio-segurança para a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados, da mesma forma que temos de respeitar o princípio da precaução, a fim de podermos proteger a saúde humana e o ambiente.

É incontestável que, hoje, a humanidade estaria mais pobre e mais desgastada pelas guerras se não fossem as descobertas de Mendel, seguidas das de Morgan, Crick e Watson. Contudo, é evidente que os procedimentos para a obtenção, ensaio, utilização e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM), quer se trate de plantas, animais ou microrganismos, devem ser objecto, em todos os países, de um regime especial de regulamentação, autorização e administração, que defina um quadro jurídico e institucional destinado a eliminar ou a reduzir os riscos de eventuais efeitos nefastos.

#### **- Relatório Eoin Ryan (A6-0348/2008)**

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório do senhor deputado Ryan relativo às estatísticas comunitárias sobre a troca de bens entre Estados-Membros. O objectivo da legislação comunitária é reduzir a burocracia inútil e excessiva e,

consequentemente, o âmbito das estatísticas respeitantes à troca de bens entre Estados-Membros não pode permanecer intocável.

O Eurostat criou um grupo de trabalho para estudar a forma de simplificar e modernizar as declarações intracomunitárias relativas a essa troca. Além disso, está em estudo um sistema único de desenvolvimento e catalogação dos fluxos comerciais de bens no seio do mercado comum. Concorro com essa iniciativa, mas espero, juntamente com o colega Ryan, que a Comissão melhore essa proposta, especificando com o devido pormenor que medidas devem ser tomadas para se introduzir um mecanismo de fluxo único desse tipo. Os projectos-piloto poderão ser usados para esse fim, a fim de que o valor e a exequibilidade do esquema possam ser plenamente avaliados.

**Eoin Ryan (UEN)**, *por escrito*. – (GA) Noventa por cento das empresas na Irlanda são pequenas e médias empresas, à semelhança do que acontece em toda a União Europeia. Na Irlanda – a realidade que melhor conheço –, cerca de 250 mil empresas são pequenas e médias empresas que empregam mais de 800 mil pessoas. A maioria destas empresas (cerca de 90%) têm menos de dez trabalhadores, e metade delas tem apenas um trabalhador. Por conseguinte, o tempo é um recurso muito valioso, mas essas empresas são obrigadas muitas vezes a perder muito tempo a preencher formulários.

Não é de surpreender que dê o meu apoio a este relatório (sendo o meu próprio relatório) sobre o qual se alcançou um compromisso através da cooperação entre o Conselho e os meus colegas na Comissão ECON. Todavia, quis fazer esta declaração de voto para salientar a sua importância. As disposições do relatório irão exonerar mais de 200 mil PME da tarefa de preencher formulários relativos ao comércio de bens, poupando, desta forma, tempo e favorecendo as empresas e a actividade empresarial em geral.

**Bernard Wojciechowski (IND/DEM)**, *por escrito*. – (PL) O Intrastat é um sistema comum único dos países europeus. Visa eliminar a burocracia e a regulação supérfluas. É um sistema flexível e, por isso, permite ter em conta as necessidades e soluções individuais específicas dos Estados-Membros da União Europeia.

Outro ponto importante é que o sistema Intrastat e o sistema de estatística do comércio internacional se baseiam ambos nas recomendações da Divisão de Estatística da ONU. Isso torna possível obter dados do comércio internacional de mercadorias completos e plenamente comparáveis.

A compilação de dados estatísticos economicamente relevantes é altamente necessária. Os Estados-Membros devem envidar todos os esforços necessários para modernizar e aperfeiçoar o sistema.

#### **- Relatório Evelyne Gebhardt (A6-0361/2008)**

**John Attard-Montalto (PSE)**, *por escrito*. – (EN) Malta é o único Estado da UE em que o divórcio não é possível. Na Europa há apenas três Estados em que o divórcio é impossível: o Vaticano, Andorra e Malta.

No entanto, Malta permitiu o registo de um divórcio obtido no estrangeiro desde que a pessoa em causa seja nacional do país em que o divórcio foi obtido, ou nele estivesse domiciliada.

Em virtude do Regulamento Bruxelas II (Regulamento do Conselho (CE) n.º 2201/2003), qualquer pessoa pode agora obter o divórcio caso seja nacional de qualquer dos Estados-Membros e aí tenha residência habitual há seis meses. Qualquer pessoa pode requerer o divórcio se for habitualmente residente no Estado-Membro por um período contínuo de um ano imediatamente anterior à data do pedido de divórcio.

É louvável que se tenha tido em conta um novo artigo para os casos de Estados, como Malta, que não dispõem de legislação sobre o divórcio.

Em Malta, já reconhecemos o divórcio através do sistema de registo, nos casos em que os regulamentos pertinentes se aplicam; não se trata de adoptar o princípio do divórcio, pois este está já em vigor em determinadas circunstâncias. A questão é saber se o divórcio deverá ser uma parte específica do nosso sistema jurídico mesmo quando essas circunstâncias especiais não se aplicam.

**Jean-Pierre Audy (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução legislativa que aprova, sujeita a alterações, a proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento de 2003 no que diz respeito à competência e introduz regras relativas à lei aplicável em matéria matrimonial, e fi-lo com base no relatório da senhora deputada Gebhardt. Face à crescente mobilidade dos cidadãos no seio da União Europeia, que conduziu a um aumento do número de casais «internacionais», ou seja, de casais cujos cônjuges são de nacionalidades diferentes ou residem em Estados-Membros diferentes ou num Estado-Membro de onde pelo menos um deles não é um nacional, e devido à elevada taxa de divórcios na União Europeia, tornou-se

indispensável legislar sobre a lei aplicável e a competência em matéria matrimonial, que, todos os anos, dizem respeito a um número cada vez maior de cidadãos. É necessário recordar, sempre, que os Tratados prevêm a criação progressiva de um espaço comum de liberdade, segurança e justiça, a par de medidas destinadas a promover a compatibilidade das normas aplicáveis nos Estados-Membros em matéria de conflitos de leis e de jurisdição.

**Lena Ek (ALDE)**, *por escrito*. – (SV) O relatório da senhora deputada Gebhardt esclarece a competência dos tribunais nacionais em matéria matrimonial dentro da UE, bem como a forma de determinar a lei aplicável. O que se pretende é combater o risco de um dos cônjuges se apressar a pedir o divórcio a fim de o caso se reger pela lei do país específico que melhor protege os seus interesses. Trata-se de um objectivo que é, em si mesmo, louvável. No entanto, na minha opinião, as desvantagens do regulamento são superiores às suas vantagens.

O direito matrimonial da Suécia é dos mais liberais do mundo, e isso é algo de que devemos orgulhar-nos. O risco associado à proposta original é que se poderia dar o caso de, em vários processos, os tribunais suecos serem obrigados a proferir uma decisão em conformidade com a legislação maltesa, irlandesa, alemã ou iraniana, ao ser-lhes apresentado um pedido de divórcio por uma das partes. A longo prazo, isso restringiria o direito incondicional sueco de uma pessoa apresentar um pedido de divórcio e conseguir que o mesmo seja deferido - uma matéria sobre a qual não estou disposta a aceitar compromissos em circunstância alguma. Por conseguinte, a minha primeira reacção, foi votar contra o relatório. Contudo, durante a votação foi aprovada uma alteração oral que, essencialmente, se relaciona com o princípio jurídico da ordem pública. Continuo a ser da opinião de que se deve preservar o modelo sueco, mas a fim de incentivar a introdução de melhoramentos, decidi antes abster-me.

**Edite Estrela (PSE)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório Evelyne Gebhardt sobre a lei aplicável em matéria matrimonial. Tendo em conta o aumento da mobilidade dos cidadãos na UE e a heterogeneidade da legislação aplicável, nos diferentes Estados-Membros, em caso de divórcio, defendo a possibilidade de os cônjuges, de nacionalidade diferente ou com residência em diferentes Estados-Membros, poderem optar quanto à lei aplicável no seu processo de divórcio.

Considero, no entanto, que é essencial que se promova a informação de cada um dos membros do casal, para que ambos conheçam exactamente quais as consequências jurídicas e sociais que advêm da escolha da lei aplicável.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) A nova legislação que nos é proposta diz respeito aos divórcios para os «casais internacionais», isto é, para os casais cujos cônjuges são de nacionalidade diferente ou residem em Estados-Membros diferentes.

Do que se trata aqui é de fixar as regras relativas à jurisdição competente e à lei aplicável, a fim de paliar a insegurança jurídica que reina neste domínio. Actualmente, a lei aplicável é determinada em função das regras nacionais em matéria de conflitos de leis, elas próprias muito díspares entre os diferentes Estados-Membros, além de complexas. A maioria dos Estados-Membros determina a lei aplicável em função de critérios de conexão ou de residência (*lex loci*). Outros Estados-Membros aplicam sistematicamente a sua lei nacional (*lex fori*), o que, obviamente, pode conduzir à aplicação de uma lei com a qual os cônjuges têm apenas ligações ténues e a um resultado não conforme à exigência de segurança jurídica.

Este novo regulamento propõe-nos uma harmonização destas regras de conflito de leis. Somos a favor dessa harmonização, pois deverá introduzir uma maior previsibilidade naquilo que continua a ser uma situação dramática, fazendo-o sobretudo no interesse da segurança a que as crianças têm direito, crianças que, muitas vezes, são as vítimas da separação dos pais.

**Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM)**, *por escrito*. – (SV) Nós, membros do Lista de Junho, estamos profundamente desapontados por observarmos a ânsia da relatora em insistir numa questão que foi recentemente rejeitada pelo Conselho. A verdade é que, apesar das suas deficiências, o actual Regulamento Bruxelas II-A é uma lei muito melhor do que aquela que a relatora propõe. Retirar aos cônjuges a liberdade de escolherem um tribunal e uma jurisdição é um indício da atitude arrogante da Comissão e, sobretudo, da relatora em relação à prática actual de todos os Estados-Membros.

Vamos não só rejeitar este relatório mal ponderado, mas também pedir a todos os deputados que defendam a liberdade de escolha dos cônjuges num processo de divórcio. Normas europeias complicadas são a última coisa de que essas pessoas necessitam num período difícil da sua vida.

**Marian Harkin (ALDE)**, *por escrito*. – (EN) A Irlanda ficou isenta (*opt out*) da aprovação e aplicação deste Regulamento, por não ser favorável à extensão da jurisdição aos tribunais irlandeses para a concessão do divórcio a um nacional da UE, com base numa lei, substancialmente diferente, do Estado de origem da pessoa.

Se a Irlanda viesse a aplicar esta medida, isso permitiria que os nacionais da UE residentes na Irlanda obtivessem o divórcio nos nossos tribunais de uma forma substancialmente diferente e menos onerosa do que o disposto na nossa Constituição, tal como resultou do referendo sobre o divórcio realizado em 1995, ou seja, com base numa separação das partes por 4 anos. Implicaria igualmente que o actual requisito constitucional a que os tribunais irlandeses estão sujeitos nos casos de divórcio, que prevê que se permita o divórcio apenas quando estejam previstas salvaguardas para as partes e as crianças dependentes, não se aplicasse nestes casos. Embora existam aspectos positivos neste relatório, absteve-me devido à isenção de que a Irlanda beneficia.

**Anneli Jäätteenmäki (ALDE)**, *por escrito*. – (FI) Senhora Presidente, votei contra o relatório relativo à lei aplicável em matéria matrimonial elaborado pela senhora deputada Gebhardt, por considerar que no futuro devem ser aplicadas as leis finlandesas nos tribunais finlandeses, sempre que a aplicação da lei de um país estrangeiro entrar fortemente em conflito com as premissas básicas da lei finlandesa.

Estou igualmente muito preocupada com uma adequada avaliação da culpa em caso de divórcio. Na Finlândia desistimos de investigar os casos de adultério e outros aspectos relacionados com o divórcio, há cerca de 20 anos. A sua reintrodução constituiria um gigantesco passo atrás e traria um alento dos velhos tempos.

**Ona Juknevičienė (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) A União Europeia alargada está a conhecer um aumento do número de famílias internacionais, ou seja, com cônjuges de diferentes nacionalidades. Infelizmente, na UE, um elevado número de casamentos entre pessoas de diferentes nacionalidades tem como desfecho o divórcio e, não raro, o processo de divórcio é complicado e bastante moroso. Isto porque, até aqui, as pessoas tinham poucas oportunidades de escolherem o tribunal que apreciaria o seu processo de divórcio. Depois de decidirem partir para a separação, os cônjuges só podiam dirigir-se a um tribunal no seu país de residência. Consequentemente, era-lhes igualmente vedada a possibilidade de escolherem a legislação de outros Estados-Membros para a aplicarem ao seu divórcio. Por exemplo, para se divorciar do seu marido, uma mulher lituana que tivesse casado com um alemão e tivesse família na Alemanha tinha de dirigir-se a um tribunal no seu local de residência. Este processo de divórcio tinha de ser julgado nos termos da lei alemã. Com a aprovação do regulamento, a partir de 1 de Março de 2009, tais restrições deixam de vigorar. As famílias com processos de divórcio poderão ou escolher o tribunal em função do seu local de residência, ou escolher a lei aplicada pelo país da sua nacionalidade. No momento da votação, apoiei as alterações que determinavam que a lei aplicada em processos de divórcio não pode contradizer os princípios mais importantes da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Este aspecto é deveras importante, na medida em que procura evitar a discriminação em razão do sexo no julgamento e no proferimento de decisões em matéria de divórcio.

**Eija-Riitta Korhola (PPE-DE)**, *por escrito*. – (FI) Votei a favor do relatório elaborado pela senhora deputada Gebhardt por considerar importante a proposta da Comissão sobre a normalização das regras relativas ao conflito entre leis em casos de divórcio envolvendo casais internacionais. O divórcio constitui uma tragédia humana, tanto para as partes como para os filhos. Por esse motivo as partes envolvidas devem estar o mais esclarecidas possível quanto ao procedimento a ser aplicado, bem como aos aspectos essenciais da lei.

A actual situação, em que, ao abrigo do Regulamento «Bruxelas II», assiste aos cônjuges a possibilidade de escolher entre um conjunto de diferentes tribunais competentes e que a jurisdição é determinada com referência às regras relativas aos conflitos de leis no Estado-Membro onde se situa o foro, não permite estabelecer a necessária certeza legal. A procura do foro mais vantajoso e a corrida ao tribunal de uma das partes com vista a obter um resultado que lhe seja favorável são efeitos colaterais graves desta situação.

Penso que o direito de os cônjuges poderem escolher o tribunal competente e a jurisdição por mútuo acordo, poderá igualmente ajudá-los a ficarem satisfeitos em ambos os casos. Por esse motivo considero crucial que seja facilitado o acesso à informação sobre o conteúdo e os processos, conforme previsto na Alteração 2. A Alteração 1, que salvaguarda os interesses das crianças na escolha da lei aplicável, é igualmente fundamental.

Apoio a Alteração 37 apresentada pelo meu grupo, segundo a qual a lei escolhida deve ser a lei do Estado-Membro onde o casal contraiu matrimónio. É um aspecto lógico e tornaria ainda mais fácil conhecer os aspectos essenciais da lei aplicável.



**Astrid Lulling (PPE-DE), por escrito.** – (FR) Na Europa existem, de modo geral, demasiados divórcios, em especial no meu país. Um número crescente de divórcios afecta casais mistos, ou seja, casais cujos cônjuges são de uma nacionalidade diferente.

Sendo a livre circulação de pessoas um dado adquirido da integração europeia, é essencial criar um quadro jurídico claro.

Estando consciente de que as regras nacionais em matéria de divórcio são extremamente díspares, reconheço plenamente o perigo que resultaria de um «turismo» do divórcio, em que qualquer pessoa poderia escolher a jurisdição mais vantajosa para um dos cônjuges e a mais restritiva para o outro.

Teria votado a favor deste relatório, porque o regulamento proposto teria compensado as deficiências, permitindo a dois cônjuges que residam em Estados-Membros diferentes escolher de comum acordo, e com conhecimento de causa, a jurisdição competente no seu processo de divórcio, que deveria ser um dos dois Estados-Membros de residência na União Europeia.

Infelizmente, durante a votação, uma das alterações orais aprovadas causou tal confusão que se impunha um reenvio à comissão. Uma vez que o relatório não foi reenviado à comissão, já não participei na votação final.

O tema é demasiado delicado para ser votado num estado de confusão.

**Mairead McGuinness (PPE-DE), por escrito.** – (EN) Não votei o presente relatório uma vez que a Irlanda optou por permanecer à margem da aprovação e aplicação do regulamento proposto, não tendo desempenhado um papel activo nas negociações ao nível do Conselho.

A Irlanda não foi favorável à extensão da jurisdição dos tribunais irlandeses para a concessão do divórcio a um cidadão da UE com base na legislação, substancialmente diferente, do Estado de que é originário.

Esta medida, a ser aplicada, permitiria aos nacionais da UE residentes na Irlanda obter o divórcio em tribunais irlandeses de forma substancialmente diferente e menos onerosa do que a prevista na nossa Constituição na sequência do Referendo sobre o divórcio de 1995.

Tendo em conta que a Irlanda não faz parte do processo de aprovação e aplicação deste regulamento, optei por não votar este relatório.

**Miroslav Mikolášik (PPE-DE), por escrito.** – (SK) Congratulo-me com o relatório da minha colega, a senhora deputada Evelyn Gebhardt, sobre a escolha do tribunal competente, o reconhecimento das decisões judiciais e as regras relativas à lei aplicável em matéria matrimonial. Acredito firmemente que é importante criar um quadro legal claro, abrangente e flexível neste domínio sensível.

Na votação de hoje, votei a favor da introdução do direito à escolha de tribunal competente para o processo de divórcio. Apoiei uma proposta segundo a qual um «casal internacional» poderá optar por jurisdição no local da sua residência habitual ou no sistema legal do país no qual se realizou o casamento.

Apoio plenamente a opinião de que é importante garantir que ambos os cônjuges tenham acesso suficiente à informação, independentemente da sua situação financeira e do seu nível de instrução. Ambas as partes deveriam obter informações precisas e exaustivas sobre as consequências da sua escolha do tribunal e da lei aplicável em casos de divórcio. Isto aplica-se especialmente no caso de «casais internacionais», visto que as leis dos Estados-Membros, os processos de divórcio e as condições que o permitem variam muitíssimo.

**Andreas Mölzer (NI), por escrito.** – (DE) Em assuntos relacionados com casamentos transfronteiriços, é importante a situação jurídica na Europa ser uniforme. A segurança jurídica para os cidadãos em áreas como o casamento e o divórcio, em que frequentemente estão envolvidas questões altamente emocionais, é cada vez mais importante em áreas políticas.

Num mundo que fica cada vez mais pequeno, a uma velocidade cada vez maior, regulamentos como os que já estão a funcionar no direito civil, nomeadamente a livre escolha da lei e do tribunal para as partes, é algo importante para a mobilidade destas. Este regulamento cria igualmente um acesso facilitado a uma parte do direito de família. Outro importante factor, neste contexto, é o de as partes estarem bem informadas sobre as consequências jurídicas da sua decisão. Por esta razão, votei favoravelmente o relatório.

**Rareş-Lucian Niculescu (PPE-DE), por escrito.** – (RO) Votei a favor deste relatório a pensar nos mais de 150 000 homens e mulheres europeus que, todos os anos, estão implicados em processos de divórcio

transfronteiriços. Entre eles, muitos homens e mulheres da Roménia que se casaram no estrangeiro. Votei favoravelmente o relatório em apreço, pois é minha firme convicção que temos o dever de apoiar a supressão de todas as barreiras e dificuldades burocráticas que levam algumas pessoas a afirmar que a União é um inferno para os cidadãos e o céu para os advogados.

Creio também que temos a obrigação, perante aqueles que representamos, de eliminar alguns outros problemas que causam dificuldades aos cidadãos da Europa. Darei apenas dois exemplos: os problemas ligados aos cuidados médicos prestados a cidadãos europeus num país que não o seu país de origem, e o problema da equivalência dos diplomas de estudos.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do trabalho apresentado pela senhora deputada Gebhardt relativo à lei aplicável em matéria matrimonial. O seu objectivo é louvável: estabelecer um quadro jurídico claro e completo que abranja leis relativas à competência jurisdicional, bem como o reconhecimento e a implementação de decisões em matéria matrimonial, para além das regras sobre a lei aplicável.

Com efeito, no cenário actual, em virtude dos conflitos entre leis nacionais e leis comunitárias, qualquer divórcio «internacional» pode gerar os mais díspares problemas de direito. Devemos igualmente ter em conta o risco da «corrida ao tribunal», que premeia o cônjuge que procura recorrer primeiro à autoridade jurisdicional cuja lei melhor serve os seus interesses.

Isso é absolutamente inaceitável, pelo que encaro com satisfação este relatório, que visa conferir aos cônjuges significativas responsabilidades, sobretudo em termos da escolha informada, da escolha da autoridade jurisdicional e, por último, da lei aplicável.

**Olle Schmidt (ALDE)**, *por escrito*. – (SV) Sendo eu a favor da União Europeia, geralmente procuro a mais-valia da legislação a nível comunitário. Muitas vezes encontram-se soluções melhores para os problemas quando várias pessoas se debruçam sobre eles. Este relatório é uma excepção lamentável a essa regra. Temos todos os motivos para nos sentirmos orgulhosos de legislação que proporciona às pessoas a oportunidade de seguirem caminhos diferentes se o desejarem e, portanto, todos os motivos para salvar o sistema que temos actualmente na Suécia. Tal como o governo, sou portanto da opinião de que a proposta de harmonização apresentada pela Comissão vai no sentido errado se considerarmos, por exemplo, a prática de Malta. Não se pode permitir que o Vaticano erga obstáculos a uma política activa de igualdade no nosso país. O Parlamento Europeu tinha uma opinião diferente. Era, portanto, minha intenção votar contra o relatório. A alteração também ficou consignada por escrito na acta.

**Anna Záborská (PPE-DE)**, *por escrito*. – (SK) Votei contra a medida, porque considero irresponsável a UE interferir em matérias que não são da sua competência. Isto inclui o direito de família. O Conselho de Ministros deveria ponderar se aceita propostas do Parlamento ou da Comissão. A UE não deveria aproveitar um pequeno número de casos problemáticos para se apropriar de mais poderes. A integração europeia não tem nada a ver com isso.

Além disso, no seu parecer, o Parlamento Europeu faz referência à Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Isto constitui uma manipulação inaceitável por parte do Parlamento, visto que a Carta dos Direitos Fundamentais da UE não constitui um documento vinculativo do ponto de vista jurídico, mas sim um compromisso político. A Carta dos Direitos Fundamentais da UE declara o seguinte no artigo 9.º: “O direito de contrair casamento e o direito de constituir família são garantidos pelas legislações nacionais que regem o respectivo exercício”. Se o direito de família é resolvido a nível nacional, porque necessitamos de um conjunto paralelo de regulamentos europeus em matéria de divórcio? Isto dá azo a manipulação. Por isso, a orientação deste regulamento não é completamente clara e a Comissão é incapaz de eliminar as incertezas. Proponho que o Conselho de Ministros rejeite esta medida.

**Andrzej Jan Szejna (PSE)**, *por escrito*. – (PL) Tem-se registado na UE um aumento do número de casamentos entre nacionais de diferentes países, da UE ou terceiros.

Consequentemente, a questão da escolha da lei aplicável ou do tribunal competente para tratar de questões concretas põe-se com cada vez mais frequência.

A União Europeia precisa de normas de conflito de leis eficazes, para efeitos de determinação da competência jurídica.

À medida que aumenta o número de divórcios, aumenta também o número de casos de discriminação em sede de divórcio ou separação jurídica. O cônjuge mais bem informado toma a iniciativa e recorre à jurisdição

que lhe assegura o regime mais favorável aos seus interesses. Ao fazê-lo, esse cônjuge está a preestabelecer a competência do sistema jurídico em causa.

Quando um dos cônjuges resida num país terceiro, pode ser difícil obter o reconhecimento judicial de um divórcio decretado num país não pertencente à UE.

O relatório hoje votado visa garantir a ambos os cônjuges o acesso a informação fiável referente aos processos de divórcio e de separação, bem como às grandes linhas do direito nacional e comunitário. Tem sido justamente reconhecido que é vital ter em conta os interesses das crianças eventualmente envolvidas, na escolha da lei aplicável.

#### **- Relatório Pedro Guerreiro (A6-0388/2008)**

**Lena Ek (ALDE)**, *por escrito*. - (SV) A política de pesca adoptada pela UE não assenta, nem nunca assentou, em decisões conjuntas e bem ponderadas. As unidades populacionais da Europa diminuíram dramaticamente nos últimos anos, e tem-se feito muito pouco para alterar esta situação. Em vez disso, a UE está a oferecer ajuda em troca de direitos de pesca em países do terceiro mundo, o que significa que irá também depauperar os recursos das suas águas. As populações locais ao longo do litoral desses países perderão os seus meios de vida e ficarão reduzidas a viver da ajuda, uma ajuda que, além do mais, raramente representa uma compensação adequada ou substitui o rendimento perdido.

Pelo contrário, a UE deveria estar a defender uma política de pesca plena de ideias previdentes e objectivos a longo prazo. Num processo deste tipo não há espaço para ajuda destinada a melhorar e modernizar as frotas de pesca, cujo objectivo último é aumentar a capacidade de captura. No entanto, estaria disposta a subscrever medidas destinadas a apoiar populações locais vulneráveis de regiões costeiras pobres, cuja única fonte de rendimento é a pesca e que estão a sofrer enormemente devido à diminuição das unidades populacionais, que é em grande medida uma consequência directa da política de pesca desavisada da UE. As propostas contidas no relatório do senhor deputado Guerreiro não incluem, porém, medidas nesse sentido, pelo que votei contra o mesmo.

**Duarte Freitas (PPE-DE)**, *por escrito*. - O Regulamento (CE) n.º 639/2004, relativo à gestão das frotas de pesca registadas nas regiões ultraperiféricas, estabelece derrogações do regime de entrada/saída previsto no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 2371/2002 relativo à conservação e à exploração sustentável dos recursos haliêuticos no âmbito da política comum das pescas.

Contudo, a adopção tardia do instrumento jurídico da Comissão que permite aos Estados-Membros em causa conceder ajudas estatais e a capacidade limitada dos estaleiros impossibilitaram o cumprimento do prazo relativo à entrada na frota dos navios de pesca que beneficiam de auxílios estatais à renovação até 31 de Dezembro de 2008, como determina o Regulamento (CE) n.º 639/2004.

A Comissão de Pescas defendeu no seu relatório o alargamento dos prazos para as ajudas públicas à renovação e para o registo de embarcações, quer em relação ao regulamento actualmente em vigor quer em relação à proposta apresentada pela Comissão Europeia, segundo a qual o prazo devia ser prorrogado apenas por um ano, ou seja, até 31 de Dezembro de 2009.

A prorrogação das ajudas públicas à renovação das frotas das regiões ultraperiféricas até 31 de Dezembro de 2009 e a possibilidade do registo dessas embarcações até 31 de Dezembro de 2011 são uma ajuda preciosa tendo em conta os constrangimentos acima referidos.

O relatório Guerreiro merece portanto o meu voto favorável.

**Pedro Guerreiro (GUE/NGL)**, *por escrito*. - O apoio à renovação e modernização das frotas de pesca nas regiões ultraperiféricas é do maior interesse dada a importância do sector das pescas nestas regiões. O relatório hoje votado visa prorrogar por mais um ano o período de financiamento da renovação e modernização da frota de pesca das regiões ultraperiféricas.

Nestas regiões justifica-se que seja tomada em consideração a situação estrutural, social e económica específica no respeitante à gestão das frotas de pesca. O que implica adaptar às suas necessidades as disposições relativas à gestão dos regimes de entrada/saída da frota e à retirada obrigatória de capacidades, assim como as condições de acesso às ajudas públicas para a modernização e para a renovação dos navios de pesca.

Em resumo, o apoio à renovação e modernização das frotas de pesca das RUP deve ser mantido, em especial em relação à frota artesanal, uma vez que as frotas dessas regiões são constituídas por uma maioria de

embarcações envelhecidas, chegando a ultrapassar, em algumas RUP, mais de 30 anos. Estas acções são uma condição indispensável para melhorar as condições de conservação do pescado e as condições de trabalho e de segurança dos profissionais da pesca nestas regiões.

**Luca Romagnoli (NI)**, *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor do relatório sobre a gestão das frotas de pesca registadas nas regiões ultraperiféricas da Comunidade, apresentado pelo senhor deputado Guerreiro. A Comissão sempre se mostrou a favor da integração europeia, qualquer que seja o campo em discussão, e eu concordo; mas neste caso há que eliminar quaisquer limites de tempo, para que essas regiões possam ter tempo suficiente para se renovarem e modernizarem de forma adequada, a fim de poderem estar preparadas para fazer face, da melhor forma possível, à concorrência no mercado interno.

É claro que a continuidade do apoio a essa renovação é uma condição *sine qua non*, sem a qual será impossível garantir de forma adequada as condições de trabalho, segurança e conservação do pescado. Por essa razão, apoio esta iniciativa, destinada a reestruturar totalmente as frotas das regiões ultraperiféricas (RUP), a fim de poderem fazer face aos novos desafios europeus no sector da pesca.

## 10. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 14H15, é reiniciada às 15H10)

**PRESIDÊNCIA: VIDAL-QUADRAS**

*Vice-presidente*

## 11. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

## 12. Relações UE - Rússia (debate)

**Presidente.** - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre as relações UE - Rússia.

**Benita Ferrero-Waldner**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, as relações entre a União Europeia e a Rússia são, nos dias de hoje, uma das mais exigentes. Por um lado, estamos perante uma complexa rede de actividades conjuntas e de interesses interligados. Por outro, temos presente o pano de fundo dos acontecimentos na Geórgia.

O Conselho Europeu instou a uma revisão das relações UE-Rússia, e essa reflexão tem lugar no contexto de acontecimentos que ensombram seriamente as relações UE-Rússia. A violação da integridade territorial da Geórgia pelo uso da força e o reconhecimento unilateral por parte da Rússia da Abcásia e da Ossétia do Sul continuam a ser inaceitáveis, sendo que não podemos partilhar dos princípios de política externa recentemente delineados por Moscovo, incluindo o ressurgimento das esferas de influência.

Por conseguinte, na revisão em curso terá de proceder-se a uma avaliação bastante circunstanciada dos interesses próprios da UE nas relações com este país. No entanto, ao mesmo tempo, as relações económicas e comerciais entre a União Europeia e a Rússia são firmes e continuam a reforçar-se. A Rússia é já o nosso terceiro maior parceiro comercial, e as taxas de crescimento atingem aproximadamente 20% ao ano. A energia é um factor crucial, mas regista-se igualmente um crescimento impressionante nos serviços.

Com as suas recentes elevadas taxas de crescimento e uma classe média emergente, a Rússia constitui um importante mercado emergente, situado à nossa porta, e que oferece oportunidades para as empresas da UE, apesar dos efeitos da actual crise financeira. A União Europeia é um dos grandes investidores na Rússia, representando 80% do investimento estrangeiro acumulado. Uma parte significativa das reservas estrangeiras da Rússia é denominada em euros, o que faz da Rússia um dos maiores detentores de activos denominados em euros em todo o mundo.

Por todas estas razões, temos interesse no crescimento contínuo da economia russa e em apoiar os esforços de modernização do país, incluindo o desenvolvimento de um sistema judicial verdadeiramente independente capaz de fazer valer os contratos, o que é consentâneo com a ênfase colocada pelo Presidente Medvedev na importância do Estado de direito na Rússia.

A segurança da oferta e da procura de energia é uma componente crucial da nossa relação. Os Estados-Membros da UE são grandes compradores de produtos energéticos russos, sendo improvável que essa situação venha a alterar-se a curto e médio prazos.

Esta é uma relação de interdependência e não de dependência. As exportações para a União Europeia deram um importante contributo para as impressionantes taxas de crescimento da Rússia ao longo dos últimos cinco a seis anos. No entanto, terá ainda de ser desenvolvido muito trabalho para construir uma verdadeira parceria energética assente nos princípios consagrados no Tratado da Carta Europeia da Energia, a saber, a transparência, a reciprocidade e a não discriminação.

Mais importante ainda, a Rússia é um actor geopolítico fundamental, cujo envolvimento construtivo nos assuntos internacionais é uma condição prévia necessária para a existência de uma comunidade internacional eficaz. Por conseguinte, empenhamo-nos no que respeita ao Irão, Médio Oriente, Afeganistão, Balcãs e outros, bem como em fóruns multilaterais. Possuímos igualmente um interesse comum na defesa da não proliferação de armas de destruição maciça. Em todas estas áreas, a cooperação, não sendo muito fácil, tem contudo de ser desenvolvida. A existência de maior coordenação no campo da liberdade, segurança e justiça ajuda-nos a fazer face às ameaças suscitadas por desafios como o terrorismo e a criminalidade organizada.

É graças ao diálogo que fomos construindo que dispomos da possibilidade de discutir aspectos como os direitos humanos. Estão hoje a decorrer em Paris consultas nessa matéria. Recordaremos, uma vez mais, à Rússia os seus compromissos na qualidade de membro do Conselho da Europa e da OSCE, particularmente no que respeita à liberdade dos meios de comunicação social e aos acontecimentos na Inguchétia, por exemplo, bem como a outras questões de direitos humanos.

Para nós é claro: a Europa defende valores e normas consagradas de conduta internacional, e defendemo-los em toda e qualquer circunstância. Nestes incluem-se o respeito pela integridade territorial e a resolução pacífica dos conflitos. O Conselho Europeu registou com satisfação que as tropas russas retiraram de zonas adjacentes à Ossétia do Sul e à Abcásia como um passo essencial para a aplicação do plano de seis pontos. Na semana passada, foram encetadas conversações em Genebra, o que constitui mais um passo em frente. Evidentemente, há muito mais para fazer.

Amanhã serei anfitriã de uma conferência de doadores para a Geórgia, destinada a mobilizar fundos para a reconstrução de infra-estruturas danificadas e para a reintegração das pessoas deslocadas internamente, bem como para acelerar a recuperação económica da Geórgia depois do conflito. Em cooperação com o Parlamento, tenciono dedicar aproximadamente 500 milhões de euros para esse fim, e gostaria de manifestar os meus agradecimentos aos presidentes da Comissão dos Orçamentos e da Comissão dos Assuntos Externos, que me escreveram manifestando o seu apoio a esta abordagem.

A reavaliação das relações UE-Rússia com o Conselho Europeu, como solicitado, resultará na apresentação de uma panorâmica abrangente das várias vertentes dessas relações, desde os nossos esforços de apoio à adesão da Rússia à OMC, até à facilitação de vistos, a cooperação aduaneira, os intercâmbios no sector da educação e a cooperação no domínio da investigação científica. Essa reavaliação deverá orientar-nos na abordagem de todas as nossas actuais actividades com a Rússia, bem como daquelas que estão actualmente pendentes. Esta reavaliação deverá ser debatida no próximo Conselho «Assuntos Gerais e Relações Externas» de 10 de Novembro de 2008, no qual, espero, conseguiremos chegar a entendimento quanto à prossecução das negociações com vista a um novo acordo UE-Rússia.

Digo isto porque não conheço melhor forma de defendermos os nossos interesses e de fazermos ouvir as nossas preocupações. Por outro lado, não devemos comportar-nos como se nada tivesse acontecido. É imperioso que, em todos os nossos actos, nos asseguremos e deixemos claro que estamos absolutamente cientes dos nossos objectivos e que garantamos que a UE se mantém como uma força unida na sua prossecução.

É talvez oportuno realizarmos este debate hoje, na véspera da Conferência de doadores de amanhã, à qual, como disse, presidirei juntamente com o Banco Mundial, a actual Presidência francesa e a futura Presidência checa.

A União Europeia continuará a desempenhar o seu papel, como o fez durante esta crise, como parceiro construtivo e fiável, norteador pelos seus valores e dando um contributo decisivo para a estabilidade e a paz.

**Jean-Pierre Jouyet**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, peço que me desculpem – e agradeço à Senhora Comissária Ferrero-Waldner por ter intervindo antes de mim –, pois acabo de chegar da Conferência dos Presidentes

das Comissões. As discussões prolongaram-se um pouco mais do que o previsto devido ao debate desta manhã, com a participação do Presidente em exercício do Conselho e a realização do período de votação. Aceitem, por favor, as minhas desculpas.

Como a Senhora Comissária Ferrero-Waldner salientou, encontramos-nos efectivamente numa encruzilhada no que respeita às relações UE-Rússia, sobretudo depois do conflito com a Geórgia. Após o Conselho Europeu Extraordinário de 1 de Setembro, o Conselho debateu este tema em 13 de Outubro, facto que a Senhora Comissária Ferrero-Waldner recordou. Nessa ocasião, constatou que a utilização pela União Europeia de uma missão civil independente de observação na Geórgia tinha sido seguida de uma retirada das tropas das zonas adjacentes à Ossétia do Sul e à Abcásia. Esta ocorrência constituiu um passo adicional fundamental na aplicação dos acordos de 12 de Agosto e 8 de Setembro, concluídos com a mediação da União Europeia, tendo em vista o respeito da independência, da soberania e da integridade territorial da Geórgia – como, de resto, já tive oportunidade de dizer, em diversas ocasiões, perante a vossa Comissão dos Assuntos Externos.

A União Europeia continuará a exortar as partes a prosseguirem o cumprimento dos seus compromissos no quadro das discussões previstas nos acordos de 12 de Agosto e 8 de Setembro deste ano.

Como sabem, estas discussões tiveram início em Genebra em 15 de Outubro, sob os auspícios da União Europeia, das Nações Unidas e da OSCE. Para a preparação e condução destas negociações, temos um Representante Especial para a crise na Geórgia, o embaixador Pierre Morel, que tem vindo a realizar um excelente trabalho. A primeira reunião, realizada em 15 de Outubro, permitiu reunir directamente as partes envolvidas.

Evidentemente, tudo isto vai levar muito tempo. É um processo moroso, mas, afinal, quando nos lembramos do que são os processos de paz habituais – porque nos recordamos da situação nos Balcãs –, o facto de ter havido uma reunião que permitiu ter todas as partes em presença constitui, em si, uma etapa importante, mesmo sabendo que o caminho será seguramente longo, como já referi.

A próxima reunião do processo realizar-se-á em Genebra em 18 de Novembro. Esperamos que as partes se comprometam a encontrar uma solução pragmática para prosseguir as discussões, de modo a permitir tratar em conjunto questões pendentes, nomeadamente a questão das modalidades de segurança e de estabilidade, inclusive no vale do Alto Kodori e na região de Akhalkori, bem como, naturalmente, a questão premente das pessoas deslocadas.

A União está determinada a manter o seu empenho no processo de resolução dos conflitos na Geórgia e em chegar a uma solução global baseada nos princípios do direito internacional.

No imediato, e num contexto mais geral, o Conselho Europeu solicitou à Comissão e ao Conselho que efectuassem uma avaliação completa e aprofundada das relações UE-Rússia com vista à próxima cimeira, que terá lugar em 14 de Novembro. Como referiu esta manhã o Presidente em exercício do Conselho, o Presidente Sarkozy, é essencial e é do nosso interesse dialogar com a Rússia, tal é a importância de que se revestem as relações com este país.

A Senhora Comissária Ferrero-Waldner recordou-nos que se trata de uma parceria fundamental: existe uma interdependência entre a União Europeia e a Rússia, e é evidente que é também através do diálogo que podemos assegurar uma melhoria da situação dos direitos humanos na Rússia e na região. É do nosso interesse convidar a Rússia a prosseguir a cooperação que ambas as partes precisam.

Relembro que precisamos da Rússia para fazer face aos desafios globais, como a luta contra o terrorismo, as alterações climáticas ou a proliferação de armas de destruição maciça. A União Europeia fez esta escolha, e cremos que é do interesse da Rússia fazer também esta escolha, razão por que desejamos realmente prosseguir este diálogo.

A próxima cimeira de 14 de Novembro proporcionará a oportunidade de analisar as diferentes dimensões da relação que devemos manter com a Rússia, devendo nós prosseguir um empenhamento construtivo a fim de determinar se a Rússia deseja tirar pleno partido deste diálogo. No entanto, e tal como o Presidente em exercício do Conselho salientou esta manhã, devemos prosseguir este diálogo sem comprometer os princípios fundamentais que estão na base da integração europeia.

O diálogo com a Rússia só pode basear-se no respeito da soberania dos Estados, do Estado de direito e das regras comuns. Neste contexto, a adesão da Rússia a uma organização como a Organização Mundial de Comércio é do nosso interesse comum. Com efeito, essa adesão permitiria resolver muitos contenciosos que afectam um determinado número de Estados-Membros.

Estou a pensar, por exemplo, na legislação sobre as exportações de madeira e nas taxas de sobrevoo da Sibéria. Parece-nos igualmente importante o nosso empenho, em conformidade com as discussões que também tiveram lugar esta manhã, em estreitar as relações económicas e comerciais com a Rússia. Devemos criar, também aqui, uma zona com a Rússia que seja definida de forma mais clara nos planos económico e comercial e devemos contribuir, se possível, para a criação de um espaço económico comum entre a União Europeia e a Rússia.

Neste sentido, continuaremos, naturalmente, a insistir junto da Rússia na importância da transparência, da reciprocidade e da não discriminação no domínio da energia. Isto também se aplica, num sentido mais amplo, à questão dos investimentos, na medida em que as empresas da União Europeia que operam na Rússia são muitas vezes confrontadas com problemas concretos que actualmente não têm uma solução satisfatória.

É evidente também que, no quadro desta cimeira, devemos discutir com a Rússia o impacto da crise financeira. Trata-se de uma questão nova, de uma questão importante para a União Europeia. É também importante para a Rússia, para as políticas de investimento e para as políticas comerciais entre a UE e a Rússia.

Iremos reiterar também, como já referi, as nossas preocupações relativas ao respeito dos compromissos em matéria de direitos humanos, de democracia e de Estado de direito. No plano internacional, abordaremos todas as questões de cooperação relativas à nossa vizinhança comum e, naturalmente, as questões de interesse actual na sequência do conflito com a Geórgia. Mas abordaremos também as questões internacionais de interesse mútuo, como o Médio Oriente, o Irão e o Afeganistão.

Em conclusão, queria dizer que é do nosso interesse prosseguir o diálogo com a Rússia, e mesmo intensificá-lo. Cremos que esta é a única voz que permitirá à Rússia fazer progressos e assegurar que tenhamos um futuro baseado em valores cada vez mais partilhados. Devemos retirar ensinamentos daquilo que se passou na Geórgia, esforçando-nos por criar uma relação construtiva e equilibrada com a Rússia e tentando construir uma parceria estratégica a longo prazo com este país. O conflito com a Geórgia, longe de nos desviar deste objectivo, deve, pelo contrário, reforçá-lo no contexto, uma vez mais, daquilo que é a identidade da União Europeia em relação a outros parceiros que talvez nem sempre tenham os mesmos interesses que nós nas relações com a Rússia.

**José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra**, em nome do Grupo PPE-DE. – (ES) Senhor Presidente, gostaria de começar a minha intervenção citando algumas palavras do Presidente em exercício, Sr. Nicolas Sarkozy, proferidas durante o debate desta manhã, quando disse que a União Europeia não pode ser cúmplice de uma nova Guerra Fria e não pode alimentar irresponsavelmente uma escalada de tensão que nos conduza a uma crise com a Rússia, que, efectivamente, é chamada a ser um parceiro positivo e construtivo da União Europeia devido à sua importância estratégica, aos seus recursos naturais, ao seu poderio militar e nuclear, ao nível das trocas comerciais que mantemos com a Rússia – como no-lo recordou a Senhora Comissária – e também, simplesmente, por ser o principal fornecedor de energia da UE.

No entanto, nós estabelecemo-nos não só como uma União económica e comercial, mas também como uma União de valores. Não podemos, portanto, seleccionar estes valores em função do mais poderoso e importante.

Creio que valores como a liberdade, o respeito dos valores democráticos, os direitos humanos, a soberania e integridade territorial dos Estados são valores que devem ser tidos em consideração. Não podemos olhar para o lado e agir como se nada tivesse acontecido este Verão, quando, de facto, assistimos à invasão e posterior ocupação pela força de um Estado soberano.

Temos de reforçar a nossa política de vizinhança e ser coerentes com os valores que defendemos.

Há ainda muitas coisas que têm de acontecer: a avaliação que está a ser efectuada pela Senhora Comissária e pelos seus serviços na Comissão, as conversações de Genebra e a Conferência de Doadores que se realizará esta semana em Bruxelas – todas elas importantes, em meu entender.

Quero terminar citando uma vez mais o Presidente em exercício do Conselho, quando disse que a União Europeia tem de falar com uma voz firme. Contudo, não falaremos com uma voz firme – dando sim, pelo contrário, um sinal de fraqueza – se, na próxima Cimeira, que terá lugar no dia 14 de Novembro em Nice, a União Europeia iniciar as negociações com vista à conclusão de um acordo ou parceria com a Rússia sem que este país tenha cumprido e respeitado cabalmente os acordos que assinou com a União Europeia em 12 de Agosto e 8 de Setembro.

**Jan Marinus Wiersma**, em nome do Grupo PSE. – (NL) Senhor Presidente, tal como o senhor deputado Salafranca, gostaria de subscrever a declaração aqui proferida pelo Presidente Sarkozy hoje de manhã: temos de continuar a procurar resolver os problemas com a Rússia por via do diálogo e não do confronto. Na Europa, temos de procurar desenvolver relações que se baseiem na parceria, mas também no princípio da igualdade entre parceiros, sem nos abstermos, obviamente, de tecer críticas quando necessário.

Neste contexto, temos de procurar soluções para os problemas em torno da Geórgia e de trabalhar com a Rússia num conjunto de questões cruciais que já foram referidas, questões de âmbito internacional, como o futuro do regime de não proliferação, os problemas em torno do Irão e o seguimento de Quioto. As nossas ambições ambientais não poderão ser concretizadas se não chegarmos a acordo sobre elas com os outros parceiros-chave no mundo.

Temos igualmente de procurar cooperar com a Rússia no que respeita à crise financeira e ao seu papel no G8. A crise financeira demonstra uma vez mais o quanto dependemos da Rússia, mas também o quanto a Rússia depende da economia internacional. O facto de o mundo ter mudado por completo em relação a 30 ou 40 anos atrás é outra razão pela qual o regresso à táctica da Guerra Fria não constitui opção.

Em segundo lugar, gostaria de louvar o trabalho desenvolvido pela Presidência francesa e a unanimidade da União na forma como abordou o conflito em torno da Geórgia. É essencial continuarmos a manter essa unanimidade nos próximos tempos. Isto é particularmente importante na perspectiva das conversações que foram iniciadas em Genebra e que irão prosseguir em Novembro. É compreensível que não tenha havido um acordo imediato sobre uma fórmula para resolver a questão da Geórgia.

Esta questão poderá de facto ser difícil de resolver, pois existe uma diferença de opinião fundamental entre nós e a Rússia. Nós entendemos que a integridade territorial da Geórgia deve ser mantida, e consideramos inaceitável que Ossétia do Sul e a Abcásia tenham sido reconhecidas como países independentes. As discussões sobre estas questões vão ser difíceis.

Neste contexto, poderá ser importante lembrarmo-nos da necessidade de realizar, também na Europa, um debate mais alargado sobre as estruturas e os regulamentos de segurança já estabelecidos - o chamado Processo de Helsínquia. Os Russos já fizeram propostas para modificar e melhorar a situação, e talvez o Conselho e a Comissão também tenham algumas ideias sobre esta matéria.

O que importa no quadro desta discussão é dizermos inequivocamente à Rússia que não queremos conflitos em torno das esferas de influência e que também não os aceitaremos, inclusive nas regiões que fazem fronteira com a Rússia e com União Europeia. Não sou favorável ao alargamento da NATO nessa direcção.

Sou favorável, isso sim, a uma política activa da UE tendente a garantir a independência de países como a Ucrânia, a Geórgia e a Moldávia, e espero que as propostas em torno da Parceria Oriental que a Comissão irá apresentar este Outono contribuam para reforçar os laços com os citados países vizinhos, para que possamos também ajudá-los a garantir o seu próprio desenvolvimento e a sua própria independência.

**Annemie Neyts-Uyttebroeck**, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhora Comissária, se me permitem, começaria por recomendar uma boa leitura para as vossas férias de Natal: a maravilhosa biografia da Condessa de Ségur. Não sei se sabem que o verdadeiro nome da Condessa de Ségur era Sophie Rostopchine – sim, Rostopchine – e que o seu pai foi o homem que travou o avanço das tropas do Imperador Napoleão na Rússia. O livro descreve de forma admirável como tudo se passou. Algumas das lições que dele podemos retirar ainda hoje são válidas. Mas isto foi apenas uma introdução.

Antes de mais, gostaria de esclarecer que esta manhã, na minha intervenção, não quis de modo algum sugerir que a Cimeira UE-Moscovo não deve ter lugar. Longe disso. Claro que a cimeira se deve realizar. Como dispunha de apenas um minuto e meio de tempo de uso da palavra, porventura não me expressei correctamente. O que eu quis dizer é que depreendera, das conclusões do Conselho, que já fora decidido prosseguir, retomar as negociações para a parceria, para o tratado de associação, e que, aconteça o que acontecer, pouco importa como a Cimeira de 14 de Novembro, que se afigura difícil, se irá desenrolar, pois de qualquer forma as negociações seriam retomadas, e a avaliação da Comissão e do Conselho seria, naturalmente, como é óbvio, tomada em consideração. Com efeito, gostaria que esta questão ficasse mais bem esclarecida.

Não sei, pois, se o Presidente Sarkozy me entendeu mal deliberadamente, ou não. Seja como for, não me respondeu, mas eu gostaria de uma resposta, Senhor Ministro, pois, pessoalmente, lamentaria que já tivesse sido tomada a decisão de, em quaisquer circunstâncias, retomar as negociações. Sou totalmente a favor do diálogo com a Rússia. Trata-se, sem dúvida, de um grande país. Um grande país que é muito orgulhoso, e



um grande país que não é muito dado a manifestar piedade e que, penso eu, não gosta que os outros se coloquem numa posição de fraqueza.

Assim, o já estar eventualmente decidido que, aconteça o que acontecer, as negociações serão retomadas, mesmo antes de a cimeira ter tido lugar, não revela grande habilidade diplomática. Mas já esgotei o meu tempo de uso da palavra e, portanto, o que espero, sobretudo, Senhor Ministro, é que me dê uma resposta clara, num ou noutro sentido, que desde já deveras lhe agradeço.

**Bart Staes**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) Senhor Presidente, Senhor Ministro Jouyet, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhoras e Senhores Deputados, muito se pode dizer a respeito do conflito entre a Rússia e a Geórgia, que é sem dúvida um factor determinante para a nossa relação com a Rússia neste momento.

O que podemos dizer, para todos os efeitos, é que tanto a Rússia com a Geórgia falharam. É inaceitável que os países recorram a meios militares para resolverem os seus conflitos. Há uma teoria na ciência política que diz que, por princípio, os países democráticos resolvem os seus conflitos de uma forma democrática, por via do diálogo e não por via militar. Uma vez que não foi isso que aconteceu no caso vertente, haverá por certo algo de errado com a democracia tanto na Geórgia como na Rússia. De contrário, as coisas não teriam tomado o rumo que acabaram por tomar.

O debate que travamos hoje incide nas nossas relações com a Rússia. A situação na Rússia continua a ser no mínimo muito crítica, designadamente nos domínios da democracia e do respeito dos direitos humanos, da liberdade de imprensa e de associação, da situação com a Geórgia – que pode já não ser notícia de primeira página, mas qualquer pessoa que acompanhe de perto o assunto sabe que a situação na Chechénia continua a ser muito crítica –, assim como em termos dos problemas em torno da preparação dos Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi. Todas estas são questões que causam muitos problemas.

Do meu ponto de vista, há, como já foi dito, uma dependência mútua entre a União Europeia e a Rússia. Isso é verdade. Porém, sempre que falamos de interdependência e discutimos os referidos problemas, eu penso que deveríamos abordar também esses outros valores, os valores democráticos, os valores que caracterizam a Europa, outras formas de resolver conflitos, a busca de mais democracia e a utilização de instrumentos de «poder suave».

O Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia é inteiramente a favor do diálogo. O diálogo é, a meu ver, um dos traços distintivos da União Europeia. A União Europeia é um exercício extremo de resolução de conflitos e prevenção de conflitos por via pacífica. É por isso que nós – desde que todas as condições tenham sido preenchidas e desde que o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu defendam firmemente os citados valores – podemos entrar em diálogo com a Rússia, inclusive sobre os acordos de parceria e cooperação, com serenidade, com determinação e com a vontade de sermos bem sucedidos.

**Adam Bielan**, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhor Presidente, as acções das forças armadas russas na Geórgia constituem uma prova especialmente relevante das actuais intenções da Rússia. E põem também à prova o poder político e os princípios fundamentais de conduta da União Europeia. Infelizmente, os dirigentes de vários Estados-Membros estão a comportar-se como se a invasão da Geórgia, país soberano e democrático, pela Rússia não tivesse ocorrido.

Senhoras e Senhores Deputados, a Rússia está a humilhar, uma vez mais, a União Europeia ao alegar que retirou as suas forças para as posições anteriores à invasão. Como se explica, então, que aldeias georgianas situadas na região da Ossétia do Sul e respectivas imediações sejam constantemente sujeitas a operações brutais de «limpeza étnica»? Como se explica a recusa de acesso ao teatro das operações aos duzentos observadores enviados pela União? Tal situação está a anos-luz de um regresso ao *status quo* de 7 de Agosto, que é uma condição para a participação em conversações com a Rússia. Um dos objectivos da invasão russa era aterrorizar os países da região, para torpedear o projecto *Nabucco*, que é crucial para a segurança energética da União. Neste momento, parece que ninguém pensa no corredor de transporte de gás e petróleo através da Geórgia. Esse corredor é vital para nós e é o único que o Kremlin não controla.

Queria ainda recordar que há muitos titulares de passaportes russos a viver em países vizinhos da União. Posso citar a Ucrânia, a Bielorrússia e os Estados Bálticos, a título de exemplo. Por conseguinte, temos de ter presente que o Kremlin, a qualquer momento, pode alegar que essas pessoas precisam da sua pretensa protecção. Foi isso, exactamente, que sucedeu na Ossétia do Sul. Tenho de frisar, uma vez mais, que os Estados-Membros da União e os seus vizinhos mais próximos estão sob ameaça directa de uma agressão russa.

Neste momento, estamos confrontados com uma situação em que a Rússia, que já praticava chantagem com o fornecimento de energia, foi ao ponto de juntar ao arsenal de meios utilizados a ameaça de uso da força contra Estados-Membros da União e os seus vizinhos mais próximos. A actual situação da Geórgia é um exemplo óbvio. Uma parceria entre a União e a Rússia, nestas circunstâncias, está fora de questão. A participação em conversações na próxima cimeira de Nice, marcada para 14 de Novembro, será mais um sinal de que os dirigentes da União Europeia são totalmente incapazes de fazer frente à Rússia.

**Esko Seppänen**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (FI) Senhor Presidente, Senhora Comissária, as bolsas de valores dos Estados Unidos da América colapsaram. As bolsas de valores dos Estados-Membros da União Europeia colapsaram e as bolsas de valores da Rússia colapsaram. Estamos todos na mesma crise causada pelo turbocapitalismo. Não obstante, alguns países da UE, seguindo as orientações dos países Bálticos, cujos presidentes fizeram a sua formação académica nos Estados Unidos, especialmente a Polónia, querem isolar a Rússia da Comunidade Europeia. Primeiro foram aplicados os travões no início das conversações sobre o Acordo de Parceria e hoje o motivo é o conflito entre a Geórgia e a Abcásia e a Rússia.

Em muitos países ocidentais os meios de comunicação social apresentaram uma imagem da Rússia como sendo o agressor. Essa imagem está errada. Foi o exército de Shakashvili que atacou e assim despoletou o conflito global. Não merece ser recompensado por esse facto. Nestes assuntos o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus no Parlamento Europeu está, infelizmente, prisioneiro dos seus próprios membros radicais.

Obviamente que os Russos venceram militarmente o exército de Shakashvili, um exército treinado pelos EUA e por Israel e armado pela Ucrânia. O reconhecimento da independência da Ossétia do Sul e da Abcásia constituiu uma reacção política exagerada. A Rússia está agora a colher as consequências políticas disso. Contudo, o nosso grupo não pensa que o isolamento da Rússia deva fazer parte dessas consequências. O capitalismo europeu necessita dos recursos naturais da Rússia e a Rússia necessita da experiência política da Europa em matéria de democracia, de liberdade cívica e de Estado de direito.

Estes objectivos não serão alcançados através da violência política, mas da cooperação e do diálogo. Provavelmente será disso que irão tratar as negociações que decorrem hoje, em Helsínquia, entre os Chefes do Estado-maior General Mike Mullen e Nikolai Makarov. A UE não deverá, de resto, boicotar o diálogo.

Desejamos o maior sucesso às tentativas positivas levadas a cabo pelo país que irá deter a Presidência.

**Paul Marie Coûteaux**, em nome do Grupo IND/DEM. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Ministro, já que estamos em maré de contrição – parece ser esse o estado de espírito, hoje – ou, pelo menos, de reflexão sobre os dogma e as reacções instintivas – aliás, estou grato ao Presidente Sarkozy por aqui ter dado, esta manhã, um exemplo ilustrativo disto, que pareceu sincero –, proponho que repensemos também a nossa velha, a nossa velhíssima desconfiança em relação à Rússia, ou antes, em relação a este país que, quer queiramos quer não, é um dos nossos parceiros.

Nessa perspectiva, também vos recomendo – tal como a senhora deputada Neyts-Uyttebroeck – a leitura de uma biografia da Condessa de Ségur, a saber a da autoria de Marie-José Strich, publicada pela excelente editora Bartillat, e verão a verdadeira importância que deve ser atribuída a uma palavra que, se bem ouvi, foi hoje aqui pronunciada duas vezes: a palavra «interdependência».

Sim, não há dúvida de que somos interdependentes, mas não apenas no que se prende com o combate ao terrorismo ou com as armas de destruição maciça. Somos interdependentes sob todos os pontos de vista: no que se refere à energia, como é evidente, mas também à investigação, à indústria, à política, tudo isto de uma forma multifacetada, já se vê.

Pensemos no que será a face da Europa no século XXI consoante as nossas nações continuarem envolvidas, ou não, na valorização das riquezas imensas da Sibéria. Deixemos, por favor, de nos envolver em querelas que não são nossas, mas de uma potência terceira que tem interesse em dividir a Europa a fim de a dominar. Acreditem que, neste aspecto, estou a pensar no interesse da Europa, se quiserem admitir que esta é uma questão que também preocupa os monárquicos franceses.

**Jana Bobošíková** (NI). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, considero insensata, míope e prejudicial para os cidadãos da União a decisão do Conselho de não retomar as conversações com a Rússia sobre uma parceria estratégica. Deveríamos compreender que se trata de um parceiro de cujo fornecimento de matérias-primas a Europa depende. Não se trata apenas de uma questão de gás e petróleo. Sem titânio da Rússia, por exemplo, não seria possível produzir um único Airbus. O que é ainda pior, a actual russofobia europeia não se baseia

em factos, mas sim na forma como estes foram apresentados pelos políticos e pelos meios de comunicação social. Deveríamos ter consciência de que o conflito no Cáucaso foi iniciado pela Geórgia, sem olhar a consequências, e não pela Rússia. Além disso, não conheço qualquer razão concreta para não respeitar a independência da Ossétia do Sul e da Abcásia, visto que uma série de membros da União se congratulou imediatamente e com grande júbilo com a independência do Kosovo. Apraz-me o facto de Václav Klaus, o Presidente da República Checa, país que represento aqui, ter descrito a situação de forma realista ao dizer que não se tratava da Geórgia estar do lado bom e a Rússia do lado mau. Infelizmente, foi o único a dizê-lo. Se a União pretende realmente ser um parceiro estratégico e um actor global, tem de reconhecer a Rússia em pé de igualdade. A política de confrontação não beneficiará ninguém.

**Elmar Brok (PPE-DE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhor Presidente em exercício do Conselho, um dos oradores que me antecederam afirmou que o princípio subjacente a todo este tema tem de ser o «não recurso à força». Não à força de qualquer dos lados, tal como se encontra consagrado no direito internacional. É preciso insistir no sentido de o direito internacional ser respeitado, incluindo a integridade territorial, a não intervenção nos assuntos internos do outro lado, o não exercício de influência e a adesão aos acordos de Agosto e de Setembro. Espero que assim continue em Genebra.

Temos de continuar a assegurar o cumprimento das decisões do Conselho Europeu de 1 de Setembro e das resoluções negociadas pela Comissão relativamente aos acordos de associação, acordos de comércio livre e o Espaço Económico Europeu «Mais», ou seja lá o que lhe queiram chamar. Deste modo, os países, em termos individuais, podem ser reforçados, estabilizados e envolvidos sem provocações aos outros países, e o necessário trabalho pode ser realizado na conferência de doadores.

Simultaneamente, temos de dar aos Estados-Membros da Europa Oriental um sentimento de segurança e solidariedade no seio da União Europeia e da NATO. Creio que isso é também importante por razões psicológicas.

Senhora Comissária, fico muito agradecido pelo facto de ter referido a nossa interdependência económica mútua, que é a melhor política de segurança que podíamos ter. No entanto, quanto mais esta interdependência é reforçada e quanto mais se torna parte da esfera de interesses de ambas as partes e estas se interligam, tanto mais difícil será para nós subtrairmo-nos a essa dependência usando meios não pacíficos. Neste caso, temos de ser nós a abrir caminho. Trata-se de algo que devemos igualmente apoiar por meio de compromissos jurídicos em que incluamos a Rússia, em conjunto com a OMC e acordos de parceria com as correspondentes obrigações. Quando a nossa interdependência económica estiver alicerçada, deste modo, em medidas jurídicas e contratuais, conseguiremos fazer progressos.

**Reino Paasilinna (PSE).** – (FI) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, ambos os lados erraram e ambos violaram acordos internacionais. Agora é uma questão da rapidez com que vamos conseguir avançar e repor a estabilidade da situação.

Para isso também necessitamos da cooperação com a Rússia. É um requisito fundamental. Na realidade, muitos dos objectivos da Rússia são idênticos aos objectivos previstos no Tratado de Lisboa. O Presidente Medvedev referiu a necessidade das reformas institucionais. É verdade. O segundo aspecto que referiu foi as reformas das infra-estruturas. O terceiro é o investimento. Estes são aspectos que conhecemos bem. Depois existe a questão da inovação, uma matéria sobre a qual sabemos muito mais, se nos for permitido afirmá-lo. São aspectos que temos em comum. Eles querem ter um papel na solução da crise financeira internacional, mas têm pouco capital para o efeito. Por isso não querem ser excluídos, o que é óbvio, cabendo-nos responder por via da cooperação, o que nos irá permitir conduzir a Rússia na direcção que pretendemos.

A Rússia não quer falar acerca da ideologia, mas é isso que a União Europeia quer debater hoje. Queremos que tenham democracia; é essa a nossa ideologia. A Rússia pretende soluções práticas e provavelmente vale a pena harmonizar ambos estes objectivos, para que possamos fazer progressos. Por esse motivo ainda precisamos de um «I», de integração, a seguir aos quatro «I» de Medvedev, de modo a podermos também influenciar, com sucesso, o futuro da Rússia, com base no nosso ponto de vista, e aumentar a estabilidade.

**Janusz Onyszkiewicz (ALDE).** – (PL) Ao discutir o conflito entre a Rússia e a Geórgia, temos tendência a esquecer o que aconteceu na Abcásia, mais que na Ossétia. Na realidade, na Abcásia aconteceu algo muito significativo. O argumento dos Russos de que a sua acção, ainda que desproporcionada, foi uma resposta a uma tentativa de resolver o problema da Ossétia por meios militares tem algum fundamento. No caso da Abcásia, porém, não ocorreu nada do género. A incursão maciça de tropas russas, a concentração da frota ao largo da costa georgiana e a tomada pelas armas do território controlado pelas autoridades georgianas demonstram que a Rússia está pronta a usar as suas forças de combate a pretexto de uma acção preventiva.

Assim, tal acção tem de ser enquadrada no número das que só são compreensíveis à luz de uma avaliação unilateral dos recursos de política externa.

Na sua declaração, o Presidente Medvedev voltou a referir-se ao conceito de um espaço comum de segurança único de Vancouver a Vladivostok. Eu pergunto, Senhoras e Senhores Deputados, como se pode confiar numa acção conjunta nesse espaço comum de segurança, quando a própria Rússia dá provas de constituir uma ameaça? Quanto às outras questões que o Presidente Medvedev gostaria que fossem incluídas no potencial acordo, devemos recordar que elas já constam todas do acordo que está actualmente em vigor. Esse acordo foi adoptado em 1990 e intitula-se Carta de Paris para uma Nova Europa. Naturalmente, o que está em causa aqui será, porventura, não o diálogo, mas o direito de veto em relação a diversas acções que a NATO possa empreender.

(Aplausos)

**Rebecca Harms (Verts/ALE).** – (DE) Senhor Presidente, gostaria de me pronunciar sobre as palavras proferidas pelo senhor deputado Staes, no seu discurso sobre outros conflitos ainda em curso no Cáucaso.

Se retomarmos agora as conversações com a Rússia - o que apoiamos -, importará, na nossa opinião, não esquecer que subsistem os problemas de Carabaque, Chechénia, Moldávia e Transnístria, e que, na próxima década, teremos igualmente de lidar com um litígio bastante problemático na Ucrânia, a propósito da Crimeia. A União Europeia não pode cometer o mesmo erro em que incorreu antes da guerra na Geórgia, quando relativizou a gravidade deste conflito.

Assim, do nosso ponto de vista, temos de estar atentos a todos estes conflitos. O Cáucaso e outras regiões vizinhas são regiões de grande importância. Todas elas pertencem ao continente europeu, pelo que é prioritário que a Europa, a União Europeia, se ocupe deles - e o faça em cooperação com a Rússia.

Neste momento, não sei se poderemos ou não resolver estes conflitos de forma satisfatória. Mas estou muito optimista quanto ao facto de este sentimento de paz fria que envolveu a Europa - e, na verdade, toda a União Europeia -, e que foi também motivo de alarme na Rússia, ter constituído um aviso suficiente, levando agora as várias partes a voltarem às negociações de forma mais sincera e decidida.

Na perspectiva do Ocidente, é igualmente muito interessante que, com a crise financeira, a Rússia esteja a acudir a Estados inteiros para poder fazer a gestão desta crise. Na era da globalização, a interdependência das nossas economias é bastante mais lata do que as discussões anteriores em matéria de energia deixaram perceber.

Se quisermos criar um melhor clima, e se o Ocidente não estiver sempre a repisar que foi o seu sistema que saiu vitorioso do final da década de 1980, poderemos colocar-nos em melhor posição para lidar com o litígio.

**Konrad Szymański (UEN).** - (PL) Senhor Presidente; a Rússia foi talvez a grande beneficiada com a crise financeira. Recentemente, a nossa atenção desviou-se de forma nítida da agressão russa à Geórgia para os problemas com que se debatem os nossos bancos. Isso ficou bem patente no nosso debate desta manhã.

Contudo, não devemos esquecer que a Rússia tem ainda mais de 7 000 soldados estacionados na Ossétia e na Abcásia. Isso é mais do triplo dos efectivos que lá se encontravam estacionados em 7 de Agosto, pelo que a Rússia não está a respeitar o acordo de paz como nós desejaríamos. Isso significa que as relações entre a União Europeia e a Rússia continuam num impasse. E significa também que, neste momento, não temos motivos para reatar o diálogo político no âmbito dos órgãos conjuntos euro-russos; não há base para a reabertura das negociações relativas ao acordo de parceria. Finalmente, é com decepção que registamos a posição de certos Estados-Membros, que sugerem que a agressão russa à Geórgia pode ser ignorada, e que se trata de uma mera questão de tempo. Essa atitude de passividade pode sair muitíssimo cara à política externa da União Europeia como um todo.

**Vittorio Agnoletto (GUE/NGL).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, temos de reconhecer que o Conselho geriu as relações com a Rússia de uma forma mais equilibrada do que a resolução adoptada pelo Parlamento Europeu sobre os acontecimentos na Geórgia. Nessa resolução, todas as acusações foram exclusivamente dirigidas contra a Rússia, justificando-se mesmo o ataque desencadeado pela Geórgia em 7 e 8 de Agosto.

No entanto, se nos interessa seriamente a estabilização da paz, devemos dizer um «não» inequívoco ao eventual acesso da Geórgia e da Ucrânia à NATO. Sabemos que isso só iria servir para desestabilizar toda a

região e para aumentar grandemente a possibilidade de novas guerras. Há que retomar as negociações com a Rússia, não só por interesses económicos, mas também porque, enquanto se discute, não se dispara e isso é sempre a melhor coisa.

Simultaneamente, devemos ser perfeitamente firmes no que toca aos direitos humanos, à liberdade de informação e às liberdades políticas, que certamente não são uma regra da casa na Rússia. A melhor maneira de podermos defender os direitos é não sermos alvo de chantagens energéticas; mas para nos afastarmos da nossa dependência da Rússia precisamos não só de diversificar as fontes do nosso aprovisionamento energético, mas também de investir em energias alternativas limpas.

Gostaria de fazer uma última observação. Ouvi dizer, tanto por parte da Comissão como do Conselho, que há grandes esperanças na entrada da Rússia para a Organização Mundial do Comércio. Gostaria de lembrar que fizeram os mesmos comentários quando se tratou da entrada da China para a OMC, e pudemos ver os dramáticos resultados que a adesão da China teve para a economia europeia e para os trabalhadores europeus. Talvez as soluções possam então ser outras: talvez seja de facto todo o mecanismo da OMC que deva ser posto em causa.

**Gerard Batten (IND/DEM).** - (EN) Senhor Presidente, o Kremlin conseguiu tudo o que queria destas negociações com o Presidente Sarkozy. O Acordo do Presidente Sarkozy «Paz nos nossos tempos» ofereceu à Rússia tudo o que esta queria, para além de uma tábua de salvação diplomática. Desde a Segunda Guerra Mundial que o princípio fundamental subjacente às relações internacionais era o de que a agressão não pode compensar, ou o de que não deverão ser feitas concessões aos agressores; porém, Moscovo saiu vitorioso e a NATO humilhada, sendo que a UE jogou em ambos os lados do tabuleiro.

A União Europeia, como instituição, pura e simplesmente não está do lado do Ocidente democrático na nova Guerra Fria. A UE não pertence ao mundo livre. É antidemocrática, não democrática e imperialista. Institucionalmente, está inclinada a tomar parte por outros impérios não democráticos, e não pelas nações livres. A UE não é regida pelo direito, mas sim pela ideologia.

Infelizmente, os governos europeus – como bons europeus – escolherão seguir a posição desastrosa da UE relativamente à Rússia, em vez de olhar ao seu próprio interesse colectivo nacional.

**Sylwester Chruszcz (NI).** - (PL) A Federação Russa é, com os Estados Unidos, um dos principais parceiros da União Europeia. A Rússia é um parceiro estratégico e fornecedor de matéria-prima para produção de energia aos Estados-Membros da União Europeia, incluindo o meu país, a Polónia. A cooperação com a Rússia é, simplesmente, uma realidade de facto, e é do interesse de ambas as partes que essa cooperação seja bem-sucedida. O ataque da Geórgia à Ossétia do Sul, e a subsequente escalada do conflito, ameaçaram seriamente as relações entre Bruxelas e Moscovo.

Isso não significa, porém, que nós devamos, como desejariam alguns políticos europeus, virar as costas à Rússia ou mesmo suspender todas as relações com ela. A Rússia fez esforços consideráveis ao longo dos últimos vinte anos para se juntar ao círculo dos Estados europeus democráticos e, não obstante ter ainda indubitavelmente um longo caminho a percorrer, não resta tão-pouco qualquer dúvida de que a população russa apoia fortemente o actual e o anterior presidentes da Federação Russa. Espero que, a despeito de certos obstáculos, a União Europeia e a Rússia prossigam a sua bem-sucedida cooperação, como é do interesse de ambas as partes.

#### **PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ**

*Vice-presidente*

**Ria Oomen-Ruijten (PPE-DE).** – (NL) Senhor Ministro Jouyet, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhoras e Senhores Deputados, é incontestável que as relações com a Rússia mudaram nos últimos tempos. Permitam-me acrescentar que eu penso que isolar a Rússia não é uma opção. Ao mesmo tempo, é difícil falarmos sobre uma parceria, quando nos Estados-Membros existe tanta desconfiança em relação à Rússia.

O que eu penso, efectivamente, enquanto presidente da Delegação à Comissão Parlamentar de Cooperação UE-Rússia, é que devemos manter a via do diálogo. É isso que o Conselho e a Comissão Europeia estão a fazer, e é também o que nós, como Parlamento Europeu, deveríamos fazer. Aliás, este foi o tema de uma discussão muito acesa que tivemos na nossa Delegação à Comissão Parlamentar de Cooperação UE-Rússia no contexto da visita que vamos fazer a Moscovo no final da semana. A conclusão foi que devemos prosseguir o diálogo, mas devemos dizer também aos nossos parceiros que as coisas não podem voltar à normalidade

como se nada tivesse acontecido. Temos de dizer-lhes isto com franqueza e de procurar empreender uma consulta construtiva.

Nós esperamos muito mais da Rússia. A retirada das tropas da zona tampão foi apenas um primeiro passo. A tensão só abrandará se o número de soldados presentes na Abcásia e na Ossétia do Sul for reduzido, ou se as tropas forem retiradas por completo. Nada disto está na letra dos acordos, mas está no espírito dos acordos, e gostaria conhecer a opinião do Senhor Ministro Jouyet a este respeito.

A UE - e sobretudo a sua Presidência - tem sido incrivelmente explícita e decidida nos últimos meses. Penso que esta é uma postura que devia ser mantida.

Restam-me três questões. Em primeiro lugar, relativamente à preparação da cimeira: que sinais e que passos específicos considera V. Exa. necessários para retomar as negociações? Em segundo lugar, como irá envolver o Parlamento neste processo? Em terceiro lugar, gostaria de colocar a seguinte questão. A Rússia não participa no tratado sobre as bombas de fragmentação que está a ser assinado em Oslo. Soube-se agora que um jornalista neerlandês foi morto por uma bomba de fragmentação russa. O que podemos fazer, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, no sentido de envolver a Rússia neste novo tratado que está a ser assinado em Oslo?

**Csaba Sándor Tabajdi (PSE).** - (HU) Senhor Presidente, a Presidência francesa foi exemplar na forma como lidou com a crise na Geórgia. Sabemos como fazer frente a crises mas ainda não conseguimos evitá-las. Permitam-me recordar aos senhores deputados que houve um Ministro dos Negócios Estrangeiros na União Europeia, Frank-Walter Steinmeier, Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, que apresentou um plano muito sério que foi aceite por todas as partes, à excepção de Tbilisi. É um facto histórico. É lamentável, dado que poderia ter evitado a guerra. Estou convencido de que o plano Steinmeier poderia ainda servir como base principal para um acordo negociado, embora a situação seja muito mais difícil actualmente, na medida em que a Abcásia e a Ossétia do Sul têm agora uma posição completamente diferente. Permitam-me que acrescente que as negociações não podem ser conduzidas sem a participação dos dois povos envolvidos, o povo da Abcásia e o povo da Ossétia do Sul. A sua opinião é também, sem dúvida, crucial, uma vez que concerne as suas relações com a Rússia.

Não podemos avançar a partir do ponto em que nos encontrávamos. A Rússia continua a ser um parceiro estratégico mas, como não a podemos ver isoladamente, a nossa confiança ressentiu-se. A Rússia tem de retirar ensinamentos destes acontecimentos, tal como nós, e, em concreto, devemos perceber por que razão a Rússia é muito mais tolerante relativamente à aproximação da Ucrânia e da Geórgia à UE do que à sua própria aproximação à NATO. É uma lição que tanto a política americana como nós temos de aprender, se queremos devolver a normalidade à parceria estratégica entre a Rússia e a UE. Obrigado pela vossa atenção.

**Henrik Lax (ALDE).** - (SV) Senhor Presidente, o ataque da Rússia contra a Geórgia não é um incidente isolado. O que estamos a ver é uma mudança de paradigma nas relações da Rússia com os seus Estados vizinhos - uma mudança de paradigma que poderá ter graves consequências se a UE não agir sensatamente. Na verdade, estamos numa encruzilhada, tal como disse o Senhor Secretário de Estado Jean-Pierre Jouyet. Estou preocupado porque um grande número de dirigentes da UE já estão a pronunciar-se a favor de um regresso às condições habituais no que respeita às relações com a Rússia. Estão a agir como se não tivesse havido uma guerra na Geórgia, embora as tropas russas, num total de 8 000 homens, permaneçam nas zonas ocupadas. A depuração étnica prossegue.

A UE tem de enviar uma mensagem clara condenando vigorosamente a política imperialista da Rússia, que a leva a crer que tem o direito de proteger os «seus» cidadãos ocupando Estados soberanos. Hoje a Geórgia, amanhã a Ucrânia e a Bielorrússia. Vou repetir isto na reunião com a delegação russa em Moscovo, na sexta-feira. Se a UE promover negociações sobre um acordo incondicional com a Rússia com base nas premissas de hoje, então estaremos a aprovar a acção daquele país na Geórgia e a dar-lhe carta branca para prosseguir a sua política imperialista. A UE tem o dever de ajudar as vítimas, não os atacantes. Gostaria de felicitar a Senhora Comissária Ferrero-Waldner pela sua proposta de 500 milhões de euros e espero que a conferência de amanhã, em que vão ser anunciadas as contribuições, seja bem sucedida.

**Tatjana Ždanoka (Verts/ALE).** - (EN) Senhor Presidente, intervenho hoje não só na qualidade de representante do meu grupo político e de membro da Delegação à Comissão Parlamentar de Cooperação UE-Rússia, mas também como única deputada de língua materna russa neste Parlamento.

Alguns políticos esquecem que a Rússia é, na verdade, o maior país da Europa em termos de população e que os falantes de russo são o maior grupo minoritário da União Europeia – cerca de 10 milhões de pessoas.

Infelizmente, muitos dos que falam dos recursos da Rússia pensam apenas em matérias-primas e esquecem a dimensão humana. É preciso que tenhamos presente que são as pessoas que estão na base das relações UE-Rússia. Os falantes de russo da União Europeia são favoráveis a relações UE-Rússia assentes numa parceria estratégica. Apoiamos não só um mercado comum UE-Rússia, como o Presidente Sarkozy ontem referiu, mas também uma circulação de pessoas mais livre. Apoiamos os direitos humanos – como também referiu o Presidente Sarkozy –, mas opomo-nos a qualquer dualidade de critérios que leve as instituições da União Europeia a fazer vista grossa às violações dos direitos dos falantes de russo nos Estados bálticos.

**Ģirts Valdis Kristovskis (UEN).** – (LV) São concorrentes ou parceiros? Jogadores astutos ou patetas ingénuos que caem nos ardis da outra parte? Refiro-me às relações entre a democracia ocidental e a autocracia russa, que fazem lembrar o jogo do gato e do rato. Burllescamente, volvidos dois meses sobre a acção militar na Geórgia, o Presidente Medvedev vem propor um novo acordo de segurança europeu. O Presidente Sarkozy, muito solícito, não considera que a Rússia tenha reforçado a sua presença militar na Ossétia do Sul e na Abcásia. Há motivos para confiar na Rússia? O processo do Kosovo e o conflito da Geórgia podiam ter sido mais instrutivos. O que está por trás deste optimismo entre os líderes europeus? Na ânsia permanente de se vingar do Ocidente, a Rússia vai explorar para seu proveito a credulidade ocidental. A política externa adoptada pela Rússia em relação à Ossétia, à Abcásia e à Ucrânia constitui um risco significativo; há uma luta em curso no ciberespaço. Não foi por acaso que o povo da Rússia e os meios de comunicação social que lhe são afectos, incluindo nos Estados bálticos, apoiaram a invasão russa da Geórgia. Neste momento, não devemos precipitar-nos e retomar conversações abrangentes com a Rússia. Antes disso, a Rússia tem de aplicar o plano de paz para o Cáucaso.

**Roberto Fiore (NI).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de fazer desaparecer a ideia de que a Rússia atacou a Geórgia. Penso que devemos adoptar a proposta apresentada pelos Russos, que pediram, em dado momento, um tribunal para decidir quem, efectivamente, foi responsável pelo início da guerra.

Dito isto, numa altura em que as finanças criativas entraram em colapso, penso que é essencial pensarmos na verdadeira economia que nos espera no futuro, que é feita de matérias-primas, terra e trabalho e que, neste momento, para a Europa, inclui efectivamente a Rússia. Gostaria ainda de dizer que isto não é apenas um facto económico: há uma Europa ocidental próxima do Catolicismo que pode vir a juntar-se a uma Europa oriental próxima da Ortodoxia e isso seria, efectivamente, a união dos dois pulmões da Europa – dos seus dois pulmões espirituais.

Portanto, é do interesse da Europa estar com a Rússia e do interesse da Rússia estar com a Europa.

**Zbigniew Zaleski (PPE-DE).** – (FR) Senhor Ministro, na sequência das palavras aqui proferidas esta manhã pelo Presidente Sarkozy sobre a necessidade de a Europa falar com uma voz forte, tenho algumas reflexões a fazer em polaco.

(PL) Recentemente, a relação com a Rússia estava diferente. A Europa dividiu-se; não falava a uma só voz. O Comissário Mandelson declarou que a questão do embargo à carne polaca era um assunto bilateral. Esse não é o tipo de Europa que eu desejo e não há lugar aqui para uma Europa assim.

A crise na Geórgia abriu temporariamente os olhos da Europa Ocidental, especialmente os dos nossos colegas socialistas, para aquilo de que a Rússia é capaz. Ela pode ser sedutora, fascinante, mas também imprevisível e não necessariamente respeitadora dos acordos que firmou, e a sua atitude em relação à adesão à OMC dificilmente pode, também, ser qualificada como entusiástica. A Rússia quer manter as suas regras, que lhe permitem decidir a seu bel-prazer ao sabor das vantagens que possa obter. Sem compreendermos este ponto, não poderemos alcançar as soluções pacíficas de que necessitamos. A Rússia é o nosso vizinho mais próximo, um país de grande potencial e património cultural, uma nação orgulhosa; orgulhosa da extensão do seu território, do Báltico ao estreito de Bering. Precisamos de um diálogo com a Rússia que comporte respeito pelos Russos, mas envolva também a assunção de uma posição conjunta determinada face aos seus líderes, nomeadamente o Sr. Medvedev e o Sr. Putin, em lugar de vivermos perpetuamente no medo de que os Russos nos possam fechar a torneira do gás a qualquer altura.

Em larga medida, o padrão de vida da população russa depende da importação de bens da União Europeia para satisfação das suas necessidades. Esse facto deve incutir nos nossos líderes alguma força e alguma auto-estima nas negociações com um parceiro forte. Assim, em vez de rastejarmos, temos de nos sentar como parceiros à mesa das negociações no Kremlin. Finalmente, *Signora comisaria*, os Presidentes em exercício do Conselho frisam que a retirada da Rússia da zona-tampão foi um êxito, e constitui um sinal positivo. Em lugar disso, talvez seja de encarar como um passo atrás, um mero simulacro de concessão, pois a Rússia não

retirou da Ossétia ou da Abcásia nem tem qualquer intenção de fazê-lo. Sejamos realistas e tentemos prever o seu próximo passo.

**Hannes Swoboda (PSE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, são muitas as diferenças entre os Estados Unidos e a Rússia. Acima de tudo, gostaria de ver uma eleição presidencial na Rússia tão livre como pelo menos se espera que seja nos actuais Estados Unidos.

Contudo, as grandes potências denotam também algumas similitudes, e espero que muitos de vós possam ver, em breve, a transmissão do programa do canal ARTE sobre o retrato de Henry Kissinger. Relativamente à intervenção no Chile e às sucessivas intervenções na América Latina, Kissinger e o General Alexander Haig disseram o seguinte: se algo os perturbar, os Estados Unidos intervêm e promovem uma mudança de regime. Ambos declararam que esta acção era plenamente justificada. Talvez possamos dizer algo semelhante acerca da Rússia, se bem que, provavelmente, em menos casos do que em relação aos Estados Unidos.

As duas grandes potências são também algo avessas ao direito internacional. Mais especificamente, as intervenções na América Latina foram, indubitavelmente, contrárias ao direito internacional. A guerra no Iraque fez-se manifestamente ao arrepio do direito internacional e as acções da Rússia na Abcásia e na Ossétia do Sul contradisseram igualmente o direito internacional. Quanto ao problema do Kosovo, vamos ter de esperar para ver se o Tribunal Internacional de Justiça considera a acção contrária ao direito internacional.

Em ambos os casos, Senhor Deputado Zaleski - e digo isto por tê-lo em grande conta -, tinha toda a razão quando afirmou que a Rússia é um país fascinante e poderoso, mas imprevisível. Isto tanto se aplica aos Estados Unidos como à Rússia, e é contra isto que temos de reagir.

Penso, porém que, em ambos os casos, seria errado interromper o diálogo. Após a clara violação do direito internacional da guerra no Iraque - e foi, de facto, uma violação flagrante que redundou na morte de milhares de pessoas -, ninguém disse «vamos deixar de conversar com os EUA». Obviamente, continuámos a dialogar com aquele país.

Não estou com isto a comparar a estrutura interna dos EUA com a da Rússia, mas apenas o comportamento de um e de outro na cena internacional. O Presidente Sarkozy tem toda a razão, e gostaria de lhe agradecer a sua política clara e pragmática: temos, decididamente, de prosseguir este diálogo.

O segundo ponto que gostaria de salientar é a necessidade de fortalecer os países vizinhos da Rússia, visto serem também nossos vizinhos. Temos de dar à Ucrânia e à Geórgia a força que lhes permita lidar com o seu difícil vizinho, a Rússia. No entanto, temos também de garantir a racionalidade da nossa acção, e a acção do Presidente Saakaschwili não foi racional. De igual modo, o comportamento do Presidente Juschtschenko para com a Primeira-Ministra Timoschenko, por exemplo, nada teve de racional. Temos de fazer com que os nossos vizinhos ajam ponderadamente. Se o fizerem e forem secundados pela nossa força, conseguirão também resistir à Rússia, que, mais uma vez, procura fazer o jogo de grande potência.

**Andrzej Wielowieyski (ALDE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhor Ministro, fico muito reconhecido ao senhor deputado Swoboda por não querer romper o diálogo com os Estados Unidos, mas vamos ao que interessa. É evidente que ambas as partes, isto é, a União Europeia e a Rússia, necessitam de uma cooperação leal e eficaz, nomeadamente no domínio da energia.

Sem a nossa ajuda tecnológica, é certo que a Rússia não poderá verdadeiramente tirar proveito dos seus recursos. Mas é evidente, também, que nós necessitamos da política energética comum e eficaz que neste momento nos falta, como já foi sublinhado neste debate.

No que respeita à instauração da paz no Cáucaso, evidentemente que também é necessária uma política comum. A concretização dos acordos celebrados entre os Presidentes Sarkozy e Medvedev, nomeadamente em relação à retirada das tropas russas da Abcásia e da Ossétia - hoje três vezes mais numerosas do que há três meses atrás -, impõe-se, precisamente como prova indispensável de boa vontade e de cooperação leal e credível.

É incontestável a responsabilidade dos Russos em relação à situação na República caucasiana. A presença militar russa ao longo dos últimos dezasseis anos não serviu, pois, para apaziguar os conflitos, antes foi um instrumento da política imperialista daquele grande país, que procurava tirar partido desses conflitos. A redução do número de soldados russos na Abcásia e na Ossétia até ao nível anterior ao conflito de Agosto deverá, então, como já o afirmaram alguns dos meus colegas, abrir caminho a negociações eficazes.



**Hanna Foltyn-Kubicka (UEN).** – (PL) Senhor Presidente, ao discursar hoje nesta Assembleia, o Presidente Sarkozy afirmou que a Rússia cumpriu as suas obrigações no tocante à retirada das suas forças para as posições anteriores a 7 de Agosto, e apelou à normalização das relações com a Rússia. Um tal passo seria um grave erro e inspiraria, de facto, ao Governo da Federação Russa um sentimento de completa impunidade.

Gostaria de recordar à Assembleia que a Rússia continua a ter 8 000 soldados estacionados na Abcásia e na Ossétia do Sul, incluindo em locais onde já se encontravam antes da eclosão do conflito. Nas aldeias da zona fronteiriça, foram empreendidas acções brutais de “limpeza étnica”; soldados abcases ocuparam o vale do Kodori, antes sob controlo georgiano. Mais de 200 observadores da União Europeia continuam a aguardar que lhes seja facultado o acesso às duas repúblicas, que foram reconhecidas pela Rússia como Estados independentes. Este estado de coisas afigura-se-me muito distante da situação de 7 de Agosto de 2008.

A possibilidade de uma normalização das relações deve ser excluída de todo em todo, enquanto os Russos continuarem a desrespeitar as suas obrigações. Se a União Europeia decidir tomar essa medida, arrisca-se a transformar-se em objecto de chacota e deixará claro que aceitará, mais cedo ou mais tarde, todas as acções que a Rússia leve a cabo, mesmo as mais perigosas.

**Bastiaan Belder (IND/DEM).** – (NL) Senhor Presidente, os Estados-Membros da UE não cerraram fileiras em reacção à divisão territorial unilateral da Geórgia supervisionada pela Rússia. Mais uma vez, não vimos qualquer sinal de uma resposta europeia unida, e menos ainda firme, às maquinacões de poder do Kremlin. Assim, a questão crucial mantém-se: o que entende a União Europeia por uma parceria estratégica com a Federação Russa? Por outras palavras, será Moscovo realmente um parceiro indispensável para Bruxelas, ou será que, ao dizer isto, estou a tocar num tabu político da Europa?

A verdade é que, até hoje, a Rússia tem sabotado uma resposta internacional efectiva aos programas nucleares do Irão e da Coreia do Norte. Ao mesmo tempo, Moscovo também não tem propriamente dado mostras de ser um parceiro indispensável na sangrenta luta contra o terrorismo islâmico, por exemplo, na frente afgã.

Só no domínio da energia é que os frios números sugerem que há talvez uma parceria estratégica, e até mesmo indispensável, entre a União Europeia e a Rússia: hoje, os 27 Estados-Membros da UE dependem em cerca de 70% das exportações de petróleo e gás daquele país. Contudo, para seu próprio bem, a UE deveria reduzir quanto antes esta considerável dependência. Afinal de contas, Moscovo reconhece que as suas reservas de energia estarão esgotadas dentro de 10 a 15 anos.

Conselho e Comissão, onde está agora a vossa estratégia de diversificação energética? A recente descoberta turquemenana de gás deveria incentivar-vos a agir.

**Josef Zieleniec (PPE-DE).** – (CS) Numa cimeira extraordinária realizada no dia 1 de Setembro, a União Europeia comprometeu-se a retomar as negociações com a Rússia sobre um novo acordo de parceria quando unidades russas se retirassem do território da Geórgia para as suas posições de 7 de Agosto. Para que a União cumpra a sua palavra e mostre que é um parceiro coerente, o único critério para iniciar conversações deveria consistir em verificar se as unidades russas se encontram ou não atrás das suas posições de 7 de Agosto. A Rússia ainda não cumpriu esta condição. A retoma das negociações não deve, em circunstância alguma, ser interpretada como o nosso consentimento para a política russa no Cáucaso e a continuação do bloqueio de facto das conversações sobre o futuro da região. Temos de traçar uma linha clara entre a retoma das negociações e a continuação das mesmas no futuro.

O acordo de parceria e cooperação constitui um documento decisivo para cimentar a nossa relação com a Rússia. O novo acordo de parceria é necessário para a União e, segundo penso, ainda mais para a própria Rússia. A existência de um novo acordo, que melhore o texto existente, tanto em termos qualitativos como quantitativos, constitui uma condição prévia e, simultaneamente, um reflexo da qualidade das nossas relações com a Federação Russa. Por isso, é essencial que a nossa posição e os nossos valores se tornem claros durante as negociações. Penso que a União Europeia deverá iniciar negociações, tal como prometeu, se houver uma avaliação objectiva e unânime que demonstre que a Rússia se retirou para as suas posições de 7 de Agosto. No entanto, a continuação das negociações deve ser condicionada, pelo menos, por um compromisso claro por parte da Rússia de que não voltará a usar a força contra a Geórgia ou contra qualquer outro dos seus vizinhos e que as disputas que afectam os nossos vizinhos comuns serão resolvidos com o acordo da União Europeia. A prontidão da Rússia para encontrar uma abordagem comum na resolução dos problemas do Cáucaso, da Ucrânia e da Moldávia, em vez de proceder de forma unilateral, com recurso à força, tem de constituir a prova dos nove para a continuação das nossas negociações com a Rússia.

**Libor Rouček (PSE).** – (CS) A Europa, tal como o resto do mundo, está a enfrentar uma série de problemas globais graves. Estes incluem a proliferação de armas nucleares, o terrorismo internacional, o aquecimento global, os conflitos não resolvidos no Médio Oriente e no Afeganistão, a crise financeira mundial e muitos outros. A União Europeia não pode resolver nenhum deles sozinha. É necessária a cooperação de outros actores internacionais, entre eles a Rússia. A Rússia também necessita da cooperação e do diálogo. A Rússia precisa de vender as suas matérias-primas minerais, precisa de comprar tecnologia ocidental, conhecimentos, bens de consumo e muitas outras coisas. Só assim a Rússia terá uma oportunidade para se modernizar e reformar progressivamente tanto a sua economia, como a sua sociedade. A cooperação com a Rússia criará um futuro comum para a União Europeia e a Federação Russa. No entanto, isto pressupõe diálogo, nomeadamente diálogo a todos os níveis, desde a política energética a actividades de investimento recíprocas, não esquecendo o diálogo sobre os direitos humanos e cívicos, assim como sobre a democracia.

Penso que a decisão da União Europeia de continuar a avaliar as relações UE-Rússia antes da próxima cimeira em Nice é correcta. A União deu um sinal claro de que está disposta a retomar conversações com a Rússia sobre um novo acordo de parceria e cooperação. No entanto, a condição prévia para tal deve ser o cumprimento dos acordos de 12 de Agosto e 8 de Setembro por parte da Rússia.

**István Szent-Iványi (ALDE).** – (HU) Senhor Presidente, a UE prossegue uma parceria e cooperação com a Rússia, mas só podemos falar de parceria se esta se basear na reciprocidade, no direito internacional e no cumprimento dos acordos. A intervenção da Rússia na Geórgia destruiu a base psicológica fundamental de uma parceria: a confiança. Esta confiança só pode ser restabelecida se o acordo que contém os seis pontos for plenamente implementado. Não é de passos em frente ou de mudanças na direcção certa que necessitamos, mas sim de um cumprimento efectivo e total. A Rússia tem de decidir, por fim, se quer considerar a Europa como um parceiro, um rival ou um adversário. Moscovo precisa de saber que, qualquer que seja a sua decisão – se nos considera parceiros ou adversários –, o futuro e a independência da Ucrânia, da Geórgia e de outros países vizinhos não estão sujeitos a acordos de poder. A Europa nunca poderá consentir numa nova divisão do continente, num novo Acordo de Yalta. Queremos, efectivamente, uma parceria, mas uma parceria baseada na reciprocidade e no respeito mútuo. Obrigado.

**Laima Liucija Andrikiienė (PPE-DE).** – (EN) Senhor Presidente, a guerra Rússia-Geórgia e o seu rescaldo põem a nu a necessidade política de a União Europeia reavaliar com seriedade as suas relações com a Rússia, como a Senhora Comissária salientou hoje com toda a pertinência. Para além disso, deveremos suspender a atitude de proceder como se nada tivesse acontecido até que a Europa obtenha respostas claras da Rússia sobre questões muito importantes.

Cumprir dizer que a Europa deverá encontrar forma de falar com a Rússia com uma voz nova, diferente e mais forte. Isso porque a Rússia optou novamente pela abordagem assente nas «esferas de influência» do século XIX ou, dizendo de forma mais simples, pela doutrina da *realpolitik*. As afirmações russas relativamente a interesses privilegiados na sua vizinhança são testemunho dessa abordagem. Esta *realpolitik* está a ser alimentada por um nacionalismo agressivo a nível interno e pela atribuição do rótulo de inimigos da Rússia aos países que a circundam. À luz dessa realidade, é crucial que a Europa compreenda que precisa de recorrer aos seus mais duros instrumentos de poder.

A reacção europeia ao conflito Rússia-Geórgia e ao seu rescaldo tem sido mista. Para alguns, há um sentimento de que as relações entre a UE e a Rússia estão a regressar ao figurino habitual. Isso acontece apesar de Moscovo ainda não ter cumprido cabalmente os seus compromissos no que respeita à retirada das tropas e, mais importante ainda, de ter reconhecido a independência da Ossétia do Sul e da Abcásia. Regressar ao figurino habitual ainda antes de Moscovo cumprir totalmente os seus compromissos equivale quase um apaziguamento. É preciso que a Europa se relacione com a Rússia, mas é preciso que o faça com base em princípios e de forma consistente.

A UE tem uma capacidade de influência limitada sobre a Rússia. No entanto, a Rússia olharia claramente com cuidado uma posição unida do Ocidente. A Rússia é muito sensível relativamente a questões que se prendam como a sua posição e prestígio internacionais: por exemplo, considerações do tipo G7 *versus* G8. Os programas de investigação ligados à tecnologia, os acordos comerciais e os combustíveis nucleares são também temas de interesse para Moscovo.

Finalmente, a UE deverá permanecer firme e consistente, a fim de promover a sua visão quanto ao rumo que a parceria com a Rússia deverá trilhar.

**Ioan Mircea Pașcu (PSE).** – (EN) Senhor Presidente, Senhor Ministro Jean-Pierre Jouyet, Senhora Comissária, as relações da UE com a Rússia careciam de uma reavaliação mesmo sem os acontecimentos na Geórgia. As

questões da energia, da segurança e da vizinhança comum exigem um conceito de gestão comum que ainda não existe. Na UE, a preferência continua a ser pelas acções bilaterais, e não pelas multilaterais, o que diminui a eficácia da nossa abordagem. Para além disso, com bases nas diferentes experiências na União, não há ainda, entre o Ocidente e o Oriente, uma percepção comum sobre a Rússia como condição prévia para uma posição comum. Permitam-me que seja muito claro. Nós, no Oriente, estamos menos inclinados a ter uma confrontação pois seríamos os primeiros a perder. De igual modo, estamos menos dispostos a permitir que se ignore qualquer comportamento inaceitável da parte da Rússia, porque, uma vez mais, seríamos os primeiros a sofrer caso essa situação voltasse a repetir-se.

A generalização, seja em que direcção for, é errada. Por um lado, as relações com a Rússia não deverão ficar totalmente reféns daquilo que aconteceu na Geórgia. Por outro, o que aconteceu na Geórgia não deverá ser ignorado só para podermos manter intactas as nossas relações bilaterais. Não é preciso que interrompamos as nossas relações com a Rússia. Bem vistas as coisas, conseguimos conviver com situações bem piores no passado. Precisamos de um diálogo sincero com base nos nossos pontos fortes – aparentemente a única coisa que a Rússia respeita –, fazendo ver à Rússia o que é aceitável e o que não é, sendo que a Rússia deverá dizer-nos o que efectivamente pretende de nós. Espero que ambos possamos viver com isso.

**Alexander Graf Lambsdorff (ALDE).** – (DE) Senhor Presidente, a política externa europeia segue uma tradição moldada, na sua substância, por Hans-Dietrich Genscher, que manteve conversações com a União Soviética mesmo durante os períodos mais difíceis da Guerra Fria, mas sempre com base numa análise sóbria dos interesses russos. À época, o principal objectivo da União Soviética era a defesa do *status quo*. Para a Rússia de hoje, o primeiro objectivo é alterar o *status quo* a seu favor. Trata-se de uma posição completamente diversa no que aos interesses da Rússia diz respeito. A Rússia tem um interesse objectivo nos conflitos congelados e na crítica à Carta de Paris, através do reconhecimento da Abcásia e da Ossétia do Sul. É nisso que residem os seus interesses. Interessa à Rússia que haja instabilidade na Ucrânia.

Nada disto é positivo. E é um desafio que temos pela frente. No entanto, é claramente melhor do que a ameaça existencial que emanava da União Soviética e, mesmo nessa altura, não deixámos de nos sentar à mesa com os Russos. Posto isto, na nossa óptica, uma coisa é certa: não desejamos a retórica da Guerra Fria, mas também não podemos ser ingénuos. Queremos manter um diálogo crítico com Moscovo. Somos a favor do objectivo a longo prazo de uma parceria estratégica, mas não da assunção ingénua de já o termos alcançado.

Para terminar, gostaria de acrescentar que teria ficado contente se tivéssemos realizado este debate em Bruxelas, e não em Estrasburgo.

**Francisco José Millán Mon (PPE-DE).** – (ES) Senhor Presidente, a Rússia é um importante actor global e membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Dispõe de um enorme arsenal nuclear, um extenso território e abundantes recursos naturais, incluindo gás e petróleo. A sua cooperação é essencial para fazer face a novos desafios, como o processo de paz no Médio Oriente ou a questão nuclear iraniana, e para lutar contra a criminalidade organizada, o terrorismo, as alterações climáticas e a proliferação nuclear.

Penso, por conseguinte, que não devemos isolar a Rússia, mas sim tentar estabelecer o diálogo e a cooperação com este país. Poderíamos também estabelecer uma relação num outro plano mais ambicioso. A Federação Russa é um vizinho europeu que, tendo deixado para trás um longo período de totalitarismo político e centralismo económico, enveredou na última década pelo caminho da democracia, dos direitos humanos e de uma economia de iniciativa privada.

Se a Rússia continuar a aderir a estes ideais, a sua relação com a União Europeia deverá ser profunda, uma relação de verdadeiros vizinhos e parceiros, baseada em valores comuns fundamentais. A crise com a Geórgia foi de facto muito grave. Para nós, membros da União Europeia, os princípios básicos devem ser a não utilização da força, o respeito da soberania e da integridade territorial dos Estados e o cumprimento em boa-fé dos acordos internacionais.

O comportamento da Rússia no Verão não foi conforme a estes princípios. Parece-me também que os acordos de 12 de Agosto e 8 de Setembro não foram implementados de forma totalmente satisfatória pela Rússia, que talvez tenha tirado partido das ambiguidades desses acordos.

A Conferência de Genebra também não começou muito bem. Se as autoridades russas desejam construir connosco, com a UE, uma relação de verdadeira cooperação e confiança, a sua conduta não deve ser a destes últimos meses. Também é necessário que, no plano interno, sejam coerentes com o princípio do respeito dos direitos humanos e do primado do direito, proclamado pelo próprio Presidente Medvedev no início do seu mandato.

Senhoras e Senhores Deputados, este é, em minha opinião, um momento crucial. Temos de estar vigilantes e tentar convencer a Rússia de que uma relação intensa e de confiança mútua entre verdadeiros parceiros e vizinhos europeus exige que partilhemos princípios e regras fundamentais.

**Kristian Vigenin (PSE).** - (BG) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, a questão das relações com a Rússia tem sido levantada com frequência nesta Assembleia, o que, por si só, revela a sua importância, não só para as instituições, mas também para os cidadãos da União Europeia. Congratulo-me com a sua abordagem, Senhora Comissária, porque temos de viver no mundo real e temos de estar plenamente conscientes dos riscos e das consequências negativas de uma confrontação aberta com a Rússia. Temos de tentar aprender com todas as situações de conflito, transformando-as numa força para o futuro. Não subestimamos a gravidade da campanha militar na Geórgia, mas a prevenção é a única política que poderá evitar desenvolvimentos semelhantes nos países vizinhos.

Há dois meses, eu perguntei ao Senhor Alto Representante Solana se, depois da guerra na Geórgia, ele esperava que a Rússia se mostrasse mais flexível e mais disposta a chegar a um compromisso, ou se continuaria a actuar de uma forma conflituosa e arrogante. Claro que ele não respondeu, mas hoje eu posso concluir que o cenário negativo não irá acontecer. No entanto, isso também depende, em grande medida, de nós. Julgo que o desafio que enfrentamos reside em como construir novas relações pragmáticas com a Rússia, sem comprometer os valores em que a nossa União se baseia. Por isso, é importante que tenhamos uma estratégia clara para garantir que cada passo no sentido da cooperação em matéria de economia, energia e política externa e da confrontação de todos os desafios seja seguido por um passo no sentido da promoção dos direitos humanos e das reformas democráticas na Rússia.

Em conclusão, gostaria de salientar que é importante trazer para a ribalta as questões que podem envolver a Rússia na execução das políticas que temos em comum - não irei enumerar todas essas questões aqui. Julgo que a abordagem até agora utilizada pela Comissão e pelo Conselho será mantida e será bem-sucedida.

Obrigado.

**Toomas Savi (ALDE).** - (EN) Senhor Presidente, o Parlamento Europeu é a única Instituição da UE directamente eleita pelos seus cidadãos. Tem sido apelidado também de consciência da Europa. Esta consciência tem vindo a ficar pesada ao longo dos anos devido aos conflitos provocados pela Rússia. Recorde-se a guerra na Chechénia; recorde-se a Ucrânia; os camiões em fila durante semanas nas fronteiras da Finlândia, Estónia e Letónia; o conflito congelado na Transnístria; os ciber-ataques à Estónia; a proibição da carne polaca. Agora, para coroar tudo isso, a agressão da Rússia à Geórgia.

Preocupa-me que a UE reaja apenas timidamente, contornando cuidadosamente as sanções em vez de as discutir. Estamos simplesmente a encorajar a Rússia a enveredar por comportamentos mais irresponsáveis. Estou convicto de que ter uma consciência limpa relativamente à Rússia não é um luxo que a União Europeia não possa suportar.

**Ari Vatanen (PPE-DE).** - (EN) Senhor Presidente, na próxima semana começará a ser construído um circuito de Fórmula 1 em Moscovo. Quando se constrói um circuito, é preciso respeitar à risca o plano do engenheiro. Não há outra hipótese. Supostamente, nós somos os engenheiros da democracia nesta Assembleia, e talvez devêssemos falar, na realidade, não das relações UE-Rússia mas das relações UE-Kremlin, pois os líderes do Kremlin mudarão um dia, e nós esperamos que mudem para melhor.

Evidentemente, queremos contar com a Rússia e com o Kremlin. Ninguém o poderá questionar, porém, a pergunta é: quem ditará as condições? Não poderá ser a Rússia. Terão de ser respeitadas condições universais, assentes em valores universais. Espera-se de nós que defendamos os próprios fundamentos da UE. Se formos membros dos escuteiros, temos de observar escrupulosamente as suas leis. Se condescendermos face às actuais - como dizer - práticas do regime do Kremlin, estaremos, de certa forma, a negar a razão de ser da UE. Trairemos igualmente o povo Russo, pois é necessário que apoiemos as forças democráticas em todo o mundo. Não à duplicidade de critérios! É preciso que transmitamos esperança às pessoas que lutam pelos valores fundamentais da vida. É esse o nosso dever.

Se a Rússia se tornar democrática, é preciso que a acolhamos favoravelmente em qualquer estrutura internacional. Temos de olhar para o futuro, como o fizeram os nossos antecessores. Por que não poderá a Rússia, um dia, pertencer a uma UE ou a uma NATO reformadas? Nunca saberemos. Jean Monnet e Robert Schuman eram grandes visionários. E é esse o caminho a seguir. Esta discussão está a tornar-se muito séria, por isso, permitam-me apenas que recorde - quando pensamos nas nossas relações - uma anedota russa.

Uma galinha diz para um porco «Façamos uma *joint venture*; uma empresa de pequenos-almoços. Eu entro com os ovos e tu com o *bacon*»!

**Katrin Saks (PSE).** - (ET) É claro que não podemos falar da reatamento ou da melhoria das relações com a Rússia se não existir confiança mútua, e essa confiança não poderá ser criada sem a implementação integral do plano de paz. Vejo as relações com Moscovo a partir de duas perspectivas. Em primeiro lugar, ao nível dos Estados-Membros, onde partilho a opinião de que é mais sensato falar acerca desses tópicos do que cortar as relações. Ao nível da União Europeia, contudo, a nossa mensagem vai no sentido de a União dever ter em consideração os desejos e receios dos pequenos países, como o nosso, que tiveram uma experiência diferente em termos históricos. Do mesmo modo que a agressiva política externa russa ou as violações dos direitos humanos não podem ser a única mensagem, os interesses da União Europeia que operam por cima das cabeças dos mais fracos, isto é, dos países da Europa Oriental, também não deve ser a sua única forma de agir.

Associei estes aspectos àquilo que o Presidente liberal francês, Nicolas Sarkozy, referiu hoje: destacou a necessidade do diálogo em vez do contra-ataque. Recordou-nos que se chegou a pensar que não fazia sentido ir a Moscovo, porém o facto de ter ido, travou, efectivamente, as forças russas. Obviamente que não precisamos de uma nova Guerra Fria, mas precisamos de defender os nossos princípios europeus de soberania, integridade territorial e políticas baseadas em valores e na democracia.

Apelo à União Europeia para que prossiga uma política externa sustentável com a Rússia e que não corte as relações. Os membros do Parlamento têm o dever de resolver as tensões. Precisamos de diplomacia bem como de diplomacia popular, sendo um bom exemplo o do bem sucedido festival de teatro russo que decorreu recentemente no meu país, a Estónia. Gostaria ainda de apelar aos líderes europeus, à Presidência da UE e aos líderes das facções no Parlamento Europeu para que não esqueçam os receios e o pavor que os seus vizinhos sentem em relação à política agressiva promovida pela Rússia. Está claro que as relações entre a União Europeia e a Rússia se caracterizam actualmente pela falta de confiança e de respeito ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

**Jerzy Buzek (PPE-DE).** - (PL) Obrigado pelo ensejo de debater esta questão. Acredito que todos nós, nesta Assembleia, desejamos o mesmo. Desejamos cooperar com a Rússia. Desejamos também uma situação política estável e previsível na Europa. A Rússia, por certo, precisa igualmente de nós – União Europeia –, porque necessita de vender o gás e o petróleo bruto, mas, acima de tudo, porque também tem os seus problemas, internos e externos. A Rússia precisa da nossa estabilidade, responsabilidade e força. Em que consistem, então, as nossas divergências nesta Câmara? Divergimos quanto ao rumo a imprimir às nossas relações com a Rússia, para atingir os objectivos da União Europeia, não apenas de ordem económica, mas também em matéria de observância dos princípios e do sistema de valores em que acreditamos.

Queria dar-vos um exemplo retirado da minha própria experiência. Em 2001, as relações entre a Rússia e a Polónia atravessavam um momento excelente e o Ministro polaco dos Negócios Estrangeiros foi recebido em Moscovo com honras de Estado. O Primeiro-Ministro russo foi a Varsóvia negociar um conjunto de assuntos importantes do domínio das relações bilaterais, em que avultavam matérias do foro energético. Foi mesmo ao ponto de prolongar a visita um dia para além do previsto, gesto que é raro em circunstâncias normais. Isto a despeito de, dois anos antes apenas, em 1999, a Polónia ter expulsado à volta de uma dúzia de diplomatas russos, que estavam envolvidos numa série de actividades, que tinham todas elas pouco que ver com diplomacia. O episódio gerou uma curta crise, até que os Russos acabaram por reconhecer que valia a pena falar connosco e concertar posições connosco, e isso ficou a dever-se à força que sustenta aqueles que têm a razão do seu lado.

Os Russos são um povo orgulhoso, com grandes tradições. Apreciam a decisão e a força nos outros, mais que arrazoados complexos que dizem que o «o preto não é bem preto». Quando temos manifestamente razão, uma posição dura e resoluta é a única solução.

**Maria-Eleni Koppa (PSE).** - (EL) Senhor Presidente, a União Europeia vê-se hoje confrontada com o desafio do reatamento das suas relações com a Rússia. Essas relações devem alicerçar-se no respeito dos direitos humanos e na observância do direito internacional. A evolução do panorama internacional exige que se estabeleça uma nova relação estratégica entre a União Europeia e a Rússia. Uma Europa unificada, livre das linhas divisórias do passado, é o objectivo derradeiro.

Temos de cooperar estreitamente no quadro da política europeia de vizinhança para instaurar a estabilidade na região, dado que nenhum dos conflitos congelados no Cáucaso apresenta perspectivas sérias de poder

ser resolvido sem a Rússia. Temos interesse em procurar soluções comuns para problemas comuns, prosseguir as negociações sobre parceria o mais rapidamente possível e encetar um diálogo num espírito de entendimento mútuo e de respeito mútuo. Só assim haverá alguma esperança de encontrar soluções, inclusive para os problemas mais difíceis, que sirvam os interesses mútuos. Precisamos também disso para a política interna de estabilidade em todo o território europeu.

É preciso fazer com que os países do Cáucaso e os Estados Unidos compreendam que o alargamento das relações euro-atlânticas deve acompanhar intimamente a normalização das relações com Moscovo. Se o objectivo é efectivamente a segurança colectiva, então é necessário que todos cooperem e participem. Caso contrário, o regresso à lógica da Guerra Fria será uma via de sentido único.

**Gunnar Hökmark (PPE-DE).** - (SV) Senhor Presidente, o mapa da Europa mudou em consequência de ataques armados e de guerras. Com esta acção, a Rússia mostrou que está disposta a usar a força militar para atingir objectivos políticos. Não devemos permitir que este assunto seja posto de lado no debate que estamos a realizar hoje. O que aconteceu afecta, naturalmente, a nossa opinião sobre a Rússia, mas também influenciará os vários requisitos que será necessário impor relativamente a toda a cooperação futura. Aconselho prudência àqueles que estão a comparar esta situação com outras. Senhor Deputado Swoboda, por favor não compare esta situação com o Iraque. O Iraque era uma ditadura do tipo mais brutal e estava em conflito com a comunidade internacional. Podemos ter opiniões diferentes sobre aquilo que aconteceu, mas não compare o Iraque com uma democracia europeia e um Estado soberano.

Não há desculpa para aquilo que foi feito à Geórgia. Não tentem desculpar o que não tem desculpa. Nem a Rússia nem nenhum outro país tem quaisquer interesses legítimos em matéria de segurança em qualquer outro país europeu. Isto tem de ser o ponto de partida para toda a cooperação europeia. Caso contrário, estará a comprometer-se a base de cooperação e a abrir caminho para mais violência.

Há uma série de áreas em que participamos em importantes acções de cooperação que têm de envolver a Rússia. Entre elas incluem-se o sector energético, o Irão e as alterações climáticas. Sou da opinião de que a Europa e a União Europeia deviam estar abertas à cooperação, mas sem prescindir dos requisitos que têm de servir de base a essa cooperação. Devemos saudar a cooperação, mas devemos também ser claros ao estabelecermos os requisitos que é necessário impor. Desta forma, poderemos também desempenhar um papel importante em ajudar a Rússia a aceitar a democracia e o respeito pelas normas fundamentais. É isto que deve estar na base da política europeia em relação à Rússia.

**Ioannis Varvitsiotis (PPE-DE).** - (EL) Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhora Comissária, compreendo a razão por que muitos deputados se manifestam contra a Rússia. É porque sofreram no passado. Também nós, na Grécia, tivemos uma guerra civil que durou quatro anos completos e causou muitos mortos.

Por isso, não podemos continuar a olhar só para o passado. Temos também de reconhecer em que aspectos a Rússia tem a razão. Esquecemos que Putin avisou que o reconhecimento do Kosovo iria desencadear uma reacção brutal? Esquecemos que Bush quebrou a promessa que os Estados Unidos fizeram à Rússia de que a NATO não se alargaria para oriente?

Só há uma política que devemos seguir e que é a política hoje aqui formulada pelo Presidente Sarkozy quando disse que seria uma irresponsabilidade permitir que se abra uma crise nas relações entre a União Europeia e a Rússia.

**Adrian Severin (PSE).** - (EN) Senhor Presidente, a Rússia já não é o inimigo soviético da Europa livre e democrática. A Rússia ainda não é o parceiro estratégico da União Europeia. É preciso que abandonemos esta ambiguidade. A Rússia é demasiado grande para ficar isolada; a Rússia é também demasiado importante para ser ignorada. É preciso que a União Europeia tenha em conta essas realidades.

A crise geopolítica no Sul do Cáucaso e nos Balcãs Ocidentais prova que a Rússia e as democracias euro-atlânticas poderão reforçar, à distância, medidas unilaterais segundo o seu próprio arbítrio, sem ter em conta as prioridades umas das outras.

A recente crise financeira e económica provou que a Rússia e a União Europeia são interdependentes e precisam uma da outra. Por conseguinte, é preciso que convoquemos uma nova conferência sobre segurança e cooperação na Europa mais alargada, desta feita de Vancouver a Xangai, com vista a estabelecer novas bases para os princípios e regras das relações internacionais e para o direito internacional das organizações internacionais...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Bogusław Rogalski (UEN).** - (PL) Passo a passo, a Rússia está a recuperar o controlo sobre os seus vizinhos e a atingir as suas metas no campo da política externa. Põe o mundo diante de factos consumados, enquanto os políticos europeus se quedam pelas manifestações de hipocrisia e fraqueza. O Presidente francês desfez-se em louvores à Rússia, quando a Rússia não retirou as suas tropas das regiões rebeldes da Geórgia, e reconheceu a sua independência. A Chanceler alemã, pelo seu lado, deu garantias em Tblisi de que a Geórgia poderia aderir à NATO. Semanas depois, afiançou ao Presidente Medvedev que não havia motivo para acelerar as coisas.

É verdade que a Rússia sabe recompensar esses gestos de lealdade. Foi concedido acesso às reservas e ao mercado de energia siberianos à companhia alemã E.ON e os dois países vão construir um gasoduto em conjunto, um cordão umbilical, sob o mar Báltico. O Presidente francês, por seu turno, assinou contratos bilionários em Moscovo para a modernização do sistema ferroviário russo. O comportamento mais vergonhoso da parte da Europa em relação à Rússia teve lugar quando o Presidente Sarkozy afirmou que a Rússia tinha o direito de defender os seus cidadãos.

Querem que acreditemos que o Presidente em exercício do Conselho ignorava que a Rússia utilizou esse truque por diversas ocasiões no passado? Estamos perante uma nova alta.....

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Presidente.** – Senhoras e Senhores Deputados, devo dizer aos senhores deputados que, quando falam com a velocidade do último orador, não há interpretação, porque, logicamente, os intérpretes não conseguem acompanhar o ritmo das intervenções. O procedimento «catch-the-eye» não é um truque para intervir quando não tenha sido atribuído tempo de intervenção. Vamos submeter o procedimento à apreciação da Mesa, porque são cada vez mais os deputados a fazer uso do mesmo. É evidente que, quando há 14 ou 15 deputados que pedem a palavra no âmbito deste procedimento, pura e simplesmente não há forma de nele encaixar tudo. De qualquer modo, tenham presente por favor que, se falarem muito depressa, só o orador e os seus compatriotas poderão compreender, porque não há interpretação que consiga acompanhar o ritmo imposto.

**Christopher Beazley (PPE-DE).** - (EN) Senhor Presidente, tenho três perguntas para a Senhora Comissária. A Senhora Comissária manifestou-se favorável ao reatar das conversações, tal como o colega Hökmark. Que interesses da UE tenciona a Senhora Comissária defender nessas conversações? Exigirá a Senhora Comissária a retirada dos soldados russos – 8 000 dos quais ainda se encontram em território da Geórgia –, em particular de Kodori Gorge, que os soldados da Abcásia ocuparam ilegalmente, retirando-o novamente às tropas da Geórgia?

Em segundo lugar, ponderará a Rússia contribuir com os fundos necessários para reparar os danos provocados pelas suas tropas aos cidadãos da Geórgia e às infra-estruturas do país?

Por último, será que a Senhora Comissária dispõe de informação no sentido de que, enquanto Mikhail Saakashvili é acusado de ter um comportamento intempestivo, existiam de facto 400 tanques russos...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Miloš Koterec (PSE).** – (SK) Estamos a partir de uma premissa errada, como se quiséssemos tratar a Rússia como um inimigo. Como já foi afirmado várias vezes, partilhamos muitos interesses estratégicos comuns com a Rússia. A globalização é um facto e nós deveríamos ter consciência de quais são os verdadeiros riscos para o futuro, a paz, o desenvolvimento e a nossa existência como tal.

Concordo. Condenemos a reacção desproporcionada na Geórgia e todas as coisas desse tipo. Mas o que se podia esperar? Criticamos e reagimos, mas trabalhemos juntamente com a Rússia como um parceiro em pé de igualdade e um potencial parceiro estratégico e contribuamos com propostas de soluções na cimeira de Novembro. Assim, pelo menos, estaremos a defender os nossos próprios interesses.

**Reinhard Rack (PPE-DE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, o debate anterior tornou evidente que temos um grande número de pontos de contacto com a Rússia, muitos dos quais se revelam igualmente outros tantos pontos de conflito. A situação no Cáucaso e na Geórgia e a questão energética foram já discutidas bastas vezes e, finalmente, discutimos também os nossos interesses comuns na crise financeira, questão essa novamente suscitada, e acertadamente.

Assim, solicitaria à Comissão e ao Conselho - e este aspecto foi já aflorado pelo Presidente Sarkozy - que fizessem com que a Europa parasse de ser meramente reactiva às situações e procurasse, activa e proactivamente, tomar a iniciativa e encetar discussões sobre uma série de questões importantes para nós.

É necessário mantermos um diálogo construtivo com a Rússia, mas não sempre a reboque das acções empreendidas por um dos lados.

**Tunne Kelam (PPE-DE).** - (EN) Senhor Presidente, não considero que o problema seja a Rússia, mas a dupla personalidade da UE – dupla porque dividida entre os valores, as tentações e a necessidade de conduzir tudo como habitualmente. A solução passa pela demonstração, de forma convincente, de que a UE é séria no que respeita à aplicação dos seus valores universais – não se trata dos valores da UE nem dos valores russos – e pela garantia de que as invasões do tipo das que ocorreram na Geórgia jamais se repetirão na Europa. A Geórgia faz parte da Europa.

Como fazer? Não mostrar hesitação, como o senhor deputado Savi afirmou, mas assumindo uma posição firme sobre a forma de impedir que este tipo de acontecimentos se repita.

A minha questão prende-se igualmente com a conferência de doadores. Não deveremos nós pedir à Rússia que cubra parte dos danos...

*(O presidente retira a palavra ao orador)*

**Czesław Adam Siekierski (PPE-DE).** - (PL) A construção de uma boa relação com a Federação Russa constitui um enorme desafio para a União Europeia. A Federação Russa é um dos nossos parceiros mais poderosos em termos políticos, económicos e militares.

Os recentes acontecimentos da Geórgia abalaram fortemente a nossa confiança no nosso vizinho oriental. A política externa russa revelou as aspirações de um Kremlin que tem por objectivo reconstruir um vasto império global, e não mostra respeito suficiente pelos acordos internacionais. Moscovo venceu de forma clara a sua esfera de influência. Isso deixou a União Europeia numa situação muito difícil, em que, felizmente, falámos a uma só voz, se bem que um tanto ou quanto sumida.

Na sequência dos acontecimentos da Geórgia, devemos ponderar de que forma poderemos manter uma política coerente em relação à Rússia. A segurança é um domínio que exige uma acção imediata da nossa parte.

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Charles Tannock (PPE-DE).** - (EN) Senhor Presidente, gostaria de prestar especial homenagem ao Senhor Presidente Sarkozy, durante esta Presidência francesa, por ter assegurado o cumprimento de 90% do plano de seis pontos no que respeita à retirada das tropas da Geórgia. Penso que a liderança russa, nas mãos de Vladimir Putin e Alexandre Medvedev, tomou tardiamente consciência de que a sua agressão desproporcionada à Geórgia foi um erro, pois continua a precisar de manter boas relações com o Ocidente, ou enfrentará a ruína económica. Para além disso, apenas a Venezuela, a Nicarágua e os terroristas do Hamas reconheceram, de facto, a Ossétia do Sul e a Abcásia, o que é um embaraço para o Governo russo, e os seus mais próximos aliados, como a Bielorrússia e o Uzbequistão, resistiram a pressões para alinharem com o novo e recentemente descoberto conceito de autodeterminação da Rússia, que nunca se aplicou aos chechenos.

A Rússia deverá compreender que as esferas de influência do século XIX não se aplicam ao mundo moderno e retirar as suas mãos da Ucrânia e, em particular, da Crimeia; de futuro, mãos fora da Moldávia ou das Repúblicas do Sul do Cáucaso! A sua integridade territorial deverá ser respeitada por Moscovo...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, devo dizer que é normal, dada a natureza da União, termos escutado diferentes posições neste Hemiciclo. Este foi um debate – é-me grato dizê-lo – de grande qualidade, à excepção das observações do senhor deputado Batten, que, pessoalmente, considere chocantes. À parte essa intervenção, porém, as outras foram perfeitamente legítimas. Gostaria igualmente de agradecer aos senhores deputados Neyts-Uyttebroeck e Coûteaux as suas recomendações de leitura, que nos permitirão enriquecer a nossa visão das relações entre Napoleão e a Rússia e, à Benita e a mim, conhecer melhor as relações entre a Áustria e a Rússia.

No que se refere, essencialmente, à origem e ao desenrolar do conflito, farei três observações na óptica da Presidência da União: a primeira é que, obviamente, o recurso à força foi um erro; a segunda é que houve uma reacção desproporcionada por parte da Rússia mas, como aqui foi salientado esta manhã, para haver reacção, tem de ter havido acção, mesmo que a reacção continue a ser desproporcionada; e a terceira é que



a União Europeia gostaria que fosse realizado um inquérito internacional independente sobre a origem e o desenvolvimento do conflito.

No que respeita à retirada das tropas russas e à estabilidade do Cáucaso, gostaria igualmente de dizer que também não nos devemos comportar como se nada se tivesse passado. Foi-nos dito: «A Presidência age como se as relações fossem normais». Não, a verdade é que se passaram coisas desde o mês de Agosto. Há dois meses, fomos confrontados com um conflito armado; em 10 de Outubro, pudemos constatar a retirada russa das zonas adjacentes. Como referi, trata-se de um passo adicional vital.

Isto não significa que a Rússia tenha cumprido com todas as suas obrigações, disso temos plena consciência – e estou a responder, neste caso, aos oradores que sublinharam os problemas existentes na região de Akhalkgori –, mas, nesta fase, o mais importante é embarcarmos, agora, num processo político. É este o objectivo das conversações presentemente em curso em Genebra. A mensagem da União Europeia é que não pode continuar a haver zonas de influência neste continente. A União Europeia e a Rússia têm uma vizinhança comum, em prol da qual devemos cooperar, não confrontar-nos.

Em relação à retomada das negociações sobre a parceria, diria que a negociação do futuro acordo foi protelada, não suspensa, pelas razões jurídicas que foram igualmente invocadas no debate desta manhã, e, como o referiu o Conselho Europeu em 15 de Outubro, a continuação destas negociações incorporará a avaliação que a Comissão e o Conselho foram convidados a levar a cabo. Isto é perfeitamente lógico, como aliás o sublinhou a senhora deputada Neyts-Uyttebroeck. Faço notar que devemos fazer a distinção entre a retoma das negociações e a realização da cimeira União Europeia-Rússia de 14 de Novembro. Essa cimeira terá lugar e, como ficou demonstrado neste debate, é mais importante que nunca. A cimeira não tem propriamente por função proceder a um exercício de negociação do futuro acordo de parceria.

Gostaria também de retomar o que alguns oradores disseram sobre o conceito de interdependência. É verdade que essa interdependência deve ser encarada em sentido lato. Ela existe em todos os domínios: existe no plano energético, já se vê, e diria mesmo que, para alguns Estados-Membros da União, é uma dependência que convém resolver pela diversificação das fontes de abastecimento. Além disso, somos também dependentes no domínio da segurança internacional, razão pela qual a União Europeia não deve deixar sem resposta as propostas do Presidente russo, Dmitri Medvedev, em favor de um novo quadro de segurança europeu, mesmo que o ponto de vista da União Europeia não seja necessariamente o mesmo da Rússia.

Cumpre-me, a esse propósito, como fizeram alguns dos senhores deputados, recordar a nossa adesão ao Acto Final de Helsínquia e à Carta de Paris, documentos de que a Rússia é igualmente signatária, como salientou, com razão, o senhor deputado Onyszkiewicz. Neste contexto, impõe-se claramente, como alguns de vós sublinharam, uma análise sóbria das nossas relações com a Rússia. Não está em causa um retorno à guerra fria, mas também está fora de questão transigirmos nos nossos valores e nos nossos princípios. Para isso, porém, necessitamos mais do que nunca de um diálogo estruturado com a Rússia.

Queria agradecer a todos os que felicitaram a Presidência francesa da União Europeia pelo seu trabalho, em especial os senhores deputados Wielowieyski e Tannock. A Presidência francesa actuou tanto mais eficazmente – e com isto termino – quanto pôde contar com o apoio de todos os Estados-Membros, da Comissão Europeia e desta Assembleia. A divisão da União Europeia seria sem dúvida, para a Rússia, a melhor maneira de enfraquecer a UE.

Perante a forte polarização do debate entre os Estados que se juntaram a nós mais recentemente e os membros mais antigos da União, importa sublinhar que aquilo de que necessitamos, hoje mais do que nunca, e a prová-lo está este debate, é de unidade na forma de abordarmos a crise na Geórgia, de unidade no nosso diálogo com a Rússia: unidade da União Europeia na condenação do uso da força pelas partes e da violação da integridade territorial; unidade da União Europeia na sua acção, isto é, no destacamento de observadores civis no terreno; e, por último, unidade da União Europeia na definição dos seus interesses, nomeadamente no plano energético e no domínio mais global da segurança internacional. É com base nessa unidade que serão retomadas, no momento oportuno, as negociações para um futuro acordo com a Rússia.

**Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, este foi um debate extremamente interessante, mas um debate que mostrou que as reflexões que se fazem são bastante diferentes – existem pontos de vista diferentes e aspectos diferentes, e, de igual modo, vemos que são diferentes os aspectos que prevalecem no debate no Conselho. Concorro totalmente com o nosso Presidente em exercício do Conselho e nosso amigo de que o mais importante é falarmos a uma só voz e com uma voz firme. É o que deverá acontecer na próxima Cimeira UE-Rússia.

Quais são os nossos interesses? Penso que o deixei claro na minha primeira intervenção. Uma vez que somos tão interdependentes, existem efectivamente importantes interesses do ponto de vista económico e também do ponto de vista da energia, mas há igualmente importantes interesses no que respeita à esfera internacional. Já foram referidos – alterações climáticas, segurança energética, como conseguir um futuro acordo em Copenhaga. Que faremos a respeito do Irão, do Médio Oriente? Há um interesse claro em todas essas diferentes questões, e é isso que pretendia salientar e reiterar.

Manteremos uma importante discussão no próximo Conselho «Assuntos Gerais e Relações Externas» de 10 de Novembro, e espero que cheguemos a um entendimento quanto à prossecução das negociações com vista ao novo acordo UE-Rússia, porque estas apenas foram adiadas. Considero que foram muito claras as afirmações do nosso Presidente a este respeito. Digo isto porque considero que esse é o melhor caminho a seguir; porém, ao mesmo tempo, também teremos de dar mostras de firmeza. Temos de tratar a Rússia tal como ela é, e não como gostaríamos que fosse. Isso também é claro. Isso significa um diálogo sobre direitos humanos, como hoje aqui se descreveu, bem como sobre todas as diferenças. Foi isso que fizemos nas últimas cimeiras, em que estive presente.

No que se refere a todas as perguntas que se fizerem a respeito dos 8 000 soldados, o Conselho Europeu deu uma resposta clara, tendo registado com satisfação a retirada das tropas russas das zonas adjacentes à Ossétia do Sul e à Abcásia como mais um passo essencial para a aplicação dos acordos de 12 de Agosto e 8 de Setembro, bem como para o lançamento das conversações internacionais de Genebra previstas pelos referidos acordos. Entendo que Genebra é o local adequado para continuar as conversações sobre a solução política. Estas tiveram início num momento difícil, mas o processo está lançado e é agora necessário fazê-lo avançar. Este era o meu primeiro comentário.

Em segundo lugar, a Rússia não estará presente na conferência de doadores, para dar uma resposta clara, mas penso que chegará a altura em que a questão dos danos poderá ser chamada à colação, sendo então realizada uma investigação internacional. Esta questão foi já debatida no Conselho, tendo este sido favorável a essa discussão internacional.

Permitam-me agora algumas palavras sobre direitos humanos. Como disse antes, verificam-se vários acontecimentos na Rússia que suscitam a nossa preocupação, a saber, as mortes violentas de jornalistas, as restrições de que são alvo as ONG, a situação no Norte do Cáucaso, em geral, e na Inguchétia, em particular. Exortámos igualmente a que se realizem investigações totais a casos como os da morte de Anna Politkovskaya e da morte recente, após uma detenção policial, de Magomed Yevloyev. A última ronda de consultas em matéria de direitos humanos, como disse, tem lugar hoje e, certamente, proporcionará uma oportunidade para se manifestarem claramente estas preocupações.

Deixámos igualmente claro à Rússia que é necessário que coopere totalmente com o Conselho da Europa e ratifique o Protocolo 14 sobre o Tribunal de Direitos Humanos e o Protocolo 6 sobre a pena de morte.

Quanto à adesão à OMC: nós, União Europeia, continuamos a defender vivamente a adesão da Rússia à OMC, pois entendemos que gerará uma situação de equidade, necessária para a nossa comunidade económica, e acreditamos ser do nosso interesse, como um dos grandes parceiros comerciais, que a Rússia adira a um sistema que assenta em regras. Além disso, é igualmente importante do ponto de vista do desenvolvimento futuro das nossas relações bilaterais. É, pois, da máxima importância que continuemos a apoiar essa ideia. Temos de continuar a envolver-nos abertamente com a Rússia neste importante processo, sendo, no entanto, evidente que será necessário encontrar soluções oportunas com a Rússia e para a Rússia.

Fez-se referência à questão da segurança energética e da energia limpa. Permitam-me que diga que mantemos igualmente um diálogo sobre energia e um diálogo sobre o ambiente e, por conseguinte, as questões da eficiência energética, energia limpa e outras foram já debatidas em diferentes reuniões do G8 e nas Cimeiras da UE, e serão, certamente, um dos importantes temas à medida que nos aproximamos de Copenhaga, altura em que precisaremos também da cooperação da Rússia. A Comissão apoiou a implementação conjunta de projectos ao abrigo do Protocolo de Quioto e está pronta a fazer mais, pois pensamos que se trata de uma questão importante.

No que se refere à arquitectura de segurança europeia, gostaria apenas de esclarecer que o Presidente Medvedev já referiu esta questão aquando da Cimeira UE-Rússia de Khanty-Mansiysk, em Junho –, isto é, antes da crise da Geórgia e não depois. Estive presente e, por isso, estou bem ciente desta questão, pelo que gostaria apenas de a referir para efeitos de esclarecimento. Trata-se de uma velha ideia russa, que voltou a ser apresentada, e considero interessante que o Presidente Nicolas Sarkozy se tenha proposto para, talvez, falar desta questão numa cimeira da OSCE, em 2009. Ainda não chegámos a esse ponto, mas permitam-me que diga que é da

máxima importância que a questão de uma parceria para a segurança seja discutida, embora tendo sempre em conta todas as actuais relações em matéria de segurança. Essa é também uma linha clara que teremos de traçar.

Como comentário final, permitam-me que diga que é extremamente importante que façamos avançar a questão dos conflitos congelados – isso é evidente –, e proponho para muito breve a apresentação de uma Comunicação sobre a Parceria Oriental, em finais de Novembro/inícios de Dezembro. Já debatemos essa questão no Conselho, e incluirá também uma forte componente de segurança; porém, dispomos igualmente de outros mecanismos institucionais, como o Grupo de Minsk, que, por conseguinte, não deverão ficar excluídos.

As minhas últimas palavras prendem-se com as bombas de fragmentação, porque também aqui foram referidas. Permitam-me que diga que também lamento profundamente que tenham sido utilizadas por ambas as partes bombas de fragmentação, criando assim grande obstáculos ao regresso a casa das pessoas internamente deslocadas. Por conseguinte, pretendemos colaborar com as organizações internacionais activas neste campo a fim de ajudar a limpar as áreas afectadas, mas também para que, de futuro, estas bombas de fragmentação deixem de existir.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

#### ***Declarações escritas (Artigo 142.º)***

**Alexandra Dobolyi (PSE), por escrito.** – (EN) Os recentes acontecimentos levantaram questões acerca da natureza das nossas relações a curto e longo prazos. É preciso avançar e olhar para o futuro. As negociações entre a UE e a Rússia com vista a um novo acordo de parceria estratégica deverão prosseguir. A conclusão deste acordo é do interesse de ambas as partes. A UE tem todo o interesse em promover uma verdadeira «parceria estratégica» com Moscovo. Temos de ser pragmáticos e realistas e prosseguir uma política orientada para os resultados. A UE terá de encontrar a melhor abordagem comum para lidar com a Rússia a respeito de questões como os actuais desafios mundiais, a energia, a interdependência económica, a não proliferação, o terrorismo e as alterações climáticas, porque estes assuntos são de interesse fundamental para ambas as partes. Não podemos dar-nos ao luxo de marginalizar a Rússia, é preciso que nos relacionemos com este país de uma forma construtiva. Agora, mais do que nunca, o diálogo e a cooperação a longo prazo são necessários. Isolar a Rússia não ajudará. É preciso reforçar as relações em muitas áreas de interesse comum, em particular no que se refere à resposta a dar à actual crise financeira e à criação de uma nova estrutura para a arquitectura financeira mundial, para as quais a cooperação com a Rússia, bem como com a China e a Índia, é absolutamente necessária, e ainda no que se refere à garantia da estabilidade e da segurança na vizinhança partilhada da UE e da Rússia.

**Lasse Lehtinen (PSE), por escrito.** – (FI) O mundo ocidental voltou a iludir-se no que concerne as suas expectativas em relação à Rússia. Após a desagregação da União Soviética existia a ideia de que a Rússia, uma vez liberta das suas grilhetas ideológicas e tendo rejeitado o comunismo, iria simultaneamente libertar-se do totalitarismo, do autoritarismo e da perseguição dos dissidentes. Acreditou-se, tal como tantas outras vezes no passado, que a Rússia poderia ficar mais próxima da Europa e dos valores desta. Contudo, a Rússia não se tornou uma economia de mercado democrática, mas uma espécie de ditadura capitalista de exploração, onde os direitos civis têm de ceder à lei do mais forte.

Nas discussões torna-se às vezes difícil distinguir entre esperanças vãs ingénuas e pragmatismo calculista. Os Estados-Membros da UE reagiram à guerra na Geórgia de diferentes formas. Agora devemos questionar se a atitude selectiva relativamente à Rússia, que salienta os valores económicos, não irá comprometer a nossa base de valores comum. A UE assenta em valores comuns e na ideia de que todos os problemas práticos deveriam ser resolvidos através da negociação e não da guerra. É preciso manter viva essa instituição para que os membros mais pequenos da UE e aqueles que tencionam aderir possam também continuar vivos. Estes princípios comuns não podem constituir objectos de troca nas relações bilaterais entre os Estados-Membros e a Rússia.

**Andres Tarand (PSE), por escrito.** – (ET) Senhor Presidente, diversos eurodeputados afirmaram que a ganância foi a causa da actual crise financeira. No artigo publicado na Primavera, o senhor deputado Schöpflin descreve este antigo fenómeno como um factor importante nas relações entre a UE e a Rússia. Devo sublinhar que, na altura da publicação do artigo, tinha chegado à mesma conclusão, tomando em consideração as relações que foram criadas, ligadas à energia, entre diversos Estados-Membros da UE ao longo dos últimos anos. Nas últimas semanas, depois do primeiro choque causado pelos acontecimentos de Agosto, o mesmo fenómeno era reflectido na edição publicada na Geórgia. Alguns políticos lograram convencer-se uns aos outros, com

vista a aliviar a sua consciência colectiva, de que o principal culpado do conflito era Saakashvili. Quem sabe se não terá sido também Saakashvili que há dois anos atrás organizou a deportação de Moscovo de indivíduos da Geórgia e que convocou a divisão de tropas pára-quedistas de Pskov para a área em causa na véspera das batalhas? Penso que seria mais razoável ver este aspecto como um resultado da perigosa política de recuperação das esferas de influência da Rússia e que deveríamos reagir em conformidade.

**Bernard Wojciechowski (IND/DEM), por escrito – (PL)** Isto manifesta-se, no plano económico, na necessidade da Rússia de investimento e tecnologia da União Europeia. A União Europeia precisa das matérias-primas da Rússia. Em 2001, os Estados-Membros foram responsáveis por 79% do investimento estrangeiro efectuado na Rússia, parcela correspondente a quase 30 mil milhões de dólares americanos. Em Maio de 2004, as trocas com os vinte e cinco Estados-Membros da União Europeia representavam 55% do comércio externo russo.

Permitir que as nossas relações com a Rússia se deteriore não é do interesse dos Estados-Membros da União Europeia. A União necessita de diversificar as suas fontes de abastecimento de petróleo bruto e gás natural. Graças ao seu potencial político e económico, a Rússia é um parceiro de peso para a União Europeia. Se a União Europeia quiser defender na cena internacional ideias diferentes das dos Estados Unidos, o apoio político da Rússia pode ser decisivo. O Protocolo de Quioto, por exemplo, entrou em vigor após a sua ratificação pela Rússia, que foi obtida pela União Europeia mediante a concessão do seu assentimento à admissão da Rússia na OMC.

### **13. Democracia, direitos do Homem e novo acordo de parceria e cooperação entre a União Europeia e o Vietname (debate)**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta das seguintes perguntas orais:

- (O-0095/2008) apresentada pelos deputados Marco Cappato e Marco Pannella, em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, ao Conselho, sobre Democracia, direitos humanos e novo Acordo de Parceria e Cooperação UE/Vietname (B6-0473/2008); e

- (O-0096/2008) apresentada pelos deputados Marco Cappato e Marco Pannella, em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, à Comissão, sobre Democracia, direitos humanos e novo Acordo de Parceria e Cooperação UE/Vietname (B6-0473/2008).

**Marco Cappato, autor.** – (IT) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhores Representantes do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, estão em curso negociações sobre o novo acordo de cooperação com o Vietname e penso que é importante que este Parlamento se mantenha informado acerca do essencial dessas negociações, principalmente no que se refere ao respeito pelos direitos humanos e pela democracia.

Não pretendemos, através dos acordos de cooperação, conseguir miraculosamente, com um estalar dos dedos, o respeito pela democracia e pelos direitos humanos no Vietname ou noutra sítio qualquer. No entanto, o que a nossa legalidade europeia nos impõe é que nos recusemos a aceitar violações graves e sistemáticas dos direitos humanos e da democracia. Sabemos que não dispomos de grandes instrumentos para impor esse respeito; mas também sabemos que a renegociação dos acordos de cooperação pode constituir uma boa oportunidade para se conseguirem pelo menos alguns progressos em termos das violações mais graves e sistemáticas.

Espero que, na resolução que irá ser adoptada amanhã, este Parlamento possa sugerir à Comissão e ao Conselho alguns pontos particularmente graves, também trazidos à luz na audição da Subcomissão dos Direitos Humanos do Parlamento, com personalidades como Kok Ksor, Vo Van Ai e membros do Partido Radical Não Violento, entre outros.

Primeiro, a situação da minoria *Montagnard*, cristãos que habitam nas colinas centrais do Vietname: eles continuam a ser presos às centenas e continua a não haver livre acesso às colinas centrais do Vietname para os observadores internacionais e, em especial, para as Nações Unidas. Agora que o Vietname está no Conselho de Segurança das Nações Unidas, isso não deve voltar a acontecer: as centenas de presos políticos actualmente detidos devem ser postos em liberdade.

Há um grande problema no que respeita à liberdade religiosa e o Vietname deve dar uma resposta sobre essa questão antes da assinatura de um novo acordo, mais especificamente o não reconhecimento da Igreja Budista Unificada. Thich Quang Do, o chefe dessa igreja, continua preso e continuam confiscadas as terras pertencentes

aos católicos. Chegou a altura de o Vietname eliminar as leis que criminalizam a dissidência e as actividades religiosas.

Senhora Comissária, Senhor Presidente em exercício do Conselho, a nossa pergunta é, pois, muito concreta: podemos nós assegurar que esses problemas, pelo menos essas graves violações dos direitos humanos, serão resolvidos antes de ser concluído um novo acordo de cooperação?

**Jean-Pierre Jouyet**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Deputado Cappato, é-me grato estar hoje aqui novamente entre vós.

Acompanhamos de muito perto a situação dos direitos do Homem no Vietname, e a Presidência teve recentemente ocasião de expressar novamente a sua inquietação na sequência de sentenças pronunciadas, nomeadamente, contra dois jornalistas que haviam escrito reportagens sobre casos de corrupção. O Conselho e a Comissão mantêm com o Vietname um diálogo regular sobre a problemática dos direitos humanos, em conversações que têm lugar duas vezes por ano. A última reunião, realizada em Hanói no passado dia 10 de Junho, permitiu-nos abordar, por um lado, a situação geral dos direitos do Homem no Vietname, e, em particular, a liberdade de expressão, a situação das minorias e a aplicação da pena de morte, bem como um número de casos individuais.

A este diálogo há a acrescentar um certo número de medidas mais selectivas relacionadas com casos individuais, quando há detenções ou sentenças que nos parecem contrariar o respeito pelas liberdades civis e por compromissos internacionais, nomeadamente o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Vietname.

Além disso, por ocasião da Jornada Europeia contra a Pena de Morte, em 10 de Outubro, voltámos a explicar muito claramente a nossa posição sobre esta questão às autoridades vietnamitas. Aparentemente receptivas à nossa mensagem, estas avançaram com a reforma do código penal actualmente em curso, reforma essa que se espera venha a reduzir o número de crimes passíveis de pena de morte. É o mínimo que poderiam fazer.

Senhoras e Senhores Deputados, como bem podem ver, a questão dos direitos do Homem é um elemento importante das nossas relações com o Vietname. Trata-se de um tema sensível. Senhor Deputado Cappato, o senhor falou aqui da situação dos cristãos no Vietname Central, um problema a que estamos particularmente atentos, e agradeço-lhe o facto de o ter evocado. Faço notar que a União Europeia é a única potência que prossegue uma política tão global e voluntarista nesta matéria, o que, por vezes, nos torna alvo de críticas por parte do nosso parceiro. Que fique claro, porém, que prosseguiremos esta política com determinação.

Passo agora ao futuro Acordo de Parceria e Cooperação, objecto de um debate actualmente em curso. Uma nova sessão do mesmo está presentemente a decorrer em Hanói, até 22 de Outubro. À semelhança de qualquer acordo celebrado pela União Europeia com um país terceiro, esse acordo deverá conter uma cláusula muito importante sobre os direitos humanos. Esta cláusula será um elemento essencial do futuro acordo, que poderá ser suspenso ou até mesmo revogado se uma das partes não o respeitar – insisto neste ponto. Até esta fase das negociações, o Vietname não pôs em causa o princípio desta cláusula. Uma vez mais, é o mínimo que podem fazer. Seja como for, trata-se de um sinal positivo por parte do Vietname e um compromisso prático da sua parte a favor do respeito dos direitos do Homem. A União Europeia disporá assim de um instrumento jurídico poderoso para garantir o respeito dos direitos humanos, a partir do momento em que o acordo for ratificado.

Senhoras e Senhores Deputados, senhor deputado Cappato, concordamos convosco em que a situação dos direitos do Homem no Vietname tem de ser melhorada. Consideramos que as acções que temos vindo a tomar de há anos a esta parte têm contribuído para esse fim mas, para além disso, é a celebração, cremos, de um futuro Acordo de Parceria e Cooperação que nos permitirá, neste caso como noutros, através da cláusula dos direitos humanos, proporcionar o melhor quadro possível para tratar esta questão com o Vietname. Naturalmente que a vossa Assembleia será mantida plenamente ao corrente da evolução das negociações, que, volto a dizer, se encontram em curso.

**Benita Ferrero-Waldner**, *Membro da Comissão*. – (ES) Senhor Presidente, peço desculpa por ter perturbado os procedimentos, ao escutar por uns instantes alguns dos senhores deputados.

**Presidente**. – Senhora Comissária, não é culpa sua que deputados venham distraí-la, com algo de irrelevante, numa clara falta de solidariedade para com o colega que está a usar da palavra no momento. Está portanto desculpada, Senhora Comissária, sendo os senhores deputados que devem ter em conta que, quando algum

de nós está a intervir, não devem vir distrair o Presidente em exercício do Conselho ou quem estiver a falar em nome da Comissão. Queria continuar, por favor.

**Benita Ferrero-Waldner**, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores representantes do Conselho e, naturalmente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Deputado Cappato, a Comissão congratula-se verdadeiramente com a atenção dada pelo Parlamento à negociação de um Acordo de Parceria e Cooperação com o Vietname, bem como à situação dos direitos do Homem naquele país.

O nosso debate é deveras oportuno, pois precisamente hoje está a ter lugar em Hanói, como referiu o nosso Presidente, uma sessão de negociação deste acordo. Posso dizer-vos que a situação dos direitos do Homem constitui uma preocupação absolutamente crucial da União Europeia nas suas relações com o Vietname. É verdade que, apesar de tudo, aquele país está a fazer alguns progressos neste domínio. Estou a pensar, nomeadamente, nos esforços realizados recentemente para reduzir o âmbito de aplicação da pena de morte e para estabelecer, por exemplo, um quadro legislativo que defina as condições para o exercício da liberdade religiosa e assegure uma melhor gestão da questão das minorias étnicas refugiadas no Camboja e que agora regressam ao Vietname.

No entanto – e aí tendes razão –, é manifesto que, nos últimos meses, se têm infelizmente registado algumas tendências preocupantes em relação, sobretudo, à liberdade religiosa e à liberdade de expressão, tendências estas ilustradas, muito concretamente, pelo assédio da comunidade católica em Hanói e pela condenação, a semana passada, de jornalistas pela sua investigação sobre a corrupção.

Tal como fiz ver ao Vice-Primeiro-Ministro do Vietname, senhor Pham Gia Khiêm, aquando da sua recente visita a Bruxelas, em 17 de Setembro, seria desastroso para a estabilidade a longo prazo do Vietname e para a sua credibilidade internacional se as dificuldades económicas e sociais que o país actualmente atravessa o levassem instintivamente a regressar ao autoritarismo e à repressão.

O Vietname deve, pelo contrário, hoje mais do que nunca, dotar-se de mecanismos tendentes a permitir que as tensões e as frustrações sociais sentidas no país se possam exprimir de forma pacífica. Esta mensagem também o Presidente Barroso a reiterará esta semana, aquando do seu encontro com o Primeiro-Ministro Dung à margem da cimeira da ASEM, em Pequim. Será também a mensagem da União Europeia durante a próxima sessão do Diálogo sobre os Direitos do Homem entre a União Europeia e o Vietname, que terá igualmente lugar em Hanói, no próximo mês de Dezembro. O projecto de Acordo de Parceria e Cooperação proposto pela UE ao Vietname confirma e reforça a importância que atribuímos aos direitos do Homem nas nossas relações com este país.

Com efeito, como o nosso Presidente referiu, o actual projecto de acordo inclui uma cláusula essencial, suspensiva, sobre os direitos humanos; consolida o diálogo regular UE-Vietname sobre os direitos humanos, conferindo-lhe um estatuto jurídico; e prevê uma ajuda ao Vietname para que o país se dote de um plano de acção nacional em matéria de direitos do Homem. Inclui toda uma série de disposições pormenorizadas sobre o respeito do direito do trabalho, a boa governança e a promoção do Estado de direito. Contém também uma cláusula sobre o Tribunal Penal Internacional. Este acordo constitui, pois, um instrumento jurídico e uma alavanca de acção política de que, creio, nos é necessária para intensificarmos o nosso envolvimento nos domínios dos direitos do Homem e da democratização.

**Charles Tannock**, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (EN) Senhor Presidente, devo dizer – e com bastante tristeza – que permaneço céptico sobre se efectivamente a cláusula dos direitos humanos, constante do acordo de cooperação UE-Vietname, valerá o papel em que foi vertida.

As nobres intenções nela contidas reflectem, compreensivelmente, os nossos valores europeus comuns, mas acredito que se trata de pouco mais do que uma questão de maquilhagem e de uma concessão compreensível ao poderoso lóbi dos direitos humanos na União. Bem vistas as coisas, a China é hoje o segundo maior parceiro comercial da UE; no entanto, a ditadura comunista de Pequim não presta a mínima atenção à nossa preocupação em matéria de direitos humanos. Com efeito, pergunto-me, por vezes, se valerá mesmo a pena continuar a levantar esta questão.

A repressão política e as violações dos direitos humanos na China tendem a distrair-nos daquilo que acontece no vizinho Vietname, onde a situação é igualmente brutal. Os dissidentes pró-democracia e os membros de minorias religiosas são detidos, os jornalistas intimidados até que se calem e as liberdades, que aqui na Europa damos por garantidas, como o acesso sem censura à Internet, simplesmente não existem.

Razão pela qual propus, no ano passado, juntamente com o senhor deputado Cappato e outros, que se ponderasse atribuir a Thich Quang Do o Prémio Nobel da Paz. Este corajoso monge budista sofreu anos de assédio e de detenção na sua luta pela liberdade religiosa e pelos direitos humanos.

O Vietname é bem a expressão do dilema com que se depara a União Europeia. Que importância deverão ter os direitos humanos nas nossas relações comerciais com países terceiros nas situações em que estão consagrados formalmente em acordos comerciais e acordos de parceria? E será que laços económicos mais fortes podem por si só ser uma força positiva para as reformas nos campos da política, direitos humanos e democracia?

Estas são perguntas difíceis com que a nova Comissária britânica, responsável pelo comércio, a Baronesa Ashton, terá de se confrontar. Considero que os nossos valores comuns não são negociáveis. Por conseguinte, exorto a Comissão e o Conselho a ou a serem honestos e a porem fim a esta falsidade, abolindo estas cláusulas dos direitos e democracia, ou a responsabilizar, verdadeira e sinceramente, os países terceiros pelas violações sem misericórdia de valores que para nós são sacrossantos. Presto especial homenagem ao senhor deputado Cappato pelo excelente trabalho que fez a este respeito.

**Barbara Weiler**, *em nome do Grupo PSE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Europa tem uma profunda compreensão, está activamente interessada e nutre uma grande afinidade pelo povo do Vietname. O meu grupo tem ainda bem vivas as memórias do terrível sofrimento e da devastação causados pelas guerras e pelas ocupações do Vietname, por parte não só dos Estados Unidos, mas também de países europeus.

O Vietname conhece hoje um período de desenvolvimento na região particularmente dinâmica e empolgante do Sudeste Asiático. Nem todos os 10 Estados-Membros da ANASE são democracias na acepção europeia da palavra, mas as coisas estão a mudar. A nova Carta da ANASE estabelece, especificamente, que as violações dos direitos humanos não podem ser ignoradas, Senhor Deputado Tannock, e as negociações que conduziram a esta tomada de posição provam que as violações dos direitos humanos são um assunto recorrente da agenda.

Este é um momento bastante positivo. As negociações foram reatadas e o acordo de cooperação de 1995 está a ser renegociado. É um facto que, depois da China, a União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Vietname, sendo precisamente por essa razão que conseguiremos obter progressos. Não será, de modo algum, descabido falar de acordos de parceria.

Assim, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu apela à Comissão para que trabalhe no sentido de garantir a liberdade da imprensa, as liberdades das minorias e dos activistas pró-democracia, a liberdade religiosa e, obviamente, a liberdade de actuação dos observadores das Nações Unidas, após o que poderemos desenvolver uma amizade ainda mais estreita com este bonito país.

**Athanasios Pafilis**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (EL) Senhor Presidente, compreendemos perfeitamente que o imperialismo e os seus representantes, a União Europeia e os Estados Unidos da América e todos aqueles que os apoiam, tenham dificuldade em esquecer o Vietname, porque este país se tornou um símbolo global: o seu povo venceu tanto o imperialismo francês como o americano e conquistou a sua independência.

As resoluções idênticas que hoje são propostas são inaceitáveis e convidam o Vietname a agir em conformidade com as sugestões da União Europeia. O que não se conseguiu obter com as armas, está-se agora a tentar obter com a chantagem económica. É esse o objectivo das cláusulas adoptadas sobre o chamado respeito dos direitos humanos e da democracia.

Já que invocam os direitos humanos, peço a todos, inclusive ao senhor deputado Cappato, que nos respondam: há no Vietname dezenas de milhares de pessoas afectadas pelo agente laranja, uma arma química e biológica desumana utilizada pelos Estados Unidos da América. Há milhares de crianças que nascem defeituosas, há mortes causadas pelo cancro e há áreas inteiras devastadas pelo uso dessa arma que foi fabricada pela bem conhecida empresa Monsanto.

Será que essas pessoas, que continuam a sofrer e a morrer, não têm direitos humanos, incluindo o supremo direito humano que é o direito à vida? Então por que é que não apoiam o pedido do Governo vietnamita e das vítimas, que querem ser indemnizados e que querem que as consequências desta guerra bioquímica proibida sejam tratadas, mas apoiam o presumido direito humano à devolução de bens eclesiásticos que pertencem ao povo?

É por isso que a invocação dos direitos humanos é pura hipocrisia. Só o povo do Vietname tem autoridade para resolver os seus problemas, e não aquelas pessoas que, em última análise, deviam pedir-lhe desculpa por terem assassinado um milhão de pessoas na guerra que lançaram contra ele. O que é necessário é desenvolver uma cooperação económica equilibrada e mutuamente proveitosa, sem chantagens políticas e económicas.

### **PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT**

*Vice-presidente*

**Jim Allister (NI).** - (EN) Senhor Presidente, apesar dos protestos do passado do Governo vietnamita, afirmando que garante a liberdade religiosa, e apesar dos fantásticos esforços do orador anterior no sentido de branquear o regime deste país, a realidade é muito diferente, particularmente para os grupos cristãos isolados. Enquanto a confiscação de propriedade da igreja se tornou lugar-comum, aqueles que estão ligados a igrejas evangélicas não registadas, em particular, são alvo da perseguição do Estado. Há alguns meses, um jovem de uma tribo que se recusou a repudiar a sua crença cristã morreu na sequência dos ferimentos que lhe foram infligidos no decorrer de um interrogatório oficial; centenas permanecem na prisão devido ao credo que professam, sendo sujeitos a maus-tratos hediondos. Saúdo a sua coragem, condeno os perpetradores, mas, acima de tudo, apelo a esta UE para que não coloque a melhoria das relações e o comércio com o Vietname acima da defesa dos direitos humanos e da exigência do seu cumprimento, em benefício destes seres humanos de imensa fé. Não deveremos branquear o sórdido registo de Hanói em matéria de direitos humanos em nome do comércio ou de quaisquer outros ganhos de curto prazo.

**Bernd Posselt (PPE-DE).** - (DE) Senhor Presidente, o Vietname é um país cada vez mais aberto à União Europeia, mas que apresenta um grave escolho: os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Assim sendo, à semelhança, felizmente, desta resolução, chamaria a nossa particular atenção para a questão da liberdade religiosa. Os cristãos do Vietname são alvo de perseguições e o Bispo de Augsburg, que está extremamente preocupado com as perseguições movidas aos cristãos, está hoje aqui connosco para falar sobre o assunto. Além disso, os budistas e outros grupos religiosos são também perseguidos e impedidos de praticarem a sua religião.

Devemos deixar bem claro que é nosso dever trabalhar para garantir que o Vietname se torne um parceiro igual, se abra e se aproxime de nós. Contudo, não podemos fazê-lo às custas de Direitos do Homem fundamentais. Temos antes de basear essa aproximação numa parceria equitativa, fundada nesses direitos fundamentais.

**Richard Howitt (PSE).** - (EN) Senhor Presidente, a nossa resolução de hoje não manifesta apenas a nossa preocupação quanto à liberdade de expressão, à repressão de dissidentes e à discriminação religiosa no Vietname. Exorta a União Europeia a prestar contas quanto ao que está a ser conseguido através do nosso diálogo em matéria de direitos humanos e a estabelecer metas claras para o progresso rumo a um Acordo de Parceria e Cooperação com o Vietname.

Jamais poderemos aceitar que um jornalista que traz à luz do dia provas de fraude no valor de 750 000 dólares no Ministro dos Transportes, em parte utilizados para fazer apostas nos jogos de futebol da primeira liga inglesa, venha a acabar detido numa prisão.

Jamais poderemos aceitar a utilização da pena de morte por 29 delitos diferentes, para nós nem para um delito sequer. As execuções, segundo nos dizem, têm lugar às 4 da manhã, sem qualquer aviso, o que significa que os detidos nunca adormecem antes das seis da manhã com medo de que tenha chegado a sua hora.

E jamais poderemos aceitar ameaças e intimidações contra a Igreja Católica, como as que se seguiram às manifestações pacíficas de protesto em Hanói, no mês passado. A Amnistia Internacional registou uma mulher que saía da Igreja e que encontrou um grupo a gritar «Matem o Arcebispo» e «matem os padres!»

O Vietname é parte do Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos desde 1982. As provas que actualmente existem mostram uma clara violação dos seus artigos 2.º e 18.º. Mais, em Julho, o Vietname assumiu a Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Exortamos os negociadores europeus a tornar claro ao Governo vietnamita que qualquer aspiração a defender o direito internacional nas instituições internacionais deverá ter como correspondência o respeito por esse mesmo direito no país.

**Konrad Szymański (UEN).** - (PL) Penso que, na lista de violações dos direitos humanos no Vietname, é de destacar a violência de Estado dirigida contra os católicos. O Governo de Hanói controla unilateralmente o



património da Igreja Católica, em contravenção de compromissos anteriormente assumidos. Os católicos que se opõem ao confisco dos edifícios da Nunciatura Apostólica em Hanói são atacados por esquadrões da morte. O número de prisioneiros de consciência está a aumentar. Recentemente, houve novas detenções nos terrenos do mosteiro redentorista de Thai Ha. O Arcebispo de Hanói, Quang Kiêt, encontra-se em regime de prisão domiciliária, sob vigilância, receando pela sua vida. Embora tenha passado por um processo de relativa abertura em termos económicos e sociais, o Vietname é hoje um país em que os cristãos são cada vez mais perseguidos. O novo acordo entre a União Europeia e o Vietname tem de abordar a questão da liberdade religiosa naquele país. Caso contrário, não deve ser assinado.

**Marco Cappato (ALDE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de dizer ao senhor deputado Pafilis que a guerra do Vietname, actualmente, é feita pelo regime vietnamita contra o seu próprio povo, contra o povo vietnamita, contra o povo Khmer Krom e o povo *Montagnard*.

Irá existir uma cláusula dos direitos humanos no novo acordo. Isso é bom, mas já existe uma cláusula no acordo actual e não conseguimos fazê-la respeitar. Portanto, o nosso pedido, que pensamos ser muito importante, é que, antes de um novo acordo ser assinado, possamos obter concessões sobre aspectos fundamentais de violação sistemática dos direitos humanos: o acesso às colinas centrais do Vietname, a libertação dos presos políticos e o reconhecimento da Igreja Budista e das propriedades dos católicos, porque se não conseguirmos alguma coisa antes da assinatura do acordo, depois será impossível exigir o respeito da lei europeia e internacional, uma vez o acordo assinado.

**Jean-Pierre Jouyet,** *Presidente em exercício do Conselho.* – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Deputado Cappato, penso que não devemos confundir o que significa, por um lado, ter sido vítima do imperialismo, e, por outro, saber, hoje, o que significa o respeito dos direitos do Homem. Pessoalmente, não compararia as vítimas de armas bioquímicas com os que são vítimas de ataques às liberdades religiosas. Tudo isto forma um todo único, absolutamente indivisível.

Em resposta ao senhor deputado Tannock, mas também em parte ao senhor deputado Cappato, não devemos subestimar o valor da cláusula suspensiva sobre os direitos humanos. Basta ver o difícil que é celebrar outros contratos, por vezes negociados ao longo de quase vinte anos, com outros grupos de Estados – estou a pensar nos Estados do Golfo. Basta pensar, também, no papel que esta cláusula tem desempenhado em relação a determinados países no âmbito do Acordo de Cotonu. Isto mostra que a União Europeia é levada a sério na sua preocupação de promover os direitos humanos nestes acordos.

Relativamente às concessões adicionais solicitadas pelo senhor deputado Cappato, são justamente as negociações levadas a cabo pela Comissão que deverão permitir verificar – a Senhora Comissária insistiu neste ponto – se são efectuados progressos pelas autoridades vietnamitas neste domínio. Esses progressos serão avaliados como um todo. Uma vez mais, creio que é através do diálogo que vamos ver progressos nas relações destes países com a União Europeia, e que é através deste tipo de acordos e destas cláusulas que a União melhor pode promover os valores que vós e nós, o senhor deputado Cappato e outros neste Parlamento, tão claramente prezamos.

**Benita Ferrero-Waldner,** *Membro da Comissão.* – (EN) Senhor Presidente, penso ser absolutamente claro que todos nós queremos que sejam aproveitadas todas as oportunidades para abordar a questão dos direitos humanos. Como disse, acabei de o fazer há algumas semanas, e o mesmo aconteceu quando me desloquei ao país há dois anos. Recordo que, nessa altura, consegui obter a libertação de alguns presos, pelo que existe de facto uma possibilidade. Apresentámos igualmente listas, identificando claramente as situações em que é preciso fazer alguma coisa.

Penso, por isso, que este foi um importante debate, já que permitiu recentrar as nossas ideias num aspecto particular das comunidades religiosas e, neste caso específico, dos cristãos e dos católicos. Temos de nos concentrar muito claramente nestas questões; porém, ao mesmo tempo, gostaria igualmente de dizer que estamos cientes de que o Vietname está actualmente a enfrentar uma situação económica e social difícil, pelo que, se o país não der provas de cautela, não poderá contar com o investimento de outros países, particularmente dos europeus. Este é também um instrumento muito útil de que dispomos, para além do mero diálogo.

Por exemplo, instaremos certamente a um gesto de clemência da parte das autoridades vietnamitas a favor dos dois jornalistas que foram detidos recentemente e julgados em Hanói por terem feito uso da sua liberdade de expressão. Este é um aspecto que, seguramente, voltaremos a insistir.

Por último, gostaria de dizer que o Vietname ficará, da próxima vez, sujeito a uma revisão periódica e universal da sua situação em matéria de direitos humanos em Genebra, e essa será mais uma excelente ocasião para identificar muito claramente as questões e verificar o que entretanto foi feito.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

Recebi duas propostas resolução<sup>(2)</sup>, apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 108.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira.

## 14. Período de perguntas (perguntas ao Conselho)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia o Período de Perguntas (B6-0475/2008).

Examinamos hoje as perguntas dirigidas ao Conselho.

Lamento informar que estamos apertados de tempo, mas tenciono suspender a sessão às 19H00, como previsto. O Senhor Presidente em exercício do Conselho Jouyet esteve aqui toda a tarde, tal como a Senhora Comissária Ferrero-Waldner.

Pergunta n.º 1, de **Claude Moraes** (H-0703/08)

Assunto: Progresso efectuado relativamente ao «Blue Card»

Nesta altura, em que a Presidência Francesa cumpre metade do seu mandato, quais são os avanços que o Conselho pode comunicar relativamente ao «Blue Card» e às prioridades que lhe estão associadas quanto à migração de mão-de-obra qualificada e à migração circular?

**Jean-Pierre Jouyet**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, cumpre-me dizer ao senhor deputado Moraes que a proposta de directiva do Conselho que estabelece as condições de entrada e de permanência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado – a Directiva «Cartão Azul UE» – foi apresentada pela Comissão ao Conselho em Outubro de 2007, como aliás é do conhecimento do senhor deputado.

Esta proposta tem por objectivo incentivar nacionais de países terceiros altamente qualificados a estabelecer-se na União Europeia. Para tornar a UE mais atractiva, a proposta estabelece critérios comuns para a sua admissão, reconhece a igualdade de tratamento com os nacionais da UE em diversos domínios, e oferece aos detentores do Cartão Azul possibilidades de mobilidade no interior da União.

Como sabem, esta proposta é uma das prioridades da Presidência francesa no quadro do Pacto sobre a imigração e o asilo. Em 25 de Setembro, o Conselho manifestou o seu apoio a esta iniciativa com base num compromisso proposto pela Presidência. O compromisso incide, por um lado, na definição de qualificações profissionais elevadas e de habilitações de ensino superior, e, por outro, na relação com o direito nacional; incide ainda, por último, no limiar salarial mínimo em relação ao qual se prevê uma derrogação em caso de necessidade específica relativa a uma profissão.

O Conselho encarregou o Comité dos Representantes Permanentes de finalizar a análise do documento, a fim de chegar a uma proposta muito rapidamente, e a adopção final poderá ter lugar após o vosso parecer sobre esta proposta ter sido aprovado. Creio que isso será possível durante a sessão plenária do mês de Novembro.

**Claude Moraes (PSE).** – (EN) Obrigado por esta resposta abrangente. O Cartão Azul poderá ser um enorme êxito se for abrangente, justo e equilibrado. A este respeito, ser-me-á permitido perguntar ao Conselho de que forma poderemos evitar a questão da fuga de cérebros, ou a escolha judiciosa dos melhores trabalhadores não só dos países em desenvolvimento mas também das economias emergentes? Passará a existir alguma ligação entre os governos da UE, a Comissão e os governos desses países – especialmente entre os Ministros do Trabalho – com vista a assegurar que, embora conseguindo os melhores trabalhadores e concorrendo pelos melhores trabalhadores, não provoquemos a fuga de algumas das melhores pessoas das economias

---

(2) Ver Acta.

emergentes e em desenvolvimento; com vista a acompanhar esta questão e preservar a liberdade de escolha, concebendo correctamente o Cartão Azul, pois poderá ser um instrumento extremamente positivo?

**Reinhard Rack (PPE-DE).** – (DE) Gostaria apenas de voltar a frisar um aspecto específico. No passado, enfrentámos recorrentemente o problema de, por um lado, afirmarmos, do ponto de vista europeu, que necessitávamos de imigrantes qualificados e, por outro, adoptarmos sempre um atitude bastante restritiva.

É credível comparar a atractividade do Cartão Verde dos EUA com sistemas semelhantes? O que queremos nós fazer na Europa?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** – (FR) Senhor Presidente, creio que é justamente o que estamos a procurar fazer: assumir o facto de que, em quaisquer circunstâncias, a Europa precisa de imigrantes. É incontestável que, em termos demográficos e de atractividade, iremos chegar a uma situação de desvantagem comparativamente a outras regiões do mundo e, como tal, devemos manter uma política de abertura, não só no interior da União Europeia mas também em relação a países efectivamente emergentes. Nesse âmbito, devemos assegurar, por um lado, que dispomos de um quadro legal para as migrações económicas e, por outro, que estabelecemos acordos equilibrados com os países de origem, conjugando a nossa capacidade de acolhimento e a prevenção de uma fuga de cérebros, do lado desses países.

Creio que tomar em consideração estes novos fenómenos de migração económica, dotando-os de um quadro próprio, é um dos aspectos mais inovadores do Pacto europeu sobre Imigração e Asilo, aceite pelos 27 Estados-Membros. Em resposta à pergunta do senhor deputado, sim, procuraremos, neste domínio, seguir um pouco o que foi feito nos Estados Unidos com inteligência e eficácia.

**Presidente.** - Pergunta n.º 2, de **Liam Aylward (H-0705/08)**

Assunto: Efeitos de uma abordagem baseada nos riscos sobre os preços dos alimentos e a resistência às pragas

Partindo do princípio que uma abordagem baseada nos riscos reduzirá o número de pesticidas no mercado, qual considera o Conselho que será o efeito futuro sobre a resistência às pragas e consequente produção de culturas agrícolas na UE; quais os efeitos sobre os preços e segurança dos produtos alimentares e as consequências para os países em desenvolvimento (alguns peritos pensam que a UE utilizará mais alimentos dos países em desenvolvimento, daí resultando preços locais mais altos com os consequentes efeitos sobre aqueles que se encontram no limiar da pobreza)?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** – (FR) No que se refere aos produtos fitofarmacêuticos, foi apresentado ao Conselho um conjunto de medidas, o «pacote pesticidas», com o propósito de, por um lado, rever o regulamento sobre a colocação no mercado destes produtos, e, por outro, adoptar uma directiva relativa à sua utilização sustentável.

O objectivo é assegurar que a utilização dos pesticidas seja compatível com a conservação do ambiente e com a protecção da saúde e há que ter em conta, evidentemente, o impacto do referido pacote na resistência às pragas. Foi nesta base que o Conselho aprovou a posição comum, no passado dia 15 de Setembro.

A posição comum prevê que a aprovação das substâncias activas utilizadas nos pesticidas esteja condicionada a uma avaliação dos perigos e riscos que elas representam para a saúde humana e animal e para o ambiente.

Estamos perante um desafio importante. Trata-se, também aqui, da protecção dos nossos cidadãos, pois há substâncias perigosas, nomeadamente, as de tipo cancerígeno, mutagénico e tóxico para a reprodução, que podem ter efeitos prejudiciais no sistema endócrino e que não devem, por conseguinte, ser utilizadas. O Conselho também teve em linha de conta o impacto na produção agrícola, pois faz questão de assegurar que a nova legislação não tenha repercussões negativas nos custos e na disponibilidade dos géneros alimentícios, na Europa como nas outras regiões do mundo.

A revisão da legislação sobre os pesticidas e a protecção fitossanitária deve, pelo contrário, reforçar a livre circulação dos produtos, através do reconhecimento mútuo das autorizações de produtos numa mesma zona e da racionalização dos procedimentos de aprovação das substâncias activas a nível europeu, medidas que deverão, todas elas, contribuir para modernizar a agricultura europeia e melhorar a protecção dos nossos consumidores e dos nossos cidadãos.

**Liam Aylward (UEN).** - (EN) Posso assegurar ao senhor Ministro que todos nós queremos preservar a saúde dos cidadãos e o ambiente, mas concordará o Conselho com o apelo à realização de um estudo de impacto por parte da Comissão Europeia sobre os efeitos da produção de alimentos e da oferta de alimentos por via

desta legislação em cada um dos Estados-Membros? O facto de a Comissão Europeia não o ter feito até à data é totalmente inaceitável.

Concordará o Conselho que, sem uma informação devidamente actualizada, não se pode esperar que façamos escolhas e tomemos decisões informadas?

**Jim Allister (NI).** - (EN) Como complemento à última pergunta, que tem o Conselho a recear de um estudo de impacto devidamente realizado para que possamos conhecer o impacto real das vossas propostas na produção de alimentos na Europa? Esta questão afecta quer produtores, quer consumidores. Os produtores e os consumidores têm muito a perder se os pesticidas, que são hoje vitais para as colheitas, forem eliminados sem que esteja disponível um substituto. Que farão, por exemplo, os produtores de batata no Norte da Europa com o seu clima húmido se não houver um substituto para fazer face ao míldio da batata? Será que deverão apenas dizer «paciência»? Será que teremos de dizer aos nossos consumidores: «vamos importar de países que não se preocupam minimamente com o controlo dos pesticidas»? Francamente, não será tempo de reconsiderar e fazer um estudo de impacto adequado relativamente a estas propostas?

**Mairead McGuinness (PPE-DE).** - (EN) Ser-me-á permitido concordar com os últimos dois comentários sobre o estudo de impacto? Considero que a Comissão e o Conselho teriam tudo a ganhar se dispusessem de provas para fundamentar a sua posição através da realização de um estudo de impacto. Estou ciente de que a questão do míldio irlandês é uma longa história, porém, trata-se de um problema muito significativo, e penso que o deverão abordar, não apenas do ponto de vista do produtor, mas também do ponto de vista das consequências para os preços dos produtos, a disponibilidade e ainda o facto de virmos a importar bens produzidos com recurso a químicos que a UE proibirá.

Diga-me que isto faz sentido, já que não consigo perceber como.

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Agradeço aos senhores deputados Aylward, Allister e McGuinness as suas perguntas. Para nós, o objectivo é chegar a acordo sobre esta questão delicada em segunda leitura, antes do final do ano, com a aprovação formal pelo Parlamento Europeu no período de sessões de Dezembro. Vai haver um trólogo entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento, a fim de equacionar os diferentes pontos de vista expressos e, nesse quadro, parece-me perfeitamente lógico que sejam realizados estudos de impacto para avaliar a incidência destes regulamentos, quer nos métodos de produção quer na protecção dos consumidores. Não duvido de que esses estudos nos darão uma melhor percepção do impacto destas directivas.

**Presidente.** - Pergunta n.º 3, de **Seán Ó Neachtain** (H-0707/08)

Assunto: Acesso aos financiamentos a conceder ao abrigo dos programas comunitários de Investigação, Tecnologia e Desenvolvimento

Que iniciativas está o Conselho a desenvolver para garantir que as empresas europeias tomem conhecimento pleno da melhor forma de tirar partido dos financiamentos a conceder ao abrigo dos programas comunitários de Investigação, Tecnologia e Desenvolvimento, que estão avaliados em 55 mil milhões de euros destinados às firmas da UE no período compreendido entre 2007 e 2013?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Senhor Presidente, em resposta ao senhor deputado Ó Neachtain, cumpre-me dizer que, desde que o primeiro programa-quadro em matéria de investigação foi adoptado, o Conselho introduziu um conjunto de medidas para melhorar o acesso à informação por parte das empresas. Estas medidas devem permitir às empresas estar plenamente informadas sobre como tirar partido dos financiamentos concedidos a título dos programas-quadro europeus de investigação e desenvolvimento.

Existe, por exemplo, o sítio Web Cordis, que é por assim dizer um instrumento electrónico criado para facilitar a apresentação de propostas de projectos europeus de investigação e desenvolvimento tecnológico. As empresas podem aceder a toda a informação necessária sobre os programas europeus e sobre os principais actores nacionais e regionais nos diferentes Estados-Membros. O sítio Web contém um guia prático sobre fontes de financiamento para a investigação e a inovação.

Há também uma rede de pontos de contacto nacionais que foi criada para permitir um melhor acesso à informação por parte das empresas, e que é apoiada a título do Sétimo Programa de Investigação e Desenvolvimento, no âmbito do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação. Esta rede tem, assim, por objectivo facultar informações que sejam o mais personalizadas e o mais descentralizadas possível,

estabelecendo contactos entre várias instituições, quer sejam ministérios nacionais, universidades, centros de investigação ou sociedades privadas de consultoria.

Por último, publicámos orientações sobre a utilização de fundos a título do Sétimo Programa-quadro em matéria de investigação e sobre a utilização dos Fundos Estruturais passíveis de ser aplicados no sector da investigação. Também estas orientações constituem informações essenciais para as empresas, e estamos cientes de que são estas informações e estas múltiplas fontes de informação que permitem às nossas empresas competir pelos instrumentos criados pela União Europeia.

**Seán Ó Neachtain (UEN).** - (GA) Senhor Presidente em exercício do Conselho, agradeço a sua resposta exaustiva. Todavia, gostaria de perguntar se o Conselho pode dizer como é que os pedidos no âmbito do programa de desenvolvimento podem ser tratados de forma mais eficaz, e se prevê assegurar que recebamos respostas de forma mais célere. Em sua opinião, como seria isto possível?

**Teresa Riera Madurell (PSE).** - (ES) Senhor Presidente, tanto no Sétimo Programa-Quadro como no Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação, um dos nossos objectivos foi incentivar a participação das pequenas e médias empresas.

Passados dois anos desde a aprovação destes programas, poderá o Conselho dizer-nos se a participação das pequenas e médias empresas está a melhorar nos Estados-Membros em relação, por exemplo, aos anteriores programas-quadro?

**Avril Doyle (PPE-DE).** - (EN) Poderá o Conselho confirmar, por favor, que, ao abrigo do Sétimo Programa-Quadro, todo o processo de candidatura será tornado muito mais amigo do utilizador, que tem sido esse o caso e que se trata igualmente de um processo transparente para que as empresas saibam, em geral, como conseguir os fundos e responder aos concursos no que respeita às verbas disponibilizadas no âmbito do 7º PQ?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Vou ser sincero com o senhor deputado Ó Neachtain: tendo em conta os pontos já inscritos na ordem do dia do Conselho Europeu de Dezembro, não creio que esta questão vá ser evocada no Conselho Europeu, apesar do desafio que ela representa. Terá de ser colocada no âmbito dos Conselhos «Investigação» e «Competitividade». A sensação que tenho é que já muito se fez para melhorar o sistema de informação.

Em resposta à senhora deputada Riera Madurell, creio que ainda há muito a fazer. Amanhã será adoptado pela Comissão, o Conselho e o Parlamento um acordo político sobre a comunicação, destinado a divulgar mais amplamente as acções da UE.

Creio que se trata de um passo importante, mas penso que o que é importante para além disso – a senhora deputada Doyle tem razão em insistir neste ponto, bem como a senhora deputada Riera Madurell – é que multipliquemos os pontos de informação prática. Considero que esta Assembleia tem um papel de vigilância muito importante no sentido de velar por que estes pontos de informação práticos sejam ainda mais desenvolvidos, em termos de saber a quem eles devem ser dirigidos e que procedimentos devem ser utilizados.

**Presidente.** - Pergunta n.º 4, de **Brian Crowley** (H-0709/08)

Assunto: Ajuda de emergência após catástrofes naturais

Que propostas foram apresentadas pela Presidência do Conselho para alargar e melhorar o funcionamento da ajuda de emergência na UE após a ocorrência de catástrofes naturais, cheias, incêndios, etc.?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Em resposta ao senhor deputado Crowley, a Europa tem sofrido nos últimos anos um número crescente de catástrofes e de grandes crises. Os incêndios florestais e as inundações que recentemente atingiram vários países europeus mostraram que é vital melhorar a eficácia e a capacidade de resposta da União em situações de emergência. E há que fazê-lo, também isto, num espírito de solidariedade e de protecção dos nossos cidadãos. Devemos ser solidários e unidos, e proteger os cidadãos dentro, e fora, da União. Esta a razão por que a Presidência incluiu entre as suas prioridades o reforço da capacidade de resposta da União Europeia a catástrofes e crises.

A partir dos recursos comunitários existentes, nomeadamente, o Mecanismo comunitário de protecção civil, temos de progredir nas diferentes fases de resposta a catástrofes. Em primeiro lugar, necessitamos de prevenção, investigação e informação. Devemos intensificar o trabalho de aplicação dos sistemas de alerta precoce. Em segundo lugar, devemos preparar-nos para as crises, o que implica reforçar as capacidades de

gestão e reacção e a coordenação entre as instâncias envolvidas, aos níveis comunitário e internacional. Através da nossa intervenção, esperamos aumentar as capacidades europeias de ajuda humanitária e de protecção civil e melhorar, dessa forma, o Mecanismo comunitário de protecção civil em torno de um centro mais operacional.

Existem, pois, diferentes grupos de trabalho competentes que estudam estes assuntos no seio do Conselho, e o Conselho irá ocupar-se deste trabalho antes do final do ano. Para informação dos senhores deputados, a Presidência irá organizar um exercício de protecção civil nos dias 4 e 6 de Novembro, ao qual estarão associados os directores-gerais da protecção civil dos Estados-Membros. Isto permitir-nos-á ver no terreno quais os progressos que se impõem neste domínio tão importante.

**Brian Crowley (UEN).** - (EN) No que respeita à coordenação das actividades, obviamente que este é o aspecto mais importante, como vimos no ano passado com os incêndios florestais, que grassaram na Grécia, em Itália e nalgumas regiões da Eslovénia, ou com as cheias do Danúbio ocorridas em alturas diferentes e que não tiveram impacto apenas na Áustria mas também noutros países próximos.

Existirá qualquer proposta no sentido de instituir uma unidade de coordenação que esteja permanentemente operacional num local central a fim de ajudar à coordenação em caso de desastres naturais transfronteiriços com impacto em toda a União?

**Reinhard Rack (PPE-DE).** - (DE) Senhor Presidente em exercício do Conselho, uma coisa é a coordenação das medidas de auxílio, outra é saber se os cidadãos europeus têm a percepção de que é a União Europeia que está a agir, e não apenas os Estados-Membros - de que a Europa faz, de facto, qualquer coisa pelas pessoas a nível local.

**Jim Allister (NI).** - (EN) Senhor Ministro, gostaria de o remeter para o limiar de entrada no que respeita o Fundo de Solidariedade. Este está fixado, tanto quanto sei, em cerca de 3 mil milhões de euros. Está fixado no mesmo limiar, independentemente de se tratar de um grande país, de uma pequena região ou de uma grande região. Por conseguinte, podemos deparar-nos com um grau de devastação provocado por inundações como o que tivemos na Irlanda do Norte este Verão, com uma enorme intensidade, numa região específica e, no entanto, porque se fica abaixo do referido limiar e não se estende a toda a nação, não há possibilidade de acesso ao Fundo de Solidariedade da União Europeia. Será isso justo? Será que estas regras não mereceriam ser revistas, e será que o mesmo não deveria acontecer com as barreiras absurdas que os produtores agrícolas têm de ultrapassar para terem acesso a estes fundos?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Em primeiro lugar, em resposta ao senhor deputado Crowley, penso efectivamente que a ambição da Presidência é realmente chegar ao ponto em que exista um centro de coordenação que seja o mais operacional possível. É o que esperamos conseguir. O problema é que temos de encontrar um meio-termo entre os que querem mais coordenação, como é o caso da Presidência, e os Estados-Membros que estão mais empenhados em que, também neste domínio, a subsidiariedade desempenhe o seu papel. Em última análise, e para que fique claro, a Presidência trabalhará, no âmbito do Conselho, no sentido de uma coordenação acrescida e - em resposta ao senhor deputado Rack - também mais visível, porque - como diz, e bem, o senhor deputado Rack - há que assegurar a visibilidade da União.

Em resposta ao senhor deputado Allister, no que respeita ao Fundo de Solidariedade Europeu, estou perfeitamente consciente da atenção que há que dar à Irlanda do Norte em relação a algumas catástrofes naturais. Não tenho conhecimento de qualquer discriminação contra essa região mas tratarei obviamente de assegurar, junto dos serviços do Conselho, que o fundo de Solidariedade seja utilizado tão rápida e equitativamente quanto possível, em função das regiões, tanto a nível da União Europeia como dos Estados-Membros.

**Presidente.** - Pergunta n.º 5, de **Eoin Ryan** (H-0711/08)

Assunto: Segurança alimentar em parceria desigual

Atendendo ao facto de a UE se ter comprometido com a prossecução de iniciativas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento alimentar ao mundo de desenvolvimento, o que é que o Conselho se propõe fazer em relação às alegações dos países em vias de desenvolvimento, segundo as quais a UE está a explorar uma parceria desigual, em primeiro lugar, através da negociação de acordos comerciais que são, segundo a Comissão Económica da ONU para a África, «não suficientemente inclusivos» e «falhos de transparência», permitindo que a UE tire partido da incapacidade de os países africanos lidarem com determinadas

minudências jurídicas, e, em segundo lugar, através da salvaguarda do aprovisionamento alimentar da Europa à custa, entre outros aspectos, da pesca na costa ocidental africana?

**Jean-Pierre Jouyet**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Em resposta ao senhor deputado Ryan, como sabem, o Acordo de Cotonu, de 23 de Junho de 2000, introduziu uma nova parceria entre a União Europeia e os 78 países ACP. Estes novos acordos devem fomentar uma abordagem global das relações entre a União Europeia e estes países, baseada numa abordagem comercial dos bens e serviços, em medidas de acompanhamento, medidas para promover a integração regional, e no facto de estas medidas comerciais deverem ser conformes com as regras da Organização Mundial do Comércio. Alguns acordos provisórios foram rubricados no final de 2007, o que permitiu, como o Conselho sublinhou nas suas conclusões de Maio de 2008, afastar o risco de rotura nas trocas comerciais, o que constituía uma preocupação importante.

É absolutamente óbvio que o processo de negociação de acordos de parceria económica regionais completos é uma das principais prioridades do Conselho. Aliás, o Conselho adoptou uma nova série de conclusões sobre os acordos de parceria económica – a quarta série desde 2006 –, reafirmando que o propósito destes acordos compatíveis com a OMC é o de apoiar o desenvolvimento. Assim, continua a existir no seio do Conselho um consenso em relação a esta importante questão e uma vontade partilhada de conseguir acordos de parceria económica regionais completos, propiciadores de um desenvolvimento económico sustentável nos países ACP.

A segurança alimentar está no cerne das discussões conjuntas, segundo informação da comissão responsável pelas negociações. Têm sido realizados progressos regulares a nível regional e o nosso objectivo continua a ser celebrar, quanto antes, acordos regionais completos.

No que respeita aos acordos de parceria no sector da pesca, cumpre-me recordar à Assembleia que, na sequência das conclusões do Conselho de Julho de 2004, a Comunidade introduziu um novo tipo de acordo bilateral. O que se impõe é que, por um lado, a atribuição das possibilidades de pesca aos navios comunitários se processe – assim o esperamos – com base em pareceres científicos transparentes, e, por outro lado, que uma parte da contribuição financeira da Comunidade, fixada nos acordos ditos de apoio sectorial, se destine a desenvolver o sector da pesca do Estado costeiro parceiro, de modo a instaurar uma pesca responsável e sustentável.

Por último, o que importa reter é que os acordos provisórios são necessários mas devemos, sobretudo, avançar o mais rapidamente possível para a celebração de acordos de parceria económica completos, e é nesse sentido que todos os membros do Conselho estão a trabalhar.

**Eoin Ryan (UEN)**. – (EN) Que medidas de transparência poderá o Conselho tomar com vista a assegurar a máxima eficácia, não só dos acordos comerciais com os países em desenvolvimento, mas também da ajuda prestada aos mesmos?

Tendo em conta que se ouve uma das partes, a Comissão, sobre os APE e, depois, se ouve uma série de críticas provenientes de ONG sobre os mesmos APE, é difícil perceber quem tem razão a este respeito e quem sai efectivamente beneficiado. Porém, há certamente críticas consistentes e falta de transparência nestes APE. Gostaria apenas que comentasse.

**Avril Doyle (PPE-DE)**. – (EN) No que se refere à pesca na África Ocidental, permitam-me que diga à Presidência que estes acordos de pesca, embora bilaterais, carecem de uma monitorização muito maior e de uma revisão por parte da UE e da Comissão a fim de garantir que a pobreza e o endividamento extremos nestes países terceiros não exerça uma pressão insustentável e irresistível no sentido de assinarem estes acordos lucrativos que, frequente e geralmente, resultam na exploração extremamente insustentável e irresponsável dos seus recursos? Penso que um enorme ponto de interrogação que pende sobre a actuação da Europa neste domínio. Poderá a Presidência, por favor, comentar?

**Manuel Medina Ortega (PSE)**. – (ES) Senhor Presidente, queria reiterar a pergunta da senhora deputada Doyle, formulando-a contudo de uma forma ligeiramente diferente.

A administração dos pesqueiros do Sara Ocidental foi transferida para Marrocos há cerca de vinte anos. Ali não houve pressões. A pesca naquela zona foi mínima por parte da União Europeia, mas houve um problema com a má gestão dos pesqueiros.

A minha pergunta é a seguinte: que medidas podemos adoptar para ajudar os países que têm a seu cargo explorações pesqueiras, a fim de garantir um controlo eficaz? Não basta, simplesmente, não assinar acordos de pesca. Se não houver um controlo eficaz das zonas de pesca, haverá sempre problemas.

Pode a União Europeia fazer alguma coisa para ajudar estes países a controlar eficazmente os seus pesqueiros e evitar o esgotamento dos seus recursos, como está actualmente a suceder?

**Jean-Pierre Jouyet**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Sou de opinião que, no que se refere à transparência, estes acordos deveriam ser objecto da maior transparência possível. Pessoalmente, não me foram feitas quaisquer observações em relação a falta de transparência. O que importa ter presente é que nos encontramos numa fase transitória, com estes acordos provisórios que não são totalmente satisfatórios, mas a verdade é que, por força das regras da OMC, não podemos proceder de outro modo.

Em segundo lugar, o senhor deputado tem razão: os países que celebraram estes acordos são críticos em relação aos mesmos. Há sempre críticas à eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Estamos a trabalhar com a Comissão, é claro, para assegurar que haja mais transparência nestes mecanismos de ajuda e nestes mecanismos de apoio.

Em terceiro lugar, o que pretendemos é avançar para acordos globais que englobem todas as partes interessadas e os representantes da sociedade civil nos países parceiros.

Em quarto lugar, no que respeita às pescas ao longo da costa ocidental africana, penso que a senhora deputada Doyle tem razão. Temos obviamente de assegurar que possa sempre haver desenvolvimento sustentável e, custe o que custar, não pode ser exercida uma pressão demasiado forte no quadro desses acordos bilaterais. Como o senhor deputado sublinhou, temos de manter medidas de controlo eficazes ao nível dos recursos haliêuticos. Não é fácil. Naturalmente, também cumpre ter em conta o estado de desenvolvimento económico e ajudar estes países a integrarem-se melhor nas zonas de comércio internacional.

**Presidente**. – A pergunta n.º 6 foi considerada inadmissível por ser semelhante a uma outra já respondida no período de sessões de Setembro II.

Pergunta n.º 7, de **Manuel Medina Ortega** (H-0719/08)

Assunto: Segurança aérea

Tendo em conta o recente aumento do número de acidentes aéreos nos últimos meses em várias partes do mundo, considera o Conselho suficientes as normas internacionais e procedimentos existentes em matéria de segurança aérea ou considera necessário apresentar novas iniciativas que garantam a segurança dos cidadãos quer no transporte intra-europeu quer fora do nosso espaço aéreo?

**Jean-Pierre Jouyet**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, em resposta ao senhor deputado Medina Ortega, as viagens aéreas continuam a ser um dos mais seguros meios de transporte, mas é verdade – e compreendo os sentimentos que todos partilham – que alguns acidentes, nomeadamente o que ocorreu em Espanha este Verão, nos interpelam pelas suas consequências extremamente trágicas.

A melhoria da segurança dos passageiros dos transportes aéreos continua a ser uma das principais prioridades do Conselho. Recordo à Assembleia que existe um regulamento, adoptado pelo Parlamento e pelo Conselho, que estabelece uma lista negra de companhias de aviação de risco. Este regulamento permite impedir aeronaves consideradas pouco seguras de voar no espaço aéreo comunitário e constitui um meio eficaz de melhorar a aplicação das normas de segurança internacionais em países em que a Comissão considera que as regras de segurança mínimas não estão a ser respeitadas. Esta lista é regularmente actualizada.

Neste domínio fundamental da segurança do transporte aéreo, outro elemento importante é a criação da Agência Europeia para a Segurança da Aviação, cuja missão é promover o mais elevado nível possível de segurança e protecção ambiental ligadas à aviação civil. As instituições comunitárias têm-se ocupado igualmente de casos de aviões que eram explorados no interior da Comunidades por transportadoras de países terceiros, isto é, transportadoras externas à Comunidade, tendo sido fixadas regras comunitárias em matéria de concessão de licenças aos tripulantes, exploração e normas de segurança.

É óbvio, como o senhor deputado afirma, e com razão, que estas regras necessitam de ser complementadas e reforçadas, e a Comissão irá, espero que o mais brevemente possível, apresentar-nos propostas nesse sentido. Essas propostas serão analisadas pelo Conselho e por esta Assembleia no quadro do procedimento regulamentar que vos é familiar.

Devemos igualmente trabalhar com a Organização da Aviação Civil Internacional, que é evidentemente um parceiro fundamental neste domínio, e o desejo da Presidência francesa é claramente avançar no capítulo da segurança da aviação. Já começou, pois, a analisar as novas propostas da Comissão adoptadas no passado



mês de Junho e que visam instaurar regras de segurança comunitárias relacionadas com os aeroportos, a gestão do tráfego aéreo e os serviços de navegação aérea.

**Manuel Medina Ortega (PSE).** - (ES) Muito obrigado pela sua extensa resposta, Senhor Presidente em exercício do Conselho. Foi muito completa.

A minha pergunta complementar prende-se, simplesmente, com o argumento avançado por alguns de que o aumento do número de acidentes tem a ver com os esforços das companhias aéreas para competir entre si na oferta de voos baratos. Para os consumidores é muito agradável pagar menos para viajar de avião, mas pergunto-me se a Comissão dispõe de estudos que estabeleçam uma relação entre os voos de baixo custo e o aumento do número de incidentes aéreos.

**Robert Evans (PSE).** - (EN) A minha pergunta prende-se com toda a questão da segurança aérea. Foram noticiados vários incidentes em que os passageiros, por vezes britânicos, por vezes de outras nacionalidades, consumiram demasiado álcool a bordo, constituindo um perigo para outros passageiros e, na verdade, para todo o avião.

Será da opinião de que se deveria impedir a entrada a bordo de aeronaves a passageiros que transportem consigo álcool?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Creio que todas as fontes de perigo devem ser analisadas pela Comissão no âmbito das suas propostas. Se - em resposta à última pergunta, do senhor deputado Evans - se afigurar que essa é uma fonte de perigo, como pode muito bem ser, então concordo. Convém igualmente debruçarmo-nos sobre a conduta dos passageiros e, nesse contexto, responderia ao senhor deputado Ortega que não é nos voos «low cost» que esse tipo de incidentes ocorre, pois nesses voos as vendas são sem dúvida mais limitadas.

Todavia, em resposta ao senhor deputado Ortega, não tenho conhecimento de uma associação directa entre os voos de baixo custo, se é essa a sua questão, e o número de acidentes; o que é verdade é que existe uma relação entre as companhias que procuram reduzir custos, sobretudo em termos de manutenção, segurança e vida útil das aeronaves, e o número de acidentes. É aqui que temos de lutar e de assegurar, através dos comités existentes e, mais importante ainda, do projecto CESAR, que haja um melhor controlo das operações destas companhias, sobretudo das operações de manutenção, que, em certos casos, como aquele de que lamentavelmente foram vítimas, podem estar, o inquérito o dirá, na origem destas catástrofes. Creio que devemos, efectivamente, dar uma atenção especial a este fenómeno.

**Avril Doyle (PPE-DE).** - (EN) Obrigada, ainda que eu esteja a interromper. Tudo o que pretendemos são garantias - estamos a afastar-nos um pouco da questão, abusando da generosidade da Presidência da sessão -, será que poderá fazer alguma coisa a respeito do acesso a Estrasburgo para que possamos viajar de avião para o aeroporto desta cidade e chegar ao Parlamento? Estrasburgo é uma cidade fantástica, mas é difícil chegar até aqui, razão por que todos nos queixamos da realização das sessões nesta cidade.

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Tenho todo o gosto em responder à senhora deputada Doyle, de quem muito gosto e por quem nutro o maior afecto. Gostaria, pois, de salientar que estamos a fazer um grande esforço para melhorar o acesso a Estrasburgo e que, nesse sentido, subsidiámos, como sabem, cinco companhias aéreas. O Governo francês, e falo agora em sua representação, gasta mais de 22 milhões de euros para assegurar que estas companhias operem voos para Estrasburgo. Também tratámos de melhorar o acesso por caminho-de-ferro entre Bruxelas e Estrasburgo, assegurando o desvio por Roissy e a ligação entre o Thalys e o TGV. É preciso fazer mais, sem dúvida. Continuaremos a tentar. Estamos presentemente a reflectir sobre como poderemos continuar a melhorar os serviços àquela que a senhora deputada qualificou - e partilho dos seus sentimentos a esse respeito - de cidade maravilhosa.

**Presidente.** - Pergunta n.º 8, de **Robert Evans** (H-0721/08)

Assunto: Passaportes electrónicos

Face à inexistência de qualquer reconhecimento facial por um membro dos serviços competentes, que garantias pode dar o Conselho de que a utilização de passaportes electrónicos em determinados aeroportos não contribui para diminuir o nível de segurança nem para aumentar os riscos de falsificação?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Senhor Presidente, em resposta ao senhor deputado Evans, o Conselho atribui efectivamente uma grande importância ao reforço dos controlos nas fronteiras externas da União Europeia, como ainda esta manhã aqui foi novamente salientado.

Não queremos fazer da Europa uma fortaleza mas temos de ter em conta o alargamento do espaço Schengen e que Schengen tem de funcionar de uma forma totalmente eficaz, e que é nossa responsabilidade comum combater a criminalidade transfronteiras e assegurar que toda a ilegalidade seja desencorajada.

O Conselho tratou, pois, de assegurar uma melhor utilização das novas tecnologias na gestão das fronteiras externas. A Comissão publicou uma comunicação, muitíssimo bem-vinda, intitulada «Preparar as próximas etapas da gestão das fronteiras na União Europeia», que se nos afigura uma excelente proposta.

Também é essencial que a facilitação dos controlos nos postos de fronteira, e quero tranquilizar o senhor deputado Evans a este respeito, não comprometa a integridade e a segurança do espaço Schengen. A verificação automática da identidade dos passageiros não se deve traduzir por uma diminuição da segurança nas fronteiras.

Como sabem, estão previstas garantias no Regulamento n.º 2252/04, documento que estabelece normas precisas quanto aos elementos biométricos a integrar nos passaportes e outros documentos de viagem emitidos pelos Estados-Membros. Estas disposições permitem tornar os passaportes mais seguros e lutar eficazmente contra a falsificação de documentos, ao estabelecer uma ligação mais fiável entre o documento e o seu titular. As garantias previstas no referido regulamento devem ser reforçadas e iremos prosseguir os nossos esforços neste domínio – é esse o sentido do Pacto sobre a imigração e o asilo, aqui descrito longamente pelo Presidente Sarkozy na sessão desta manhã.

O que é importante é dispormos do quadro jurídico para agir. O que importa também, Senhor Deputado Evans, é que, através do pacto, possuímos agora uma vontade política comum de garantir uma segurança que é vital no contexto de um espaço de liberdade alargado.

**Robert Evans (PSE).** - (EN) Tal como o Senhor Ministro, eu também não desejo transformar a Europa numa fortaleza, e pretendo que os controlos de segurança sejam sensatos e que se utilizem as novas tecnologias. Porém, já testemunhei a utilização destes passaportes, e pergunto-me se estará em posição de me poder dizer onde é que eu estou errado, porque o que acontece é que um indivíduo na posse de um passaporte electrónico se desloca a uma máquina, coloca o seu passaporte no leitor e, se tudo estiver, correcto segue viagem. Não vejo que mais se está a fazer do que verificar se a pessoa em questão está na posse de um passaporte válido.

O que não se está a fazer é verificar se a pessoa está efectivamente na posse de um passaporte que foi emitido em seu nome. Por isso, a meu ver, nada me impede de utilizar o seu passaporte, Senhor Ministro – desde que mo empreste – para passar por um desses pontos de controlo, pois não haverá lá ninguém que verifique se a fotografia corresponde à pessoa, ou de utilizar o passaporte de uma pessoa distinta, como o senhor deputado McMillan-Scott.

Pergunto-me se poderá dar-me garantias de que este tipo de controlo é efectivamente realizado tendo em conta a titularidade e a verdadeira identidade da pessoa.

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) É uma questão fácil, que desde já lhe agradeço, Senhor Deputado Evans. Não, creio muito seriamente que, se existe uma lacuna ao nível do controlo da identidade, o que terei de verificar, teremos de garantir a prova de identidade. Isso parece-me óbvio. Não pode haver troca de passaportes.

Tomo, pois, nota das suas observações. Vamos verificar o que disse e pode estar seguro de que, no âmbito das medidas à disposição do Conselho e dos trabalhos de aplicação do Pacto sobre a imigração e o asilo, iremos verificar novamente se é aconselhável reforçar este ponto no quadro do espaço Schengen. Isso tem de ser feito.

**Presidente.** - Pergunta n.º 9, de **Marian Harkin** (H-0723/08)

Assunto: Voluntariado

Será que, na opinião do Conselho em exercício, a Presidência francesa estaria disposta a solicitar ao Eurostat que recomendasse a aplicação do Manual da ONU sobre as associações sem fins lucrativos (ASFL) no quadro do Sistema de Contas Nacionais, dado que se trata de um domínio do sistema estatístico que afecta directamente os cidadãos europeus e, por conseguinte, valida a participação destes em actividades de voluntariado, dando-lhe, pela primeira vez, uma visibilidade explícita no sistema estatístico?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Senhor Presidente, em resposta à senhora deputada Harkin, a Comissão, como ela sabe, manteve discussões no seio do Comité de Estatísticas Monetárias, Financeiras e de Balança de Pagamentos; é o Eurostat, penso eu. No final das discussões, o comité considerou

que seria necessário efectuar investigações adicionais ao nível académico, a fim de definir critérios harmonizados de identificação das instituições sem fins lucrativos, o que permite realizar comparações fiáveis no tempo e no espaço entre estas instituições. Assim, esta questão das estatísticas é relevante, pois as estruturas de voluntariado são, efectivamente, muito heterogéneas e convém ter um conhecimento melhor dessas estruturas. Mas o que é importante, e gostaria de tranquilizar a senhora deputada a este respeito, é que nós, no Conselho, estamos extremamente empenhados no desenvolvimento do sector do voluntariado. É um desafio aos cidadãos, no sentido de fazerem suas as ambições da Europa, e que interpela em particular os jovens. Vimos recentemente, pelos estudos mais recentes, que estas instituições de voluntariado nem sempre lutam em prol do ideal europeu, isto apesar dos apoios que lhes têm sido concedidos.

Assim, em Novembro, no âmbito do seu programa «Educação, Juventude, Cultura», o Conselho irá adoptar uma recomendação sobre a mobilidade dos jovens voluntários na Europa, a fim de encorajar o voluntariado a nível europeu e dar assim uma imagem mais concreta da Europa, nomeadamente aos nossos concidadãos mais jovens.

**Marian Harkin (ALDE).** - (EN) Antes de mais, agradeço à Presidência em exercício a sua resposta e, na verdade, louvo a Presidência francesa pela sua iniciativa em matéria de mobilidade. No entanto, na sua resposta cita uma carta da Comissão Europeia que nada mais é do que uma tentativa de desviar as atenções, pois afirma que a ênfase foi colocada na diversidade dos estatutos jurídicos e na falta de critérios harmonizados para identificar actividades sem fins lucrativos nos diferentes Estados-Membros. Senhor Ministro, está perfeitamente ciente de que 32 países dispõem já do registo destas instituições sem fim lucrativo, incluindo, aprez-me referi-lo, a França e a República Checa, que assumirá a Presidência em exercício do Conselho a partir de Janeiro. Por conseguinte, considero que a Comissão está, como disse, a tentar desviar as atenções e a arrastar os pés nesta matéria, e, tendo em conta que a própria França produz este tipo de registo nas contas nacionais, gostaria muito de ouvir que, pelo menos, recomendará ao Eurostat que este recomende à totalidade dos Estados-Membros da UE que procedam a esses registos nas respectivas contas nacionais.

**Zita Plešinská (PPE-DE).** - (SK) Há mais de 100 milhões de Europeus de diferentes idades, bem como de diferentes confissões religiosas e nacionalidades, que fazem voluntariado, sendo que o capital social representado pelo voluntariado activo desempenha um papel vital na democracia local, através de parcerias a vários níveis. Por isso, apoio o plano de declarar 2011 o Ano Europeu do Voluntariado. Não pensa o Conselho que poderíamos e deveríamos fazer mais nesta área até 2011 do que fizemos até à data?

**Paul Rübig (PPE-DE).** - (DE) A minha pergunta prende-se com a forma como estas estatísticas são recolhidas. Recorrentemente, verifica-se que, na Europa, as estatísticas incluem os diversos países - Alemanha, Espanha, Polónia e os demais -, mas raramente se referem à Europa no seu conjunto, a Europa dos 27. Não obstante, estas estatísticas são depois comparadas com as dos EUA, Índia ou China. É nosso dever fazer com que a Europa dos 27 seja visível nas estatísticas, precisamente pelo facto de o trabalho voluntário ser de grande importância para nós.

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Creio que é realmente importante - e começo por responder à senhora deputada Plešinská, depois voltarei às senhoras deputadas Harkin e Rübig - assegurar que o sector do voluntariado seja dotado de um símbolo e que 2011 seja proclamado o Ano do Voluntariado. Esta a razão por que a Presidência francesa deseja preparar-se para a ocasião e incentivar, verdadeiramente, a mobilidade dos jovens, a fim de garantir progressos no desenvolvimento dos serviços de voluntariado em toda a Europa.

Em resposta à questão sobre as estatísticas, gostaria de retomar uma troca de opiniões tida com a senhora deputada Doyle. Como o senhor deputado Rübig afirmou, sou verdadeiramente a favor de que haja um melhor conhecimento do que se faz na Europa em termos associativos e caritativos, e também uma maior transparência. Mas também nos apercebemos facilmente do prolongamento da tradição humanista europeia noutras regiões do mundo, como os Estados Unidos, mas não só, e estou a pensar no que pode existir na Ásia.

Contudo, não sendo especialista na matéria, sou de parecer que também devemos assegurar que haja um bom equilíbrio entre os requisitos estatísticos e uma maior simplicidade, e procurar simplificar e aliviar os encargos de estruturas por vezes dotadas de poucos recursos. Pessoalmente, sou a favor de que haja um bom conhecimento estatístico e que se avance na direcção que a senhora deputada recomenda. Não sou pela uniformidade neste domínio: acho que também é importante manter uma certa diversidade, e não vejo que isso impeça de alguma forma essa boa abordagem estatística. Por outro lado, o que me parece importante é assegurar que esses requisitos, cuja utilidade compreendo, e que devem existir, sejam proporcionais ao que

procuramos alcançar, e nessa medida haverá porventura que simplificar os encargos, sobretudo das estruturas mais desprovidas em termos administrativos.

**Presidente.** - As perguntas 10 e 11 foram respondidas em conjunto devido à sua semelhança, mas ambos os seus autores poderão ter oportunidade de colocar perguntas suplementares ao Senhor Ministro.

Pergunta n.º 10, de **Avril Doyle** (H-0725/08)

Assunto: Política da UE em matéria de produtos geneticamente modificados

Consideram a Presidência e o Conselho que a actual política comunitária de «tolerância zero», que proíbe a importação de produtos não homologados na UE – com uma presença accidental ou reduzida de OGM – representa um sério problema em termos de oferta para as empresas agrícolas da UE que dependem de importações de cereais e alimentos para animais?

Estes produtos contêm muitas vezes variedades de OGM previamente homologadas na UE. Porém, se for detectado o mais ínfimo vestígio de OGM não autorizados, são proibidos e destruídos. Este processo carece de rigor científico e de integridade.

Um relatório recente do Centro Comum de Investigação (CCI) da Comissão concluiu que «não foi documentada, até à data, qualquer demonstração de eventuais efeitos sanitários dos produtos alimentares geneticamente modificados submetidos ao processo de regulamentação».

À luz das conclusões do relatório do CCI e do atraso injustificado no processo de avaliação das variedades de OGM, que medidas tenciona a Presidência tomar para garantir a realização de avaliações de segurança imediatas dos produtos geneticamente modificados na União Europeia?

Pergunta n.º 11, de **Mairead McGuinness** (H-0730/08)

Assunto: Debate sobre os aspectos estratégicos dos OGM

Os Estados-Membros convidaram recentemente o Presidente da Comissão Europeia a nomear funcionários de alto nível para participar no debate sobre os aspectos estratégicos dos OGM. O grupo dever-se-á debruçar sobre questões como o funcionamento dos procedimentos de homologação, o impacto de autorizações assíncronas de OGM e o debate com o público em geral sobre a questão dos OGM. A primeira reunião do grupo de alto nível teve lugar, em 17 de Julho, estando prevista outra reunião para este mês.

Poderá o Conselho pronunciar-se sobre a forma como o debate tem avançado e informar sobre a data em que o grupo de alto nível estará em condições de apresentar o seu relatório?

Poderá a Conselho precisar em que medida os objectivos e recomendações deste grupo de alto nível diferem dos objectivos do grupo de trabalho sobre os OGM, instituído pelo Conselho do Ambiente?

**Jean-Pierre Jouyet**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (FR) Senhor Presidente, congratulo-me com esta oportunidade de responder em simultâneo às senhoras deputadas Doyle e McGuinness. A Presidência francesa decidiu prosseguir o debate complexo e politicamente muito sensível sobre os OGM – iniciado pela anterior Presidência –, a fim de chegar a conclusões sobre esta matéria antes do final do ano.

Ontem, Senhora Deputada Doyle, Senhora Deputada McGuinness, o Conselho «Ambiente» realizou uma troca de opiniões sobre os OGM, na sequência de uma reunião informal dos Ministros do Ambiente realizada, como sabem, em Celle Saint-Cloud, no passado mês de Julho. Este debate vai prosseguir, com vista à obtenção de conclusões operacionais para o Conselho de Dezembro, a realizar no final da Presidência francesa.

Quais são, nesta fase, as orientações que estão a ser debatidas? A primeira é o reforço dos meios de inspecção e avaliação ambiental, harmonizando-os a nível europeu, e obviamente que, a este respeito, não deixarei, em Dezembro, de dar conta dos resultados da nossa reflexão.

No âmbito destas reflexões, devemos igualmente ter em conta os critérios socioeconómicos na gestão dos riscos relativos aos OGM, e atentar em como poderemos melhorar a aplicação dos conhecimentos científicos, estabelecer limiares de rotulagem harmonizados e, por último, ter em linha de conta a fragilidade de determinadas áreas sensíveis ou protegidas.

Assim, como sabem, o Presidente Barroso criou um grupo de alto nível para se ocupar desta questão, e penso que deveríeis ver com a Comissão em que fase se encontram os trabalhos deste grupo. Por enquanto, não

foi publicado qualquer relatório. O grupo está a analisar o quadro legislativo, as questões conexas, entre comércio e ambiente, e a subida dos preços dos produtos agrícolas e o seu impacto na questão dos OGM.

O que importa, como já referi, é o que é apresentado ao Conselho, e a necessidade de assegurar a adopção, quanto antes, de novas orientações em matéria de avaliação ambiental, a fim de ter em conta os riscos ambientais a longo prazo dos OGM. Era o que vos queria dizer.

**Avril Doyle (PPE-DE).** - (EN) Agradeço à Presidência em exercício a sua resposta, mas apesar do esperado relatório do Grupo de Alto Nível, se o papel da Organização Mundial de Comércio significa alguma coisa, então não deveria incluir – no mínimo – um processo unificado de avaliação de segurança e autorização dos OGM comercializados a nível mundial? Pois seguramente não estaremos a afirmar que os consumidores dos Estados Unidos, da Austrália e do Japão estão em situação de maior risco devido aos seus procedimentos de segurança e de autorização de OGM, que são extremamente eficientes? Por último, não concordará a Presidência em exercício que qualquer outro sistema que não passe por uma avaliação da segurança feita com base na revisão pelos pares, com base científica, e por procedimentos de autorização para os OGM enfermará de falta de integridade e levaria a pôr em causa a legislação nesta Assembleia?

**Mairead McGuinness (PPE-DE).** - (EN) Considero que o facto de ter agregado a resposta às duas perguntas levou, se quiser, a uma resposta incompleta à minha, que era uma pergunta muito específica. Em primeiro lugar, não estou certa de que tenha existido uma cooperação total com este Grupo de Alto Nível, mas gostaria de conhecer os progressos realizados, se é que houve, e de saber quando contam dar a conhecer os seus resultados, porque parece que, na Europa, se está mais preocupado com a actividade a respeito dos OGM do que com a acção concreta, e o que é necessário é agir, porque a realidade é que um grande país como os EUA, e outros, se mostra satisfeito com a forma como avaliam os OGM, sendo que a Europa pretende critérios diferentes. Da sua resposta depreendo que visa obter critérios muito mais «rigorosos» – seja lá o que isso signifique – e, por conseguinte, deixa-nos com o mesmo problema.

**Presidente.** – Na verdade foi o Conselho que solicitou responder em conjunto às duas perguntas.

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** – (FR) Assumo as minhas responsabilidades. Senhor Presidente, pode ter a certeza que não está aí em vão. Assumo totalmente a responsabilidade nesta questão e, em relação à senhora deputada McGuinness, apresento as minhas desculpas.

Em resposta à senhora deputada Doyle e à questão da eventual avaliação, nomeadamente a avaliação pelos pares, o Conselho realizou uma troca de opiniões muito frutífera com peritos da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, ou EFSA, em particular sobre a avaliação de riscos ambientais. Estas discussões deram um contributo positivo, nomeadamente no que se prende com o reforço da avaliação em matéria de ambiente, a melhoria da aplicação dos conhecimentos tecnológicos, como já referi, e a tomada em consideração de certas áreas sensíveis.

A realização da avaliação pelos pares parece-me realmente um passo no bom sentido, uma evolução que considero positiva. Relativamente às preocupações expressas pela senhora deputada McGuinness, creio que não podemos dispensar uma avaliação rigorosa das consequências ambientais a longo prazo da utilização de OGM. Sei quais são as tendências americanas na matéria. Em relação às preocupações europeias, devemos também ter em conta essas preocupações a longo prazo e, portanto, ser realmente muito rigorosos na avaliação que levamos a cabo.

**Presidente.** - Pergunta n.º 12, de **Jim Higgins** (H-0728/08)

Assunto: Situação no Zimbabué

Poderá o Conselho indicar se já reviu a sua posição sobre o Zimbabué, tendo em conta que, no momento em que redijo esta pergunta, se goraram os esforços de mediação desenvolvidos por Thabo Mbeki para lograr um acordo e que o povo do Zimbabué continua a atravessar graves dificuldades, perante a passividade da União Europeia face ao falhanço das negociações?

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** – (FR) Senhor Presidente, em resposta ao senhor deputado Higgins, continuamos extremamente atentos à situação no Zimbabué, que nos preocupa grandemente. Condenámos, por essa razão, a violência desde o princípio do passado mês de Abril. Condenámos a forma como as eleições foram conduzidas, mas não vou voltar a esse assunto. Enquanto União Europeia, procurámos, no Conselho de Segurança, fazer passar uma resolução muito severa em relação ao Zimbabué.

Na sequência do acordo que previa um governo de coligação, assinado sob os auspícios da SADC em 15 de Setembro, a União Europeia abordou os seus parceiros tendo em vista a formação, o mais rapidamente possível, de um governo de coligação credível, ou seja, que traduzisse a vontade do povo do Zimbabué, expressa em 29 de Março.

As negociações prosseguem mas, após o plano do Presidente Mugabe de reservar as pastas principais para o seu partido (que, recorde-se, perdeu as eleições, cuja segunda ronda foi fraudulenta), os esforços de mediação fracassaram. O Conselho fez saber que continuará a vigiar de muito perto a situação.

Além disso, o Conselho encorajou os esforços de mediação da SADC, sob a direcção do Presidente Mbeki, para que se alcançasse um acordo mais satisfatório em relação à opção tomada pelo povo do Zimbabué em 29 de Março. Se estes esforços continuarem a ser bloqueados, estamos dispostos a tomar medidas adicionais e sancionatórias dirigidas às autoridades do Zimbabué.

Porque a situação humanitária, já de si, é extremamente preocupante, e não queremos que a população seja vítima desta situação política, a Comissão acabou de disponibilizar um montante adicional de 10 milhões de euros para fazer face à situação em que se encontra a população do Zimbabué.

Por último, recordo ao Parlamento que, no plano social e económico, a União está na disposição de adoptar, a partir do momento em que tiver sido instituído um governo de coligação credível, medidas de apoio ao processo de consolidação democrática e de recuperação económica naquele país.

Cumpre, pois, assinalar que permanecemos vigilantes e recordar-vos que a União Europeia permanece activa em todas as frentes – política, diplomática, económica e humanitária – para assegurar que se faça justiça para com o povo do Zimbabué.

**Presidente.** – Há ainda duas perguntas complementares a esta, mas esta será a última pergunta. Receio ter de dar o período de perguntas por encerrado. Gostaria de agradecer ao Senhor Ministro pelas suas respostas muito completas. Os deputados que se encontram na Assembleia e tenham uma pergunta inscrita receberão resposta por escrito.

*(Interjeição do senhor deputado Gay Mitchell)*

Tenho consciência do seu problema, Senhor Deputado Mitchell. Estou apenas a cumprir o nosso horário. Se isso não acontece com os outros, então será problema deles, posso apenas responder por mim. Informe-me, no início do Período de Perguntas, que terminaremos às 19H00.

*(Interjeição do senhor deputado Gay Mitchell)*

Tento manter aqui alguma ordem, e aprecio a sua preocupação.

*(Interjeição do senhor deputado Gay Mitchell)*

Registo os seus comentários, mas penso que não pode atribuir-me qualquer culpa pela situação.

**Jim Higgins (PPE-DE).** - (GA) Senhor Presidente em exercício do Conselho, o Conselho tem consciência de que o MDC (o Movimento para a Mudança Democrática) pretende a realização de eleições e que os planos para organizar conversações na Suazilândia sobre a partilha de poder foram adiados uma semana.

Este adiamento surgiu na sequência da recusa de facultar ao líder da oposição, Morgan Tsvangirai, um passaporte. Em sua opinião, Senhor Ministro, trata-se de uma atitude correcta ou útil? E confia que agora será possível estabelecer um acordo duradouro a longo prazo?

**Colm Burke (PPE-DE).** - (EN) Pergunto-me apenas se haverá qualquer envolvimento directo da União Europeia com as partes interessadas no processo político no Zimbabué. Mesmo que consiga resolver os seus problemas políticos rapidamente, precisará de um elevado nível de apoio, quer económico, quer no que respeita à construção de novas relações comerciais. Pergunto-me apenas se haverá qualquer envolvimento com as partes interessadas por parte da União Europeia.

**Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.** - (FR) Em primeiro lugar, como o senhor deputado Higgins referiu, a situação permanece extremamente preocupante, e compreendemos as razões por que as soluções propostas são inaceitáveis para os líderes da oposição, mas creio que a tróica dos órgãos políticos da SADC, isto é, a Suazilândia, Angola e Moçambique, se irá reunir em Harare, no próximo dia 27 de Outubro.

Em resposta ao senhor deputado Burke, é claro que é difícil manter os contactos, dada a sorte reservada ao senhor Tsvangirai. O passaporte foi-lhe confiscado, sem restituição até ao momento, pelo que não pôde deslocar-se à Suazilândia. A Comissão, bem como o Presidente em exercício do Conselho de Ministros, Bernard Kouchner, mantêm-se obviamente bem informados e têm contactos muito estreitos com os representantes da SADC e do Presidente Mbeki. Pela nossa parte, poderemos apenas assegurar o restabelecimento das relações com o Zimbabué, mas unicamente quando o Estado de direito estiver garantido e tiver sido instaurada uma solução aceitável. De qualquer forma, mantemos o máximo de contactos possíveis na actual situação, tanto com Louis Michel como com Bernard Kouchner.

**Presidente.** - Está encerrado o período de perguntas.

As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

(A sessão, suspensa às 19H00, é reiniciada às 21H00)

#### PRESIDÊNCIA: MORGANTINI

*Vice-presidente*

### 15. Defesa da imunidade parlamentar: ver Acta

### 16. Programa de reforma dos estaleiros navais polacos (debate)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a Declaração da Comissão sobre o programa de reforma dos estaleiros navais polacos.

**Marek Siwiec (PSE).** - (PL) Senhora Presidente, gostaria de a informar de que se encontra na galeria uma delegação dos sindicatos polacos, que vão escutar o nosso debate. A delegação inclui representantes dos estaleiros navais de Gdańsk, Gdynia e Szczecin. Gostaria de solicitar à Senhora Presidente que dê as boas-vindas aos nossos amigos da Polónia.

**Presidente.** - Obrigado, Senhor Deputado Siwiec; a delegação é muito bem-vinda.

**Neelie Kroes, Membro da Comissão.** - (EN) Senhora Presidente, a Comissão está plenamente ciente da importância histórica dos estaleiros navais polacos, e é essa a razão por que temos vindo a trabalhar arduamente para encontrar uma solução para a reestruturação do sector de molde a permitir proporcionar um modo de vida às regiões em causa. No entanto, dependemos da cooperação das autoridades polacas para chegar a uma solução viável. Para ser bastante clara, a investigação aos auxílios estatais nestes casos tem estado pendente há praticamente quatro anos.

A investigação diz respeito a um montante substancial de auxílio operacional aos estaleiros de Szczecin, Gdynia e Gdańsk. Mesmo sem contar com as garantias do Estado, concedidas de 2002 até hoje, o estaleiro de Gdynia recebeu do Estado polaco – o que quer dizer dos contribuintes polacos – auxílios de cerca de 167 000 euros por trabalhador. Este valor corresponde a aproximadamente 24 000 euros por trabalhador por ano, o que significa que o subsídio a cada um dos trabalhadores dos estaleiros se situa, no mínimo, no dobro do rendimento anual médio dos trabalhadores polacos.

Mesmo sem contar com as garantias estatais, o total dos auxílios recebidos desde 2002 pelos estaleiros de Gdynia e de Szczecin ascende, em valor nominal, respectivamente, a cerca de 700 milhões de euros e mil milhões de euros.

Apesar de todo esse dinheiro, os estaleiros e o futuro dos trabalhadores permanece vulnerável. É esta realidade, devo referir, que efectivamente me assusta. Penso ser necessário ter em conta o futuro dos trabalhadores. Evitaram a reestruturação dolorosa mas necessária, que, por exemplo, os estaleiros alemães e espanhóis fizeram e que Malta está actualmente a preparar.

Nestes últimos quatro anos, a Comissão tem mantido, a todo o momento, uma porta aberta aos sucessivos governos polacos. Encontrei-me com um bom número de Ministros e Primeiros-Ministros de governos polacos. Tentámos sistematicamente chegar a um acordo e, infelizmente – e digo-o com tristeza no coração –, as autoridades polacas não fizeram uso dessas possibilidades.

Em Julho deste ano, a Comissão chegou à conclusão de que os recentes planos de reestruturação não asseguraram a viabilidade dos estaleiros, mas, uma vez mais, consciente da importância desta questão para a economia e a sociedade polacas, nós, na Comissão, mostrámos flexibilidade e oferecemos mais dois meses para que sejam apresentados novos planos finais, até 12 de Setembro.

Durante o Verão, os funcionários da Comissão permaneceram constantemente à disposição das autoridades polacas, prestando-lhes todo o apoio sobre o projecto que lhes foi apresentado. Avaliei já com todo o cuidado os planos de reestruturação apresentados pelas autoridades polacas em 12 de Setembro. Infelizmente não posso concluir que os planos finais revistos assegurarão a viabilidade dos estaleiros. Com efeito, os planos exigem que voltem a ser injectados de futuro ainda mais dinheiros públicos, inclusivamente verbas para ajuda ao funcionamento diário.

Cumpra também salientar que os planos de reestruturação apresentados em 12 de Setembro – e estou a falar dos planos do Governo polaco – prevêem reduções de 40% no número de postos de trabalho. No entanto, estes sacrifícios seriam efectuados sem quaisquer perspectivas de um emprego sustentável para os restantes trabalhadores, uma vez que os estaleiros, muito provavelmente, não se tornariam viáveis e continuariam a precisar de apoio estatal a expensas dos contribuintes polacos.

Não é um resultado aceitável. Não é aceitável da perspectiva da legislação da concorrência da UE, mas é também inaceitável para o futuro dos estaleiros. Não seria aceitável para os seus trabalhadores e mais genericamente para a economia polaca. Por conseguinte, tal como a situação se apresenta, não vejo como evitar a adopção de posições negativas quanto aos estaleiros de Gdynia e Szczecin.

Porém, a missão da Comissão não é dizer «não». Temos trabalhado activamente para ajudar as autoridades polacas a apresentarem uma solução que assegure um futuro comercial viável para os centros económicos de Gdańsk, Gdynia e Szczecin e assegure empregos sustentáveis.

De acordo com este cenário, os activos dos estaleiros de Gdynia e Szczecin seriam vendidos nas condições de mercado em vários pacotes. Os activos serão colocados em pacotes, na sequência de um concurso aberto, incondicional e não discriminatório; e a empresa fictícia remanescente utilizaria os proveitos da venda dos activos para pagar os auxílios recebidos ao longo dos anos e seria liquidada, sendo que os compradores dos activos poderiam então retomar rapidamente as suas actividades económicas nas instalações dos estaleiros, sem o peso de terem de reembolsar as grandes quantidades de auxílios estatais recebidos pelos estaleiros ao longo dos anos. Poderiam inclusivamente reempregar mais pessoas do que seria possível no caso de serem aplicados os planos de reestruturação de 12 de Dezembro.

Posso apenas partir do princípio de que qualquer grande investidor, disponível para assumir o controlo dos estaleiros – ou, pelo menos, algumas das suas actuais responsabilidades –, ficaria ainda mais feliz por adquirir os activos mais produtivos livres de dívidas e desenvolvê-los de forma competitiva e sustentável. O resultado final seria provavelmente positivo em dois aspectos: por um lado, o número de trabalhadores que ficariam sem emprego seria inferior ao previsto nos planos de reestruturação apresentados pelas autoridades polacas e, por outro, os trabalhadores reempregados pelos compradores dos activos dos estaleiros teriam perspectivas de emprego muito mais estáveis no quadro de empresas viáveis, porque o fardo das antigas dívidas teria sido dissipado.

Esta solução, que estaria na linha do recente precedente da Olympic Airways, permitiria começar de novo as actividades económicas nos estaleiros, beneficiando também os seus trabalhadores.

A Comissão suscitou esta possibilidade junto das autoridades polacas. Fizemo-lo por várias vezes, e espero sinceramente que venham a tirar proveito da nossa flexibilidade, apresentando-nos uma proposta concreta. Estão em curso discussões técnicas, entre as autoridades polacas e os altos funcionários da Comissão, sobre a possível implementação da «solução da Olympic Airways» aos estaleiros navais de Gdynia e Szczecin.

Quanto a Gdańsk, penso que haverá uma boa possibilidade de chegarmos a um resultado positivo se ambas as partes continuarem a dar mostras de flexibilidade e boa vontade. Naturalmente, perguntar-me-ão: por que razão esta abordagem no caso de Gdańsk? São duas as razões subjacentes: em primeiro lugar, os estaleiros de Gdańsk já foram vendidos a um operador privado que injectou dinheiro fresco e, em segundo, o passivo destes estaleiros em matéria de auxílios passados é muito mais limitado do que os dos estaleiros de Gdynia e Szczecin.

Do lado da Comissão, já demos a conhecer às autoridades polacas a nossa posição quanto à avaliação das medidas compensatórias necessárias para cumprir as regras relativas aos auxílios estatais impostas pela CE. Tendo em conta que este estaleiro recebeu menos auxílios no passado, podemos ser menos exigentes a este



respeito. O *quid pro quo* para a abertura da parte da Comissão é a necessidade de as autoridades polacas apresentarem de imediato um projecto de plano de reestruturação para Gdańsk, a fim de permitir a discussão de quaisquer questões pendentes e, até à data – lamento dizê-lo – não recebemos qualquer plano, sendo essencial que as autoridades polacas o apresentem rapidamente.

Além disso, o Governo polaco pode solicitar apoio do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização – uma candidatura com a probabilidade de ter êxito –, sendo que a dimensão da intervenção dependeria do montante do co-financiamento que o Governo polaco estivesse disposto a investir, uma vez que o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização co-financia um máximo de 50% dos custos.

Segundo estimativa da Comissão até à data, o montante por pessoa a apoiar por parte do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização situa-se entre 500 e 10 000 euros, valor ao qual deverá acrescer um montante igual financiado pelos Estados-Membros.

Para concluir, posso dizer que a Comissão tem estado bastante disponível para avaliar estes casos, tendo demonstrado considerável flexibilidade. Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, e continuaremos a manter essa atitude, para trabalhar com as autoridades polacas, com vista a encontrar uma solução economicamente viável e sustentável que seja consentânea com a legislação da CE em matéria de concorrência e com os precedentes estabelecidos pela Comissão.

Actualmente, a bola está no campo das autoridades polacas. O futuro dos estaleiros e dos seus trabalhadores depende da disponibilidade das autoridades polacas para cooperarem com a Comissão a fim de se encontrar rapidamente uma solução positiva no quadro que há pouco delinieie.

**Presidente.** – Lanço um apelo aos senhores deputados e ao seu sentido de disciplina e responsabilidade, porque dispomos de tempos extremamente limitados. Esta noite há imensos pontos inscritos na ordem de trabalhos e, por isso, peço-lhes que respeitem escrupulosamente os limites de tempo.

**Jerzy Buzek**, em nome do Grupo PPE-DE. – (PL) Senhora Presidente, Senhora Comissária Kroes, muito obrigado pela sua presença hoje aqui e por tratar da questão dos estaleiros navais, bem como pela nota positiva com que terminou o seu discurso.

É evidente que reconhecemos o princípio da concorrência e que queremos que as empresas europeias registem lucros e assegurem salários decentes aos seus trabalhadores. Há muito tempo que os estaleiros navais polacos tinham vindo a ter dificuldade em aplicar estes princípios. Todavia, a decisão negativa da Comissão relativamente aos estaleiros navais terá agora como resultado a sua falência, uma situação que é difícil de aceitar.

Admitimos que as repercussões económicas e sociais dessa falência se verificariam a nível regional, ou, no máximo, a nível nacional, e que, actualmente, a União Europeia também está a braços com uma crise global. Não há, porém, qualquer interesse em acrescentar a difícil situação dos estaleiros polacos e dos seus trabalhadores ao abrandamento económico geral. A indústria europeia e polaca da construção naval merece ser salva. É por esse motivo que não posso aceitar uma decisão negativa e que peço que ela seja protelada, para dar ao Governo polaco e aos seus investidores tempo para actuarem. Aguardamos, portanto, um sinal positivo por parte da Comissão Europeia. Em primeiro lugar, durante o período de reestruturação, isso irá dar oportunidade a que se garanta que as empresas em questão continuem a ser estaleiros navais activos. Se a estrutura dos estaleiros navais for fraccionada em consequência da privatização, não será possível reanimar a indústria da construção naval. Em segundo lugar, um resultado positivo implicará a manutenção dos trabalhadores dos estaleiros nos seus postos de trabalho ou encontrar-lhes novos postos de trabalho adequados, embora mantendo a continuidade em termos de produção e de emprego.

Em terceiro lugar, durante este período, será necessária uma pequena dose de acção protectora para manter a produção e assegurar que as alterações serão sustentáveis. Valeria a pena identificar as soluções ideais para esta situação, com as quais, estou plenamente convicto, quer a Senhora Comissária Kroes, quer a Comissão, estarão de acordo.

**Martin Schulz**, em nome do Grupo PSE. – (DE) Senhora Presidente, o meu grupo pediu este debate com a Senhora Comissária porque discordamos dela em quase todos os aspectos. Senhora Comissária, perante o actual clima económico mundial, não pode virar-se e dizer que, só por determinadas condições regulamentares não terem sido cumpridas, os estaleiros têm de ser encerrados. Se, com o clima económico que hoje se vive, encerrar agora os estaleiros, tal como acabou de enunciar, lançará toda a região num estado de catástrofe económica, e isso não pode acontecer. O Governo polaco – assim como V. Exa., na Comissão, e nós, no

Parlamento - precisa de mais tempo. Numa situação económica tão tensa como esta, não pode afirmar apenas «certas condições não foram cumpridas, ponto final».

Quanto ao segundo ponto da minha intervenção, o argumento de que estão a ser gastos EUR 24 000 em cada posto de trabalho está correcto, mas tenho algo que gostaria de contar a V. Exa. Fui edil numa cidade da Alemanha onde havia uma mina de carvão em exploração. A certa altura, foi-nos dito que se estava a gastar demasiado dinheiro por cada posto de trabalho e a mina acabou por fechar. Foram precisos 20 anos - atente-se, 20 anos - para recuperar metade dos postos de trabalho que então se perderam. A história não será diferente nas cidades polacas onde se encontram os estaleiros. Se os votar hoje ao encerramento, serão necessárias pelo menos duas décadas para reestruturar a região.

Donde a necessidade de envidar todos os esforços para manter os estaleiros a funcionar, e não para encerrá-los. Juntamente com os meus colegas do meu grupo, apelo à Comissão e ao Governo polaco para que façam tudo o que for possível para manter os estaleiros navais da Polónia a funcionar nas três cidades. Este é um apelo decisivo que queremos lançar.

Não tendo as autoridades polacas trabalhado com a celeridade que se impunha, não estando os planos de acção, e os planos de actividades, que a Senhora Comissária Kroes mencionou ainda disponíveis, terão de ser os trabalhadores dos estaleiros polacos a pagar por aquilo que certas autoridades, ou o governo, não fizeram? No fundo, é isso que nos está a dizer: os trabalhadores estão a arcar com a factura das insuficiências do governo ou da administração, algo que é totalmente inaceitável.

Posto isto, a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização é um passo positivo, mas essa mobilização tem de ser feita de modo a prestar ajuda no terreno, manter os estaleiros em actividade e preservar a competitiva construção naval polaca.

Este é também um ponto importante para aqueles que, de entre nós, social-democratas, não são da Polónia, e é igualmente por isso que estou a intervir neste debate. Os estaleiros navais de cidades como Gdańsk e Szczecin foram um importante símbolo para todos os que, na Polónia, lutaram pela democracia e contra a ditadura. Esta é também uma razão de peso para os estaleiros não poderem encerrar.

**Janusz Onyszkiewicz**, em nome do Grupo ALDE. – (PL) Senhora Presidente, o problema dos estaleiros navais polacos já não é um problema novo, mas sim um problema que tem vindo a desenvolver-se ao longo de alguns anos. Infelizmente, sucessivos governos não têm conseguido abordar o problema de modo adequado. Qual o motivo por que isso aconteceu? Não é o lugar, nem a ocasião, para se discutir esta questão específica. Os responsáveis serão chamados a prestar contas, de acordo com os processos democráticos polacos.

A actual situação, porém, é difícil. Compreende-se que a Comissão não pudesse ignorar esta incapacidade para actuar. Por outro lado, temos de realçar o facto de diferentes cenários envolverem custos diferentes. A opção de melhorar a situação afirmando que, *de facto*, os estaleiros deveriam ser encerrados implica, claramente, certas consequências graves. Sobretudo, haverá a redução dos postos de trabalho. Os trabalhadores afectados poderão ser novamente contratados no futuro, mas, até então, vêem-se confrontados com grandes incertezas e graves dificuldades.

Além disso, há outro factor que cumpre termos em conta. Não pretendo voltar a questões que já foram levantadas, mas toda a questão do encerramento dos estaleiros navais polacos, e talvez o período difícil que temos pela frente, surgiu durante o período das eleições para o Parlamento Europeu. Ficaria muito descontente se estas decisões fornecessem munições para certas pessoas – e infelizmente há muitas dessas pessoas na Polónia – que ainda são contrárias à nossa adesão à União Europeia.

Logo, gostaria de apelar para a Comissão para que seja o mais flexível possível no que diz respeito a Gdańsk. É evidente que, pela nossa parte, também iremos tomar providências na Polónia para assegurar que o Governo polaco proceda igualmente com determinação e flexibilidade.

(Aplausos)

**Elisabeth Schroedter**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Comissária, em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, quero aqui apelar à Comissão para que contribua para a defesa do futuro dos estaleiros navais.

Não está aqui em causa uma reestruturação a curto prazo, como muitas vezes sucede nos países ocidentais. Não podemos esquecer que estes estaleiros suportam um pesado fardo herdado do passado: o fardo de uma economia estatizada pelo socialismo, mas também o fardo dos erros cometidos durante o processo de adesão,

no decorrer do qual a Comissão não considerou devidamente o facto de a Polónia estar a enfrentar um difícil processo de transformação, tendo-lhe então imposto exigências irrealistas e que não conduziram a um desenvolvimento socioeconómico adequado. A Comissão tem de assumir a sua quota-parte de responsabilidade por estes erros.

Deste modo, não faz qualquer sentido recusar agora o auxílio do Estado e destruir postos de trabalho, para depois apoiar os trabalhadores despedidos recorrendo ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. De que servirá, no caso em apreço, subsidiar os desempregados? Seria uma enorme decepção para os locais, e a UE seria responsabilizada. Faz mais sentido encetar um desenvolvimento adequado destes estaleiros, capaz de oferecer um futuro sustentável às três cidades de Szczecin, Gdańsk e Gdynia. Devíamos apoiar esta oportunidade, e não recuar perante ela. É a única opção que vislumbro para resolver este caso.

A opção que preconizamos é que a Comissão autorize o auxílio estatal, mas que, no quadro do mesmo, os referidos locais de trabalho sejam modernizados do ponto de vista ambiental, de modo a garantir o futuro dos estaleiros a longo prazo e assegurar a durabilidade e qualidade dos postos de trabalho.

**Adam Bielan**, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhora Presidente, o local onde está sediado o Parlamento Europeu, onde nos encontramos hoje, é considerado um símbolo da reconciliação franco-alemã. Essa é a única razão por que o Parlamento Europeu mantém dois locais equipados para neles se realizarem sessões, isto é, Bruxelas e Estrasburgo, para o que os contribuintes europeus pagam anualmente várias centenas de milhões de euros.

Os estaleiros navais polacos, e particularmente o de Gdańsk, são um símbolo da luta contra o governo comunista. Eles simbolizam a queda da Cortina de Ferro que dividiu a Europa em duas. É esse o motivo por que os mastros que se erguem no exterior do Parlamento Europeu e que hasteiam bandeiras dos Estados-Membros foram feitos nos estaleiros de Gdańsk. É graças aos heróicos esforços dos trabalhadores dos estaleiros navais polacos, que lutaram por uma Europa reunida, que hoje podemos estar aqui reunidos. Essas pessoas merecem o nosso respeito, merecem uma vida digna e uma vida decente.

O encerramento dos estaleiros navais, que é o que a Comissão Europeia propõe, irá implicar o despedimento selvagem de várias centenas de operários qualificados e, além disso, mais oitenta mil pessoas irão perder os seus meios de subsistência. Um tal passo poderia ter como consequência uma migração económica em massa. Os trabalhadores dos estaleiros polacos não querem que tal aconteça, eles querem ficar na sua pátria e trabalhar em estaleiros modernos e rentáveis.

Apelo, por conseguinte, para a Senhora Comissária Kroes: não destruamos este grande potencial. Demos aos estaleiros polacos oportunidade de se restabelecerem da ruína financeira. Senhora Presidente, tenho consciência de que, no ano passado, o actual Governo polaco e, em particular, o Ministro das Finanças, cometeram muitos erros. Seja como for, dezenas de milhar de pessoas inocentes não deviam pagar pela incompetência de Aleksander Grad. Especialmente agora, numa época em que os Estados da Europa Ocidental estão a bombear dezenas de milhões de euros para os seus sistemas bancários, uma decisão negativa da Comissão seria interpretada na Polónia como um sinal de má-fé.

(Aplausos)

**Ilda Figueiredo**, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhora Presidente, é tempo de a Comissão rever a sua estratégia quanto aos estaleiros navais da União Europeia. A indústria naval dos nossos países foi sacrificada no altar do neoliberalismo e correm-se riscos graves de destruir o que ainda resta, seja na Polónia, seja em Portugal.

Está hoje claro que é insuficiente a estratégia global seguida pela Comissão Europeia relativa à competitividade do sector comunitário da construção naval e, se há países onde há recuperação na indústria naval, noutros isso não acontece. Em Portugal foram destruídos os mais importantes estaleiros portugueses, a Lisnave em Almada, que empregaram milhares de trabalhadores e até agora não houve quaisquer medidas de reabilitação da zona. Ainda temos os estaleiros navais de Viana do Castelo, que são estratégicos para toda esta região e que necessitam de apoio à sua modernização para evitar novos e graves problemas.

Por isso, deixamos aqui a nossa solidariedade aos trabalhadores da indústria naval, seja na Polónia, em Portugal, ou noutro Estado-Membro e insistimos em soluções que viabilizem a indústria naval. Se houve medidas especiais para a crise financeira porque são negadas medidas idênticas para a indústria naval? É a questão que se coloca, Sr.<sup>a</sup> Comissária.

**Witold Tomczak**, em nome do Grupo IND/DEM. – (PL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, solidariedade implica trabalhar juntos e jamais uns contra os outros. O problema dos estaleiros navais polacos suscita uma pergunta fundamental: nós servimos a economia ou a economia serve-nos a nós? No caso dos bancos, cuja cupidez e gestão incompetente precipitou a crise financeira, apontou-se o dedo a pessoas, ou antes, a banqueiros. Logo, o mundo está a usar o dinheiro dos contribuintes para salvar o sistema financeiro, muito embora um puro sistema económico requeresse o julgamento dos culpados e a queda dos bancos. Infelizmente, no caso dos estaleiros navais polacos, está a aplicar-se uma filosofia diferente. Será que um banqueiro é uma pessoa melhor do que um operário dos estaleiros?

Os estaleiros navais polacos simbolizam a mudança que conduziu à queda do Muro de Berlim e à criação de uma nova Europa. Os bancos não deram um tal contributo para a nossa história. Não obstante, nós estamos a ajudar os bancos, ao mesmo tempo que protelamos a decisão relativa à questão dos estaleiros. A situação com que se defrontam os estaleiros navais polacos não é culpa dos seus trabalhadores, nem se deve a falta de perícia na construção de navios. A culpa é da má administração, dos jogos políticos e dos dúbios interesses financeiros associados ao colapso dos estaleiros.

Enquanto muitos estaleiros navais dos antigos Estados-Membros da União Europeia receberam ajuda estatal, o estaleiro de Gdansk, símbolo da luta em prol da liberdade e dos direitos humanos, estava a ser destruído, por razões políticas. A ruína financeira dos estaleiros navais polacos interessa aos que esperam grandes lucros da aquisição da sua massa falida e dos atraentes terrenos em que se erguem os estaleiros. O colapso dos estaleiros irá também, sem dúvida, beneficiar os concorrentes, inclusive os de países terceiros. Vale a pena realçar que a totalidade da quota da União Europeia na indústria naval mundial é três vezes inferior à da Coreia do Sul, sozinha, cujo Governo subsidia a indústria da construção naval.

Senhoras e Senhores Deputados, verifica-se que uma proporção significativa da ajuda estatal destinada aos estaleiros não foi utilizada para esse fim. Esta questão devia ser investigada minuciosamente. Senhora Comissária Kroes, criar oportunidades de desenvolvimento para os estaleiros navais polacos não só é garantir os meios de subsistência de milhares de trabalhadores dos estaleiros polacos e das suas famílias, como também as dos empregados em indústrias conexas. Isso constitui também uma oportunidade para desenvolver uma economia polaca moderna, além de, a longo prazo, redundar no interesse da União Europeia, que devia apoiar a sua indústria da construção naval. Logo, atingir os estaleiros navais polacos está em desacordo com a Estratégia de Lisboa.

(Aplausos)

**Sylwester Chruszcz (NI)**. – (PL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, a situação com que se defrontam actualmente os estaleiros navais polacos exige, sem dúvida, uma acção imediata por parte do governo, de todo o sector da construção naval e da Comissão Europeia. Em vez de se privatizarem os estaleiros navais, estes deviam ser nacionalizados, tendo em vista a implementação de um vasto programa de reestruturação. Que sentido faz conceder qualquer tipo de ajuda, se a única solução for a privatização e os estaleiros estão destinados a ser propriedade de entidades de fora da União Europeia? Isso não só iria interferir com as regras da concorrência da UE, como também iria implicar a perda de um sector estratégico da economia polaca, uma vez que mais de 100 000 pessoas estão actualmente empregadas na construção naval e indústrias conexas.

Contra o pano de fundo de uma crise económica global, o apoio recentemente oferecido a bancos irá, *de facto*, conduzir à sua nacionalização e colocá-los sob controlo estatal. A ajuda estatal é concedida para tornar a empresa rentável, mediante a sua reestruturação. Essa acção poderia, por exemplo, salvar a indústria da construção naval polaca. Desde 2005, a Comissão Europeia tem vindo a indagar em que tem sido despendida a ajuda estatal concedida aos estaleiros navais polacos. Seria bom que a Comissão Europeia aplicasse critérios semelhantes a actividades semelhantes levadas a cabo por estaleiros navais de outras partes da União Europeia.

Em vez de encerrar estaleiros sem ponderar cuidadosamente uma tal medida, a Polónia devia chamar a contas os responsáveis pela má gestão destas empresas, a começar pela gestão e a acabar na administração central. Os responsáveis pelas decisões erradas relativamente aos estaleiros navais deviam ser identificados, em vez de se punir o contribuinte polaco, cujas contribuições irão financiar a ajuda estatal concedida. Apelo para si, Senhora Comissária, pedindo-lhe que actue judiciosamente. Temos necessidade de tempo para tomarmos providências adequadas e eficazes. Tenho a certeza de que esse tempo não irá ser desperdiçado.

(Aplausos).

**Czesław Adam Siekierski (PPE-DE).** – (PL) Senhora Presidente, no meu país, todos esperam que a Comissão tome uma decisão positiva. Devíamos esforçar-nos por garantir um resultado positivo. Devíamos ajudar a reestruturar e modernizar os estaleiros navais polacos, em vez de ameaçarmos encerrá-los. O encerramento dos estaleiros de Gdynia, Gdańsk e Szczecin irá conduzir ao colapso de todo um sector da economia. Centenas de milhar de pessoas irão perder os seus postos de trabalho e irão vir protestar para as ruas. É isso o que pretendem?

Há muitos argumentos a favor da salvação do sector polaco da construção naval. Em primeiro lugar, os peritos estão de acordo em que a procura mundial de navios está a crescer rapidamente. Em segundo lugar, os estaleiros têm as suas carteiras de encomendas cheias para os anos mais próximos, o que garante a sua rentabilidade durante esse período. Em terceiro lugar, os estaleiros polacos dispõem de pessoal qualificado e de excelente tecnologia, o que constitui uma receita para o êxito, em termos de concorrência com os estaleiros navais asiáticos. Em quarto lugar, o colapso dos estaleiros e os subsequentes despedimentos em massa também irão colocar maior carga sobre o sistema de segurança social da Polónia.

A inflexibilidade da Senhora Comissária talvez devesse fazer-nos parar para pensar, especialmente quando examinamos a situação, tendo em mente as enormes somas despendidas por certos países europeus com o salvamento de bancos ameaçados pela crise financeira. Será que os dois casos são realmente tão diferentes? Ou será apenas falta de boa vontade da Comissão?

Uma vez mais, gostaria de pedir uma resolução positiva do problema dos estaleiros navais polacos.

(Aplausos)

**Bogusław Liberadzki (PSE).** – (PL) Senhora Presidente, sou o deputado da Pomerânia Ocidental. Tal como Gdańsk e Gdynia, Szczecin, como capital regional, considera que o seu estaleiro naval é um dos seus símbolos. Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, actualmente encontramos-nos no auge de uma crise financeira, uma crise das instituições bancárias e uma crise sobre a ratificação do Tratado de Lisboa. A época do liberalismo está a chegar ao fim, motivo por que a Comissão tem de se tornar mais flexível no que respeita à questão da ajuda estatal e não apenas para com os bancos. Aparentemente, um trabalhador bancário vale muito mais em ajuda estatal do que um trabalhador dos estaleiros polacos.

Proponho uma moção destinada a reconhecer a conveniência da ajuda estatal concedida aos estaleiros navais polacos. Como ajuda estatal, não devia ter de ser restituída. Registou-se uma demora na reforma da indústria da construção naval. Como o Presidente Martin Schulz afirmou, a Comissão não devia punir 100 000 pessoas na Polónia por causa da incúria e da indiferença de três governos.

Então, qual é a situação actual? Os estaleiros têm investidores à espera de uma decisão positiva. Os estaleiros têm programas de reestruturação. Se estes têm necessidade de ser melhorados, isso compete à Comissão, bem como ao Governo polaco. Sabemos que navios podem ser construídos e o que é possível produzir além das embarcações. Trabalhadores e sindicatos estão a ser extraordinariamente cooperantes. Logo, vamos reformar os estaleiros, sem choques, sem falências, sem despedimentos e sem pôr termo a contractos com fornecedores e clientes.

Temos de fazer com que os estaleiros se tornem eficientes e competitivos, coisa que não pode ser feita em apenas algumas semanas. Será necessário, pelo menos, um ano, que é o que proponho. A Senhora Comissária sabe bem que é necessário tempo, e a comparação que estabelece com a Olympic Airways parece inadequada para a situação em que se encontram os estaleiros navais. Um ano não é muito, perante a incerteza do destino de quase 100 000 famílias.

(Aplausos)

**Hanna Foltyn-Kubicka (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, há na Polónia um crescente ressentimento e uma crescente irritação. A opinião pública não pode compreender o motivo por que a Comissão Europeia pretende impelir a indústria polaca da construção naval para a falência. A pergunta que as pessoas fazem com mais frequência é: a quem é que isso beneficia mais? Constituirá a destruição desta indústria realmente um passo para o desenvolvimento da Europa? Perante uma crise mundial, quando o sector financeiro está a receber subsídios da ordem das centenas de milhar de milhões, é sensato ou razoável exigir a restituição de umas simples dezenas de milhão da ajuda concedida aos estaleiros há alguns anos atrás? Será este o momento de acabar com os empregadores e privar os subcontratantes dos seus principais clientes? Estaremos realmente preparados para o efeito em cadeia, coisa que, perante a crise actual, pode ter consequências desastrosas?

Espero que os boatos sobre a influência dos elementos de grupos de pressão sobre a linha dura da Comissão neste caso não tenham, de facto, qualquer fundamento. A ideia de solidariedade, que, aos olhos do povo polaco, nasceu nos estaleiros navais, significa, simplesmente, que todos devíamos olhar uns pelos outros, a não ser que, tal como alguns dos animais do *Triunfo dos Porcos*, de Orwell, a Comissão creia que todos os Europeus são iguais, mas que alguns são mais iguais do que outros.

**Filip Kaczmarek (PPE-DE).** – (PL) Senhora Presidente, peço à Comissão Europeia que aceite os planos de reestruturação para os estaleiros reunidos de Gdynia e Gdańsk, bem como para o estaleiro de Szczecin. A Comissão devia aceitar esses planos, não pelo facto de o estaleiro de Gdansk ser um símbolo. Ser um símbolo é importante, particularmente se é da categoria do estaleiro de Gdansk, mas nem mesmo isso o livra da necessidade de respeitar a lei e as regras gerais. Os planos de reestruturação deviam ser aprovados por outras razões: porque são bons e, provavelmente, por constituírem a única solução possível. Isto porque eles tratam da necessidade de modernizar a construção naval, e a sua implementação significará apoiar os princípios da livre concorrência, porque significará privatização e, em consequência disso, os estaleiros poderão operar independentemente nas condições do mercado.

Devíamos estar satisfeitos com o facto de o actual Governo polaco ser o primeiro em muitos anos a tentar realmente ajudar a construção naval a sair da difícil situação em que se encontra. O senhor deputado Bielan está muito enganado, neste caso, porque é graças ao senhor Ministro Gradów que agora temos oportunidade de encontrarmos uma solução permanente para estes problemas.

Esta manhã, o Presidente Sarkozy disse nesta Assembleia: «Gostaríamos que a Europa estivesse unida». A união também implica compreensão de que vale a pena criar uma oportunidade para salvar os estaleiros polacos. A aprovação dos planos de reestruturação iria proporcionar essa oportunidade. O Presidente Sarkozy também disse, de facto: «A Europa tem necessidade de uma indústria forte. A Europa tem de produzir carros e navios». Se a Comissão Europeia rejeitar os planos de reestruturação, isso significará que mais um país europeu deixará de construir navios.

Uma consequência lógica do apelo feito hoje pelo Presidente francês devia ser a aprovação dos planos de reestruturação dos estaleiros polacos. Nessa altura, teremos possibilidade de obter um consenso europeu relativamente a este assunto, com o Parlamento, a Comissão e o Conselho a contribuírem conjuntamente para a salvação dos estaleiros polacos.

**Andrzej Jan Szejna (PSE).** – (PL) Senhora Comissária, não posso concordar com uma única palavra das opiniões liberais que a Senhora Comissária aqui manifestou. A Senhora Comissária propôs dividir em quatro partes a massa falida dos estaleiros navais polacos, vendê-los num concurso incondicional e pô-los nas mãos de investidores privados. No interesse de quem, interrogo-me, redundará esta proposta? Definitivamente, não no interesse dos próprios trabalhadores dos estaleiros, mas sim dos investidores.

Gostaria de lhe dizer também que, infelizmente, nos termos da lei polaca, a proposta que apresentou não é possível, uma vez que significa simplesmente insolvência. Qual o motivo por que a Senhora Comissária e a Comissão não propuseram a divisão dos bens dos bancos europeus e a sua venda num concurso incondicional? Hoje, os governos estão a propor 10 mil milhões para garantia para os Países Baixos, 10,5 mil milhões para a França, 400 mil milhões para a Alemanha, porque a Europa é um local de valores sociais e de solidariedade.

Sei que alguns governos polacos cometeram muitos erros. Infelizmente, esses erros têm de ser corrigidos agora, e agora o Governo polaco tem necessidade de tempo – de um ano, pelo menos – para garantir que esses erros não vão atingir os trabalhadores polacos. Apelo para a Senhora Comissária, para que nos conceda mais tempo. Apelo para a Senhora Comissária, esperando sensibilidade social e bom senso económico. Os estaleiros polacos são estaleiros europeus.

**Ryszard Czarnecki (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, recordo-me de, há uns quinze anos, representantes dos Estaleiros Szczecin me informarem das enormes ajudas que a UE e a Alemanha tinham estado a conceder à indústria da construção naval alemã, por causa da concorrência dos Estaleiros Szczecin. Falo nisto agora, porque não é de repente que se fica a saber que Bruxelas aplica critérios duplos, que a UE tem estaleiros melhores e estaleiros piores, estaleiros iguais e mais iguais, estaleiros dignos da benevolência da Comissão e outros apenas dignos de reparos por causa de bagatelas.

Primeiro, os dirigentes dos quatro grandes Estados-Membros, depois os países da zona do euro e, por fim, todos os 25 Estados-Membros decidiram alegremente distribuir milhões de euros para salvar bancos que empregam centenas de pessoas, ao passo que, ao mesmo tempo, põem em causa a ajuda a estaleiros que empregam milhares e dezenas de milhar, se incluímos os subcontratantes. Os trabalhadores dos estaleiros

polacos não deviam ter de pagar os elevados custos dos despedimentos na estranha luta entre a Comissão Europeia e o actual Governo polaco. Para a Comissão, é demasiado fácil tomar uma decisão que irá determinar se os estaleiros de Szczecin e de Gdynia irão afundar-se ou nadar. Se a Comissão tiver de tomar decisões deste tipo, pelo menos que dê algum tempo às partes para a querela. Aceitem a criação de um comité de peritos e não voltem as costas aos construtores de navios da Polónia e às suas famílias.

**Urszula Gacek (PPE-DE).** – (PL) Senhora Presidente, é com satisfação que tenho estado a escutar os debates sobre os estaleiros navais polacos e creio que a maior parte da delegação polaca tem estado à altura da tarefa e apresentado argumentos à prova de água, ao mesmo tempo que se tem absterido de atribuir as culpas a alguém.

Não podemos concordar com a liquidação, que, em última análise, irá ter como consequência a dispersão da massa falida dos estaleiros. A Senhora Comissária citou o exemplo da companhia de aviação grega, cuja liquidação lhe permitiu libertar-se das dívidas e continuar a operar. Infelizmente, nos termos da lei polaca, a insolvência não permite que uma empresa seja submetida a uma terapia desse género e saia mais elegante e saudável. Essa terapia seria a morte dos estaleiros polacos. O endividamento jamais irá permitir aos estaleiros polacos operar de modo rentável. Numa entrevista concedida a um jornal polaco, a Senhora Comissária afirmou que salvar bancos endividados é absolutamente diferente de salvar estaleiros navais endividados. É possível que os estaleiros tenham sido mal geridos e que uma reestruturação difícil tenha sido repetidamente adiada; uma coisa, porém, é certa: eles não recorreram a procedimentos tão descaradamente irresponsáveis e dúbios como fez o sector bancário. Quem pagou os erros dos estaleiros navais polacos foi o contribuinte polaco, ao passo que quem está a pagar, e vai continuar a pagar, os erros dos bancos europeus somos todos nós.

Este debate demonstrou que existe um acordo quanto à reforma dos estaleiros que suscita verdadeira esperança de que, futuramente, eles irão operar de modo rentável. Todos temos consciência de que, se a Comissão aceitar os nossos argumentos e se a Polónia desperdiçar esta oportunidade, não haverá, certamente, outra.

**Marek Siwiec (PSE).** – (PL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, não será tempo de reconhecer que algo de novo está a acontecer na Europa e no mundo? Não será tempo de uma ligeira deslocação da nossa sensibilidade e da nossa maneira de pensar? Não será tempo de admitirmos que neste conflito não existem dois lados, mas apenas um – um lado em que estamos juntos e em que queremos fazer algo de positivo? Não é tempo de mostrar aos trabalhadores polacos e ao povo polaco que a União Europeia pode realmente fazer bem nesta situação particular?

Gostaria de encorajar a Senhora Comissária a passar para o bom lado. Gostaria de a encorajar a reforçar a sua sensibilidade e a sua imaginação, e estar neste novo lado, porque neste preciso momento se está a desviar o curso da História, e a Senhora Comissária tem a oportunidade de se encontrar no bom lado.

(Aplausos)

**Dariusz Maciej Grabowski (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, os bancos e as instituições financeiras tiveram centenas de milhar de milhões postos à sua disposição para proteger o mercado livre e a União Europeia. Nem mesmo uma soma nominal, porém, foi posta à disposição dos estaleiros navais polacos, muito embora tivessem sido as especulações das instituições financeiras que levaram à crise mundial, e uma valorização da moeda polaca superior a 30% tivesse levado ao colapso da indústria da construção naval da Polónia.

Actualmente, a União Europeia está a ajudar os responsáveis pela crise, do bolso dos cidadãos, enquanto as vítimas são liquidadas. A sentença imposta aos estaleiros polacos é igualmente um presente para os estaleiros alemães, que após 1989 receberam centenas de milhar de milhões de marcos alemães em subsídios não reembolsáveis. A perda de mais de 100 000 postos de trabalho, sobretudo na Polónia, é o preço que irá pagar o povo polaco, e não a União Europeia.

O povo e os lugares que puseram em marcha o movimento Solidariedade, a queda do Muro de Berlim, e a libertação da Europa, deviam tornar-se vítimas de decisões arbitrárias por parte de Bruxelas, decisões que têm sido tomadas no interesse de especuladores que pretendem fazer uma carnificina sobre os destroços e a paisagem desoladora dos estaleiros? Exigimos à Comissão decisões que ajudem a salvar e a desenvolver a indústria da construção naval.

**Janusz Lewandowski (PPE-DE).** – (PL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, depois de tantos discursos, polacos, na sua maioria, só tenho dois comentários a fazer. Em primeiro lugar, remeto para a carta que a delegação polaca no Grupo PPE-DE enviou ao Presidente Barroso a recordar-lhe que, por trás da Cortina de

Ferro, a construção naval era considerada especialidade polaca. Daí o nível relativamente elevado da tecnologia e a boa qualidade do capital humano. Isso foi uma espécie de dote que trouxemos para uma Europa unida, e que pode ser visto em pequenas e médias empresas que hoje estão a cumprir bem, mas que também está oculto no potencial – inclusive no potencial humano – que reside nos três estaleiros que hoje estão a ser objecto do nosso debate. Actualmente, a credibilidade de planos para os estaleiros é determinada pelo interesse dos actuais e potenciais investidores, que querem arriscar o seu dinheiro no futuro destes locais.

A minha segunda observação é sobre o discernimento da política de concorrência na incerteza dos tempos actuais. Esse discernimento não pode, simplesmente, deter-se na garantia de relações leais entre concorrentes da zona europeia, mas deve enfrentar concorrentes que por vezes jogam um jogo diferente – enquanto na Europa jogamos futebol, eles jogam rãguebi. O facto de os resultados nem sempre serem bons pode ser considerado a partir de um exemplo vindo de além do pátio das traseiras da Polónia. Provavelmente, já ouviram falar do Grupo Aker, o mais poderoso grupo de construção naval da Europa moderna, que congregou a construção naval escandinava, francesa, alemã, e inclusive brasileira, suponho que para fazer frente à concorrência do Extremo Oriente. Todavia, o Grupo Aker há muito que desapareceu, tendo-se transformado no STX da Coreia. Tão mais importante é, portanto, nos nossos tempos agitados, tomar decisões que tragam consigo estabilidade, em vez de perigo, coisa que também se aplica aos estaleiros navais polacos.

*(Aplausos)*

**Dariusz Rosati (PSE).** – *(PL)* Senhora Presidente, Senhora Comissária, a Senhora Comissária apresentou um plano que pode, realmente, tornar-se a base de uma reestruturação bem-sucedida dos estaleiros navais polacos. O Governo polaco já deu início a um trabalho intensivo sobre este plano. Todavia, o factor principal é o tempo. Apelamos para a Senhora Comissária para que a Comissão suspenda a sua decisão a respeito dos estaleiros. Apelamos à concessão de mais tempo para as autoridades polacas prepararem um programa que possa prometer êxito e que salve 100 000 postos de trabalho na Polónia. Isso também irá ajudar a Europa a manter uma indústria importante capaz de concorrer na arena internacional. Tenho, pelo menos, duas razões para pedir mais tempo. Em primeiro lugar, o plano que a Senhora Comissária propõe requer consideráveis alterações legislativas na Polónia, o que não pode ser feito numa questão de semanas, mas que irá levar vários meses. Em segundo lugar, a actual situação afecta-nos a todos. A crise financeira ameaça com uma crise geral europeia, e a última coisa de que a Europa tem necessidade precisamente agora, Senhora Comissária, é do colapso de todo um sector industrial.

*(Aplausos)*

**Zbigniew Krzysztof Kuźmiuk (UEN).** – *(PL)* Senhora Presidente, há três questões que gostaria de trazer à colação neste debate. Em primeiro lugar, a ajuda financeira que foi dada aos estaleiros polacos é uma ajuda para um fim específico. Consequentemente, a Comissão Europeia não devia exigir a sua restituição. Em segundo lugar, o apoio aos estaleiros polacos é um apoio destinado à indústria europeia de construção naval, tal como o apoio que em tempos foi concedido à indústria de construção naval da Alemanha Oriental. A União Europeia tem necessidade de uma indústria de construção naval moderna e produtiva, a que os armadores europeus possam encomendar navios. Em terceiro lugar, os níveis de ajuda estatal que os estaleiros navais polacos receberam até agora, e o montante da ajuda prevista para o futuro, são puramente nominais, comparado com quase 2 mil milhões de EUR de ajuda referida como tendo sido posta à disposição do sector bancário privado europeu. O que é mais: os governos de alguns Estados-Membros estão a tomar decisões tão apressadas sobre o assunto que nem sequer têm tempo para informar a Comissão Europeia a seu respeito.

As sugestões da Comissão Europeia, de que a melhor solução para os estaleiros navais polacos seria reestruturá-los, criando empresas de produção separadas, é inadmissível, porquanto, muito provavelmente, isso iria significar o desmembramento dos bens dos estaleiros, privando, desse modo, os estaleiros da sua capacidade para construir navios.

**Zbigniew Zaleski (PPE-DE).** – *(PL)* Senhora Comissária, por um lado, aprecio a compreensão da Senhora Comissária das dimensões histórica e moral destes estaleiros. Por outro lado, creio que a Senhora Comissária é demasiado inteligente para não compreender que o argumento histórico já não é válido. A meu ver, o que estamos a fazer pelos bancos e o que não estamos a fazer pelos estaleiros não resiste a uma análise mais aprofundada. Creio também que, numa situação difícil, temos de tomar decisões corajosas. Talvez esta seja essa oportunidade.

Em terceiro lugar, se eu fosse pintar um cenário sombrio de falência e de bens vendidos aos investidores, provavelmente algures fora da Polónia, uma vez que não existem investidores no nosso país, imagino que seria o mesmo que a Siemens ou a Airbus serem administradas pelos Coreanos. O ponto é saber se a Polónia



e a Europa beneficiariam do facto, se uma indústria nacional de tais dimensões como a da construção naval estivesse em outras mãos.

**Bogdan Golik (PSE).** – (PL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, uma vez que, em Julho e Setembro, fiz uma pergunta por escrito a que não obtive resposta, gostaria de a repetir oralmente agora. A pergunta era se era verdade que no dia 20 de Junho, no decurso de uma reunião da Comissão Europeia com uma delegação do Grupo Ulstein (um dos investidores), um certo Karl Soukup, em representação da Comissão Europeia – e passo a citar as notas da Comissão Europeia neste caso – quando interrogado sobre o preço sugerido para a aquisição do estaleiro naval de Szczecin, declarou que, tendo em mente as obrigações vinculativas e as perdas avultadas, o preço não seria elevado. Neste contexto, ele perguntou por que motivo o Grupo Ulstein não considerava a aquisição da massa falida após um eventual processo de falência, que terá início após decisão de reembolso da ajuda concedida. Ele sublinhou que, em caso de aquisição da massa falida, não seria possível obter uma ajuda para a reestruturação, mas que, não obstante, seria possível receber ajuda como parte do apoio regional destinado a novos investimentos e à criação de novos postos de trabalho. Em minha opinião, na qualidade de empresário experiente, isto constitui sugerir a um investidor que se abstenha e proceda contra os interesses da empresa. Foi o que aconteceu, Senhora Comissária?

**Ewa Tomaszewska (UEN).** – (PL) O estaleiro naval de Gdansk, berço do Solidariedade, principal actor na luta contra o comunismo, um estaleiro que sofreu discriminação e que, devido a decisões políticas dos Comunistas, foi impelido para má situação financeira, aguarda hoje uma decisão positiva por parte da Comissão Europeia. O mesmo se pode dizer da totalidade da indústria da construção naval. A indústria de construção naval polaca não está isolada na dependência desta decisão, porque também a indústria da construção naval da União Europeia dela depende. Há o problema da concorrência da Coreia e de países que, não só concedem subsídios estatais, mas que reduzem os padrões de emprego e não respeitam os direitos dos trabalhadores. Neste caso, a concorrência não será leal, se aos estaleiros se der pior tratamento do que se dá aos bancos, que usaram de meios desleais para encorajar empréstimos hipotecários.

**Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, o colapso da indústria de construção naval polaca não é necessário, nem para a Polónia, nem para a União Europeia. Logo, temos de encontrar uma solução juntos.

Em primeiro lugar, a Comissão Europeia tem de retirar a sua exigência de restituição do financiamento público, especialmente porque a maior parte dele foi avalizada por garantias dadas pelo governo aos mutuários. Em segundo lugar, pedir aos estaleiros que saldem as suas dívidas numa época em que a União Europeia se está a afastar de uma economia de mercado e a nacionalizar os bancos é injusto e mina os objectivos da União Europeia.

Em terceiro lugar, é necessário desenvolver a economia da União Europeia e da Polónia. O desenvolvimento não pode basear-se unicamente na liquidação ou limitação da produção das indústrias, individualmente. Em quarto lugar, o desejo de liquidar os estaleiros navais, o local de nascimento do movimento Solidariedade e das mudanças na Europa, pode ter como consequência uma reacção defensiva de descontentamento público em larga escala, coisa de que ninguém tem necessidade neste momento. Em quinto lugar, na União Europeia quase cem milhões de pessoas já estão a viver no limiar da sobrevivência biológica. Porquê multiplicar a pobreza?

**Marcin Libicki (UEN).** – (PL) Senhora Presidente, sem dúvida alguma estamos a assistir a uma crise de confiança nas instituições europeias, crise na Irlanda, nos Países Baixos e em França. Mas não na Polónia. Pelo menos, não até agora. A Polónia confia nas instituições europeias. Infelizmente, se, eventualmente, os estaleiros forem impedidos de funcionar e forem reformados gradualmente, também a Polónia pode sofrer uma crise de confiança nas instituições da União Europeia, porquanto é óbvio para todos que há duas medidas, dois critérios: eles eram diferentes no caso da Alemanha Oriental e são diferentes para os bancos. Podemos falar de diferenças de escala, coisa que, no entanto, não será compreendida por aqueles que estão a perder os seus empregos. Quando tive a honra de acompanhar a Senhora Comissária numa visita aos estaleiros navais polacos, fiquei com a impressão – e provavelmente com a impressão correcta – de que a Senhora Comissária pretende encontrar uma boa solução. Peço-lhe, portanto, que encontre aquela que for realmente a melhor solução possível e que dê uma oportunidade a estes estaleiros. Muito obrigado.

**Presidente.** – Peço desculpa aos senhores deputados Janowski, Wojciechowski e Pęk, mas não é possível prosseguir, lamento muito. Fui sindicalista durante 30 anos e compreendo a tragédia e o drama envolvidos, mas tenho de dar a palavra à Senhora Comissária Kroes.

**Neelie Kroes**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, estou impressionada com o empenho dos senhores deputados neste dossiê e prestei muita atenção a todos os comentários aqui feitos esta noite.

Pretendo esforçar-me ao máximo para poder dar-vos uma resposta e, se me permitirem, tomarei algum tempo para tentar explicar qual é a realidade neste momento.

O senhor deputado Buzek começou por apresentar uma explicação da situação na Polónia, mencionando, com razão, que deveríamos estar preparados para oferecer uma solução positiva que permita a manutenção da actividade das empresas. Nós *estamos* a oferecer uma solução positiva para a manutenção das actividades empresariais. Se os investidores estiverem interessados na construção naval, como alguns dizem estar – e recebemos essa mensagem não apenas de um dos membros do governo mas também de diferentes partes –, então poderão disputar em concurso os activos, e foi exactamente isso que salientei. Tenham, por favor, em conta que, pela parte da Comissão, a solução poderá resultar em actividades económicas viáveis na Polónia. Temos de falar de actividades económicas viáveis, porque não quero apresentar aos trabalhadores em causa uma solução que não seja viável.

O processo tem sido demasiado moroso. Todas estas pessoas têm o direito de saber o que está a acontecer e qual será o seu futuro, e ninguém espera que digamos apenas: «avancemos, que diabo, que podemos nós fazer agora, vamos continuar a fazer o que fizemos até aqui». Estamos cientes que essa já deixou de ser uma solução viável. Posto isto, nós, na Comissão, tudo fizemos para apresentar uma solução.

Por conseguinte, como referi há pouco, em primeiro lugar no que se refere a Gdańsk, o Governo polaco deverá apresentar-nos um plano empresarial cujo futuro seja viável. Todos os profissionais deste estaleiro têm capacidade para fazer um excelente trabalho, estando já efectivamente a fazer um trabalho que nos dá boas razões para pensar que possa existir uma expansão – bem vistas as coisas, já houve uma privatização, os proprietários fizeram investimentos e existe a possibilidade de que assim possa continuar a ser. No entanto, precisamos urgentemente de um plano empresarial, e é isso que peço aqui. Os senhores deputados que estão tão interessados na situação polaca deverão interpelar o Governo polaco e dizer: «Mãos à obra, Meus Senhores, agora é preciso mostrar trabalho. Nós, na qualidade de deputados ao Parlamento Europeu, não podemos aceitar que continuem a não apresentar resultados.» Por outras palavras, o Governo polaco não está a apresentar uma solução para a questão que vos preocupa.

Partindo do princípio de que a parte que cabe a Gdańsk neste problema venha a ser solucionada da forma que referi, passo então aos outros dois estaleiros. Acabo de referir que Gdynia e Szczecin poderão ser abordados na perspectiva de um futuro viável em matéria de emprego. É disso que estamos a falar, e essa é a razão por que dei o exemplo da Olympic Airways. Evidentemente, as situações são completamente diferentes: no caso polaco, estamos a falar de estaleiros, no outro de aviação. Porém, posto isso, a fundamentação original subjacente à solução da Olympic Airways foi a liquidação e a venda de activos, sem o ónus do reembolso de todos aqueles elevados montantes de dinheiro, proporcionando, posteriormente, com os novos investidores, uma oportunidade de futuro viável.

Senhor Deputado Schulz, não afirmámos que os estaleiros deviam fechar. Estamos à procura de uma forma de os tornar suficientemente fortes para resistir à recessão que se avizinha e, visto que as actividades provavelmente serão lucrativas em ambas as instalações, haverá a oportunidade para ambos os estaleiros, uma vez colocados os activos em pacotes, tendo em conta que existem potenciais investidores interessados em dar-lhes um futuro viável.

Senhora Deputada Schroedter, os estaleiros polacos gozaram de uma transição mais longa do que os estaleiros da Alemanha Oriental, durante um período de expansão da economia. Dirigindo-me agora aos senhores deputados Chruszcz e Czarnecki, se compararem esta situação com a dos estaleiros alemães – e é correcto afirmar-se que existe um paralelo com os estaleiros alemães –, então tenho dois comentários a tecer.

Em primeiro lugar, é preciso que nos capacitemos de que a indústria da construção naval noutros países, como a Dinamarca ou o Reino Unido, onde os cofres públicos não foram tão generosos, sofreu consideráveis reduções ou foi mesmo encerrada. Tenho algum conhecimento para o poder afirmar: no meu próprio país, um considerável número de estaleiros viu-se obrigado a encerrar a actividade. Por isso, se falarmos de igualdade de tratamento, é preciso ter em consideração que, noutros Estados-Membros da União Europeia, existe uma toda uma história de encerramento de estaleiros que já não conseguiam ser viáveis.

Alguns deputados fizeram uma comparação com a situação na Alemanha. A dimensão total dos três estaleiros da Polónia – Gdynia, Gdańsk e Szczecin – é comparável à dimensão dos estaleiros alemães antes da sua reestruturação, e a ajuda já concedida aos estaleiros polacos, no período de 2002-2008, é também comparável

à ajuda concedida pela Alemanha aos seus estaleiros – cerca de 3 mil milhões de euros. Por isso, existe uma base para a comparação.

No entanto, quer da perspectiva da distorção da concorrência, quer da da salvaguarda do emprego estável, a escala do processo de reestruturação na Polónia constitui um factor agravante. Enquanto os estaleiros da Alemanha foram privatizados em 1993 e concretizaram a sua reestruturação em 1995-1996, os estaleiros polacos continuaram a subsidiar operações durante muito tempo, desde muito antes da adesão da Polónia à UE, tendo sido socorridos por diversas vezes desde então.

Já referi anteriormente que, hoje, em 2008, passaram-se mais de quatro anos sobre a adesão da Polónia à UE e oito sobre a introdução das primeiras regras relativas aos auxílios estatais, em 2000, na sequência do Acordo de Associação de 1994. Para além disso, a indústria da construção naval beneficiou de um crescimento sem precedentes nos últimos cinco anos. Esse factor deverá também ser tido em consideração: mesmo durante um período de crescimento do sector, foi impossível colocar os estaleiros polacos em posição de viabilidade, facto que deveremos ter em atenção. Mesmo durante esse período, o funcionamento não foi adequado quando comparado com os outros estaleiros.

Assim sendo, se tivermos em conta que esse período de grande expansão, com um afluxo garantido de encomendas e preços sempre crescentes, criou condições favoráveis para a condução de uma reestruturação muito abrangente na Polónia, então teremos de reconhecer que essa oportunidade não foi utilizada na Polónia. Os especialistas do sector prevêem já um arrefecimento, uma sobrecapacidade no mercado mundial nos próximos dois ou três anos.

Para concluir, a comparação com a Alemanha poderá ser significativa. Sim, é próxima; sim, é uma situação bastante comparável. Mostra que os estaleiros polacos são tratados exactamente da mesma maneira do que foram os estaleiros alemães. São aplicados os mesmos critérios ao avaliar os auxílios de Estado, sendo que o critério da viabilidade é o mais proeminente.

Por fim, deverá igualmente estabelecer-se um paralelo com casos em que a Comissão não autorizou os auxílios de Estado e ordenou mesmo a restituição de auxílios de Estado noutros Estados-Membros. No sector da construção naval, recordo as decisões negativas que determinaram a restituição da ajuda – como alguns dos presentes recordarão – no que se refere aos estaleiros públicos espanhóis IZAR, aos estaleiros gregos e a um par de outros.

Se o senhor deputado Bielan está a dizer – como eu própria disse nas minhas observações – que levámos anos a chegar aqui, isso fica a dever-se à importância económica, social e simbólica dos estaleiros. Sim, é verdade. Atrevo-me a defender essa ideia, mas o melhor que poderemos oferecer aos nossos heróis dos estaleiros é um futuro viável, e é isso que pedimos aos senhores deputados: uma abordagem realista, a abordagem que esses heróis merecem.

Foi formulada uma pergunta sobre a indústria da construção europeia. A Comissão, em cooperação com o sector europeu da construção naval, está a implementar activamente uma estratégia integrada – a que chamamos «LeaderShip 2015» – destinada a aumentar a competitividade do sector da construção naval em todos os Estados-Membros da União Europeia. Nesse contexto, está em curso o trabalho de ajuda ao sector na Polónia e noutros locais para lhe permitir fazer face aos desafios essenciais com que se defronta, por exemplo, facilitando a inovação e uma melhor protecção dos direitos de propriedade intelectual. A concessão contínua de subsídios não pode ser uma resposta aos desafios da competitividade.

Nós, na Comissão, tal como vós, estamos interessados num sector viável que possa operar sem a intervenção do Estado e competir com base nos seus próprios méritos. É esse o caso de muitos dos estaleiros navais da Europa, particularmente no sector dos navios tecnologicamente sofisticados.

O senhor deputado Tomczak e uma série de outros deputados compararam a situação do sector financeiro dos dias de hoje e a situação bancária; e quem é que a economia serve? A diminuição da quota-parte da UE no mundo da construção naval não poderá ser invertida, mantendo-se os estaleiros em actividades insustentáveis, e os senhores deputados Chruszcz e Tomczak tocaram o essencial a referirem a crise financeira. Tentei explicar estas questões na minha primeira intervenção. Gostaria de dizer um pouco mais sobre as perguntas que alguns formularam.

Questionaram-me sobre a possibilidade de se aplicarem as regras relativas aos auxílios estatais de forma menos estrita, à luz dos auxílios estatais actualmente aprovados pela Comissão para as instituições financeiras. Trata-se de uma questão interessante, que não surgiu apenas na vossa reunião de hoje. Mas é igualmente um

facto que temos de analisar as razões pelas quais parece que a Comissão está a ser mais rigorosa no caso dos estaleiros polacos, enquanto autoriza ajuda maciça aos bancos europeus.

A situação nos estaleiros polacos, se permitem que o diga, é completamente diferente da do sector bancário. Há duas razões, que passo a explicar. Primeira: a falência de um grande banco europeu poderá desencadear o colapso de uma série de outras instituições financeiras e produzir efeitos negativos sistemáticos sobre a economia de um ou mais Estados-Membros. Por isso, estamos actualmente a ponderar tomar medidas de ajuda de curto prazo a bancos, e não ajuda de reestruturação, escalonada ao longo de muitos anos, aos estaleiros polacos. A este respeito, se os bancos precisarem de apoio estatal de longo prazo, também eles ficarão sujeitos a requisitos semelhantes aos impostos aos estaleiros polacos. Terão de apresentar um plano de reestruturação credível. Terão de assegurar a viabilidade a longo prazo para os seus beneficiários. Por isso, com efeito, é verdade que, neste momento, estamos igualmente a abordar os bancos no sentido de que apresentem planos de reestruturação e planos empresariais viáveis para o futuro.

Não vejo por que razão alguns dos senhores deputados estão tão preocupados com a nacionalidade dos compradores dos activos dos estaleiros. Se forem esses os verdadeiros empresários e se forem esses os interessados nesses activos, então seja. Devemos aos trabalhadores dos estaleiros a procura de uma solução, independentemente da nacionalidade ou do protecçãoismo. Essa não é a resposta que gostaria de dar aos trabalhadores que estão interessados em preservar os seus empregos, empregos que sejam viáveis.

Apraz-me que alguns dos senhores deputados reconheçam a flexibilidade dos estaleiros e a necessidade de não transformarmos esta questão num dogma. Se a produção de navios é a única oportunidade, então penso que não estamos a tratar destes casos de uma forma profissional. Terá de ser possível nesses estaleiros a produção sustentável de um produto qualquer com as competências desses trabalhadores. Se a procura está a aumentar e os trabalhadores e os estaleiros forem competentes, e acredito que são – como aqui referiram –, então podemos dar-lhes uma oportunidade, libertando-os do fardo dos auxílios estatais do passado.

Tentarei concluir, pois a sua linguagem corporal é bem eloquente. Uma das principais perguntas com que fui confrontada foi: podemos ter mais tempo? Será esta a forma de tratar este problema de extrema dificuldade? Penso que todos aqueles trabalhadores têm o direito de nos pedir que encontremos uma solução viável para o seu futuro. O que nós, na Comissão, pretendemos, o que nós pedimos ao Governo polaco e aquilo para que efectivamente precisamos do vosso apoio junto do Governo polaco, é que tenham consciência. Por favor, por favor, por favor, apresentem muito simplesmente o plano para Gdańsk. E tenham consciência de que para os casos de Gdynia e Szczecin existe uma oportunidade.

Há um futuro, mas é preciso agir para que o peso de todos aqueles auxílios estatais, a reembolsar ao longo dos últimos anos, seja subtraído aos activos e que, com os pacotes de activos, exista um futuro para as actividades em ambos os estaleiros e em ambas as áreas e regiões.

É absolutamente crucial que esses activos não sejam onerados com esse peso, pois se o forem, então haverá um interesse muito menor da parte dos investidores. Essa é, com efeito, a lei de quem apenas pensa na solução. Se houver que proceder à liquidação, ela poderá ocorrer em paralelo e, se assim for, então não levará muito tempo.

Se, pessoalmente, tivesse de enfrentar todos estes trabalhadores, preferiria dizer, por favor aceitem esta solução que a Comissão oferece. Se a aceitarem, poderemos aplicá-la rapidamente, e não me venham dizer que, devido à natureza da legislação polaca, não podem mudar a lei. Não estou absolutamente segura de que a legislação encaixe nesta solução, mas se for esse o caso, então, pura e simplesmente ajam como um governo. A experiência que obtive numa outra posição que ocupei no passado, ainda no século passado, ensinou-me – e aprendi – que se queremos uma solução, encontramos uma saída. Peço, do fundo do coração, a todos os trabalhadores: por favor interpelem o Governo polaco.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

#### ***Declarações escritas (Artigo 142.º)***

**Andrzej Tomasz Zapalowski (UEN), por escrito.** – (PL) Senhora Presidente, observar a actual actividade da Comissão no que se refere aos estaleiros navais polacos confirmou a minha convicção de que a Polónia não devia ter aderido à UE nas condições oferecidas há alguns anos atrás. Milhões dos meus compatriotas eram da mesma opinião, mas a maioria foi levada enganosamente a pensar que a UE iria ajudar a Polónia a atingir os níveis de desenvolvimento da «velha» UE. Isto não se aplica apenas aos estaleiros navais, mas também a muitas outras áreas, como, por exemplo, à agricultura. Pessoalmente, sou a favor da participação do meu

país na Comunidade Europeia, mas sou contra, e contra isso protesto, o facto de a Polónia ser tratada como território conquistado, do ponto de vista económico. Posso ver como a antiga Alemanha Oriental comunista, ou, na realidade, a esfera bancária, são objecto de critérios diferentes. A eles é concedida ajuda estatal.

Hoje, quando a sorte do Tratado de Lisboa está suspensa no ar, estou convencido de que, do ponto de vista económico, ele irá tornar a Polónia absolutamente dependente da burocracia de Bruxelas. Esse o motivo por que nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, os povos da Europa devem apoiar os políticos que digam «não» a este Tratado.

## 17. Veículos limpos e eficientes no transporte rodoviário (debate)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0291/2008) do deputado Dan Jørgensen, em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, sobre uma proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes (COM(2007)0817 - C6-0008/2008 - 2005/0283(COD)).

**Dan Jørgensen, relator.** – (DA) Senhora Presidente, todos os dias há pessoas que ficam doentes por causa da poluição atmosférica. Todos os dias há Europeus que morrem devido à poluição atmosférica proveniente do tráfego na Europa. Também sabemos que enfrentamos grandes alterações climáticas e que estas se ficam a dever sobretudo ao facto de se consumir demasiado combustível no sector dos transportes. Por estas duas razões, a legislação que estamos a debater esta tarde no Parlamento reveste-se da maior importância. Também por estas duas razões, estamos perante um compromisso extremamente importante que negociámos com êxito – entre o Parlamento e o Conselho de Ministros – e que aprovaremos, espero eu, amanhã.

O que estaremos a aprovar é uma obrigação por parte das autoridades europeias de desempenhar um papel mais activo no combate à poluição atmosférica. O que estaremos a aprovar é a obrigação de as autoridades, quando tomam a decisão de comprar um veículo, seja ele veículo de recolha de lixo, autocarro ou outro veículo que utilizem para efectuar trabalhos no sector público, considerarem outros factores que não apenas o preço em libras e centavos (*pence*) ou euros e cêntimos. Também há que ter em conta os custos que representa para a saúde, o ambiente e o clima, o facto de os veículos emitirem diferentes tipos de partículas e de, ao queimarem combustíveis fósseis, provocarem o aumento da poluição, logo, um maior aquecimento global.

Não estamos a obrigar as autoridades locais a escolherem a solução mais amiga do ambiente, mas estamos a forçá-las a ter em conta as consequências em matéria de saúde e de ambiente quando fazem os seus cálculos. Paralelamente, estamos a criar abertura e transparência no que se refere às decisões tomadas. Tenho pois a certeza de que muitas mais autoridades públicas na Europa farão as escolhas correctas – isto é, as ecológicas – em lugar das opções a curto prazo, apesar de talvez mais baratas, que decorrem dos cálculos exclusivamente baseados em libras e *pence*. Além do mais, a finalidade da proposta resume-se totalmente a isso.

Acresce ainda que a proposta terá provavelmente, espero eu, algum impacto ambiental directo, na medida em que o sector público é efectivamente responsável por uma grande parte das aquisições de uma vasta gama de veículos, por exemplo, autocarros; veja-se que na Europa as autoridades públicas respondem por um terço, aproximadamente, da aquisição de autocarros. Para além do impacto ambiental directo, a presente proposta terá também um efeito secundário, uma vez que queremos criar uma procura de veículos amigos do ambiente – uma procura que pode dinamizar o mercado e que pode fazer com que seja rentável para o sector desenvolver veículos novos, melhores e mais amigos do ambiente, e tudo isso antes de a legislação exigir que o façam.

Creio que é importante frisar que não se trata de disposições muito burocráticas. Não se trata de impor toda uma série de regras onerosas às autoridades locais. Nem se trata de criar uma enormidade de dificuldades para cumprir a regulamentação. Pelo contrário, nós reunimos uma série de disposições que são fáceis de implementar e de pôr em marcha. Trata-se de disposições que também contêm isenções sempre que sejam necessárias, concretamente, uma que garante que um país já na posse de um sistema eficaz que tenha em conta o impacto da aquisição de veículos sobre a saúde e o ambiente pode continuar com esse sistema.

Como já me foi referido, negociámos com êxito um acordo, um compromisso. Nesse processo, creio que enviamos um importante sinal da nossa capacidade de nos unirmos neste Parlamento quando está em causa uma legislação relevante. Gostaria de agradecer a todos os relatores-sombra e à Comissão a colaboração construtiva que estabeleceram. Gostaria também de agradecer à Presidência francesa por ter igualmente envidado esforços para chegar a este compromisso. Orgulho-me pelo facto de, amanhã, podermos aprovar uma legislação que reduzirá a poluição na Europa e que fará com que as autoridades locais se sentem no

lugar do condutor no combate ao aquecimento global e no combate contra a poluição atmosférica que todos os anos é responsável por muitos dos doentes europeus.

### **PRESIDÊNCIA: COCILOVO**

*Vice-presidente*

**Antonio Tajani**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como sabem, o objectivo da proposta é aumentar a presença no mercado europeu de veículos de baixo consumo energético e que produzam baixos níveis de poluição, com o objectivo de reduzir tanto o consumo de energia como as emissões de CO<sub>2</sub> e de outros elementos poluentes. Estas medidas irão beneficiar os cidadãos que vivem nas grandes cidades e que representam, neste momento, a maioria da população europeia.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao relator, o senhor deputado Jørgensen, bem como aos relatores-sombra, o seu empenho e contributo construtivo, assim como a sua estreita colaboração, que teve lugar nas discussões interinstitucionais durante todo o Verão. Esse trabalho de colaboração permitiu-nos produzir um texto de compromisso que reuniu um amplo apoio em primeira leitura.

As medidas da proposta de directiva estipulam que os organismos e empresas públicos, bem como as empresas que oferecem um serviço público de transporte de passageiros, sejam obrigados a incluir o consumo energético e a emissão de CO<sub>2</sub> e de outros poluentes entre os critérios de selecção dos veículos adquiridos através de concurso. Dessa forma, a decisão respeitante a essa aquisição não se baseará, futuramente, apenas no preço do veículo mas também nos custos ambientais que ele acarreta durante a vida útil desse mesmo veículo. Simultaneamente, a proposta deixa às autoridades locais a possibilidade de decidirem os pormenores da aplicação das medidas, respeitando assim plenamente o princípio da subsidiariedade. O texto legislativo que estamos a aprovar não introduz novos procedimentos administrativos. Por conseguinte, a proposta é perfeitamente coerente com os regulamentos existentes em matéria de concursos e serviços públicos, e todas as medidas neles contidas, por exemplo em matéria de limites de isenção, continuam em vigor.

Além disso, a proposta representa um importante passo em frente nas políticas comunitárias em matéria de energia, clima e ambiente. A directiva deverá introduzir parâmetros gerais de consumo energético, de emissões de CO<sub>2</sub> e de emissões de outros poluentes nas aquisições através de concurso. O sector público na Europa passará, portanto, a servir de exemplo, promovendo tecnologias inovadoras mais avançadas para produzir no futuro um sistema de transportes sustentáveis. Na minha opinião, essa é uma mensagem muito clara, que pode ser transmitida pelas empresas públicas locais ou por aquelas que produzem serviços locais no que se refere a um sector muito importante em termos da redução da poluição.

Além disso, a proposta introduz a economia sustentável nos concursos públicos para fornecimento de veículos, sem dar lugar a aumento de custos. Pelo contrário, o impacto que os veículos terão ao longo da sua vida útil será previsto e tornado transparente antes da sua chegada. Por isso, a aquisição de meios de transporte públicos será decidida de forma racional, podendo evitar-se custos mais elevados, tanto para os operadores como para as próprias empresas de transportes públicos.

Prevê-se que os efeitos da directiva – e apresso-me a terminar, Senhor Presidente – ultrapassem o seu campo de aplicação imediato. Os concursos públicos são um mercado-chave de grande visibilidade e podem influenciar as decisões tomadas pelas empresas e por entidades privadas. Prevê-se que, graças a esta directiva, haja, a longo prazo, uma maior introdução no mercado de veículos limpos e de baixo consumo energético e que haja uma redução dos seus custos através das economias de escala. Em consequência disso, aumentará a eficiência energética, enquanto as emissões de CO<sub>2</sub> e de outros poluentes diminuirão para a globalidade dos veículos em circulação na Europa.

Agora gostaria de ouvir o que os deputados que irão participar no debate têm para dizer, a fim de que, no final, possa facultar-lhes os necessários esclarecimentos. Espero que, através deste debate, possamos conseguir um resultado positivo e que a proposta de directiva revista possa ser adoptada.

**Andreas Schwab**, *relator do parecer da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por dizer que, com base neste projecto de relatório, é manifesta a importância da protecção do ambiente e das alterações climáticas para o Parlamento Europeu e para todas as suas comissões, assim como para a Comissão e o Conselho.

Assim sendo, penso que estaremos de acordo com o senhor deputado Jørgensen quando ele afirma que todos nós, na Europa, devíamos dar atenção à redução das emissões poluentes e que a protecção do ambiente e do clima é um factor importante que pesa na aquisição de veículos. Porém, o ambiente e as alterações climáticas terão de merecer também a atenção das pessoas em geral, dos próprios cidadãos da União Europeia. Têm de ser uma preocupação de cada um deles, por outras palavras, uma preocupação das pessoas que adquirem veículos ligeiros de passageiros ou autocarros na União Europeia. Deste modo, continuo a perguntar-me se as disposições que estamos a propor irão, de facto, reforçar as consciências dos cidadãos nesta matéria ou, pelo contrário, enfraquecê-las, e se esta directiva serve, realmente, os objectivos por nós visados ou acabará por gerar ainda mais frustração face à alegada burocracia de Bruxelas.

A meu ver, existe, em muitos países europeus, uma profusão de exemplos que mostra que os veículos a hidrogénio e com baixas emissões de CO<sub>2</sub> são já uma opção de compra, mesmo sem a presente directiva. Por outras palavras, a consciência ambiental é já um facto. Duvido muito que uma directiva contribua, efectivamente, para impulsionar esta tendência, dado que, na minha opinião, esta directiva pouca utilidade tem e, ao contrário do que o senhor deputado Jørgensen afirma, não é verdade que os efeitos ambientais sejam significativos.

O nosso objectivo deve passar por uma maior sensibilização dos compradores, e não necessariamente por influenciar 1% do mercado de veículos ligeiros de passageiros e 6% do mercado de camiões com esta directiva. Considero que o impacto será relativamente pequeno: as condições dos concursos serão relativamente extensas e, em última análise, a aplicação a nível nacional será determinante para a decisão. Isto significa que é grande a possibilidade, pelo menos de acordo com os serviços jurídicos do Conselho, de os efeitos ambientais terem um peso de apenas 1%, pelo que o impacto no ambiente será relativamente escasso.

Ainda assim, a directiva não trará com ela grandes males, pois, no fim de contas, todos os actores por ela abrangidos poderão continuar a efectuar transportes mais ou menos como até aqui. Este resultado deve-se ao Conselho e ao relator-sombra da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, o senhor deputado Hoppenstedt. O parecer da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, do qual fui o relator, tomou também posição ao longo deste texto, tendo sido possível introduzir melhorias consideráveis na directiva no âmbito do tríplice.

Por conseguinte, uma vez expurgada das suas adiposidades burocráticas, penso que a directiva tem, seguramente, alguns pontos positivos que convém sublinhar. Ela faculta agora aos Estados-Membros a opção de estabelecerem especificações técnicas para os concursos, o que resulta num grau considerável de flexibilidade. De igual modo, estipula que os veículos especializados são, em termos gerais, excluídos do seu âmbito.

No entanto, há ainda o risco de ter um efeito nulo, pelo que diria, em jeito de conclusão, que a directiva está a tentar chegar ao destino correcto pelo caminho errado. As alterações resultantes do compromisso obtido no tríplice significam que - partindo do princípio de que é aplicada, a nível nacional, de forma benéfica para as entidades adjudicantes -, em muitos Estados-Membros, a directiva irá, muito provavelmente, ter efeitos praticamente nulos.

Os agentes das instituições da UE precisam de perguntar a si mesmos se esta directiva, tal como está, continua a ter condições - após o compromisso visivelmente difícil que foi obtido no tríplice - para realizar o objectivo a que se propunha. A qualidade das suas disposições depende quase por inteiro da sua transposição por parte dos Estados-Membros, não havendo, neste caso, uma verdadeira necessidade de regulamentação comunitária.

Mais uma vez, gostaria de frisar que, lamentavelmente, esta directiva acaba por se aplicar a apenas 1% das vendas de veículos ligeiros de passageiros e 6% das vendas de veículos comerciais, pelo que, infelizmente, não trará grandes benefícios ao ambiente.

**Silvia-Adriana Țicău**, *relatora de parecer da Comissão dos Transportes e do Turismo*. – (RO) A directiva introduz critérios ecológicos entre os critérios a analisar aquando da aquisição de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes. Os Estados-Membros devem informar as autoridades adjudicantes e as entidades adjudicantes que prestam serviços públicos de transporte de passageiros sobre as disposições relacionadas com a aquisição de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes.

A Comissão dos Transportes e do Turismo propõe que os Estados-Membros e a Comissão devem ter em conta, durante a revisão intercalar dos Quadros de Referência Estratégicos Nacionais e dos Programas Operacionais nacionais e regionais, a elegibilidade de projectos de mobilidade urbana para a ajuda financeira e a promoção dos veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes. De igual

modo, iniciativas em matéria de transportes urbanos como o programa CIVITAS e o programa «Energia Inteligente - Europa» devem continuar a ser apoiadas.

A Comissão dos Transportes e do Turismo sugeriu que as autoridades cujas aquisições de veículos não poluentes e energeticamente eficientes correspondam à maior percentagem entre o total das suas aquisições anuais específicas possam utilizar o rótulo «transporte rodoviário urbano não poluente e energeticamente eficiente». Gostaria de felicitar o relator e estou certa de que este documento irá mudar a atitude das autoridades públicas locais em relação ao ambiente.

**Karsten Friedrich Hoppenstedt**, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (DE) Senhora Presidente, a proposta que a Comissão nos apresenta sobre a promoção de veículos energeticamente eficientes é uma versão revista da proposta inicial que rejeitámos há dois anos. A nova proposta da Comissão representa uma melhoria considerável. Não obstante, importa dizer que este texto contém também muitos aspectos passíveis de crítica, tais como a ausência de uma avaliação de impacto, a quota de mercado relativamente pequena dos veículos abrangidos - um aspecto já aqui apontado - e, não menos importante, a inclusão obrigatória dos critérios ecológicos no processo de adjudicação, ao arrepio das decisões do Tribunal Europeu de Justiça.

Estes defeitos foram agravados pelo acordo obtido no seio da comissão competente, que daria origem a disposições rígidas e burocráticas, o que para mim seria inaceitável. Tendo em vista a obtenção de um compromisso - uma atitude positiva que merece ser salientada -, o conteúdo foi completa e conjuntamente alterado com o Conselho e a Comissão, resultando daí um texto para aprovação no Plenário que pode ser apoiado.

No centro deste processo esteve a flexibilidade a conceder aos municípios. Os Estados-Membros são livres de estabelecer as suas próprias orientações, substituindo a metodologia normalizada da proposta da Comissão. Só na Alemanha, existe um vasto número de normas que regem a aquisição de veículos amigos do ambiente por concurso público. Estas normas estão já a ser aplicadas com êxito e, a fazer fé nas nossas associações de municípios, deverão continuar a sê-lo no futuro. Nestes casos, não se prevê, portanto, a imposição de novas obrigações.

Por outro lado, relativamente aos Estados-Membros sem regulamentação equivalente, o texto apresenta orientações para uma política de aquisições amiga do ambiente. Embora possam, ainda assim, optar pelo modelo elaborado pela Comissão, os Estados-Membros podem agora adoptar procedimentos simplificados. Para aquisições num montante máximo de EUR 249 000, não é necessário lançar processos de adjudicação formais, aplicando-se os limiares *de minimis*. Tal como foi referido anteriormente, os veículos especializados são igualmente excluídos do âmbito da directiva.

O texto do compromisso colhe o apoio do Conselho e da Comissão e tem a aceitação das associações de municípios, bem como da indústria automóvel. Seria talvez possível prescindir do texto legislativo por inteiro, mas não restava praticamente nenhum interesse contrário. Globalmente, recomendo que se adopte a abordagem do compromisso.

**Inés Ayala Sender**, *em nome do Grupo PSE*. – (ES) Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao relator a sua persistência numa questão que o Parlamento rejeitou inicialmente. Quero agradecer também à Comissão Europeia o facto de ter igualmente insistido nesta questão, apresentando um texto revisto que é fundamental, porquanto utiliza um instrumento que já está disponível, ou seja, a capacidade de as autoridades locais promoverem mercados públicos exemplares, sobretudo num domínio como o do transporte rodoviário com veículos não poluentes, que agora são vitais.

Saúdo igualmente a capacidade de assunção de um risco ao acelerar o processo, que, espero, poderá agora avançar, como sucedeu com o pacto ou conciliação.

Aplaudo também o apoio e o reconhecimento de iniciativas como a City-VITALity-Sustainability (CIVITAS) e a «Energia Inteligente - Europa», que constituem a base deste tipo de programas. Esperamos que este apoio se mantenha, assim como o reconhecimento da participação de todos os intervenientes, incluindo o apoio expresso ao hidrogénio.

No entanto, no que se refere às infra-estruturas de aprovisionamento, é de lamentar que não tenhamos finalmente podido utilizar um instrumento próprio do domínio dos transportes, que foi em certa medida rejeitado por este Parlamento, nomeadamente as redes transeuropeias de energia, que oportunamente propusemos, mas que acabaram por não ser aceites.



Falou-se de todos os fundos e de todos os auxílios estatais, mas nenhum fundo ou programa de redes transeuropeias de energia foi mencionado concretamente. Verificou-se, nos últimos anos, um certo atraso em relação a estes últimos, que, no entanto, para o abastecimento de novos combustíveis alternativos, como o gás natural ou o hidrogénio, seriam agora extremamente necessários.

Pergunto, assim, ao Comissário Tajani se, no futuro, aquando da revisão deste texto ou mesmo antes, nos poderia apresentar uma proposta a este respeito: concretamente, a utilização desse instrumento que são as redes transeuropeias de energia para garantir o abastecimento destes novos combustíveis num dos domínios onde há maior carência, ou seja, no domínio das infra-estruturas necessárias para os novos combustíveis.

**Vittorio Prodi**, em nome do Grupo ALDE. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, agradeço ao senhor deputado Dan Jørgensen o presente relatório. Creio tratar-se de uma acção de facto coerente com todo o pacote energia e ambiente actualmente em debate. As propostas decerto terão efeitos nos procedimentos de adjudicação dos contratos públicos, orientando as escolhas das instituições mas, sobretudo – ainda a montante – orientando as escolhas dos fabricantes.

Estamos perante uma verdadeira moldura coerente de especificações que os veículos deverão cumprir relativamente aos parâmetros de redução de gases com efeito de estufa e outros parâmetros directamente ligados a poluição e saúde.

Temos dúvidas no que se refere a uma avaliação monetária: o dióxido de carbono é já um dos aspectos considerados no Protocolo de Quioto em termos de comércio de emissões. Poderia, mesmo, configurar uma verdadeira monetarização da saúde ou avaliação monetária da saúde. É óbvio que o que se pretende é estabelecer pontos de comparação, não com o intuito de encorajar mas antes de reduzir as emissões, incluindo as que têm efeitos na saúde. Existem, portanto, especificações técnicas para a eficiência energética e o desempenho ambiental.

É essa a grande oportunidade aberta pela directiva em apreço. A situação é, portanto, clara, sem no entanto restringir as opções das instituições. Sinto alguma perplexidade perante a oposição que aqui foi expressa, que me parece derivar de preconceitos. A directiva apresenta às instituições uma sugestão firme mas dirige-se sobretudo, em minha opinião, aos fabricantes automóveis.

**Margrete Auken**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DA) Muito obrigada, Senhor Presidente, e obrigada Senhor Deputado Jørgensen pela sua cooperação aberta e construtiva. A legislação que, espero, aprovaremos amanhã, é uma necessidade. De toda a forma, a experiência na Dinamarca, donde eu e o senhor deputado Dan Jørgensen vimos, ensinou-nos que, se não criarmos os enquadramentos adequados para os contratos públicos ecológicos, nunca mais saímos da demagogia. As autoridades públicas optam pela oferta mais barata, não pela mais ecológica. Por conseguinte, é justo obrigar as autoridades europeias a ter em conta, por exemplo, as emissões de partículas e as emissões de CO<sub>2</sub> quando estão prestes a investir em veículos novos. Para nós, o ideal seria ver todas as autoridades a aplicarem um método comum que considerasse o impacto ambiental na distribuição dos seus concursos públicos, de modo a que ficasse claro que o poluidor pagava. A internalização dos custos externos, como nós chamamos a este princípio, é algo que todos queremos que aconteça. Também daria aos produtores um nível de segurança em relação aos critérios de distribuição utilizados. Contudo, convivemos bem com a solução que encontramos nesta Assembleia, mediante a qual as autoridades locais e o próprio Estado podem escolher se querem impor requisitos específicos em relação ao consumo de combustível e emissões de partículas nos elementos da proposta de concurso, ou se querem usar um modelo em que é atribuído um valor ao impacto ambiental do veículo, passando a fazer parte dos elementos de base do contrato. Neste aspecto, estamos convencidos de que o preço, que a proposta fixa por kg de CO<sub>2</sub>, se aproxima mais do preço de mercado previsto. Só desta forma se criará um forte incentivo para desenvolver autocarros, camiões e automóveis «limpos». É pena que, em sede de comissão, não tenhamos conseguido obter uma maioria para impor os mesmos requisitos relativamente ao comércio de veículos usados. Não há razões técnicas para não os aplicar também neste caso. O facto de só se aplicarem aos carros novos, fará com que leve muito tempo até que os efeitos positivos da proposta se façam sentir e, a verdade, é que o tempo é escasso para esperar por estas melhorias absolutamente necessárias. Não obstante, esta legislação constitui um passo importante que nos permite utilizar o enorme poder da contratação pública para exercer pressão no sentido de optar, em geral, por soluções ecológicas.

**Bairbre de Brún**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (GA) Senhor Presidente, congratulo-me com as recomendações da medida de conciliação acordada pelos representantes do Parlamento, do Conselho e da Comissão sobre veículos de transporte rodoviário não poluentes.

Devem instar-se as autoridades locais e outras entidades públicas a investir em transportes sustentáveis não poluentes.

Quando se opta por transportes não poluentes e energeticamente eficientes, em particular nas nossas cidades, estamos a beneficiar a saúde dos cidadãos e o ambiente. Isto ajudar-nos-á a cumprir os nossos compromissos em matéria climática e, mais importante ainda, pode ser um catalisador do mercado para escolhas de transportes não poluentes. Os responsáveis pela aquisição de veículos devem considerar as vantagens a longo prazo.

Todos os custos relacionados com as medidas escolhidas devem ser tidos em conta nos cálculos.

É no sector dos transportes que a Europa tem sentido mais dificuldades.

Espero que esta directiva seja adoptada – o mais brevemente possível – para que possa ser implementada até 2010, como um apoio para as autoridades locais e para as entidades públicas que valorizam o ambiente.

**Johannes Blokland**, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Senhor Presidente, no debate sobre o clima e a energia que está em curso nesta Assembleia, nós realçamos sistematicamente a importância de uma sociedade sustentável, o que inclui um sector de transportes sustentável. Nos últimos meses procurámos impor normas mais rígidas ao transporte de mercadorias (Euro VI) e aos automóveis de passageiros. Neste caso abordámos o problema na fonte. Em fases subsequentes, poderíamos também tornar o transporte mais sustentável mediante lançamento de contratos públicos ecológicos, conforme se sugere na proposta ora em apreciação.

Apoio inteiramente o princípio de incluir os impactos energéticos e ambientais nos concursos públicos para veículos de transporte rodoviário. Isto contribui para o desenvolvimento sustentável de veículos, uma vez que estimula a procura de veículos sustentáveis, o que encoraja os fabricantes a inovarem. Aspectos importantes que devem ser tomados em consideração são não só o consumo de combustível e as correspondentes emissões de CO<sub>2</sub>, mas também a emissão de partículas e substâncias tóxicas ou nocivas, como o dióxido de carbono e partículas finas.

Para uma política eficaz, é importante garantir um bom intercâmbio de conhecimento e informação entre os Estados-Membros. Deste modo, pode haver um intercâmbio das melhores práticas, o que permite otimizar os contratos públicos ecológicos.

Gostaria de agradecer ao senhor deputado Jørgensen pelo compromisso que alcançou com o Conselho nesta matéria. Embora na fase anterior a discussão deste assunto tenha sido difícil, julgo que em segunda leitura se alcançou um acordo perfeitamente razoável, que eu pude assinar por baixo.

**Luís Queiró (PPE-DE)**. - Senhor Presidente, Senhor Comissário, ainda hoje de manhã o Presidente Sarkhozy falava aqui da diferença entre protecção e intervenções inteligentes no mercado. Se acrescentarmos ainda as inúmeras situações em que se sobrecarrega a indústria europeia com regras e restrições que, embora necessárias, a tornam menos competitiva, encontramos facilmente o motivo para elogiar e votar favoravelmente a proposta hoje em discussão.

É sabido que, para atingir o objectivo dos três vintes, a que se propôs, a União Europeia dispõe de diversos instrumentos: uma das vias mais frequentes é a de impor às indústrias europeias o cumprimento de critérios ambientais e de controlo das emissões; outra alternativa, aquela que aqui hoje discutimos, sugere que as entidades públicas actuem como motores do mercado. Faz todo o sentido. Estimular os grandes compradores públicos a dinamizar os mercados e a alimentar uma procura para veículos limpos e energeticamente eficientes, cuja produção é, porventura, mais onerosa, mas ecologicamente positiva, é uma forma de actuação no mercado que é legítima, adequada e defensável.

Evidentemente essa intervenção não pode ser feita contra os interesses dos contribuintes. Mas esse interesse há-de medir tanto os custos imediatos, como os benefícios ambientais que traz à vida quotidiana dos cidadãos. Com o compromisso hoje debatido, os serviços públicos são levados a calcular, na aquisição das suas frotas de transporte rodoviário, não apenas o preço de aquisição, mas também os custos de combustível, as emissões de CO<sub>2</sub> e a poluição atmosférica ao longo do ciclo de vida dos veículos e, finalmente, que utilizem estes custos como critério de aquisição.

As autoridades públicas têm, assim, oportunidade, no futuro, de estar no centro do exemplo e do incentivo ao sector automóvel, para que este desenvolva e invista na produção de veículos ecológicos, cujas emissões de CO<sub>2</sub> e emissões poluentes sejam cada vez mais baixas. Saúde, por fim, o colega Jørgensen, assim como os relatores de parecer, cujo trabalho permitiu que este documento seja hoje debatido na expectativa de que

ele contribua realmente para uma mudança de hábitos com consequências positivas para um futuro sustentável das nossas sociedades.

**Holger Krahmer (ALDE).** – (DE) Senhor Presidente, embora já tenhamos obtido compromissos, ou justamente por já os termos obtido, que - como o senhor deputado Schwab acabou de referir - expurgaram este texto legislativo das suas adiposidades burocráticas, permanece a questão de saber qual a razão de ser desta directiva.

Tendo em conta a exígua quota de mercado dos veículos adquiridos por concurso público - estamos a falar de 1% de veículos ligeiros de passageiros e 6% de camiões -, não pode haver a pretensão de estarmos a contribuir significativamente para a protecção do clima. Trata-se de uma verdadeira gota de água no oceano, cujo valor não justifica os custos que teremos de suportar.

Acima de tudo, considero que o uso do direito comunitário em matéria de adjudicação de contratos de direito público é um instrumento questionável. Enquanto instrumento visando economias nas aquisições das autoridades públicas, o direito comunitário em matéria de adjudicação de contratos de direito público foi claramente formulado para ter como objecto o produto, a sua adequabilidade e o seu desempenho, não incluindo de todo critérios ecológicos suplementares.

Gostaria também de lembrar que iremos debater as normas dos produtos em Bruxelas. Vamos debater as normas das emissões de camiões e veículos ligeiros de passageiros, bem como os limites de CO<sub>2</sub> a aplicar aos mesmos. Não precisamos de mais normas europeias regendo a aquisição de produtos. No caso em apreço, estamos, uma vez mais, a gerar mais burocracia inútil e a violar o princípio da subsidiariedade.

**Pierre Pribetich (PSE).** - (FR) Senhor Presidente, numa altura em que os nossos debates giram inexoravelmente em torno da crise, como dervixes rodopiantes, não posso resistir à tentação de qualificar a abordagem do meu colega, Dan Jørgensen, como um círculo, mas neste caso um círculo virtuoso e, além do mais, virtuoso na transparência.

Incentivar a substituição, através da contratação pública, do velho parque automóvel por veículos novos é colocar a economia ao serviço do ambiente; reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> para criar procura é pôr o ambiente ao serviço da economia. Trata-se de um equilíbrio perfeito na construção deste círculo virtuoso a nível orçamental, a nível ecológico e a nível da transparência. É a este preço que ele constituirá um verdadeiro factor de progresso.

Para o fazer, teremos de ser guiados por dois princípios: uma verdadeira avaliação do custo de um veículo durante toda a sua vida útil e transparência nas decisões locais de modo a possibilitar uma verificação socialmente responsável das consequências, em benefício do ambiente. Sem transparência, teremos um ciclo, mas longe de ser virtuoso. Gostaria de prestar homenagem ao meu colega pelo trabalho realizado em prol do reforço desta transparência. Ao dispor, a prazo, de todos os dados relativos às suas compras, de uma lista de feitos sublinhando a vontade efectiva das autarquias locais de adquirir veículos não poluentes, cada cidadão poderá assim medir, avaliar concretamente e publicamente, para lá da retórica, a realidade destes compromissos.

Nesta ordem de ideias, não podemos senão incentivar a criação de um rótulo ecológico, testemunho visível, legível e compreensível desta virtude ecológica. Neste período de crise, a indústria automóvel europeia descobrirá que esta nova procura de veículos não poluentes, rotulados ecologicamente, longe de ser um travão, actuará como um estímulo ao desenvolvimento, um desafio a que há que responder. A crise económica não deve, em circunstância alguma, servir de pretexto para renunciar à melhoria das nossas práticas destinadas a reduzir os efeitos nocivos para o ambiente.

Pelo contrário, temos aqui uma oportunidade. Saibamos agarrá-la e criar novos círculos virtuosos pensando no nosso planeta, hoje e aqui, mas sobretudo nas gerações vindouras.

**Avril Doyle (PPE-DE).** - (EN) Senhor Presidente, obrigada pela sua indulgência. Depois de muito debate sobre este primeiro relatório, a Comissão apresentou uma proposta revista, em Janeiro último, cujo objectivo é contribuir para fazer da Europa uma economia altamente eficiente do ponto de vista energético e com baixas emissões de gases com efeito de estufa, através da promoção de veículos limpos e energeticamente eficientes. Esta política é consentânea com uma série de outras propostas, incluindo as que constam do pacote Clima-Energia. A meu ver, a Directiva aceleraria a opção por veículos mais limpos e mais eficientes, criando simultaneamente uma dinâmica de mercado a favor desse tipo de veículos.

O Conselho alterou a proposta e redefiniu o seu âmbito a fim de assegurar a coerência com as directivas relativas aos contratos de direito público. Para além disso, introduziu maior flexibilidade no que se refere às opções. A proposta de directiva aplica-se agora à aquisição de veículos por parte das autoridades contratantes e por várias partes e operadores, para efeito das Directivas relativas aos contratos de direito público, e por operadores de serviços de transportes públicos de passageiros, ao abrigo do Regulamento relativo às obrigações de serviço público. Exige que as autoridades em causa ou incluam requisitos relativos ao consumo de energia, às emissões de CO<sub>2</sub> e às emissões de outros poluentes nos cadernos de encargos dos concursos, ou incluam esse impacto nos critérios para a adjudicação do contrato.

Apoio a abordagem global, que oferece um leque de opções com vista a ter em conta os custos globais durante o tempo de vida do veículo e permite, também, alguma flexibilidade no que respeita à ponderação atribuída a esses custos nos critérios de adjudicação. Para além disso, a directiva casará bem com a agenda da sustentabilidade, o que implicará que sejam requeridos sempre os veículos mais limpos possível. Permitam-me que diga que esta directiva poderá vir a ser um importante complemento da agenda não comercial dos Estados-Membros, com vista à redução das emissões de CO<sub>2</sub> no quadro geral do nosso pacote Clima-Energia?

A directiva será aplicável a todos os veículos adquiridos pelas instâncias governamentais, autoridades locais e entidades estatais, com a excepção, evidentemente, dos veículos de emergência, veículos de socorro e veículos militares. Obtive garantias de que estas entidades já incluem os custos globais durante o tempo de vida do veículo – incluindo os custos de combustível – nos critérios da contratação pública. Calcula-se que o custo efectivo, incluindo as emissões, seja reduzido quando comparado com os custos globais. Não sou uma entusiasta da burocracia, e esta proposta não contém novas barreiras administrativas, para citar o próprio Comissário Tajani. Porém, é preciso agir a todos os níveis se quisermos transformar as nossas economias nas economias de baixo carbono de que tão desesperadamente precisamos. Por essas razões, apoio a proposta.

**Paweł Bartłomiej Piskorski (ALDE).** – (PL) Senhora Presidente, como pode verificar, a questão que hoje estamos a discutir une-nos, em vez de nos dividir, aqui no Parlamento Europeu. Estamos a discutir a questão de saber como fazer um favor aos nossos cidadãos e tornar os veículos que usamos o mais ecológicos possível.

De modo algum, o documento que estamos a debater é perfeito. Está cheio de compromissos, que, provavelmente, são um imperativo, nesta fase do debate. Todavia, não há dúvida de que constitui um passo no bom sentido. Ele encoraja especialmente os utentes de veículos públicos – as autoridades governamentais locais e centrais – a adquirir veículos ecológicos. Esse é o grande valor desta directiva. Todavia, mais provavelmente do que não, tal como em muitos assuntos que discutimos nesta Casa sobre a segurança rodoviária e dos transportes, é apenas o início e não o fim do debate.

**Horst Schnellhardt (PPE-DE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, esta proposta de directiva relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes é altamente burocrática e inaplicável. Além disso, não deixa antever qualquer efeito visível no ambiente. O seu objectivo nada tem de errado; aliás, até o apoiamos. Contudo, queremos também fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para termos um clima estável na Europa.

Não obstante, não posso dar o meu apoio a esta abordagem burocrática, que, na verdade, cria mais problemas do que resolve e não constitui uma melhoria. Como já foi aqui várias vezes referido, sendo as percentagens de veículos ligeiros de passageiros e camiões que estão em causa de, respectivamente, apenas 1% e 6%, dificilmente se podem esperar efeitos palpáveis. Se os órgãos de poder local tiverem de andar constantemente a calcular as emissões de um veículo durante o seu tempo de vida útil e os custos que daí advirão, e, depois, a tomar a sua decisão de compra com base nesses factores – sem esquecer o facto de a directiva ir criar ainda mais burocracia –, estaremos a incorrer numa negação grosseira do direito comunitário em matéria de adjudicação de contratos públicos. Resumindo, o que estamos aqui a dizer é que há aqui algo mais a ser decidido. É um facto que os órgãos de poder local têm de decidir com base no preço.

O que temos perante nós é legislação em duplicado. Estamos a criar incerteza jurídica. É uma situação deveras repreensível, com a qual só posso discordar. Mesmo o compromisso delineado para superar divergências não traz consigo qualquer melhoria. Não são de prever melhorias no clima. Nem uma diminuição da burocracia no futuro próximo.

Além disso, tudo isto acontece a apenas seis meses das eleições para o Parlamento Europeu. Senhor Comissário, não é V. Exa. que necessita de conduzir esta discussão. Somos nós que temos de fazê-la durante a campanha para as eleições.

Se eu ainda aqui estiver, já estou a ouvir as conclusões quando, de aqui a dois anos, a Comissão apresentar o seu relatório: a medida não foi bem sucedida; temos de apertar as disposições. A Comissão não reconhecerá que cometeu um erro, da mesma maneira que não previu a rejeição de há dois anos. Limitar-se-á a argumentar que, depois de considerar devidamente a matéria, é necessário incluir o transporte de passageiros efectuado por veículos ligeiros de particulares. É esse o objectivo final, com o qual estou totalmente em desacordo. O nosso debate precisa de ser feito de baixo para cima. De igual modo, a Comissão tem de ter presente que, neste caso, precisa de ouvir mais o Parlamento Europeu e os seus deputados.

**Gábor Harangozó (PSE).** - (HU) Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, no debate desta manhã foi consensual que o mundo caminha para uma catástrofe ambiental. Ainda vamos a tempo de inverter esta situação e a Europa quer mudar. Nem a crise financeira nem qualquer outra consideração podem obrigar-nos a desistir da nossa liderança na prossecução de um desenvolvimento sustentável. Se a nossa pretensão é séria, são necessárias mudanças radicais para criar uma indústria automóvel mais consciente em termos ambientais.

É difícil convencer os consumidores a escolher veículos mais ecológicos, mas actualmente mais caros. Todavia, com bons regulamentos podemos fazer muito para ajudar a criar uma frota de veículos não poluentes. Por um lado, no caso da aquisição de veículos financiados com dinheiros públicos podemos dar mais atenção a considerações de ordem ambiental, dando o exemplo para a esfera pública; por outro lado, podemos aumentar a procura de forma a que o desenvolvimento das tecnologias menos poluentes se torne mais económico. Dado que este regulamento é importante não exclusivamente para a protecção do ambiente mas também como uma oportunidade fundamental para manter um sector automóvel europeu forte, a sua introdução deve ser o mais breve possível, e à escala o mais alargada possível. Muito obrigado.

**Fiona Hall (ALDE).** - (EN) Senhor Presidente, esta directiva é extremamente bem-vinda porque vem dar consistência jurídica às anteriores propostas constantes da Directiva de 2006 e do Plano de Acção da Comissão para a Eficiência Energética.

Os contratos de direito público têm um papel vital a desempenhar, não só pelo exemplo que podem dar, mas também porque os grandes contratos estimulam a produção em massa e, por conseguinte, fazem descer o custo dos veículos energeticamente eficientes. Também do ponto de vista técnico, esta é uma directiva oportuna. O alcance e velocidade dos veículos eléctricos foram alterados pela inovação tecnológica aplicada às baterias. Muitos dos veículos adquiridos pelas autoridades contratantes são veículos de frota – que regressam à noite a uma base onde podem facilmente ser ligados à corrente e recarregados –, pelo que não estão dependentes do desenvolvimento prévio das instalações de carregamento nas estações de serviço.

Para concluir, espero que esta directiva sirva de primeiro passo rumo a uma proposta abrangente com vista à redução das emissões de CO<sub>2</sub> causadas pelos veículos comerciais.

**Eija-Riitta Korhola (PPE-DE).** - (FI) Senhor Presidente, os factos falam por si: 26% de toda a energia consumida e 24% das emissões de CO<sub>2</sub>. O consumo de energia e as emissões aumentam à taxa de 2% ao ano, aproximadamente.

As emissões estão a deteriorar a qualidade do ar em muitas cidades europeias e muitas áreas terão dificuldade em alcançar os objectivos relativos à qualidade do ar estabelecidos pela Comunidade. Os elevados custos do desenvolvimento desaceleraram o crescimento da procura de veículos com baixo nível de emissões, que por sua vez faz afrouxar a queda dos custos de aquisição, apesar de a avaliação de impacto sugerir que as regras relativas ao custo reduzido dos combustíveis compensariam os custos de aquisição mais elevados dos veículos com baixo nível de emissões.

Estes factos relativos ao transporte rodoviário são do conhecimento geral e chegou finalmente o momento de agir. As poupanças de custos mencionadas nesta proposta de directiva que estamos a debater foram estimadas como sendo da ordem dos 21,5 mil milhões de euros, para já não falar dos benefícios para o ambiente. Apesar disso, não é irrelevante a forma como os objectivos serão alcançados.

Todos nos lembramos de diversos casos em que fomos duplamente atingidos devido a uma sobreposição da legislação, em que a ambição ideológica acabou por criar um ramerrão burocrático. As propostas do relator relativas, por exemplo, à utilização de rotulagem ecológica nos concursos públicos ou à introdução de melhorias nos veículos existentes utilizando os critérios aplicáveis aos veículos novos, iriam, se entrassem em vigor, devorar quaisquer benefícios em termos de custos obtidos por via da legislação, atendendo aos custos adicionais envolvidos. É justamente por isto que não devemos ter tanta pressa na nossa senda para resolver os problemas ambientais.

No entanto, as intenções do senhor deputado Jørgensen foram boas e foi bem sucedido em muitos aspectos. Uma maior transparência nos contratos públicos é um aspecto que merece o nosso apoio. Desde que seja assegurado que a informação não é indevidamente utilizada para propósitos populistas. Do mesmo modo, o papel dos contratos públicos enquanto catalisador do mercado de veículos ecológicos será provavelmente um aspecto inevitável.

No entanto, entendo os senhores deputados que tencionam, amanhã, votar contra esta proposta legislativa. Um compromisso em primeira leitura raramente cumpre os critérios de democracia; é um aspecto que ficou claro quando debatemos o pacote do Parlamento relativo ao clima e à energia, se não mesmo antes.

**Thomas Ulmer (PPE-DE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, todos queremos proteger o clima. Porém, há diferentes métodos para o fazer, que nem sempre são reconhecíveis à primeira vista. Não tenho objecções a colocar às adjudicações norteadas por critérios ecológicos, desde que façam sentido. De qualquer modo, rejeito esta directiva, consciente de que a minha posição pouco influirá no resultado final da votação no Parlamento. Ainda assim, não quero deixar de explicar as razões da minha decisão.

Um acordo em primeira leitura sobre uma matéria de co-decisão importante como esta, na qual o que está em causa é mais do que um mero ajustamento técnico, mina a democracia. O facto é que o relator, cujo trabalho tenho em grande conta, não representa o voto do Parlamento, mas apenas o de uma das suas comissões, e é apenas nessa base que ele negocia com o Conselho e a Comissão. Em última análise, o Parlamento é excluído do processo.

Em segundo lugar, a directiva foi de tal maneira alterada pelos compromissos obtidos que foi como que esvaziada de conteúdo, mas sem deixar de originar despesas burocráticas consideráveis para as autarquias locais. A burocracia tem o seu preço mas, não raro, é descabida. Neste caso, estamos a contribuir, sem necessidade, para acentuar o descontentamento face à Europa dos Europeus e dos nossos órgãos de poder local.

Uma vez que muitas partes substanciais da directiva foram limadas, teria sido preferível que o Conselho e a Comissão tivessem retirado a directiva por inteiro. Todas as questões ainda relevantes estão já regulamentadas a nível europeu. Se não o estiverem, ou não são necessárias normas ou a questão em causa será melhor resolvida com base no princípio da subsidiariedade. A retirada da directiva teria dado o sinal de que estamos todos seriamente empenhados em eliminar a burocracia.

Na minha área, há, por exemplo, muitas autarquias locais que tomam já decisões relevantes através do sistema EMAS. O dinheiro assim dispendido terá feito cem vezes mais pela protecção do clima do que se fosse gasto em métodos de isolamento de edifícios públicos.

Para mim, o que está em causa é saber se a directiva está a ser defendida apenas por teimosia ou para suscitar a acção. Nenhuma destas abordagens será entendida pela maioria dos Europeus.

**Miroslav Mikolášik (PPE-DE).** – (SK) Congratulo-me com o relatório do senhor deputado Jørgensen, que adopta o objectivo de promover veículos não poluentes, baratos e energeticamente eficientes nas estradas europeias. Acredito firmemente que conseguiremos um impacto mais positivo no ambiente através da introdução de normas comuns a nível europeu. As autoridades locais desempenham um papel decisivo no estabelecimento dos critérios para concursos públicos no domínio do transporte rodoviário. Por isso, apoio a proposta segundo a qual os concursos públicos deverão ter em conta não só os custos de aquisição, mas também os custos relacionados com o consumo, as emissões de CO<sub>2</sub> e a informação sobre a poluição atmosférica durante toda a vida útil de um veículo. Estou firmemente convencido de que um conjunto claro de critérios ambientais pode desempenhar um papel significativo no apoio ao mercado de veículos não poluentes.

Também concordo com a opinião de que a informação sobre a aquisição de veículos para transportes urbanos colectivos tem de ser transparente e acessível ao público. O diálogo intenso e aberto entre as autoridades locais, as organizações de protecção do ambiente e os cidadãos contribuirá, certamente, para reforçar a importância dos factores ambientais na compra de novos veículos.

**Zuzana Roithová (PPE-DE).** – (CS) Ter veículos não poluentes constitui um objectivo importante e perfeitamente legítimo, mas, actualmente, as autoridades locais já têm a opção de incluir considerações ambientais em contratos relativos aos serviços de transporte público. E fazem-no. A directiva não oferece qualquer novo valor acrescentado para o ambiente e constitui uma carga administrativa desnecessária para

as autoridades locais e regionais. Os Estados-Membros comprometeram-se a reduzir as emissões em 20% e, provavelmente, seria melhor deixá-los decidir se querem investir no isolamento de edifícios ou noutras coisas. Deixar esta decisão às regiões. Ninguém disse a verdade aqui. Do que se trata, realmente, é de saber como assegurar uma saída para a indústria automóvel europeia, que nós sobrecarregámos com exigências relativas à redução de emissões. Isto significa que se trata de saber quem vai comprar veículos caros numa situação em que o consumo está a baixar e vamos entrar em recessão. E, mesmo assim, estamos aqui a impor novos encargos às autoridades locais e regionais, através desta directiva. Não posso concordar com isto pura e simplesmente. Por isso, peço-vos, senhoras e senhores deputados, que apoiem aqueles entre nós que pensam que esta proposta tem de ser rejeitada liminarmente.

**Oldřich Vlasák (PPE-DE).** – (CS) Senhor Presidente, permita-me que exprima, enquanto antigo autarca local, a minha rejeição da proposta em debate. A directiva é desnecessária e nós não precisamos dela, por várias razões: primeiro, ela contraria as regras do mercado livre; segundo, interfere na subsidiariedade das autoridades locais, às quais deveria caber a definição das suas próprias prioridades; terceiro, as condições dos concursos públicos já incluem requisitos ambientais e monitorizam de perto as emissões de veículos; quarto, alcançaremos um efeito mínimo a um preço muito elevado e aumentaremos a carga administrativa sobre as autoridades locais, provocando um aumento da burocracia. Seria melhor utilizar os recursos financeiros das autoridades locais, já no limite das suas reservas, para o isolamento térmico dos edifícios, a melhoria do isolamento de janelas e a troca de lâmpadas tradicionais por modernas. Assim, conseguiremos um efeito muito maior e maiores poupanças, protegendo, simultaneamente o ambiente e o clima.

**Silvia-Adriana Țicău (PSE).** – (RO) A directiva em apreço ajuda a sensibilizar as autoridades locais para os efeitos dos transportes urbanos no ambiente. Os Estados-Membros podem aplicar à aquisição de veículos não poluentes e energeticamente eficientes critérios de adjudicação mais rigorosos do que os propostos na directiva. Podem igualmente optar pela aquisição de veículos reconicionados, ou ainda proceder à modernização dos veículos existentes, mediante a introdução de filtros de partículas ou a adaptação dos motores a combustíveis menos poluentes.

Pessoalmente, creio que deveria ser possível adquirir veículos rodoviários de transporte não poluentes e energeticamente eficientes e reconicionar estes veículos com motores e peças de substituição que não tenham excedido 75% da quilometragem total durante o tempo de vida. A presente directiva não se aplica aos veículos reconicionados de transporte rodoviário com motores e peças de substituição que excederam 75% da quilometragem total durante o tempo de vida. Se estamos a falar de um investimento que se pretende sustentável, creio que estes aspectos são necessários.

**Paul Rübzig (PPE-DE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, do que precisamos é, pura e simplesmente, de um sistema de incentivos, sobre o qual o Comissário Kovács devia, de facto, ser inquirido. Não faria sentido, também neste domínio, equacionar a redução dos prazos de amortização ou o pagamento de subsídios ou de prémios?

Do ponto de vista da União Europeia, seria possível apoiar a assistência neste domínio, por exemplo, no quadro do Programa para a Concorrência e a Inovação. Temos igualmente o Programa Energia Inteligente e o Sétimo Programa-Quadro de Investigação.

Assim, a minha proposta seria actuar em duas vertentes, a do desagravamento fiscal e a da assistência. Poderíamos conseguir muito neste domínio, pelo que, nesse sentido, sugeriria que partíssemos para uma nova iniciativa.

**Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão.** – (IT) Senhor Presidente, começaria por me dirigir ao senhor deputado Paul Rübzig e à senhora deputada Inés Ayala Sender para os informar de que irei falar com os Comissários competentes na matéria e pedir-lhes que respondam aos aspectos que os senhores deputados levantaram. Agradeço a todos os outros deputados que participaram no debate, que não foi apagado mas, na verdade, um debate bem vivo, com observações pertinentes e também alguma controvérsia, o que é sempre estimulante.

Senhor Presidente, permita-me, na minha resposta, salientar três aspectos. Primeiro, queria dizer que a análise custo/benefício realizada no processo de avaliação do impacto da proposta indica que os benefícios potenciais são consideráveis, porque os custos de investimento iniciais para os veículos, que provavelmente serão superiores, serão compensados pela poupança resultante de um consumo de energia menor e de menos emissões de CO<sub>2</sub> e outros poluentes.

Em segundo lugar, incluir nos critérios de avaliação o impacto do tempo de vida do veículo não só não provocará um aumento de custos como poderá, pelo contrário, levar a uma poupança considerável, quer para os operadores quer para o público.

Em terceiro lugar, o que se poupar em combustível, que beneficiará directamente os operadores, compensa largamente quaisquer custos incorridos no momento de aquisição.

**Dan Jørgensen, relator.** – (DA) Senhor Presidente, creio que dentro de dez a doze anos, os Europeus terão uma consciência ambiental absolutamente diferente da actual. Acredito piamente que, nessa altura, a ideia de utilizar o dinheiro dos contribuintes, isto é, o dinheiro dos bolsos das pessoas, para comprar seja o que for que seja menos amigo do ambiente, será inimaginável. Por essa altura, aqueles de entre nós que apoiam o compromisso que será submetido a votação amanhã talvez possam olhar para trás com orgulho, olhar para o tempo em que começámos a dar os primeiros passos na direcção certa. Gostaria, pois, de manifestar os meus agradecimentos, mais uma vez, aos relatores-sombra que trabalharam na preparação deste compromisso. Gostaria também de agradecer os comentários extremamente positivos que foram feitos nesta Assembleia, hoje, sobre as negociações que tiveram lugar.

Não posso no entanto de deixar de comentar algumas vozes críticas – e houve algumas – que se fizeram ouvir. Creio que foi o senhor deputado Ulmer que falou mais vivamente. Disse, por exemplo, que tudo isto era demasiado burocrático. Bem, devo dizer que não é especialmente burocrático. Na verdade foi elaborado em termos muito flexíveis e acessíveis. Foi preparado de uma maneira que a mais pequena das autoridades locais ou mesma a mais pequena das cidades ou regiões será capaz de lidar com o assunto com grande facilidade. Foram também previstas excepções em áreas em que se justifica fazê-lo. Também disse mais alguma coisa, a saber, que o que estava a ser feito não tinha qualquer peso. Senhoras e Senhores Deputados, todos os anos as autoridades públicas na Europa compram uma centena de milhar de automóveis de passageiros. Uma centena de milhar – que passa a ser um milhão ao fim de dez anos! Não se pode dizer que não terá qualquer impacto se contribuirmos para a aquisição de veículos mais ecológicos. Claro que terá algum peso. O número de camiões é de 35 000 por ano e o de autocarros ascende aos 17 000 por ano. Dezassete mil corresponde, na realidade, a um terço de todos os autocarros adquiridos num ano na Europa. Evidentemente que o que estamos a fazer tem um grande impacto. Porém, houve um ponto no discurso do senhor deputado Ulmer que ganhou a minha simpatia. Foi quando disse que a sua atitude dificilmente teria qualquer influência no resultado da votação de amanhã. Creio que – felizmente – ele tem toda a razão nesse aspecto.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, dia 22 de Outubro.

#### **Declarações escritas (Artigo 142.º)**

**Ivo Belet (PPE-DE), por escrito.** – (NL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, se quisermos adoptar uma política climática credível – e, neste tocante, estamos perante semanas cruciais – o Governo deveria em primeiro lugar dar um bom exemplo.

É por isso que esta é uma excelente directiva e fariámos bem em introduzi-la com a maior rapidez possível. Ninguém impede os governos nacionais de a implementarem dentro de um ano. Isso é perfeitamente possível.

Enquanto um rótulo europeu não estiver, por ora, no horizonte, nada nos impede de avançar com iniciativas a nível nacional que reforcem a consciência da situação e tenham um efeito persuasivo junto da opinião pública.

Afinal de contas, o objectivo é precisamente esse, o de convencer os consumidores, todos nós, de que os automóveis amigos do ambiente estão disponíveis e não têm de custar mais do que os seus homólogos poluentes.

Daí a importância de haver a máxima abertura no que respeita à aquisição deste novos veículos, para que todos, especialmente a nível local, possam verificar as coisas por si próprios e fazer comparações.

Também nós podemos dar o bom exemplo, nomeadamente decidindo não viajar para Estrasburgo ou Bruxelas nos nossos jipes, e em vez disso usar uma versão amiga do ambiente que emita menos poeira e fuligem e menos CO<sub>2</sub>, sem qualquer prejuízo do nosso conforto de condução.



**Krzysztof Hołowczyc (PPE-DE), por escrito.** – (PL) Senhor Presidente, todas as iniciativas tomadas para satisfazer os critérios das alterações climáticas esboçados pelo Conselho da Europa em Março de 2007, e que se repetiram nas conclusões da actual Presidência, irão claramente reforçar a posição da UE como líder mundial na luta contra as alterações climáticas.

Além disso, o presente relatório também se tornou parte da direcção do nosso debate em curso, mediante a tentativa de encontrar meios eficazes de reduzir as emissões nocivas de CO<sub>2</sub>.

Aparentemente, o novo impulso que irá ser dado pelos organismos públicos aos construtores de veículos automóveis constitui um passo na boa direcção. Todavia, temos de nos lembrar de encontrar o equilíbrio entre encorajar a inovação na economia da UE e manter a concorrência aberta entre as empresas europeias. Esperemos que a indústria automóvel tome isto como um incentivo destinado a intensificar a investigação que irá conduzir à introdução mais rápida de novas tecnologias benéficas para o ambiente e economizadoras de energia.

**Anneli Jäätteenmäki (ALDE), por escrito.** – (EN) As alterações climáticas e a deterioração dos recursos naturais são questões importantes no mundo de hoje. Esta iniciativa representa um primeiro passo importante para ajudar a despoluir o ambiente e tornar a Europa mais sustentável no futuro. Esta legislação é fulcral, caso a UE queira atingir as suas metas de redução em 20% dos gases com efeito de estufa até 2020, aumentando a eficiência energética em 20%, e utilizando as fontes de energia renováveis para cobrir, pelo menos, 20% do consumo global.

Para além disso, os automóveis limpos e energeticamente eficientes tendem a ser mais caros. Se a procura destes veículos aumentar, poderá conduzir à redução dos preços, tornando estes veículos competitivos e mais acessíveis ao consumidor. É importante que encorajemos todos os Europeus a fazerem a parte que lhes cabe para a protecção do ambiente.

**Mary Lou McDonald (GUE/NGL), por escrito.** – (EN) Congratulo-me com as recomendações constantes do pacote de compromisso.

É correcto que se desafiem as autoridades locais e as entidades públicas a assumirem a liderança em matéria de utilização de transportes limpos. A contratação pública deverá ter por base a sustentabilidade.

Nas nossas cidades, em particular, a escolha de transportes eficientes e amigos do ambiente beneficiará a saúde dos cidadãos e o nosso ambiente e ajudará ao cumprimento dos compromissos que assumimos em matéria de clima, podendo ter um efeito catalisador para opções de transporte limpo. Estes benefícios de longo prazo deverão ser tidos em conta pelos responsáveis pela contratação pública.

Estamos cientes de que os transportes são uma das áreas em que as emissões de CO<sub>2</sub> deverão ser reduzidas, e acalento a esperança de que a revisão desta directiva possa ficar concluída o mais rapidamente possível para que possa entrar em vigor até 2010 como um apoio às autoridades locais e entidades estatais conscienciosas.

(GA) Penso que a comissão tem razão em desafiar as autoridades locais. Todos sabemos que o sector dos transportes é um dos sectores que deve reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>. A presente directiva apoia as autoridades locais e as entidades públicas que valorizam o ambiente. A aquisição de veículos públicos deve basear-se na sustentabilidade e não deve considerar-se unicamente o preço, devendo ter-se em consideração todos os restantes custos, designadamente a saúde, o ambiente e as emissões de dióxido de carbono.

**Daciana Octavia Sârbu (PSE), por escrito.** – (RO) O lançamento de veículos não poluentes e energeticamente eficientes no mercado contribuirá de modo significativo para proteger o ambiente, melhorar a qualidade do ar e tornar as modalidades de transporte mais eficientes em termos de energia, graças à redução das emissões poluentes. Os objectivos da Directiva relativa à qualidade do ar e os consignados no Livro Verde sobre a mobilidade urbana serão mais eficazmente aplicados se promovermos transporte públicos respeitadores do ambiente. Por outro lado, a indústria de veículos automóveis japonesa, que está a centrar os seus esforços, em larga medida, na construção de veículos não poluentes, representa uma ameaça para o mercado da União Europeia, que deverá investir mais no desenvolvimento tecnológico de veículos que emitam menos dióxido de carbono e na promoção de combustíveis alternativos.

A fim de incentivar os fabricantes de automóveis a aumentar constantemente o número de veículos amigos do ambiente que produzem, há que ter em linha de conta, no caso dos contratos públicos de aquisição, os custos incorridos durante toda a vida útil dos veículos e o respectivo impacto no ambiente e na saúde pública.

Estas exigências, porém, não causarão distorção da concorrência entre os sectores público e privado, já que, em última análise, ambos estarão sujeitos à mesma regulamentação e aos mesmos critérios ambientais quando da prestação de serviços de transporte público.

**Richard Seeber (PPE-DE), por escrito.** – (DE) A proposta da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar para a aplicação obrigatória de normas sobre eficiência energética e emissões como critérios para a aquisição de veículos de transporte rodoviário por parte dos órgãos de poder local e regional desrespeita, em vários aspectos, o princípio da subsidiariedade e, mais do que tudo, implica um acréscimo insustentável de despesas burocráticas. A garantia de «veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes» é, por exemplo, uma matéria demasiado complexa para o seu estabelecimento e a sua aplicação serem de grande utilidade. No entanto, o compromisso apresentado vem, de algum modo, simplificar este sistema excessivamente burocrático.

Nesse sentido, importa saudar o facto de ser conferida mais flexibilidade na transposição da proposta aos Estados-Membros. O princípio *de minimis*, segundo o qual, abaixo de um certo limiar, os veículos não são abrangidos por este processo de adjudicação por concurso público, contribuirá sobremaneira para reduzir o fardo que pesa sobre as pequenas autarquias locais. Contudo, subsiste a questão de saber se o impacto desejado deste modelo no mercado dos veículos ligeiros de passageiros será, efectivamente, tão grande como se espera, isto tendo em conta que, no que se refere aos contratos públicos para aquisição de veículos comerciais, a quota de mercado respectiva se situa nuns meros 6%.

## **18. Impacto das medidas de segurança aérea e dos scanners corporais nos direitos do Homem, na privacidade, na dignidade da pessoa humana e na protecção de dados pessoais (debate)**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0107/2008) apresentada pelos deputados Philip Bradbourn e Marco Cappato, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, à Comissão, sobre o impacto das medidas de segurança aérea e dos scanners corporais nos direitos humanos, na privacidade, na protecção de dados pessoais e na dignidade da pessoa humana (B6-0478/2008).

**Philip Bradbourn, autor.** – (EN) Senhor Presidente, gostaria de centrar a atenção da Assembleia no recente anúncio feito pela Comissão sobre a aplicação de tecnologia de imagística a todo o corpo (scanners corporais) nos aeroportos da Europa até 2010.

A este respeito, gostaria que a Comissão clarificasse e justificasse muitos dos aspectos que foram levantados na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos. O mais importante é perceber por que razão é este passo visto meramente como uma alteração técnica ao actual regulamento sobre a segurança da aviação e, por conseguinte, por que razão está a ser contornado o controlo parlamentar sobre questões fundamentais ligadas à privacidade e à dignidade das pessoas.

Esta tecnologia tem o potencial – e, saliento, o potencial – para forçar os passageiros dos transportes aéreos a sujeitarem-se ao que poderá ser visto como um tratamento indigno, e certamente que se trata de um pequeno passo de natureza técnica.

Se quisermos justificar esta medida aos nossos cidadãos, é preciso que saibamos, primeiro, qual a justificação da sua necessidade. Estaremos nós a enveredar pela via da utilização de mais tecnologia apenas porque essa tecnologia está disponível? E para que fins será essa tecnologia utilizada? Posso compreender que, em determinados casos, esta deva ser uma medida secundária, quando um indivíduo escolha não ser revistado manualmente por um agente de segurança. Porém, como medida de controlo primordial constitui uma séria violação dos nossos direitos fundamentais à privacidade e é intrusiva.

Já assistimos, com o caso dos líquidos, à criação de um precedente para que as medidas de segurança extraordinárias se tornem a norma nos aeroportos. Por muito inconvenientes que tenham para os passageiros estas regras relativas aos líquidos, não constituem certamente uma invasão da sua privacidade.

Outra das grandes preocupações que nutro prende-se com o armazenamento de dados. Tanto quanto sei, o armazenamento de imagens não é a intenção inicial, mas isso não significa que não seja possível fazê-lo. Por conseguinte, poderá a Comissão identificar as circunstâncias que poderão levar ao armazenamento destes dados, a forma como serão protegidos e informar se (e como) poderá ficar determinado, hoje, que não se fará uso dessa possibilidade, para que possa ficar completamente posta de lado, aliviando assim, consideravelmente, as preocupações de muitos passageiros cumpridores da lei?

Gostaria também que se realizasse uma consulta adequada aos grupos de utilizadores. Foram, efectivamente, realizados testes nestas máquinas nalguns aeroportos – inclusivamente no meu país, em Heathrow, Londres – mas por enquanto, tanto quanto sei, os resultados deste processo ainda não foram devidamente analisados por especialistas ou pelas comissões parlamentares competentes.

Por último, exorto a Comissão a não enveredar por uma via que implique forçar os indivíduos a submeterem-se a um processo potencialmente degradante sem, antes, compreendermos as preocupações legítimas dos viajantes inocentes.

Evidentemente que deveremos tratar a segurança com seriedade, mas este tipo de abordagem extremamente abrangente à tecnologia tem o potencial para transformar uma preocupação legítima com a segurança num instrumento de bisbilhote inaceitável para as indústrias da segurança.

**Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão.** – (IT) Senhor Presidente, começaria por agradecer ao Parlamento ter apresentado esta pergunta oral, que me permite esclarecer um facto e um assunto que considero importantes. A propósito dos direitos dos passageiros, do seu direito à segurança mas também a não terem de suportar filas de espera por vezes intermináveis, a propósito de um sistema de controlo que se afigurava obsoleto e nem sempre eficaz, apresentámos numerosas críticas, e fi-lo também na qualidade de deputado a este Parlamento. Devemos antes visar um sistema de controlo que permita aos cidadãos viajarem num ambiente tão fácil e agradável quanto possível. Foi com essa preocupação que, há algumas semanas, anunciamos quais os objectos que podem ou não ser transportados como bagagem de mão.

É objectivo da acção da Comissão e da Direcção-Geral Transportes e Energia aproximar-nos dos cidadãos: defender os direitos dos cidadãos em quaisquer circunstâncias é um compromisso que assumi perante este Parlamento e que tenciono continuar a cumprir.

Não se pretende com a proposta - e apraz-me que possamos, hoje, discutir o assunto, de modo a que não subsistam dúvidas - impor uma decisão da Comissão no sentido de obrigar à utilização de scâneres corporais a partir de 2010. Obviamente, houve um mal-entendido. A Comissão colocou à apreciação do Parlamento a seguinte pergunta: considera que seria útil debater a aplicação e utilização de scâneres corporais em aeroportos como sistema de controlo não obrigatório? Eis o que se pretende com a proposta, eis o que está previsto no artigo 4.º, n.º 2, do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao estabelecimento de regras comuns no domínio da segurança da aviação civil. Aquilo que compete agora ao Parlamento Europeu analisar, nos termos do procedimento de comitologia com controlo, é tão somente a possibilidade de utilizar scâneres corporais como forma de garantir a segurança na aviação.

No que se refere ao calendário, apenas se o Parlamento se manifestar a favor, e apenas se tivermos confirmado a utilidade e não perigosidade de tais instrumentos, nomeadamente em termos de saúde dos cidadãos, poderemos então pensar na oportunidade de tomar uma decisão no sentido de definir as condições em que tais tecnologias podem ser usadas.

Quanto à metodologia, em conformidade com o procedimento de comitologia com controlo, em 4 de Setembro informei o presidente da comissão parlamentar pertinente, a saber, a Comissão dos Transportes e do Turismo. O presidente Paolo Costa respondeu por carta de 26 de Setembro, solicitando mais informações, em especial relativamente à utilização de scâneres corporais e à forma como a Comissão pretendia proceder, na prática, à sua aplicação caso o Parlamento desse resposta favorável.

Na minha carta de resposta ao presidente Paolo Costa, enviada em 7 de Outubro, realcei diversos aspectos. Começava por referir que talvez devêssemos, como primeiro passo, pensar na possibilidade de considerar os scâneres corporais como opção adicional de controlo de passageiros e não como requisito obrigatório. Resumindo, os passageiros teriam a possibilidade de escolher entre sujeitar-se a um scâner corporal, caso estes dispositivos sejam aceites, ou a revista manual, como já acontece actualmente.

Expliquei que alguns aspectos, em particular os efeitos para a saúde dos passageiros e, sobretudo, a sua privacidade, deverão ser analisados mais profundamente antes da adopção de qualquer regulamento sobre scâneres corporais. Além disso, convém consultar a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados, como também referi na carta enviada em 7 de Outubro a Paolo Costa. A Autoridade foi convidada, juntamente com peritos nacionais, peritos do sector e os deputados membros das comissões das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e dos Transportes e do Turismo, a participar na reunião de trabalho a realizar em 6 de Novembro, com o intuito de garantir transparência antes de se tomar qualquer decisão. Pretende-se com essa reunião, que poderá ser repetida, apurar se existem riscos para a saúde, que é de facto o ponto que mais me preocupa. Temos de saber se esses scâneres corporais podem ter efeitos prejudiciais para a saúde

dos passageiros que de livre vontade escolherem submeter-se-lhes. Poderemos então avaliar a sua eficácia, o que implica, obviamente, estar atento a tudo o que se prende com o direito dos cidadãos à privacidade. Neste aspecto, repito, será ouvida a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados, e é minha intenção ouvir do mesmo modo o que tem a dizer a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Como poderiam ser usados os scâneres corporais caso o Parlamento Europeu decida dar luz verde à apreciação dessa possibilidade? Em minha opinião, deviam ser utilizados apenas como dispositivo não obrigatório e, claro, tem de haver sempre alternativas, devendo portanto os aeroportos oferecer um dispositivo de controlo alternativo. O scâner corporal nunca seria a única opção mas uma das possibilidades.

Além disso, há que garantir que as imagens não serão armazenadas mas imediatamente eliminadas; ou seja, tem de haver um mecanismo técnico que impeça a gravação da imagem de uma pessoa que decide passar pelo scâner corporal. A imagem seria imediatamente apagada e nunca gravada - teríamos de tornar absolutamente impossível o registo de imagens.

O outro elemento que me preocupa é a saúde, que considero prioritária. Nessa reunião de 6 de Novembro vamos pedir aos responsáveis pela segurança aérea que transmitam informações prestadas pelos diversos países da UE que disponham de quaisquer relatos de danos para a saúde humana que possam ter sido provocados por scâneres corporais: estou a pensar em estudos universitários, investigações realizadas pelos ministérios da saúde ou organismos afins, estatísticas de países que já utilizam os scâneres corporais, nomeadamente o Reino Unido, para apurar da existência ou não de riscos para a saúde.

Não tomei ainda nenhuma decisão nem tenciono impor qualquer posição. Estou apenas a apresentar à consideração do Parlamento um problema. Queremos estudar esta alternativa, não obrigatória, de proceder a controlos nos aeroportos, ou não? É esta a questão. Se queremos analisar a proposta temos de estudar a sua exequibilidade, ou seja, ver se é possível, tendo em mente questões de saúde principalmente, mas também outros critérios, a começar pelo respeito dos direitos individuais.

A par desses aspectos, será fundamental que a disposição regulamentar que daí resultar estabeleça que os operadores terão de estar num local específico, fechado, afastado e sem vista directa para os passageiros. Dito por outras palavras, há que satisfazer todas as garantias de que esse instrumento não é invasivo, pois se pretende apenas facilitar a viagem aos cidadãos, proporcionando-lhes ao mesmo tempo maior segurança. Há que referir também, com base nos dados de que dispomos actualmente, que nos aeroportos onde existe o sistema de scâner corporal a maior parte das pessoas prefere sujeitar-se a ele e não a uma forma alternativa de controlo.

Expus alguns dos aspectos a considerar. Temos, obviamente, possibilidade de regulamentar, desde que o Parlamento decida a favor da exploração dessa ideia dos scâneres corporais. Há também a possibilidade de controlo mais profundo pelo Parlamento. Pretendo, como já referi, e em parte devido à minha longa experiência nesta Câmara, envolver o Parlamento. Por isso estava tão desejoso e me senti tão feliz por estar hoje presente, para debater o problema dos scâneres corporais. Pretendo envolver o Parlamento e tomar uma decisão conjunta.

Queremos que haja um regulamento comunitário, se ultrapassarmos com êxito todas as fases da análise do scâner corporal, ou preferimos deixar à discrição de cada Estado-Membro a utilização desse instrumento? Penso que, se a decisão for no sentido de ponderar a possibilidade de recorrer ao scâner corporal e se concluirmos pela viabilidade dessa hipótese, será mais justo e melhor para os cidadãos europeus disporem de legislação comunitária. Legislação comum dará maiores garantias a todos os cidadãos que optam de livre vontade pelo controlo através de scâner corporal em alternativa a outro sistema que, de qualquer modo, todos os aeroportos deveriam providenciar, por exemplo, revista manual.

Reconheço que qualquer tipo de controlo é sempre invasivo. Pessoalmente, talvez considere a revista manual mais invasiva do que o controlo por scâner corporal. Cada um deve ter liberdade de escolha. O mundo em que vivemos não é perfeito. Infelizmente, deparamos com muitas situações desagradáveis; infelizmente, temos de lidar com o terrorismo, temos de lidar com a criminalidade, temos de lidar com o tráfico de droga, temos de lidar com a Máfia e a Camorra, isto no país que melhor conheço, e os controlos tornam-se, infelizmente, necessários. Os controlos têm consequências, inclusive para as pessoas, e há que assegurar que as consequências para as pessoas são tão reduzidas quanto possível, que não há registos, não há notas, não há violações da privacidade ou dos direitos humanos fundamentais.

Pelas razões expostas creio ser correcto debatermos o assunto. Curvo-me, naturalmente, à vontade do Parlamento, depois de ter tentado expor os fundamentos para trazer o assunto à consideração da Assembleia. Espero que o assunto seja pensado e discutido tendo em mente apenas os interesses dos cidadãos.

**Luis de Grandes Pascual**, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão e Comissário dos Transportes, temos conhecimento dos seus esforços no sentido de informar a Comissão dos Transportes e do Turismo através do seu presidente, o senhor deputado Costa, e do conteúdo desta troca de cartas. Agradeço-lhe sinceramente toda a informação que prestou à Assembleia.

Devo, no entanto, criticar o facto de ser apresentada agora uma resolução cujo prazo expira às 10H00 da manhã. Não está correcto. Com toda a sinceridade, isto não é uma coisa nem outra. Do mesmo modo, devo dizer que, embora houvesse consenso, o procedimento de comitologia, mesmo que sujeito a controlo, é totalmente inadequado a um tema tão delicado como é o do scâner corporal.

Em minha opinião, é necessário avaliar o impacto nos direitos fundamentais. É também indispensável avaliar previamente o impacto na saúde. É necessário aplicar o princípio da proporcionalidade entre aquilo que é proposto e o benefício que isso poderá trazer.

Esta Assembleia sente-se frustrada a respeito da questão dos líquidos, e isto é dito por alguém que aconselhou os deputados espanhóis no Parlamento Europeu a não votarem a favor da rejeição, porque fazer concessões, no âmbito da luta contra o terrorismo, no que respeita à utilidade de uma medida parecia-nos ser levar as coisas longe demais. É verdade que demos um voto de confiança e o que diz na sua carta é igualmente verdade, ou seja, que nem mesmo os controlos de novos líquidos que estão a ser ensaiados poderão controlar em absoluto todos os possíveis líquidos explosivos.

No entanto, a intenção – embora com carácter voluntário – do scâner corporal parece-me absolutamente inadequada.

É verdade que isto poderá ser voluntário e que poderá ser utilizado como uma ferramenta adicional – como já sucede actualmente – em casos suspeitos de tráfico de droga, quando algo é ocultado no corpo, mas não como um substituto de um controlo totalmente razoável que possa ser muito útil e aceite por todos.

De qualquer modo, Senhor Vice-Presidente, isto deve ser submetido à apreciação do Parlamento e da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos. Há que preservar os direitos fundamentais e a dignidade das pessoas. Qualquer medida que se adopte a favor da luta contra o terrorismo terá o nosso apoio, mas não pode ser apresentada de qualquer maneira. Creio que V. Exa. deverá ter muito cuidado e muito tacto na forma como o vai anunciar.

**Claudio Fava**, *em nome do Grupo PSE*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu agradeço ao Vice-Presidente Tajani alguns dos esclarecimentos que prestou, e posso desde já responder à sua pergunta. O Vice-Presidente da Comissão pergunta a este Parlamento se quer examinar em conjunto com a sua instituição esta proposta; a resposta é sim. A pergunta oral nasceu de um desejo nosso. Gostaríamos de analisar o assunto na posse de toda a informação necessária para podermos perceber, como o Senhor Vice-Presidente muito justamente nos solicita, se o instrumento em questão é necessário e, sobretudo, se é seguro e respeita a privacidade dos cidadãos, aspectos, a nosso ver, prioritários.

Apraz-nos que tenha enviado uma carta a Gérard Deprez, presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, onde assume um compromisso que gostaríamos que fosse oficial. Compromete-se a consultar a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados. O nosso grupo não tem ainda posição oficial sobre os scâneres corporais, necessita para isso de mais informação e de examinar o assunto mais profundamente. Entretanto, no que à saúde diz respeito, gostaríamos de perceber exactamente o que é exposição excessiva, em especial para passageiros frequentes e, aqui, queremos estar certos de que a informação é fiável, porque durante vários anos fomos obrigados a deixar em terra os líquidos e descobrimos agora que se tratou, provavelmente, de excesso de precaução e que toda a informação e avaliações não tinham fundamento. Queremos uma avaliação do princípio de proporcionalidade e queremos também que o Parlamento seja plenamente envolvido no processo.

Não pensamos que essas medidas possam ser vistas de uma perspectiva puramente técnica: são medidas com efeitos directos nos direitos humanos e na privacidade. Não é fácil conjugar segurança, privacidade e protecção da saúde dos passageiros, mas é essa a responsabilidade que o Parlamento assume e que lhe confia. Esperamos poder dispor dessa informação, esperamos que o Senhor Vice-Presidente e a Autoridade Europeia

para a Protecção de Dados nos transmitam essa informação. Necessitamos de mais alguns dados para podermos tomar em segurança uma decisão sobre a utilidade desses scâneres corporais.

**Marco Cappato**, em nome do Grupo ALDE. – (IT) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão Antonio Tajani, Senhoras e Senhores Deputados, parece-me que o problema que se coloca tem mais a ver com metodologia do que com a matéria de fundo, relativamente à qual não será difícil chegar a acordo. Quanto à matéria de fundo, é evidente que qualquer instrumento de segurança deve ser examinado em termos de segurança e privacidade dos cidadãos, assim como da eficácia da própria medida, da relação custo-benefício - os custos das máquinas, que podem também ser problemáticos -, e creio que este aspecto poderá ser o mais delicado.

A verdade é que tecnologias deste tipo são, normalmente, fáceis de evitar por grupos terroristas bem organizados, mas têm efeitos significativos para os cidadãos. Esta constatação aplica-se às impressões digitais, ao armazenamento de tráfego telefónico, às escutas telefónicas; os grupos bem organizados não receiam esses controlos, que passam no entanto a ser aplicados em massa a milhões de pessoas. Por conseguinte, creio que todos concordarão que um instrumento deste tipo apenas poderá receber luz verde da União Europeia após rigorosa análise de todos os aspectos referidos e se os resultados dessa análise forem positivos para todos aspectos.

Quanto ao procedimento, foi-nos transmitida documentação onde, na parte A do anexo ao documento 1258, se lê o título «métodos autorizados de controlo», e terá sido talvez esse título que fez soar o sinal de alarme, de modo porventura excessivo, devido ao significado da palavra «autorizados». Pedimos que os métodos de controlo sejam autorizados apenas depois de uma avaliação técnica e uma decisão inequivocamente política. É esta mensagem que subjaz à resolução de amanhã.

Caberá ao Senhor Vice-Presidente, na sequência do compromisso político que assumiu, encontrar a via mais conveniente, do ponto de vista técnico, para atingir esse objectivo. O Parlamento será seu leal parceiro.

**Eva Lichtenberger**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, na Comissão dos Transportes e do Turismo, indagámos da possibilidade de observar essas máquinas. Na sequência desse pedido, recebemos as primeiras fotografias que mostravam as imagens tal como realmente eram. Tornou-se então evidente que a proposta iria perder-se em argumentos de ordem técnica. Não quero agora entrar em mais pormenores sobre esta matéria, mas não foi feita uma avaliação de impacto como a que ocorreu, por exemplo, no caso dos espelhos retrovisores para camiões, em que praticamente não houve um fabricante ao qual não tenha sido perguntado se concordava com a existência de um tipo diferente de espelho retrovisor. Sobre uma questão tão importante como esta, nada se disse. Pensou-se que não era necessário.

As imagens que pudemos observar parecem fotografias a preto e branco, ligeiramente desfocadas, de corpos nus. Isso é uma evidência. Além disso, não estarei certamente a ser demasiado púdica por dizer que tenho algumas reservas sobre este aspecto, visto que uma imagem de um corpo nu é algo bastante íntimo e é minha intenção que as pessoas tenham a oportunidade de decidir se querem ou não ser vistas nuas. Dizem-nos que é tudo feito, obviamente, de livre vontade. Sim, não é a primeira vez que nos dizem tal coisa. Quem se recusar a aceitar o sistema fica, desde logo, sob suspeição. O passo seguinte é a sua introdução obrigatória. Quanto ao passo posterior, mal me atrevo a pensar no que poderá ser.

Considero que, tal como hoje se apresenta, esta abordagem não é aceitável. Dentro de alguns anos, passará a ser obrigatória, pois os responsáveis pela segurança sempre souberam apresentar argumentos a favor de sistemas como este. Além disso, embora ela seja, por enquanto, rejeitada, o passo seguinte será, certamente, a retenção de dados. É sabido que, uma vez criados os meios técnicos, os responsáveis pela segurança acabarão, mais tarde ou mais cedo, por aplicá-los.

Senhor Comissário, seguindo por esta via, a União Europeia estará apenas a tornar-se ainda mais impopular e a descer cada vez mais nas sondagens de popularidade, isto porque os Estados-Membros vão culpar a UE e descartar-se da responsabilidade pela introdução deste sistema.

**Giusto Catania**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, chegou a altura de também eu agradecer ao Vice-Presidente Tajani e de apresentar as minhas observações. Primeira: nos últimos anos os aeroportos tornaram-se os locais onde a obsessão pela segurança encontra plena aplicação. Vemos uma tendência comum na proposta actual e na proposta de registo de identificação dos passageiros (PNR), com o tratamento indiscriminado de dados relativos aos passageiros aéreos por um lado, e na regulamentação relativa a líquidos, aplicada após um suposto ataque há dois anos; veio no entanto

a saber-se, depois da regulamentação ter entrado em vigor, que afinal todos os suspeitos de terrorismo tinham sido ilibados.

Os scâneres corporais é a última fronteira desta tortura moderna, tal como a descreve Stefano Rodotà. Essa mania de extorquir cada vez mais informação que poderá ser útil no combate ao terrorismo está a promover uma interpretação autoritária da ordem jurídica. Encontramo-nos perante uma clara violação da privacidade, dos direitos humanos e da dignidade do indivíduo. A nova exigência de vigilância total reproduz o aparelho de controlo social. Está sendo desenvolvido, na sociedade, um mecanismo de controlo de uma «prisão de vigilância de massas» que transforma gradualmente todos os cidadãos em suspeitos que há que controlar.

A criação desses instrumentos confirma as teses de Foucault, e os scâneres corporais parecem tirados de uma página de *Vigiar e Punir*. Não é por acaso que essa estratégia se centra no corpo: segundo Foucault, através da política tecnológica do corpo podemos compreender a história das relações de poder. Assim, e nesse contexto, revela-se a natureza autoritária dos scâneres corporais, e por essas razões políticas e filosóficas não é aceitável, na minha opinião, submeter os nossos corpos a esse instrumento, que não passa de mais uma despótica manifestação de poder tecnológico.

**Saïd El Khadraoui (PSE).** – (NL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, nós somos a favor de uma abordagem europeia. Que não restem dúvidas quanto a isso. No entanto, tem também de ficar claro que, com a transferência do poder de decisão dos Estados-Membros para a Europa, o Parlamento Europeu deveria ter muito mais poderes para tomar decisões e realizar inspecções na área em questão. Na verdade, também foi isso que acordámos há alguns meses, quando o regulamento foi alterado.

Hoje temos uma primeira série de medidas que precisamos de examinar. Há aí dois aspectos importantes que convém salientar. Em primeiro lugar, a abolição da proibição dos líquidos até Abril de 2010 – o que é muito positivo, se bem que preferíssemos ver esta medida implementada antes.

O segundo aspecto é o da inclusão dos famosos «scâneres corporais» na lista de possíveis métodos de detecção. A este respeito, V. Exa. referiu que já estão em curso projectos-piloto em alguns aeroportos, entre os quais Heathrow e Schiphol, e que são necessários acordos europeus.

Pelo que me foi dado perceber, os Estados-Membros em questão não podem avançar com este projectos se não regularmos a questão a nível europeu. Os argumentos são, portanto, invertidos. Penso que, enquanto Parlamento Europeu, deveríamos analisar a fundo esta questão e que antes de podermos dar luz verde precisamos de uma resposta pormenorizada a algumas questões que foram levantadas aqui e noutros lugares.

V. Exa. já respondeu parcialmente, o que muito me alegra, mas julgo que devemos ser mais sistemáticos no que diz respeito à privacidade – um aspecto que já foi aqui referido –, aos riscos para a saúde e também ao impacto: quais são os benefícios do novo sistema face aos métodos de detecção existentes? Esperamos que nos dê respostas estruturadas a esta e a outras questões, e, se as respostas forem satisfatórias, poderemos efectivamente dar luz verde numa fase posterior.

**Ignasi Guardans Cambó (ALDE).** – (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, não estamos aqui esta noite para falar de medidas técnicas em matéria de transportes, nem do facto de uma máquina ser mais eficiente ou mais barata do que outra em termos de controlo de segurança.

Iniciámos este debate, porque aquilo que estamos a discutir aqui é uma questão de direitos fundamentais e do direito à privacidade, assim como a eventualidade de a instalação irresponsável, burocrática e descontrolada de uma máquina poder representar um grave atentado contra os direitos dos passageiros.

Exigimos, por isso, que não seja tomada nenhuma decisão sobre este assunto sem primeiro analisar o seu impacto, sem consultar a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados, sem criar um quadro jurídico que estabeleça quem está autorizado a ver-nos completamente nus e em que casos, e sem confirmar de que modo pode ser realmente garantido na prática, em cada aeroporto, que a sua utilização será livre e voluntária e não imposta pelos funcionários que estejam presentes no momento. Diga-nos, por favor, quem vai ter a guarda dessas imagens tão privadas do nosso corpo.

Eu próprio participei nos trabalhos da legislação espanhola sobre as câmaras de televisão em circuito fechado nos locais públicos. Foi tornada lei em Espanha. Defendi a utilidade do sistema, mas sujeito a todas as garantias. Essas garantias não foram dadas neste caso e, enquanto não o forem, aprovar esta proposta através da comitologia, Senhor Comissário, é um puro exercício de abuso de poder.

**Willy Meyer Pleite (GUE/NGL).** - (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, como dizemos em Espanha, *«llove sobre mojado»*, ou seja, «chove no molhado». Até muito recentemente, uma parte do regulamento relativo à segurança era secreta. Este secretismo, esta falta de transparência, causou graves prejuízos aos nossos cidadãos, que não sabiam o que esperar. Agora, estamos a apertar ainda mais o parafuso, através de um procedimento totalmente inadequado porque não tem em conta os pontos de vista desta Assembleia. No entanto, não se trata apenas de incluir esta Assembleia, em plenário, trata-se também de iniciar, de uma vez por todas, um debate público com os cidadãos para que estes possam exprimir a sua opinião. Efectivamente, atingimos um limite que, se ultrapassado, pode pôr em causa o direito à privacidade, à protecção dos dados e à dignidade pessoal.

Por isso, este Parlamento exige que assumamos um protagonismo como representantes dos nossos cidadãos e que iniciemos de uma vez por todas este debate, pois é necessário resolver todas as questões em torno deste limite que não pode ser ultrapassado, ou seja, o direito à privacidade, à protecção dos dados e à dignidade pessoal.

Questionamos a eficácia, a necessidade e a proporcionalidade desta medida. Portanto, cremos que esta deve ser formalmente debatida pelo Plenário deste Parlamento – e não através do procedimento de comitologia – e, naturalmente, que se deve iniciar um debate público com os cidadãos europeus, que são, afinal, quem vai ter de passar por todos os controlos – como aliás já está a suceder – em todos os aeroportos da União Europeia.

**Javier Moreno Sánchez (PSE).** – (ES) Senhor Presidente, a utilização de scâneres corporais nos aeroportos é uma questão sensível que afecta directamente a segurança e a privacidade dos cidadãos.

Os nossos cidadãos pedem transparência numa questão tão delicada como esta e nós, pela nossa parte, exigimos transparência à Comissão.

Não é uma questão meramente técnica que possa ser resolvida através do procedimento de comitologia. A adoptarmos essa abordagem, faltaria legitimidade e controlo democrático. Os cidadãos devem estar plenamente informados das medidas que os afectam directamente. Não podemos permitir que se instale de novo a falta de transparência que envolveu as últimas medidas em matéria de segurança nos aeroportos.

Obviamente, nesta Assembleia somos a favor de medidas que garantam uma maior segurança quando viajamos e que agilizem os controlos nos aeroportos. Mas, acima de tudo, somos a favor da protecção da nossa saúde e da nossa vida privada.

Queremos uma tecnologia que respeite a saúde e a privacidade e não cause mais problemas dos que os que pretende evitar.

Por esta razão, como já foi referido, é necessário realizar previamente estudos médicos e científicos sobre as consequências directas das ondas milimétricas na saúde dos passageiros e, em especial, no caso das pessoas mais vulneráveis, como as mulheres grávidas, as crianças, os doentes, os idosos e pessoas com deficiência.

Em termos de obtenção e tratamento dessas imagens, o que propõe a Comissão para garantir a confidencialidade e a privacidade? Como V. Exa. referiu, é essencial que essas imagens sejam imediatamente apagadas e que não haja possibilidade de serem impressas, arquivadas ou transmitidas.

Senhor Comissário Tajani, vão os passageiros ter a possibilidade de optar ou terão de se recusar a passar pelo *scanner*? Não é a mesma coisa, evidentemente. Está prevista uma formação específica para o pessoal de segurança que irá operar esta nova tecnologia? Foi avaliado o custo/benefício e a proporcionalidade de uma tecnologia que seria utilizada de forma opcional?

Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o nosso objectivo é claro. Temos de garantir que a informação chegue aos cidadãos e que todas as medidas em matéria de segurança aérea respeitem os direitos fundamentais e sejam aplicadas de igual modo em todos os aeroportos.

A utilização desta nova tecnologia não pode representar um novo apertar do parafuso com vista a uma maior segurança – e estou a terminar –, em detrimento dos direitos fundamentais. É uma questão de equilíbrio.

**Adina-Ioana Vălean (ALDE).** - (EN) Senhor Presidente, permitam-me que seja clara. Estou empenhada na luta contra o terrorismo e na garantia da segurança para todos os cidadãos, mas não vou explicar aos meus eleitores de que forma 11 eurodeputados decidiram, através de um processo burocrático obscuro, permitir a utilização de scâneres corporais nos aeroportos da Europa que os mostrarão nus.



Todo este processo de comitologia é mais um exemplo da forma como se empurram os cidadãos europeus para o eurocepticismo. O argumento da Comissão – mas também o dos promotores desta tecnologia – é que esses scâneres corporais se destinam a ser uma alternativa às buscas físicas. Mas a partir do momento em que permitamos essa tecnologia, deixaremos de ter a garantia de que não será utilizada como o principal meio de controlo. Todos sabemos, por experiência própria, que alguns aeroportos executam controlos físicos obrigatórios. Por conseguinte, coloca-se a questão de saber se devemos permitir, ou não, a utilização de scâneres corporais. Talvez devêssemos proibi-los.

Por isso, exorto a Comissão a suspender este processo, que nos colocou numa situação complicada. É preciso que façamos um amplo debate democrático em que o Parlamento e a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados terão de ser envolvidos. Trata-se de uma tecnologia invasiva, e será preciso analisar questões como a privacidade, a proporcionalidade e a eficácia.

**Inés Ayala Sender (PSE).** – (ES) Senhor Presidente, tal como o manifestámos várias vezes, a Comissão dos Transportes e do Turismo é a favor da máxima segurança com o mínimo incómodo para os passageiros e viajantes. Por isso, em princípio, concordamos com a redução destes incómodos para os passageiros, mantendo contudo, ao mesmo tempo, um elevado nível de controlo e de segurança.

No caso dos líquidos, o Parlamento já sugeriu a alternativa de scâneres para, precisamente, evitar todas estas dificuldades. É verdade que os progressos tecnológicos deverão poder facilitar este processo.

No presente caso dos scâneres corporais, poder-se-á pensar que é necessária uma maior discricção nas revistas corporais e que uma máquina talvez facilitasse e, precisamente, evitasse situações excepcionais em que uma revista corporal superficial, por si só, não é suficiente.

No entanto, estou absolutamente de acordo, tal como foi sugerido pela Comissão dos Transportes, com a necessidade da tomada de todo o tipo de precauções, de modo a garantir a total segurança dos viajantes e dos cidadãos europeus em relação à aplicação desta tecnologia, caso seja aplicada, e com a necessidade de que os estudos e ensaios actuais – que são meros estudos e ensaios – nos permitam chegar a conclusões positivas. Estes scâneres devem ser absolutamente inócuos para a saúde, não devem violar a privacidade das pessoas nem as devem humilhar, e as imagens e os dados recolhidos devem ser sujeitos à protecção de dados.

**Colm Burke (PPE-DE).** – (EN) Senhor Presidente, serei muito breve. Há apenas dois aspectos que quero salientar. Penso que não deveremos fechar todas as portas nesta matéria. Por exemplo, num teste efectuado no aeroporto de Heathrow, em Londres, ao longo de um período de quatro anos, 98% dos passageiros optaram pelo scâner corporal em vez do controlo físico habitual. Claramente, estes resultados constituem um voto de confiança no que respeita a esta tecnologia. Esta aumenta também a segurança. Estou ciente de que há quem discorde disto, hoje, mas aumenta a segurança, uma vez que pode detectar armas de cerâmica e de plástico, que não são detectadas nos detectores de metais habituais.

O segundo aspecto que pretendo levantar prende-se com as pessoas que possuem implantes de metal nos seus corpos como resultado de ferimentos ou incapacidades. Sofrem uma humilhação constante, sendo constantemente identificadas para controlos adicionais nos aeroportos. Proponho um sistema de identificação desses casos nos passaportes para que não sejam sujeitos regularmente a esta humilhação. Solicito à Comissão que analise este problema, pois trata-se actualmente de um problema grave para as pessoas que sofreram ferimentos físicos graves e que têm um implante. Peço que a questão seja estudada.

**Silvia-Adriana Țicău (PSE).** – (RO) Parto do princípio de que a segurança dos passageiros é de importância vital para a indústria da aviação. Contudo, a «scanerização» corporal pressupõe a obtenção de imagens pormenorizadas de um corpo humano. Estas imagens constituem uma invasão da privacidade da pessoa. Gostaria de remeter para as condições em que estas imagens serão utilizadas.

Senhor Comissário, segundo nos é dado entender, as imagens não serão armazenadas. Contudo, serão utilizadas de acordo com todas as condições impostas pela legislação em matéria de protecção de dados? Que medidas tenciona tomar para assegurar que o pessoal que utiliza estes scâneres está familiarizado e cumpre com as disposições da legislação em matéria de protecção de dados? Senhor Comissário, mesmo em circunstâncias em que os passageiros dêem o seu consentimento quanto à utilização destes scâneres, gostaríamos de obter garantias de que as imagens serão eliminadas. Infelizmente, será uma questão de apenas alguns anos até ficarmos a saber as consequências da utilização destes scâneres para a saúde humana.

**Erik Meijer (GUE/NGL).** – (NL) Senhor Presidente, uma medida que pode parecer justificável do ponto de vista da segurança dos transportes e do terrorismo, é tudo menos óbvia de outros pontos de vista.

Comunicados publicados na imprensa neerlandesa sobre scâneres corporais geraram uma torrente de indignação. Se estes dispositivos são bons, nesse caso são apresentados da forma errada. Certamente enquanto os seus efeitos a nível da saúde e da privacidade forem desconhecidos, não poderemos utilizá-los. Precisamente porque as pessoas se sentem ameaçadas por todo o tipo de outros novos desenvolvimentos, há todos os motivos para usarmos da máxima cautela neste domínio.

**Presidente.** – Senhor Comissário, enquanto aguardamos os esclarecimentos e investigações solicitados, cabe-lhe fazer um scâner corporal deste debate.

**Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão.** – (IT) Senhor Presidente, creio poder dizer que foi hoje alcançado um importante objectivo, a saber, lançar o debate sobre scâneres corporais, a fim de podermos compreender se o assunto merece ser considerado. Parece-me que, das intervenções, se infere uma vontade inequívoca de discutir o assunto.

No respeitante à metodologia, e devido, em parte, às decisões decorrentes da aprovação do Tratado de Lisboa - e espero que venha a ser aprovado por todos os países da UE -, vejo que o Parlamento quer ter uma palavra a dizer, quer sentir-se legislador de pleno direito. Limitei-me a seguir as normas em vigor. Não tenho autoridade para modificar a comitologia, é algo que não está no meu poder. Apenas posso estabelecer uma ligação e garantir que o Parlamento é chamado a pronunciar-se sempre que estão em causa assuntos importantes, nomeadamente sobre a oportunidade de avançar com um debate sobre esses assuntos.

A reunião de trabalho que convocámos para 6 de Novembro, e na qual participarão representantes dos Estados-Membros e dos deputados ao Parlamento Europeu, constituirá uma ocasião – não a única, podendo até ser a primeira de uma série de reuniões dedicadas ao tema – para avaliar todos os aspectos relativos à utilização de scâneres corporais, a começar pelo aspecto que reputo de mais importante, a saúde. Debruçar-nos-emos depois sobre todos os outros elementos relacionados com a eventual utilização, não obrigatória, desse instrumento, com o consenso do Parlamento. Não é meu desejo impor nada a ninguém: apenas pretendo avaliar possibilidades.

Entendo ser correcto seguir esta metodologia com o Parlamento, com o compromisso que assumi - e repito-o agora, quando este debate chega ao fim - no sentido de consultar oficialmente a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados e de ouvir também a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Pela minha parte, se após todas as avaliações, das quais prestarei contas ao Parlamento, for decidido avançar com os scâneres corporais, comprometo-me, e comprometo a Comissão Europeia, a garantir que os scâneres corporais, e reitero o meu compromisso, nunca serão obrigatórios e que os aeroportos deverão sempre proporcionar uma alternativa à sua utilização.

A haver regulamentação europeia, deve ser estabelecida nestes termos. Se a lei for violada haverá, sempre, consequências. Se adoptarmos disposições legais, se dispusermos de um regulamento europeu, poderá sempre haver quem discorde, mas será este o procedimento a seguir. Comprometo-me a seguir determinados passos; é possível que alguém não acredite nas minhas palavras e na eficácia do instrumento em discussão, mas ou aceitamos esta metodologia ou não avançaremos.

Quanto às imagens, não serão registadas e nunca serão armazenadas. Tratar-se-á de um mero instrumento «de passagem». Caso decidamos pela utilização de scâneres corporais como instrumento opcional, as imagens nunca serão, repito, gravadas ou armazenadas. Esse princípio será bem explícito no texto de regulamento da Comissão Europeia. Se, posteriormente, alguém infringir as normas, caberá à Comissão Europeia tomar as medidas adequadas. Aliás, isto acontece com qualquer disposição legal, com qualquer código penal. Se alguém infringe a lei incorre nas sanções estabelecidas no código penal.

Actualmente já existe a revista manual: qualquer funcionário dos controlos que toque de forma menos própria num cidadão está a violar a sua privacidade e a infringir a lei, está a agir contra a lei. Esse funcionário será certamente acusado e condenado, depois de um processo jurídico nos termos da lei. Comprometo-me, acima de tudo, a não descansar em matéria de consequências para a saúde. Todas as garantias deverão e poderão ser posteriormente verificadas pelo Parlamento, que tenciono consultar em fases sucessivas, sendo a primeira em Novembro, na reunião de trabalho prevista para dia 6. Nessa reunião os deputados poderão fazer perguntas, dar a sua opinião, apresentar dúvidas, inclusive de natureza técnica. Posso dar garantias políticas, técnicas já não posso. Para isso precisamos dos peritos na área. Após as avaliações técnicas poderemos responder. Os deputados convidados para a reunião de trabalho participarão também na avaliação.

Creio que estou em consonância com o que foi dito sobre o assunto por Claudio Fava e Marco Cappato, entre outros. É possível chegar a um acordo geral, o qual constituirá uma apreciação conjunta da conveniência

ou não de utilizar, de futuro, esse instrumento tecnológico. Se verificarmos não ser possível usá-lo por não terem sido cumpridos critérios relevantes, não será sequer incluído na lista de instrumentos a usar. Se, no final de todos os passos que prometi seguir, o veredicto for positivo, o texto do regulamento conterà todas as garantias que me comprometi a respeitar, tanto na minha reacção inicial à pergunta como na resposta final. Assumo um compromisso e faço questão de respeitar os meus compromissos, e com mais força de razão ainda aqueles que assumi perante um Parlamento de que fui membro durante quase 15 anos.

**Presidente.** – Senhora Deputada Eva Lichtenberger, vejo-me forçado a interromper um processo de scanerização em curso que é extremamente perigoso, em especial para a saúde dos intérpretes, a quem agradecemos a sua cooperação.

<sup>(3)</sup> Recebi uma proposta de resolução<sup>1</sup> apresentada por seis grupos políticos.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, 23 de Outubro.

## **19. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta**

## **20. Encerramento da sessão**

*(A sessão é suspensa às 00H14)*

---

<sup>(3)</sup> 1 Ver acta.